





ANAIS DO II ENCONTRO
DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA
**LITERATURA
E LUSOFONIA**
NATAL | 2011



Ficha Técnica

Título

ANAIIS DO II ENCONTRO DE LÍNGUA PORTUGUESA.
LITERATURA E LUSOFONIA. Natal 2011

Edição

UCCLA

Coordenação

Rui Lourido

Design e paginação

Departamento de Marca e Comunicação | CML

Revisão de Textos

Coordenação de Maria do Rosário Rosinha
Bernardo Álvares
Renato Martins Costa

Impressão

Imprensa Municipal

Tiragem

1000 exemplares

janeiro 2013

Literatura e Lusofonia, colectânea dos textos apresentados ao II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, realizado na cidade de Natal, de 23 a 25 de novembro de 2011, é finalmente publicado, em 2013, ultrapassados que foram obstáculos de vária ordem que surgiram ao longo da sua preparação. Registamos com satisfação que a atual Prefeitura de Natal decidiu dar continuidade aos Encontros de Escritores de Língua Portuguesa, com a sua IV edição a decorrer em novembro de 2013, no âmbito do Festival Literário de Natal. As instituições promotoras deste livro gostariam de ressaltar que o conteúdo dos textos incluídos em *Literatura e Lusofonia* é da responsabilidade exclusiva dos seus autores. A presente edição segue a grafia do Acordo Ortográfico.

O Coordenador da edição

ÍNDICE

§ **Textos de Apresentação**

Prefeitura de Natal07

UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa)09

§ **Introdução**11

§ **1º Capítulo | Poesia Escrita para a Música**

DA POESIA E DA MÚSICA EM ANGOLA:
imagens e contextos de comunicação | **ABREU PAXE**17

POESIA E MÚSICA: quando a palavra
brilha no canto | **ANTÓNIO CARLOS CORTEZ**24

SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DO AMOR
EM CAZUZA | **ILZA MATIAS DE SOUZA**35

CANÇÕES ATLÂNTICAS: escrever com um pé em Alfama
e o outro em Ipanema | **TIAGO TORRES DA SILVA**39

§ 2º Capítulo | O Estado e Evolução da Língua Portuguesa

PARA UMA POLÍTICA DE LÍNGUA: estratégias de afirmação CARLOS REIS	51
ANGOLIZAÇÃO FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA ARMINDO JAIME GOMES	61
A UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NOS PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA: A dimensão e força internacionais do português DANIEL A. PEREIRA	80
OS ESCRITORES CABO-VERDIANOS E A LUSOFONIA DANNY SPÍNOLA	86
A REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA e a sua Perspetiva para o Futuro de Timor-Leste DOMINGOS FRANCISCO DE JESUS DE SOUSA	92
POESIA DO ÍNDICO FÁTIMA MENDONÇA	101
AS MUTAÇÕES E OS CAMINHOS DA GUINÉ-BISSAU TONY TCHEKA	112

§ 3º Capítulo | Literatura de Viagens

LÍNGUA DE VIAGEM NUM PARÁGRAFO MANUEL RUI	123
VIAGENS LITERÁRIAS DE CÂMARA CASCU DO ANA MARIA CASCU DO BARRETO	130
LITERATURA DE VIAGENS: trajetórias e percursos ANTÓNIO NAHUD JÚNIOR	134
A JORNADA DO PARAENSE António de Albuquerque Coelho de Goa a Macau em 1717-1718 CARLOS FRANCISCO MOURA	139
NATAL: biografia de uma cidade DIÓGENES DA CUNHA LIMA	145
O CONTRIBUTO DO FENÓMENO VIAGEM para a Literatura de um Povo Ilhéu DOMINGOS LANDIM DE BARROS	148
ALMADA: um itinerário literário, pessoal e transmissível E.S. TAGINO	154
UM POEMA, DUAS VIAGENS: dicção e contradicção n'Os Lusíadas LUÍZA NÓBREGA	163
NÍSIA FLORESTA E A LITERATURA MÁRCIO DE LIMA DANTAS	173
AS VIAGENS ESSENCIAIS ou o itinerário interior de toda a viagem MÁRIO MÁXIMO	179
VIAJAR E ESCREVER PELAS LUSOFONIAS “MALAIAS” PEDRO ROSA MENDES	196
A VIAGEM – PARADIGMA DO ENCONTRO: Perceções chinesas e portuguesas, sécs. XVI-XVII - A Peregrinação e a Crónica dos Mares JIN GUOPING, RUI D'ÁVILA LOURIDO e WU ZHILIANG	210
§ Poema Coletivo	221
§ Fotografias do II EELP	225
§ Programa do II EELP	231
§ Notas Biobibliográficas	235





Prefeitura de Natal

Congregar países de Língua Portuguesa em um encontro de escritores é reafirmar a importância do nosso idioma no contexto local e mundial. Inserida nessa conjuntura, a cidade de Natal tem dado sua contribuição para encurtar as distâncias d'além-mar que nos separam geograficamente dos nossos irmãos lusófonos. A realização do 2º Encontro de Escritores da Língua Portuguesa (EELP), iniciativa fomentada a partir da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), com o apoio da Prefeitura de Natal, por intermédio da Fundação Cultural Capitania das Artes (Funcarte), é de extrema importância para a capital potiguar. Conseguimos trazer para a cidade intelectuais de diferentes culturas, unidos por um mesmo idioma, a Língua Portuguesa.

Se a nossa pátria é a nossa língua, o Encontro de Escritores da Língua Portuguesa, realizado de 23 a 25 de novembro, na Academia Norte Rio-Grandense de Letras, é uma forma de unificar e fortalecer os países lusófonos, fomentando sua produção literária. Desde o momento que Natal se tornou cidade irmã, temos a responsabilidade de promover a nossa língua, património de nossa terra. De Luís da Câmara Cascudo a Mia Couto. De Américo de Oliveira Costa a Fernando Pessoa. De Nei Leandro de Castro a José Eduardo Agualusa, somos guiados pelas palavras, frases, versos e prosas.

Realizamos com esmero de ourives esse evento que transformou Natal por mais um ano na “Capital do Português”. Património maior dos países lusófonos, o idioma do vate Luís de Camões é falado por cerca de 250 milhões de pessoas no mundo. A nossa língua está presente em todos os continentes, então, não podemos nos sentir estrangeiros. Nosso objetivo foi provocar uma reflexão sobre as estratégias de afirmação da nossa língua comum, como forma de valorização do nosso património literário, cultural e da Lusofonia.

O 2º Encontro dos Escritores reforçou a luta pelo reconhecimento do português como língua oficial no Parlamento Mundial, com a participação de todos os países da Língua Portuguesa. Entre eles, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé, Guiné Bissau, Timor Leste e Macau, além da Região Administrativa de Macau (parte da China).

Terra do primeiro ímpeto para o entrelaçamento dos escritores da língua portuguesa, Natal construiu contatos e amizades no EELP que garantiram novas parcerias e projetos futuros. O Encontro de Escritores da Língua Portuguesa contou com a presença do secretário geral da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), Miguel Anacoreta Correia, embaixadores, escritores, intelectuais, educadores, estudantes, jornalistas, entre outros.

Registo, portanto, por meio dos anais do 2º Encontro de Escritores da Língua Portuguesa a riqueza da troca de experiências, a aquisição de informações e o fortalecimento cultural dos territórios lusófonos. Documento histórico de um evento que permitiu a disseminação da língua portuguesa, necessária para a contribuição do aumento da massa crítica e o aprofundamento da democracia nesses países.

Micarla de Sousa
Prefeita do Natal



UCCLA

A consciência da importância que a diversidade das culturas dos países que se exprimem oficialmente na língua portuguesa assume, no século XXI, levou-nos a promover, juntamente com a Prefeitura Municipal de Natal, os Encontros de Escritores de Língua Portuguesa (EELP). Estes têm-se realizado anualmente na cidade de Natal, desde 2010. A valorização da cultura e da literatura, o diálogo e a troca de experiências entre os escritores das literaturas dos diferentes países e a sua partilha com a população, permanecem como os principais objetivos da UCCLA para estes Encontros.

A UCCLA é, desde a sua fundação (há 27 anos), uma Associação Intermunicipal, atualmente constituída por 37 cidades espalhadas pelos cinco continentes, sem fins lucrativos, de âmbito internacional e multilateral, que perfilha igualmente o quadro de valores comuns às organizações não-governamentais para o desenvolvimento, mas com um carácter mais geoestratégico e global que ultrapassa em muito o âmbito das organizações de ajuda ao desenvolvimento.

A nosso convite e da Prefeitura de Natal, mais de cinquenta escritores vindos do Mundo Lusófono, da Ásia (Macau e Timor), de África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde), de Portugal e do Brasil já tiveram a oportunidade de apresentar os seus trabalhos literários e de nos enriquecerem com as suas reflexões. Escritoras e escritores de diferentes gerações e tradições

literárias - como João Ubaldo ou Gabriel - o pensador, Manuel Rui, Agualusa e Ondjaki, Luís Takas, Tony Tcheka, Inocência Mata, José Luís Tavares entre muitos outros - polemizaram com toda a liberdade de espírito sobre temas que refletiram as preocupações do mundo de hoje.

O empenho da UCCLA permite o lançamento deste livro, durante esta terceira edição do Encontro de Escritores, que desta forma disponibiliza as novas perspectivas apresentadas no II EELP, sobre a cultura e as literaturas lusófonas valorizando e reforçando o espaço da Lusofonia que nos une.

A importância geopolítica e de poder crescente da língua portuguesa no mundo, como vem sendo reconhecida internacionalmente, atualmente falada por cerca de 260 milhões de habitantes, transformou-se nos últimos anos, também, em língua de muitos estrangeiros que querem investir e trabalhar nos países lusófonos emergentes, como Brasil, Angola e Moçambique. É a quinta língua mais falada no mundo, é a sexta na Internet, é a quarta no Twitter, e está em expansão de falantes, particularmente na América e em África. Assim, as culturas e literaturas lusófonas, reforçadas pelo uso oficial da Língua Portuguesa, estão vocacionadas para exercerem uma maior influência nas decisões das instâncias internacionais onde se decide o destino do Mundo no sentido da Solidariedade e da Paz.

Miguel Anacoreta Correia
Secretário Geral da UCCLA



Introdução

“Em Português nos entendemos”
(Fernando Pessoa).

O livro que o leitor tem neste momento à sua frente é constituído pelos textos apresentados no II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa (II EELP), que decorreu nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2011, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, na cidade de Natal, posteriormente enviados à UCCLA e à FUNCARTE pelos seus autores.

Os objetivos do II EELP foram plenamente alcançados, pois para além da troca de experiências e partilha de perceções diversas sobre cada tema, com o entusiástico apoio do público que assistiu aos debates, podemos agora, com a edição deste Livro, divulgar aos leitores lusófonos dos cinco continentes essas reflexões, que permitem aprofundar e levantar novas questões sobre as temáticas discutidas.

São vinte e quatro textos organizados em três capítulos, segundo os temas do II EELP: a Poesia Escrita para Música, o Estado e a Evolução da Língua Portuguesa e a Literatura de Viagens. Para além da diversidade de origens geográficas, etárias e de níveis de notoriedade dos respetivos escritores, a maior riqueza deste livro consiste nas suas diferentes perspetivas e reflexões, seja abrangendo um único ou vários domínios num mesmo texto, do poético ao histórico e do académico ao literário.

No primeiro capítulo, intitulado A Poesia Escrita para Música, temos 4 reflexões sobre as complexas, peculiares e criativas relações entre a palavra escrita e a musicalidade imanente na sociedade e a vertente onírica do ser humano, como em - “...imagens e contextos de comunicação”, de Abreu Paxe (Luanda, Angola); “Sobre as Representações do Amor em Cazusa”, de Ilza Souza (Brasil); “...Quando a palavra brilha no canto”, de António Cortez (Portugal); e “Escrever com um pé em Alfama e o outro em Ipanema”, de Tiago Torres da Silva (Portugal).

O segundo capítulo é dedicado ao Estado e Evolução da Língua Portuguesa, e apresenta-nos 7 textos que questionam, refletem e lançam pistas sobre as práticas literárias e estratégias para as políticas de língua desenvolvidas no universo da lusofonia. Alguns destes textos apresentam uma estrutura e profundidade académica. A defesa da necessidade de uma política de língua convergente, da qual o Novo Acordo Ortográfico é um instrumento valioso para que o Português se assumia como uma das grandes línguas de comunicação internacional, perpassa por muitos dos textos presentes.

Este capítulo é introduzido pelo texto - “Para uma política de Língua: estratégias de afirmação”, de Carlos Reis (Portugal). Secundado nos propósitos mais gerais pelos textos: “A Unificação Ortográfica e a Consolidação da Democracia nos Países Africanos de Expressão Portuguesa: a dimensão e força internacionais do Português” de Daniel Pereira (escritor e embaixador de Cabo Verde em Brasília, natural da Cidade Velha de Santiago) e “A Representação da Língua Portuguesa na Luta pela Independência e sua Perspetiva para o Futuro de Timor-Leste”, de Domingos de Sousa (escritor e embaixador de Timor Leste em Brasília).

O contexto e influência das diferentes nacionalidades e das culturas locais, bem como a peculiar sensibilidade individual na evolução das diferentes formas que assume a Língua portuguesa, é analisado nos textos seguintes: “Angolização Formal da Língua Portuguesa”, de Armindo Jaime Gomes, (Benguela, Angola); “Os escritores Cabo-verdianos e a Lusofonia”, de Danny Spínola (Praia, Cabo Verde); “Língua portuguesa: um combate necessário. Poesia do Índico” de Fátima Mendonça (Moçambique); e os “contributos da Guiné-Bissau, em prol da expansão das literaturas em Língua portuguesa”, analisados no texto “As mutações e os caminhos da Guiné-Bissau”, de Tony Tcheka (Guiné-Bissau).

O terceiro capítulo apresenta-nos 11 textos subordinados ao tema “Literatura de Viagens”, abordados em diferentes perspetivas e áreas da literatura e do conhecimento. De criações poéticas de intensas e belas imagens literárias preñhes de imaginação e sensualidade como o texto introdutório - “Língua de Viagem num Parágrafo” de Manuel Rui, (Luanda, Angola).

Sobre a influência física e psicológica que o tema viagem tem exercido sobre diferentes gerações de escritores e individualidades, editamos 4 textos brasileiros: “Viagens literárias de Câmara Cascudo”, de Ana Cascudo Barreto, (Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Natal); Sobre a correspondência trocada entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo no texto “Natal: biografia de uma cidade”, de Diógenes da Cunha Lima, (Presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Natal); “A jornada do Paraense António de Albuquerque Coelho, de Goa a Macau em 1717- 1718” de Carlos Francisco Moura (representando IIM de Macau); “Nísia Floresta e a Literatura de Viagens” de Márcio Dantas (Natal); o texto autobiográfico “Trajetórias e percursos” (Nahud Júnior, Bahia). Um texto cabo verdiano: “O Contributo do fenómeno viagem para a literatura de um Povo ilhéu” de Domingos Landim de Barros, (Praia, Cabo Verde). Dois textos portugueses: Sobre “As Viagens Essenciais ou o Itinerário Interior de Toda a Viagem”, de Mário Máximo (Odivelas, Portugal); Arguta curiosidade jornalística e antropológica sensibilidade para com o outro no texto “Viajar e escrever pelas lusofonias «malaias””, de Pedro Rosa Mendes.

Textos académicos dando contributos para o conhecimento: da história da pequena cidade “Almada: Um Itinerário Literário, Pessoal e Transmissível” de E. S. Tagino (Portugal); da interpretação crítica e literária de “Um Poema, duas viagens: dicção e contradição n’Os Lusíadas”, de Luíza Maria Nobrega (Brasil).

O último texto é coletivo e faz a análise comparativa entre dois textos históricos da literatura mundial de viagens: a Peregrinação, do português Fernão Mendes Pinto e a Crónica dos Mares, do navegante chinês Xie Qinggao. No final deste texto é feita, pela primeira vez, a apresentação pública no Brasil da tradução para português da descrição chinesa do Brasil, registada nesse livro de viagens editado no início do século XIX. - “A Viagem – Paradigma do Encontro: perceções portuguesas e chinesas sobre Macau/China e o Brasil”, de Jin Guo Ping (China), Rui Lourido (Portugal), e Wu Zhiliang (Macau).

A expansão da língua portuguesa a todos os continentes e oceanos, veiculada pelos navegantes nas suas frágeis caravelas a partir do século XV, lançou a semente da lusofonia em novos e promissores espaços da Terra, miscigenando-se com múltiplas outras influências culturais e linguísticas ancestrais e mais recentes. De Camões ao Padre António Vieira e a José Saramago (Portugal), de Castro Alves e Machado de Assis a Jorge Amado (Brasil), de José Craveirinha a Mia Couto (Moçambique), Caetano da Costa Alegre (São Tomé), de Hélder Proença a Tony Tcheka (Guiné-Bissau), Henrique da Senna Fernandes (Macau, China), de José Evaristo de Almeida a Amílcar Cabral (Cabo Verde), de Fernando Sylvan (Abílio Leopoldo Motta-Ferreira) a José Alexandre Gusmão (Xanana), (Timor), de José da

Silva Maia Ferreira a Pepetela (Luanda, Angola). Foi também em língua portuguesa que os povos lutaram pela sua independência, desde o brasileiro "grito de Ipiranga", à proclamação dos novos estados de expressão portuguesa, em África e na Oceânia.

Um escritor originário de um dos Países de Língua Oficial Portuguesa, expressa as tensões telúricas da sua terra e da sua cultura na respetiva Língua Materna, mas dá maior amplitude ao voo dos seus pensamentos e à sua produção literária ao partilhá-los com duas centenas e meia de milhões de falantes de Português espalhados pelos cinco continentes, cuja diversidade cultural consubstancia e enriquece as múltiplas identidades das nossas sociedades, com mais de 500 anos de história comum.

Assim, a grafia do presente livro segue o Novo Acordo Ortográfico.

Em anexo integramos as notas biobibliográficas dos escritores autores dos presentes textos.

*Rui D'Ávila Lourido¹,
Camilla Cascudo Barreto Maurício²*

¹ Coordenador Cultural da UCCLA e do II EELP

² Presidente da FUNCARTE (Fundação Cultural Capitania das Artes)



1.º CAPÍTULO
**POESIA ESCRITA
PARA A MÚSICA**

1. ABREU PAXE | **Da poesia e da música em Angola: imagens e contextos de comunicação**
2. ANTÓNIO CARLOS CORTEZ | **Poesia e Música: quando a palavra brilha no canto**
3. ILZA MATIAS DE SOUZA | **Sobre as Representações do Amor em Cazuzá**
4. TIAGO TORRES DA SILVA | **Canções Atlânticas: escrever com um pé em Alfama e o outro em Ipanema**



II ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA DE NATAL

**Conferencistas do 1º tema,
POESIA ESCRITA PARA A MÚSICA**

FOTO DE CIMA:

Carlos Cortez, Roberto Lima, Gabriel o Pensador e Abreu Paxe

FOTO DE BAIXO:

Roberto Lima e Gabriel o Pensador



DA POESIA E DA MÚSICA EM ANGOLA: imagens e contextos de comunicação

ABREU PAXE

O presente estudo pretende elucidar questões relativas à relação entre a poesia e a música e, para tanto, abordará alguns conceitos importantes ligados às relações remotas que estas duas manifestações artísticas estabelecem e apresentará essencialmente um *corpus* ligado ao contexto angolano para o entendimento do fenómeno à luz das minhas reflexões.

Partindo do princípio de que a nacionalidade artística, ou qualquer outra identidade de pertença, é muitas vezes calculada a partir de um passado (entre vários que lhe conferem uma anterioridade complexa), penso que, e estando de acordo com Costa Andrade (Ndunduma), “A escrever também se canta e a cantar também se conta”. Isto é o que vai orientar a minha visão e olhar crítico sobre o fenómeno em análise (poesia escrita para a música) nesta relação, olha-se para o diálogo entre o verbal e o não-verbal. Dimensiona-se, aqui, uma análise semiótica que privilegia a relação destes no plano escrito (semiótica visual) e o plano sonoro (semiótica auditiva). Ou seja, vou desenvolver a minha reflexão a partir das contaminações entre a poesia e a música partindo da análise das suas relações remotas, tanto no plano da tradição ocidental, como no da tradição oral dos povos baseados em Angola. O inventário, que nos permitirá relacionar estas diferentes manifestações artísticas, será feito a partir do contexto angolano regulado com outros e, a partir daí, tentar compreender os laços que estabelecem com os diferentes espaços onde se fala a língua portuguesa.

Este posicionamento permite-me produzir, a partir dessa realidade, uma reflexão nos seguintes alinhamentos: desconstruindo o título que vou inscrever entre parênteses (Poesia Escrita para a Música), e tomando-o como ponto de partida, tenho a possibilidade de construir, nestes escombros, a semântica, por um lado, de tomar e perceber a poesia de forma geral como arte escrita, feita para a música e como intenção que orientou o seu autor e, em confronto, como texto tomado para a música de acordo com as características que apresenta e que se familiarizam com esta arte. Por outro lado, olhar e perceber a poesia em si como texto musical, sem que nela intervenha o desenho gráfico da escrita. Com base nisto, pode perceber-se que em Angola a história, as tendências, os diferentes universos e os níveis de produção artísticos alcançados permitem construir e partilhar este olhar. Antes porém, vou procurar abordar alguns conceitos importantes relativos a poesia e a música como forma de elucidar o que tracei como objetivos do meu trabalho.

Afinal, o que é a poesia? A poesia é a linguagem humana utilizada com fins estéticos, ou seja, ela retrata algo em que tudo pode acontecer dependendo da informação do autor como a do leitor. O sentido da mensagem poética também pode ser importante, ainda que seja a forma estética de definir um texto como poético. A poesia compreende aspetos metafísicos (no sentido da sua imaterialidade) e da possibilidade de esses elementos transcenderem o mundo fático. Num contexto mais alargado a poesia aparece também identificada com a própria arte, o que tem razão de ser já que qualquer arte é, também, uma forma de linguagem (ainda que não necessariamente verbal).

Numa análise antropológica deste fenómeno artístico, pode-se compreender a partir do contexto ocidental que a poesia está também ligada à lírica. É esta relação, de momento, que me interessa explorar para que possa perceber outros elementos de análise nesta estrutura. Mas então, o que é lírica? Conforme Rogel Samuel, a palavra lírica deriva do grego *lyrikós*, que significa algo que concerne à “lira”, ou o som proveniente da lira, um instrumento musical primitivo de cordas. Segundo Salvatore D’Onofrio, na época do romantismo, o género lírico alcança sua maior relevância, identificando-se com o próprio conceito de poesia, no seu sentido estrito. Para ele, Goethe, Lamartine e Poe são exemplos de poetas de primeira linha, que iniciam um filão de lirismo intimista, que influenciará marcadamente a poesia simbolista e modernista. Para o caso de Angola poetas como Mário António com o poema “Noites de Luar no Morro da Maianga”, António Jacinto com o poema “Canção de entardecer”, Viriato da Cruz com o poema “Makezu” e Agostinho Neto com “Renúncia impossível”, recuperam no seu discurso artístico

as influências modernistas em alguns casos estabelecendo relações complexas, mas estimulantes com a tradição oral dos povos assentados em Angola, em parte, isto vem demonstrado num trabalho de Fausto como mais adiante se vai indicar.

No passado, na antiguidade clássica ou mesmo nas práticas patrimoniais dos diferentes povos de Angola, a poesia (manifestada por via do provérbio, ou mesmo da adivinha para citar apenas estes) era “cantada” e, muitas vezes, ligada a situações que envolviam alegria ou tristeza, como por exemplo, o ato de cantar para um bebé a dormir, o ato de contar ou representar uma história, o sentimento e a angústia da efeméride da vida do homem ou, até mesmo a morte de alguém. É a ilusão da lírica no sistema dos géneros literários ao lado do drama e da narrativa, como afirma VM de Aguiar e Silva. Na verdade, pelo que já colheu, pode-se mesmo constatar que a escrever também se canta e a cantar também se conta ou se representa.

A partir das definições trabalhadas, pode-se chamar de texto lírico toda produção em que há predominância da expressão individual do “*eu*”, através de uma linguagem bem elaborada, sobretudo, no ritmo e nas imagens. Insere-se, neste tópico, a utilização de recursos sonoros e textuais, tais como: rima, métrica, figuras de linguagem, etc. Nesta poesia o poeta fala diretamente ao leitor, representando os sentimentos, estado de espírito e percepções. Este texto exprime a subjetividade do poeta: género lírico desde Minermo até a poesia contemporânea. Nesta conformidade, o lírico é relativo a composição que, na antiguidade era acompanhada ao som da lira, o que se destina a ser cantado ou musicado, ou que exprime, que traduz subjetividade. Que traduz certo sentimentalismo ou uma visão da realidade. Que é sentimental, que vive no mundo da ilusão, no mundo do sonho. Como exemplo posso adiantar que os salmos são poemas líricos hebraicos. Os hinos são composições líricas. A poesia romântica era essencialmente lírica. Depois de tentar isoladamente analisar o que é poesia e os seus diferentes estágios passo agora para tentar caracterizar a música, embora esta última não esteja muito distanciada daquela, por causa da ideia de totalidade que anima, tanto uma como a outra forma de expressão artística.

Se a música é tomada como a arte de conjugar sons, de forma melodiosa e de acordo com determinadas regras, capaz de exprimir ou despertar emoções e evocar certas realidades, a poesia será a arte de expressão literária sob a forma de verso e não só, onde são codificadas harmoniosamente palavras, ritmos, imagens de forma intencional. Conjunto de características evocadas por uma realidade particular. Estas que apresentamos aqui são características comuns a qualquer obra de arte que consiste em provocar emoção de natureza vivencial, assim como apreciação estética.

Em Angola são inúmeros os casos em que a poesia é cantada, ou seja, entre os músicos e compositores angolanos e os dos diferentes países da língua portuguesa, há cruzamentos nos quais se pode verificar estes cantarem poemas de poetas de outros países que usam o português como língua oficial, vem-me a propósito à memória o caso do cantor português nascido no Huambo, Fausto, o seu disco que se intitula *Fausto a preto e branco* (um disco excepcional, de grande musicalidade angolana) tem poemas de Ernesto Lara Filho – (“Era no tempo dos tambarindos e Picada de Marimbondo”), José Craveirinha (“Apenas”). Mário António (“Poema da Farra”). Viriato (“Namoro”), Jacinto (“Castigo p’ro comboio malandro”), Ovídio Martins (“Flagelados do vento leste”), António Jacinto (“Carta dum contratado”). Rui Nogar (“Xicuembo”) e Alexandre Dáskalos (“Quando eu morrer”). Temos a assinalar o trabalho de Paulo de Carvalho ao transformar em fado o “Meninos do Huambo”, de Manuel Rui, que foi um sucesso tremendo. Este também musicou o poema da Alda Lara “Mãe Negra”. Por outro lado, Manuel Rui foi também autor do poema que é o Hino Nacional da República de Angola. Este texto, entenda-se, do Hino Nacional, foi escrito pelo Manuel Rui a partir dos acordes tirados do violão por Rui Mingas. O texto do nosso hino nacional foi criado em simultâneo associando o plano da escrita e o plano sonoro. Está aí, a relação que se pode estabelecer entre a poesia e a música. O cantor e compositor Rui Mingas tem gravadas músicas a partir de poemas de Amílcar Cabral, de Cabo Verde e de Manuel Bandeira, do Brasil. Ainda se assinala o caso da Martinália (cantora brasileira) que interpretou em música um poema de João Maimona. Para além deste cruzamento, pode-se ver casos de poemas cantados como o trabalho feito por Rui Mingas ao cantar e celebrar nossos poetas interpretando poemas de Agostinho Neto, António Jacinto, Viriato da Cruz, Mário António, entre outros.

Os poemas destes poetas interpretados e cantados por Rui Mingas espelhavam bem as inquietações nacionalistas pelo facto de o desenho dos referentes textuais destes poemas enformarem um substrato cultural de remotas e complexas origens a que a tradição oral e a expressão linguística portuguesa e outras deram voz por vários e dilatados períodos, talvez seja este o motivo que me levaria a pensar que as artes angolanas estruturam-se por um cada vez mais evidente diálogo. Estas contaminam-se e partem hoje por diversas e experimentadas vias ao encontro da identificação com a personalidade cultural que nos vai caracterizando. É deste modo que se dimensiona o prolongamento do diálogo que se verifica entre o que foi escrito e o que se cantou.

Há ainda, nesta relação que estamos a manter, um caso a ver à parte e com mais atenção que é o do poeta angolano Carlos Ferreira, filho do ensaísta e crítico Eugénio

Ferreira, tomamos contacto com uma parte do seu projeto iniciado em 1982 com o músico angolano Eduardo Paim, e que o levou a escrever para os músicos Angelo Boss, Mamborrô, Joseca, Eduardo Paim, Paulo Flores, Carlos Lopes entre outros; este projeto elucida bem a relação das disciplinas artísticas que estamos a analisar, talvez ajusta-se melhor ao tema desta mesa. Mas para além do que já relatamos Carlos Ferreira resume a relação entre a poesia e a música em dois momentos, um primeiro intitulado “cacimbos”, basicamente orquestrado pelo Paulo Flores, tem melodias dele, a maior parte – podemos tomar contacto com as letras das músicas: “Consciente”, “Tenho a mania”, “Testamento”, “Ser de verdade”, “Dois quartos da mesma casa”, “Morna cansada”, “Memórias de nós”, mas também do Mamborrô (“Retrato Cantado”), Dom Kikas Cacimbo, Eduardo Paim (“Novembro”, “11”), Ana Maria de Mascarenhas (“Se...a música”), alguns com orquestração de Ciro Bertini. Cantam neste disco, além da voz do Paulo Flores, Guy Destino (“Novembro”), Gil do Carmo – Portugal (“Se a Música”), Rosy – Cabo Verde (“Morna cansada”), Manecas Costa – Guiné-Bissau (“Retrato Cantado”), Élvio (“Memórias de nós”) e uma cantora Brasileira (“Ser Verdade”). Fez também parceria com José Kafala. E um segundo momento que é “cacimbo 2” que está em Curso.

Por outro lado, há ainda casos de músicos que cantaram poemas de nossos poetas o caso de José Kafala ao cantar “Renúncia impossível” poema de Agostinho Neto, Dom Caetano traduziu do português para o Kimbundu e interpretou o poema “Minha mãe” de Agostinho Neto, ainda assinalo o caso do Duo Canhoto que interpretou um poema da poetisa angolana Chô do Guri. Tenho também a assinalar o trabalho feito pela tertúlia os Kiximbulas em que vertiam para a música poemas de escritores angolanos, ou ainda os trabalhos feitos pelos músicos, agrupamento musical ou intérpretes ou ainda compositores, entre eles, Ngola Ritmos, Teta Lando, Tonito Fortunato, Waldemar Bastos, Bonga. As marcas verbais e os recursos de métricas e rima colocam ao leitor a ideia do projeto romântico – a idealização do passado e, conseqüentemente, a saudade da infância que ficou para trás, com tudo de belo e formoso. E entre outros temos a referenciar também Carlos Lamartine. Este último com a publicação de um livro de poesia. Julgo importante assinalar também as letras de música escritas por Amélia da Lomba e cantadas por Carlos Burity e Bela Chicola.

O que acabei de mostrar são exercícios de memória, a partir de testemunhos orais e textos escritos, que indica bem como é que a poesia, como texto escrito, pode ser recuperado e vertido para a música, ou mesmo ser escrito para a música, sem que isso seja uma orientação única, ou mesmo intenção do seu autor.

Nesta relação entre poesia e música, há ainda outro caso a assinalar e que se deve ver com atenção como o caso do texto musical que em si já é um poema sem que seja necessariamente escrito, trata-se de um poema sonoro. Isto pode ser, seguramente, demonstrado pelo trabalho feito por Amélia da Lomba no disco que muito recentemente publicou, ou também no trabalho que tem estado a ser desenvolvido no projeto Pangeia. Poderei voltar para este assunto com mais desenvolvimentos.

O trabalho que apresentei leva-me a concluir que para além de exaltar a relação entre estas duas disciplinas artísticas, entre nós, por via de um inventário breve, permitiu-me também perceber que há diferentes enfoques para este mesmo tema, na medida em que a riqueza das reflexões efetuadas está em constatar que o poema escrito ou não intencionalmente para a música é um apelo à lírica e ao lírico nas suas relações remotas de perceber que a poesia esteve ligada ao canto. Assim como hoje posso perceber que a poesia escrita pode vir estruturada com uma armadura que a liga a música. Também com esta análise percebi que o nível destas relações se exalta também os diálogos entre a língua portuguesa e as demais línguas de Angola. Ou ainda concluir este trabalho nas duas grandes conclusões que se seguem em contexto de aula.

A primeira, a partir deste inventário, notamos que pode-se estimular o trabalho da relação entre a poesia (lírica) e a música na escola, embora não seja tarefa fácil, pois sabe-se que a literatura e a música concorrem diretamente como tantos outros meios de comunicação verbal e visual de maior estímulo e atração para os jovens. No entanto, é preciso lembrar antes de tudo que a literatura, como a música no âmbito em que as analisamos, e somente elas, propiciam uma redescoberta do eu. É a partir do ato solitário, do prazer com que se trabalha o texto que, muitas vezes, o homem desvenda segredos e enigmas da vida tão corrida nos dias atuais. Utilizar o texto poético por via da música como motivo para uma aula de português ou de outra língua no nosso complexo mosaico linguístico pode tornar, por exemplo, menos cansativo o conteúdo sobre verbos, aproveitando as marcas verbais apresentadas nos poemas aqui indicados.

A segunda, por fim, para trabalhar a poesia (o texto lírico) com a música nesta relação, hoje, além do material tradicional, existem no mercado CDs que possibilitam aliar o texto escrito a uma forma lúdica – a música. Os poemas musicados por Rui Mingas e re-editados muito recentemente, em forma de CD podem servir como instrumento de trabalho aos professores auxiliando, desse modo, no processo de aprendizagem e, mais do que isso possibilitando e desenvolvendo nos alunos o gosto pela leitura, particularmente, pela poesia, tão renegada nos dias atuais dentro do universo escolar.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Casimiro, *Poesias*. Rio de Janeiro: Agir, 1979.
- D'ONOFRIO, Salvatore, *Literatura Ocidental*. São Paulo: Ática, 2000.
- FONSECA, Antônio, *Contos de Antologia (Reflexões, contos e provérbios)*, Inald, Luanda, 2008.
- LOTMAN, Iuri M., *La semiosfera III, Semiotica de Las artes y de La cultura (edicion de Desiderio Navarro)*, Frónesis cátedra, universitat de València, Madrid, 2000.
- QUINTANA, Mario, *Apontamentos de história sobrenatural*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- REIS, Carlos, *O Conhecimento da Literatura-Introdução aos Estudos Literários*, 2ª edição, Coimbra: Livraria Almedina, 1997
- Revista de Comunicação e Linguagens, *O Não Verbal em Questão*, Edições Cosmos, Lisboa, 1993.
- SAMUEL, Rogel, *Manual de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- SEGRE, Cesare, *Introdução à Análise do Texto Literário*, Editorial Estampa, Lisboa, 1999.
- SILVA, V. M. de Aguiar e, *Teoria da literatura*, 8ª edição, Coimbra: Livraria Almedina, 1997.
- SOARES, Francisco, *Teoria da Literatura - criatividade e estrutura*, Kilomblombe, Luanda, 2007
- SOU, Alpha I. & alii, *Introdução à Cultura Africana*, Edições 70 e INALD, Lisboa, Luanda, 1980.
- STAIGER, Emil, *Conceitos fundamentais de poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- ZUMTHOR, Paul, *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. Tradução: Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- ZUMTHOR, Paul, *Performance, recepção, leitura*. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Educ, 2000.



POESIA E MÚSICA: quando a palavra brilha no canto

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ

I João Gilberto, António Carlos Jobim, Gonzaguinha, Chico Buarque, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Cazuza, Renato Russo, Rita Lee, Toquinho, Maria Bethânia, Djavan, Vinicius de Moraes, Alceu Valença, Raul Seixas, poderíamos talvez começar assim. Por um elenco mínimo, espécie de cânone pessoal dos grandes cantores brasileiros que são, em muitos momentos, grandes poetas. Ou poderíamos começar de outra maneira, lembrando, de Portugal, José Afonso (Zeca), Adriano Correia de Oliveira, Sérgio Godinho, Fausto, Vitorino, Jorge Palma, Né Ladeiras, ou, de Cabo Verde, nomes como Tito Paris, Cesária Évora ou Pantera... Na verdade, quando falamos de letra de música estamos, de certo modo, a falar de poesia. É certo que a poesia, na conhecida definição de David Mourão-Ferreira (não sei de uma outra definição que esteja tão próxima do rigor desta), não aponta, directamente, à questão da letra. Uma definição de poesia? Esta, pois:

«Poesia é acima de tudo linguagem: linguagem animada pela emoção, intensificada pelo ritmo e transfigurada pela metáfora»

Mas há, sem dúvida, nesta definição de David uma ressonância do que pode ser poesia feita música. Quer dizer: poesia é também palavra escrita (ou dita) «intensificada pelo ritmo», apreciação que dá conta já do fundo musical, lírico, em que toda a palavra de poesia se move. E, deste ponto de vista, poesia pode (ou tem de) ser música.

Quando pensamos sobre as relações entre palavra escrita no papel e palavra que tem depois um suporte musical, estamos falando exactamente do quê? Creio que a questão passará sempre por se ter em conta a realidade «escrita» de ambas as realizações. De resto, a poesia nasceu associada à música. A poesia é lírica na medida em que era a lira (a cítara e mais tarde o alaúde, na Idade Média) o suporte por meio do qual a palavra do poema, no papiro, no pergaminho ou no papel, se entoava. Dizia-se que o poeta, transportado pelo canto («epos», em grego e que deu origem ao canto maior, o género da epopeia), era tomado pela musa, a deusa da poesia, fosse ela Calíope – a quem Camões se dirige na Invocação da obra magna da nossa língua, *Os Lusíadas* (1572) – ou Mnemósine, deusa da memória e que se associa à poesia por esta ser também música e se gravar na memória dos povos. Por aqui se vê, na verdade, outro aspeto que convém destacar. É que falar-se de poesia e música é sempre falar-se de educação. Os poemas populares, os romances, as quadras, o ritmo de redondilha são os metros, as formas da convenção que a criança, o adolescente, mesmo os adultos, gostam de ouvir. Há uma melopeia – para nos socorrermos da palavra certa, como pede Ezra Pound em *A Arte da Poesia* – que encanta, embala, colocando na fronteira a palavra de poesia e a palavra cantada e é nessa fronteira que ativamos, quantas vezes, a memória, a imaginação, a inteligência e os afectos. Basta ver como a música, ou melhor, certas músicas de certos intérpretes, são recorrentes no fio da nossa vida e ilustram momentos em que fomos felizes e eternos ou nos sentimos frágeis e humanos.

Em rigor, se a melopeia é uma corrente contrária à *fanopeia* (que tende à exactidão absoluta das palavras), tal significa que a poesia, sendo melopeia, se afasta da linguagem comum? Sim e não. Quando nos lembramos de um episódio marcante – o amor por alguém, a morte de alguém que muito amámos, o fim de uma relação, a fase de enamoramento, o estado ilusoriamente constante da paixão – e ouvimos música ou lemos poesia, nem por isso deixamos de estar dentro da linguagem corrente, isto é, mesmo se o *pathos* pode fazer-nos estar mais abstraídos do sentido imediato das coisas, por acedermos a uma espécie de visão profunda da vida, continuamos, ainda assim, a ter palavras para nos relacionarmos com os outros. A música, a leitura de um poema intensificam é a experiência do que estamos vivendo, sem dúvida. E por esse motivo é que, quando juntas, poesia e música podem harmonizar o estado relacional entre homem e natureza.

Estamos, como se vê, lembrando Orpheu, o poeta-músico. A sua história reflete, todavia, a condição destas artes. É certo que Orpheu desce aos infernos para resgatar a sua Eurídice. O pacto era simples entre ele e Plutão, o senhor das profundezas:

irás, Orpheu, descer cantando, entoando sempre músicas e assim apaziguarás a cobiça dos homens, amansarás as feras, harmonizarás as tempestades, farás florescer as flores e os pássaros cantarão, felizes. Mas não podes jamais, Orpheu, virar-te para trás, quando estiveres subindo de novo à superfície. Eurídice te seguirá. Não olhes para trás e vem sempre cantando... Sabemos a história. No último instante, Orpheu desconfia. Não ouvindo a respiração sequer da sua amada, vira o seu rosto para trás e nesse momento Eurídice desce novamente aos Infernos. Só a piedade dos deuses irá conceder que Orpheu, absorvido pela tristeza e não fazendo já música, compadecendo o Olimpo, veja durante seis meses a Eurídice. Para Eugenio Trias, este mito, sublime, não só diz respeito ao aparecimento das estações – Eurídice é Perséfone, é a Primavera que sobe, iluminando a vida, vinda das profundezas escuras do Inverno / Inferno – como é também o mito em que de modo claro se evidencia a importância da música e da poesia. A música transporta-nos, a poesia acalma-nos das paixões.

2. Não sabemos se se mantém em aberto – é possível que sim – o debate entre músicos e poetas, a vontade de músicos gozarem do privilégio simbólico de se ser reconhecido como poeta e a vontade de os poetas gozarem da fama dos músicos. Como refere António Cícero, poeta e letrista brasileiro, esse debate, esse quase conflito, prende-se sobretudo com questões de estatuto e um poder simbólico. Ora, se o problema está em saber quando é que uma boa letra de música pode ser considerada um poema ou, quando é que um poema pode funcionar como peça musical, cremos que se anulam as fronteiras entre poema e letra de música, no exato momento em que colocamos estas hipóteses sobre a mesa. É certo que nem toda a letra pode aspirar à condição de poema. Quantos letristas, na verdade, têm nas suas letras de música aqueles momentos fulgurantes em que a palavra brilha, transfigurando a realidade? Poucos, bem poucos. Mas é mais comum encontrarmos poetas que escreveram para músicos, em parcerias célebres. E há mesmo casos de casamento feliz, em que o poeta, reconhecendo-se ao espelho da sua criação, percebe que é também músico e dá a conhecer a sua visão profunda da vida por meio da palavra cantada. Casos exemplares, para não irmos muito longe, são os de João Gilberto, Chico Buarque ou Cazuza.

Uma letra de música pode ser poesia quando? Quando há, sem dúvida, aquele trabalho de linguagem, aquele conhecimento do arsenal retórico (metáforas, alusões, imagens, jogos fonéticos como a aliteração, a assonância, a paronomásia; oxímoros,

paradoxos, antíteses; quando há aquele trabalho da frase, por meio do hipérbato, da anástrofe, do zeugma...) e, ao mesmo tempo, aquele intensificar da palavra pelo ritmo, normalmente em metros de cinco, sete ou oito sílabas métricas. E há poesia, já agora, quando ao trabalho de linguagem, que é sempre questão de poética e de retórica, e à intensidade rítmica, se adiciona um quê de transfiguração metafórica, levando quem ouve a música a querer ver a letra. Não é vulgar, depois ou durante a audição de uma canção bela, seguirmos a letra, quereremos ver quem escreveu. E, não raro, se a música é boa e nos encanta, dizemos, ao ver a letra, «este músico é um poeta.»

Pois bem, oiçamos um pouco os versos de Chico Buarque, do texto «Construção», do álbum «Ao Vivo» (1999). Que veremos? Linguagem animada pela emoção, intensificada pelo ritmo e transfigurada pela metáfora:

*«Amou daquela vez como se fosse a última
Beijou sua mulher como se fosse a última
E cada filho seu como se fosse o único
E atravessou a rua com seu passo tímido
Subiu na construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima
Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego [...]»*

O que aqui se lê, como é normal nas letras de Chico Buarque, é poesia de situação. Normalmente o autor de Ópera do Malandro parte da circunstância da vida para testemunhar, por meio dos seus olhos, como essas circunstâncias são sempre perigosas, tristes, por vezes desumanas. Mas a força das suas letras está – e isso é nesta música feito de modo claro – na capacidade transfiguradora das suas palavras a propósito daquelas

mesmas circunstâncias. Qualquer coisa vem humanizar a desgraça, a tragédia desse homem que tropeça no céu como bêbado, flutua no ar como se fosse pássaro, e acaba no chão feito «pacote flácido» e agoniza no passeio público e morre «na contramão». Mas porquê essa catadupa de repetições e comparações - «como se fosse» - e para quê a associação do homem a um príncipe se, com o avançar da letra, o homem sofrerá, na sua descrição, uma metamorfose: primeiro príncipe, depois naufrago, dançarino, bêbado, e – o que é mais espantoso - «pacote flácido» e, porque Chico é um músico nascido poeta, teremos variações destas palavras a um ponto limite de comunicação. A música cresce, os rimos aceleram e o homem tem os olhos embotados «de silêncio e tráfego», já não de «cimento e lágrima» (pois é natural a solução semântica olhos-lágrima); o homem sobe na construção «como se fosse sólido», já não como máquina; o homem erguerá no patamar quatro «paredes mágicas», pois elas deixaram de ser sólidas; «tijolo com tijolo num desenho lógico», e porque logicamente se quer transfigurar a figura humana, dar conta da força, da violência de alguém que é um construtor, ou melhor, um trabalhador na construção civil, escreve Chico:

*«Sentou pra descansar como se fosse um príncipe
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo
Bebeu e soluçou como se fosse máquina
Dançou e gargalhou como se fosse o próximo
E tropeçou no céu como se ouvisse música
E flutuou no ar como se fosse sábado
E se acabou no chão feito um pacote tímido
Agonizou no meio do passeio naufrago
Morreu na contramão atrapalhando o público»*

E porque a palavra de poesia, como queria Baudelaire, deve construir-se num movimento dinâmico de correspondências, o poeta-músico brasileiro não esquece, já agora, que essa mesma palavra poética é a que hesita entre o som e o sentido (Paul Valéry), constituindo-se contra a palavra prática, quotidiana e empobrecedora. Como terminar essa canção-poema? Assim, por correspondências que adensam, agudizam, ampliam o sentido final dessa construção, que é agora não só a construção civil onde esse homem está trabalhando, erguendo quatro paredes mágicas; essa construção é, no limite, o poema construído por Chico, levado à música, elevado ao máximo do seu sentido e perseguindo um som final que mostre como a vida se ergue, pelas palavras, num monumento singular. Assim:

*«Amou daquela vez como se fosse máquina
Beijou sua mulher como se fosse lógico
Ergueu no patamar quatro paredes flácidas
Sentou pra descansar como se fosse um pássaro
E flutuou no ar como se fosse um príncipe
E se acabou no chão feito um pacote bêbado
Morreu na contramão atrapalhando o sábado.»*

3. Se alguma coisa a poesia e música têm, portanto, em comum, para além da sua comum origem, é essa capacidade transfiguradora. Está presente, por exemplo, nas músicas de Leonard Cohen, nas canções de Simon and Garfunkel, e encontramos essa prodigiosa invenção verbal num poeta-músico português que, parece-me, não tem sido valorizado quanto devia. Fausto está para a música portuguesa como Chico para a música brasileira. Mas é um autor discreto, não pretende, no contexto português, fazer mais que o que pode. E o que pode é muito. Infelizmente, em Portugal, a música é mais de entretenimento e seguidismo americano, muitas vezes com letras paupérrimas mas ritmos dançantes e o que prevalece é o imediato, o que tem fórmula fácil.

Ora, a poesia jamais tem fórmula se é grande e nunca é fácil, pois é trabalho de som e de sentido. Fausto Bordalo Dias é, quanto a mim, um poeta-músico. Um pouco como Sérgio Godinho, que parte da observação dos factos para escrever músicas que ficam na nossa memória («A princípio é simples anda-se sozinho / passa-se nas ruas bem devagarinho / está-se bem no silêncio / e no burburinho / bebe-se as certezas / num copo de vinho / e vem-nos à memória uma frase batida / hoje é primeiro dia / do resto da tua vida // hoje é o primeiro dia / do resto da tua vida // [...]»). Todavia, em Fausto, não só o trabalho rítmico vem directamente de uma tradição popular – que os próprios instrumentos escolhidos (adufes, pandeiretas, flauta, tamborete, bombos, acordeões...) atestam – como as suas letras atingem, inúmeras vezes, aquilo que para Ruy Belo – um dos maiores poetas da língua portuguesa – era essencial haver na poesia: «temperatura». Veja-se como no álbum de 1987, *Para Além das Cordilheiras* é a alusão a figura de retórica trabalhada até ao limite: os ritmos oscilam entre o tetrassílabo e o decassílabo, mas predominam os de cinco e sete sílabas métricas, os da medida velha, vinda dos cancioneiros medievais:

*«ali está a cidade
trémulos olhos da noite*

*toda em cimento se ergue
à tona dos desperdícios
sob um arco luminoso
como um monstro incandescente
faz-se de bela deitada
espapaçada na lama*

*ali está a cidade
rosto de sonos inquietos
estremunhada nas sombras
em contra-luz rarefeita
finge-se um anjo da guarda
que se espreguiça felino
por fora assenta o colosso
em carne e osso por dentro*

*mas sobretudo a cidade
é um som
toca uma música boa
p'ra que eu me esqueça da alma ausente
que se perdeu pelas ruas
que eu não me perca também
ali está a cidade...»*

E a música-poema, extraordinário, parece-me, continua, num cadenciado em que a imagem e as antíteses (veja-se a produtiva antítese e imagem do anjo «que se espreguiça felino») e as rimas em parónimos ou internas alargam a descrição, a fotografia desta cidade («por fora assenta o colosso / em carne e osso por dentro») que é e não é Lisboa, é e não é, «o corpo dos inocentes / [abrindo] perversa o regaço / à imagem de um paraíso»; pode ser ou não Paris ou ainda o Rio de Janeiro onde o sujeito, poeta flanêur, pelas ruas, sabe que «ali está a cidade / mão de mil dedos acesos / que acariciam diáfanos / [...]» quem nela, na cidade, se perca.

Em rigor, poesia e música somam derrotas e vitórias. Nem sempre um poema tem uma música que o mereça. Nem sempre a letra de uma canção, por muito que o suporte musical seja bom, consegue atingir a beleza que se esperava. E há, na nossa língua momentos de grande poesia e música quando derrotas e vitórias

se misturam para dar origem a peças estéticas perfeitas, em que a voz do cantor, o timbre vocal do intérprete torna sua a poesia do poeta. É a vitória da música e da poesia sobre a derrota dos dias e da dificuldade de falar deles com um mínimo de magia. Quando Amália Rodrigues, no álbum *Com Que Voz* (1972) ou no trabalho discográfico *Segredo* canta os versos de David Mourão-Ferreira, eles ganham um voo que já têm, mas é mais larga a ressonância e mais funda a mensagem, dizendo de um «amor sem tréguas», que é o mesmo que há entre poesia e música:

*«É varina, usa chinela,
Tem movimentos de gata
Na canastra, a caravela;
No coração a fragata.*

*Em vez de corvos no xaile
Gaivotas vêm pousar.
Quando o vento a leva ao baile,
Baila no baile co'ò mar.*

*É de conchas o vestido;
Tem algas na cabeleira;
E nas veias o latido
Do motor de uma traineira.*

*Vende sonho e maresia,
Tempestades apregoa.
Seu nome próprio, Maria.
Seu apelido, Lisboa.»*

E o mesmo se poderia dizer quando canta outro grande poeta português Alexandre O'Neill, grande amigo do poeta brasileiro Manuel Bandeira (também ele grande conhecedor de música). A poesia de O'Neill, de resto, porque tem como força-motriz da sua escrita uma forte observação do quotidiano lisboeta (com os velhos nos jardins, as peripécias de quem anda na lida e azáfama de uma vida que, muitas vezes, está condenada ao fracasso ou, senão isso, à sarcástica e salivar piada à portuguesa) serve bem o propósito da música como apontamento rápido de um qualquer instante. Grava-se, na letra de música e grava-se no poema cantado, uma

impressão. Ainda assim, podendo ir dos poetas populares aos poetas cultivados, o fado – e em particular Amália – é na música portuguesa um caso exemplar de união e parceria entre música e poesia cujos frutos são, em regra geral, de enorme qualidade. Impera a regularidade formal, como se vê nos poemas de David Mourão-Ferreira ou de Pedro Homem de Mello, poetas cultos, e são ainda presença no repertório de Amália Rodrigues os poemas para fado escritos por Luís de Macedo, José Carlos Ary dos Santos e ainda Manuel Alegre, que contribuiu com quatro textos.

A «agilidade de oficina», de que fala Vasco Graça Moura, a respeito desses poemas, «a densidade verbal e o forte sentido da musicalidade e da sonoridade dos versos» que encontramos nas peças da fadista portuguesa, reconduz-nos ao fundo emocional do lirismo português. Se ouvirmos com atenção um fado como «Tão Longe», facilmente nos apercebemos que há uma trágica escrita que na voz mais trágica se torna:

*«Em sonhos lá vou de fugida,
Tão longe de mim tão longe.
É triste viver tendo a vida,
Tão longe de mim, tão longe!»*

E essa dimensão trágica do viver, esse desencontro tão português entre amante e amada alterna, no fado português, alterna com o pitoresco da alma popular que, pelas palavras dos poetas, como O'Neill, faz sangrar de modo menos fatal uma natureza emotiva própria do nosso lirismo. E outros momentos há em que esse fatalismo, cheio de saudade, foge aos esquemas lineares do «fado castiço» e propõe novas inflexões e novos aspetos rítmicos e prosódicos ao cantor. É o caso deste fado de Alexandre O'Neill, ou poema cantado por Amália Rodrigues:

*«Não há flor do verde pino que responda
a quem como eu, dorme singela.
O meu amigo anda no mar e eu já fui onda,
Espreada em procela...»*

*Pesa-me todo este corpo que é o meu
repesado como água sem destino.
Anda no mar o meu amigo, ó verde pino,
Ó verde mastro da terra até ao céu!*

*Soubera eu do meu amigo
E não estivera só comigo!*

*Que onda redonda eu era para ele,
quando, fagueiro, desejo nos levava,
ao lume de água e à flor da pele,
pelo tempo que mais tempo desdobrava!*

*E como, da perdida donzélia,
arranquei para aquela tempestade
onde se diz, duma vez, toda a verdade,
que é a um tempo verdade e fantasia!*

*Que sou agora, ó verde pino, ó verde mastro
aqui prantado e sem poderes largar?
Na mágoa destes olhos só um rastro.
Da água verdadeira doutro mar...*

*Soubera eu, enfim, do meu amigo
E não estivera só comigo, em mim!*

Poesia e música, enfim... Relações de proximidade. Não de conflito. Valeria a pena recordar que muitos foram os poetas que fizeram dos seus poemas verdadeiras «artes de música» e muitos são os músicos que fazem de suas letras verdadeiras «artes poéticas». De Baudelaire (o seu poema «L'invitation au voyage» foi pretexto para a composição de Fauré) a Jorge de Sena (que começou a escrever poesia por ter ouvido uma peça de Debussy, «La Cathédrale Engloutie») e que escreveu todo um livro de poesia dedicado à Música, intitulado justamente *Arte de Música*, de 1968, são evidentes os vasos comunicantes que se estabelecem. O verso de Sena, nesse poema de «La Cathédrale Engloutie, de Debussy», em que o sujeito declara: «Creio que nunca perdorei o que me fez esta música.», é revelador do que a arte pode suscitar. Jorge de Sena diz-nos porquê, por que razão não pode perdoar o que lhe fez a peça de Debussy:

*«Eu nada sabia de poesia, de literatura, e o piano
Era para mim, sem distinção, entre a viúva alegre e Mozart [...]*

*Submersa catedral inacessível! Como perdoarei
aquele momento em que do rádio vieste,
solene e vaga e grave, de sob as águas que
marinhas me seriam meu destino perdido?*

*Ó catedral de sons e de água! Ó música
sombria e luminosa! Ó vácuo solidão
tranquila! Ó agonia doce e calculada!
[...]*

*Eu hei-de perdoar-te? Eu hei-de ouvir-te ainda?
Mais uma vez te oiço, ou tu, perdão, me escutas?»*



SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DO AMOR EM CAZUZA

ILZA MATIAS DE SOUZA

Da provocação sobre a relação complexa entre texto e música, poesia-música, entre palavras e melodia, entre “som” da palavra (e não seu significado), e “sons” musicais escolhidos, tal como se apresenta na canção intitulada “Canção Bonita”, do grupo Rumo, que quase não tem melodia, e cuja letra é praticamente recitada, falada, em vez de ser cantada:

“Ele fez uma canção bonita pra amiga dele, e disse tudo que você pode dizer pra uma amiga na hora do desespero. Só que não pôde gravar, e era um recado urgente, e ele não conseguiu sensibilizar o homem da gravadora. E uma canção dessa não se pode mandar por carta pois fica faltando a melodia. E ele explicou isso pro homem: Olha, fica faltando à melodia”. In (Sérgio Vaz, “A música da fala”, Jornal da Tarde, 7/11/1981).

O problema poderia ser colocado assim, tal como sugere Maria Cristina Aguiar (Música e Poesia: a relação complexa entre duas artes da comunicação. IN: <http://www.ipv.pt/forumedia/6/13.pdf>): o texto condiciona nosso modo de desfrutar da música? A melodia da música enriquece a mensagem do texto?

Argumento 1: o compositor usa a interpretação que faz do poema após a sua leitura. Apropria-se dele e torna-o seu ao transformá-lo em música. Um poema nunca é verdadeiramente assimilado numa composição, mas sim incorporado nela, onde

continua com a sua vida própria dentro do corpo da música. Esta apropria-se do poema com toda a sua carga fonética, dramática, sintática e semântica. Nietzsche:

Quando um compositor escreve para um poema lírico... ele, enquanto músico, não está interessado nem nas imagens nem nos sentimentos que o texto possa evocar. Uma relação necessária entre poema e música não faz sentido; apenas se consegue uma relação externa. Relacionado como música o poema é apenas um símbolo, tal como um hieroglifo de coragem o é para um corajoso soldado.

Argumento 2: Na sua definição tradicional, canção sintetiza uma arte que reúne música e poesia, entoação e discurso, como meios de expressão e que se reveste de um caráter de criação divina. Durante muito tempo, a poesia foi destinada à voz e ao ouvido. Na Idade Média, “trovador” e “menestrel” eram sinónimos de poeta. Seria necessário esperar a Idade Moderna para que a invenção da imprensa, e com ela o triunfo da escrita, acentuasse a distinção entre música e poesia. A partir do século XVI, a lírica foi abandonando o canto para se destinar, cada vez mais, à leitura silenciosa. Entretanto, mesmo separado da música, o poema continuou preservando traços daquela antiga união. Certas formas poéticas, ainda vigentes, como o Madrigal, o Rondó, a Balada e a Cantiga aludem diretamente às formas musicais. Se a separação de poetas e músicos dividiu a história de um género e outro, a poesia não abandonou de vez a música tanto quanto a música não abandonou de vez a poesia (In Luciano Marcos Dias Cavalcanti, *Música Popular Brasileira, Poesia Menor?*).

A ópera, em uma perspectiva erudita, foi o estilo que conservou a velha comunhão entre a música e a poesia, ainda que em suas origens no ambiente ibérico dos sécs. 16, 17, com a zarzuela, ela ainda não estivesse destituída de sua raiz popular, tornando sua vivência erudita algo mais próprio do século 18 e 19. Na perspectiva da música popular, particularmente aqui, a brasileira, podemos constituí-la como o retorno àquela situação originária, na qual “se diz isso [o poema] cantando”. Isso foi resultado de processos culturais próprios, tais como os que, por exemplo, nos anos 50, levaram à aproximação nova entre literatura e música popular brasileira: Vinicius influenciando Tom Jobim, Johnny Alf, Ronald Boscoli, João Gilberto... enfim, a Bossa Nova. Mantendo-se na linha da incorporação disso no cotidiano da cultura musical brasileira existem outras apropriações: Fagner musicando poemas de Cecília Meirelles e mesmo as referências enviesadas a Guimarães Rosa e a dimensão linguística em que se desenvolve sua literatura, em algumas canções de Caetano, especialmente a Terceira Margem: “Hora da palavra, quando não se diz nada, fora

da palavra, quando mais dentro aflora, fora da palavra, rio, pau enorme, nosso pai.”

Em uma perspectiva regional quero destacar aqui a apreensão desse processo feita pelo músico popular-erudito-sertanejo, Elomar Figueira, que recria a lírica trovadoresca, colocando o sertão da Bahia (ou qualquer sertão) na geografia dessa tradição, aqui particularmente ibérica, com uma canção de amigo.

*“Lá na casa dos Carneiros onde os violeiros vão cantando louvando você
Em cantigas de amigo cantando comigo somente porque você é
Minha amiga mulher, lua nova do céu que já não me quer.
Dezessete é minha conta, vem minha amiga e conta uma coisa linda pra mim
Conta o fio dos teus cabelos, sonhos e anelos
Conta-me se o amor não tem fim
Madre amiga é ruim, me mentiu jurando amor que não tem fim.”*

*Lá na cada dos Carneiros sete candeieiros iluminam a sala de amor
Sete violas em clamores, sete cantadores, são sete tiranas de amor
Para a amiga em flor, que partiu e até hoje não voltou.*

*Dezessete é minha conta, vem minha amiga e conta uma coisa linda para mim
Pois na casa dos Carneiros violas e violeiros só vivem clamando assim
Madre amiga é ruim, me mentiu jurando amor que não tem fim.”*

Ilza Matias. UFRN.

MARCHA

(Cecília Meireles)

*As ordens da madrugada
romperam por sobre os montes:
nosso caminho se alarga
sem campos verdes nem fontes.
Apenas o sol redondo
e alguma esmola de vento
quebram as formas do sono
com a idéia do movimento.*

*Vamos a passo e de longe;
entre nós dois anda o mundo,
com alguns mortos pelo fundo.
As aves trazem mentiras
de países sem sofrimento.
Por mais que alargue as pupilas,
mais minha dúvida aumento.*

*Também não pretendo nada
senão ir andando à toa,
como um número que se arma
e em seguida se esboroa,
- e cair no mesmo poço
de inércia e de esquecimento,
onde o fim do tempo soma
pedras, águas, pensamento.*

*Gosto da minha palavra
pelo sabor que lhe deste:
mesmo quando é linda, amarga
como qualquer fruto agreste.
Mesmo assim amarga, é tudo
que tenho, entre o sol e o vento:
meu vestido, minha música,
meu sonho e meu alimento.*

*Quando penso no teu rosto,
fecho os olhos de saudade;
tenho visto muita coisa,
menos a felicidade.
Soltam-se os meus dedos ristes,
dos sonhos claros que invento.
Nem aquilo que imagino
já me dá contentamento.*

*Como tudo sempre acaba,
oxalá seja bem cedo!
A esperança que falava
tem lábios brancos de medo.
O horizonte corta a vida
isento de tudo, isento...
Não há lágrima nem grito:
apenas consentimento.*



CANÇÕES ATLÂNTICAS: escrever com um pé em Alfama e o outro em Ipanema

TIAGO TORRES DA SILVA

Boa tarde! É um prazer muito grande estar aqui perante vocês a falar na qualidade de letrista, num país de tantos letristas que foram e são meus mestres! O país de Paulo César Pinheiro, de Aldir Blanc, de Luiz Tatit, de Arnaldo Antunes, de Ronaldo Bastos, de Zé Miguel Wisnik, de Fernando Brant, de Rita Lee, de Noel Rosa, de Caetano Veloso, de Vinicius de Moraes e de Chico Buarque, o homem que me tira a razão de viver! Tudo o que ele escreve faz-me pensar: O que é que eu ando para aqui a fazer?

Quero agradecer à UCCLA e à Prefeitura de Natal por este convite tão simpático. Ainda por cima nesta altura em que o Inverno está de pedra e cal em Lisboa, todas as desculpas para fugir para o verão e para perto da praia são bem vindas.

A minha vida de escritor tem-se centrado bastante na escrita para canções. É o que mais gosto de fazer porque me permite desaparecer. Para o público, uma canção é sempre do seu intérprete e apraz-me imensamente nutrir as carreiras dos intérpretes que admiro. Não há nada que eu admire tanto como a voz, a inteligência do canto, a noção exacta do peso que as palavras têm.

Tenho escrito para diversos tipos de música, pop, rock, étnica, mornas, música espanhola, eu sei lá. Em nenhum desses lugares me senti tão profundamente feliz como no Fado e na MPB. Nesses dois lugares da música, a palavra tem uma importância enorme... mas, eu não fiz esforço nenhum para que isto acontecesse.

Desde pequeno que sempre preferi a música em português. O meu primeiro disco foi de Gal Costa. A minha cantora predilecta sempre foi Amália Rodrigues. À excepção de June Tabor, Marianne Faithfull, Juliette Greco e poucas mais, todas as vozes que me emocionaram profundamente cantam em português.

É, por isso, uma grande alegria escrever para as vozes que me fizeram querer ser letrista. E, se é verdade que sou do fado e me sinto inteiramente pertença dele, não é menos verdade que me sinto pertença da música popular brasileira.

A maior parte das pessoas afirma que isto é um contrasenso. Talvez seja, não sei e se é, não me interessa. Não fiz esforço nenhum para ser assim, já vinha com estas informações inscritas no meu DNA. E alguém que olhe com maior detalhe, com maior profundidade, compreenderá facilmente que só uma pessoa que é muito de uma coisa é que também pode ser muito de outra sem excluir a primeira. Pura e simplesmente, acrescentando.

Escrever para música popular, seja ela fado, morna, samba, choro ou o que for, aprende-se na rua. Nas casas de fado de Alfama, nas rodas de choro da Vila Isabel, nos ensaios das escolas de samba em Oswaldo Cruz, nos botecos da Lapa. Aprende-se entre copos, gargalhadas e lágrimas. Aprende-se fazendo, participando, vivendo e ouvindo, ouvindo a música que os outros fazem, ouvindo aquilo que os outros dizem, ouvindo a pulsação dos dias e das noites, o tilintar dos copos, o marulhar das ondas, os rituais de candomblé e as orações do catolicismo, o pregão das varinas da Madragoa e o do vendedor de Guaraná Antártida nas praia de Ipanema. O meu ofício é escutar. Escuto os meus parceiros musicais, escuto as melodias que eles me enviam, escuto as vozes que vão cantar as palavras que escrevo e depois procuro em mim o que pode corresponder àquilo que escutei. Algumas vezes não encontro nada. Mas é sempre porque não procurei bem, porque nós temos tudo dentro de nós. É só procurarmos. Aprendi a procurar. Tive de o fazer para me ser possível escrever para gente tão diversa como Zeca Baleiro, Tereza Salgueiro, Daniela Mercury ou Celeste Rodrigues que é a mais antiga fadista em atividade, irmã de Amália Rodrigues. Aliás, por falar em Amália, partilho da sua opinião que um texto bem escrito para ser cantado não é letra: já é música.

Mas escutar é a coisa mais difícil. Não se escuta de repente. Eu levo muito tempo a escutar uma melodia, a escutar uma voz e, por isso, dizem em Portugal que eu sou o “letrista das velhas”. E, em certa medida, é verdade. É-me muito mais fácil escrever para vozes que acompanho há muito tempo, porque já as escutei muitas vezes, já as conheço, já as tenho a correr-me nas veias. Além disso, adoro o que surge na voz quando os malabarismos já não são fáceis e os tons descem para dentro da alma.

Voltando um bocadinho atrás, a que uma boa letra é já música, a verdade é que cada tipo de música tem um “dialecto” próprio. Há palavras que o fado não tolera e o samba aceita perfeitamente e o contrário também é verdade. Só que quer o fado, quer o samba têm vida própria, e uma personalidade muito vincada. Quando não gostam de uma palavra, de uma ideia, de uma expressão, são eles próprios a empurrarem-na para fora dos versos, para fora das melodias.

No fado tradicional existe um acervo de melodias que os fadistas vão pinçando e nas quais cada um coloca os versos que quiser. Todos os fados tradicionais são de métrica regular e há-os de quadras, quintilhas e sextilhas. E decassilábicos, alexandrinos ou em redondilha maior. Por isso, quando um fadista me diz: preciso de uma letra para o Fado Carriche ou para o Fado Três bairros, ou para o Fado Menor, eu já sei a que é que ele se refere. E procuro naquela melodia o que pode ser pertença da voz que o vai cantar. Por exemplo, a Tereza Tarouca, que é uma das maiores fadistas da estória do Fado, canta no Fado Alberto uma letra minha que começa assim:

*“Vim aqui morrer e não sabia
mas foi isso, para isso vim aqui
ah, e se eu pudesse morreria
que eu vim aqui morrer e não morri”*

Mas, o fadista Marco Rodrigues, jovem talentosíssimo, pediu-me uns versos para o mesmo fado:

*“Cansei-me dos poemas que escrevi
mas não tive coragem de os rasgar
são versos, meu amor, falam de ti
mesmo que às vezes finjam não falar”*

Além disso, existem evidentemente compositores que vão comendo fados. De entre os meus mais jovens parceiros, penso que o Tiago Machado e o Diogo Clemente são dos mais promissores compositores. Mas há um tempo, eu decidi pegar nas minhas letras e enviá-las aos meus amigos brasileiros para fazerem fados. Era uma ideia um bocado doida, mas é assim que eu sou. O resultado foi um disco e um espectáculo chamados “Fado Mulato” onde a fadista Maria João Quadros deu voz aos meus poemas e à música linda de Pedro Luis, Francis Hime, Ivan Lins, Alzira Espíndola, Chico César, Iara Rennó, Olivia Byington e Zeca Baleiro.

Gosto muito destas misturas. Acho que os artistas são mais ou menos contrabandistas e adoro contrabandear palavras, poemas, pautas de música, melodias, harmonias. Tento mantê-las nos dois sentidos, de cá pra lá e de lá pra cá. Ainda na semana passada terminei um sambinha com um compositor português maravilhoso – Tozé Brito.

E nesta senda de “amancebar” Portugal com o Brasil, voltei a pedir ao Francis Hime uma música para a jovem Mafalda Arnauth – o resultado foi este “E se não for fado”

E SE NÃO FOR FADO

(Francis Hime)

*E se não for fado
Mas trazer a voz do mar
Que deixa um cheiro salgado
À beira do meu olhar*

*E se não for triste
Mas tiver a voz de Deus
Essa voz que em mim persiste
Quando os dias são ateus*

*E se não for nada disso
Porque a minha timidez
Não o deixa ser castiço
Quando o quer mais português.*

*Talvez seja um fado errado
Que a minha alma aprendeu,
Não será o vosso fado
Não será mas é o meu!*

*E se não for fado
Mas correr na direcção
Do rio que banha apressado
As margens da minha mão*

*E se não for negro
Mas pintar todas as cores
Que dão igual aconchego
Aos sorrisos e às dores*

E se não for nada disso...

Há um sabor no fado antigo que me agrada muito. Há uma propriedade, um marcar posição. O fado quando chega, afirma: “aqui estou eu!” com voz de trovão. Não é uma música que se possa pôr para fazer ambiente num jantar para convidados ilustres e o que é engraçado é que quase todos os cantores portugueses, mesmo os que não são fadistas, acabam sempre por ir lá dar. E também muitos brasileiros: Já

ouvi fados nas vozes de Maria Bethânia, Caetano Veloso, Ney Matogrosso, Gilberto Gil, Alcione, Fafá de Belém, Joanna, Gal Costa, Elba Ramalho, Mônica Salmaso, Bibi Ferreira... Aliás, há uns anos, dirigi um espetáculo com Bibi sobre a vida da Amália que foi um dos presentes mais extraordinários que a vida me deu.

Mas, estava a falar-vos do fado antigo e de todos quantos letrei, nenhum me correu tão bem como este tema do Armandinho, não do brasileiro, do português que foi um guitarrista da década de 20 e 30 do século passado. Este tema chamava-se “Meditando” antes de eu lhe ter posto letra. Agora, chama-se “Voltarei à minha terra”. Quem o interpreta é a Tereza Salgueiro, a antiga vocalista dos Madredeus.

VOLTAREI À MINHA TERRA

*Voltarei à minha terra
quando já estiver cansada
do destino que me leva
a andar de estrada em estrada*

*Por enquanto, eu adivinho
este destino que pra mim escolhi
vai chegando de mansinho
quando eu percorro o caminho
que me vai levar a ti*

*Minha terra é a distância
minha casa é o segundo
em que eu lembro aquela ânsia
que me chega da infância
e me leva pelo mundo
Por isso é que sou menina*

*e não vou mudar de idade
chamo terra à minha sina
e chamo casa à saudade*

*Se o relógio se adianta
prende-me o fado à garganta
e obriga-me a cantar
como se a qualquer momento
se escutasse a voz do vento
nas profundezas do mar*

*Mas se o ponteiro se atrasa
chamo terra e chamo casa
ao antes e ao depois...
quando seguimos sozinhos
vamos abrindo caminhos
onde às vezes cabem dois*

Também escrevo muitas vezes para a pop, não com muita frequência porque a verdade é que a música pop raramente permite grandes voos poéticos.

A Música Popular brasileira permite, e de que maneira!, aliás, eu ousou dizer que se Portugal é tido pelo país dos poetas, o Brasil, para mim é o país dos letristas. Tiro

o meu chapéu a todos aqueles nomes que citei no início e a muitos outros. Há frases dentro da música brasileira capazes de mudar uma vida:

“cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”
(Caetano Veloso)

“vê se me dá o prazer de ter prazer comigo”
(Rita Lee)

“a saudade é o revés de um parto, a saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu”
(Chico Buarque)

“os homens serão felizes como se fossem meninos”
(Fernando Brant)

“santa virgem maria, vós que sois mãe do filho do pai”
(Gilberto Gil)

“o meu cartão de crédito é uma navalha”
(Cazuza)

“sabe lá o que é não ter e ter que ter pra dar”
(Djavan)

e tantas, tantas outras.

Fazer um bocadinho parte deste mundo é um privilégio, uma honra e uma alegria. Mas para aqui chegar, colecionei durante anos, centenas e centenas de discos de música brasileira, li muitos autores brasileiros, vi muito teatro brasileiro, estudei muito a cultura brasileira, os rituais, o candomblé, etc. e o risco que eu corro enquanto letrista da MPB é de ser mais brasileiro que os brasileiros. Quando escrevi quase todas as letras do penúltimo disco de Olivia Byington, houve um crítico que disse que era mentira, que eu não podia ser português para escrever daquela maneira, que tudo não passava de uma jogada de marketing. Eu fiquei todo vaidoso e a principal razão de ele pensar isso era uma canção que rezava assim:

O MAR É MINHA HORA

*Os beijos que nós troquemo
Ninguém os pode apagar
Nem os deuses nem o demo
Só o mar*

*Os peixe que nós comemo
Ninguém nos pode tirar
Nem igreja nem governo
Só o mar*

*O mar é minha hora, é minha oração
É o meu descanso, a minha canção
O mar é sol, é solidão
É o meu campo, o meu campeão
O mar é moça e emoção*

*A vida que nós lutemo
Ninguém nos pode ajudar
Nem os vento nem os remo*

Só o mar

*A noite que nós se ama
Ninguém apaga o luar
E nós não quer outra cama
Só o mar*

O mar é minha hora...

*De manhã quando acordemo
Ninguém me faz levantar
Muié ou filhos piqueno
Só o mar*

*Olhando a eternidade
Quando a morte me levar
Ninguém me deixa saudade
Só o mar*

O mar é minha hora...

Mas, voltando ao que eu estava a dizer antes, deixem-me acrescentar que eu acho a música do nordeste muito próxima do fado e Luis Gonzaga um “grande fadista”. Talvez pela vida dura a que os nordestinos estão sujeitos. A verdade é que a miséria do fado é irmã gémea da pobreza nordestina. Qualquer das canções de Luiz Gonzaga ou Humberto Teixeira daria um fado perfeito:

“quando olhei a terra ardendo...”

É tudo uma questão de atitude. O fado é uma questão de atitude. E fiquem sabendo que Dorival Caymmi também é um fadista de primeira água:

“o pescador tem dois amor, um bem na terra, um bem no mar”

Quando escrevi “Mãe Quelé” em homenagem à extraordinária Clementina de Jesus. Maria Bethânia, que gravou “Mãe Quelé” em duo com Olivia Byington disse-me que aquela letra era brasileira demais para ela entender e que teve que se ir informar sobre o que queriam dizer corimas, incelenças e afins. É que, como por vezes me pode faltar a familiaridade com algum do imaginário brasileiro, eu tenho que estudar muito mais, tenho que escutar muito mais, por isso estou quase sempre muito bem informado quando escrevo uma canção.

Um dos problemas que mais assalta um letrista como eu, luso-brasileiro, é a questão da métrica. É que, dadas as elisões que os portugueses fazem e aquela mania de comer vogais contrariamente aos brasileiros que abrem desmesuradamente todas as vogais, a métrica da frase e conseqüentemente a acentuação mudam consideravelmente. Por exemplo, a frase “queria morar numa estrela” tem 9 sílabas no Brasil e é acentuada na segunda, na quinta, na sexta e na nona sílaba enquanto que em português de Portugal tem 7 sílabas e é acentuada na 1ª, na 4ª e na 7ª sílaba.

Escrever sambas é uma delícia, da minha autoria o Seu Jorge gravou “na ponta dos pés”

*“Quero fazer um samba apaixonado
Com a benção de Xangô
Um samba sem mau olhado
Que me faça namorado
Da minha Nega Fulô”*

O samba pede palavras apaixonadas, muitas vezes superficialmente alegres pois *“pra fazer um samba com beleza é preciso um bocado de tristeza”*

E essa tristeza do samba é irmã gémea da tristeza do fado. A do fado talvez seja mais lúcida, mas a tristeza do samba é tão profunda como a do fado.

No Brasil, Olivia Byington foi a cantora que mais canções gravou com letra minha, penso que foram 11. Segue-se-lhe Ney Matogrosso que gravou 5, ou melhor 4 + 1, porque houve uma - “duas nuvens” - que ele gravou duas vezes. Elba Ramalho, Mônica Salmaso, Fafá de Belém e Zélia Duncan gravaram duas. Apenas uma canção gravou Ná Ozzetti, Alcione, Seu Jorge, Pedro Luis e a Parede, Chico César, Daniela Mercury, Zeca Baleiro, Luciana Alves, Joanna, entre muitos, muitos outros.

E Maria Bethânia, claro! Confesso que no dia em que Bethânia gravou umas palavras escritas por mim, pensei que o mundo poderia acabar, que já estava bom.

É este o meu pequeno quintal dentro da MPB. É um quintalinho humilde, pequeno, mas é meu!, e é meu com muito orgulho!

Por isso, não posso deixar de terminar agradecendo a este povo maravilhoso, a este país tão generoso por sempre me ter recebido de braços abertos! Já sou um de vocês e não me canso de agradecer!

A melhor forma de dizer obrigado é agradecendo também ao primeiro cantor de sucesso que gravou palavras minhas, quando ainda ninguém me conhecia no Brasil. Foi ele Ney Matogrosso e eu ainda hoje me belisco mas não para acordar, que eu jamais quero acordar desse sonho onde ele me meteu. Termino, por isso, com a melodia de um fado tradicional – o Fado Menor do Porto - que o Ney gravou há muitos anos e que ilustra bem este meu percurso onde fronteiras se esbatem, distâncias desaparecem, e a gente sente-se herdeira de Virgílio Ferreira quando este afirmou. “Da minha língua avista-se o mar”.

SEREIA

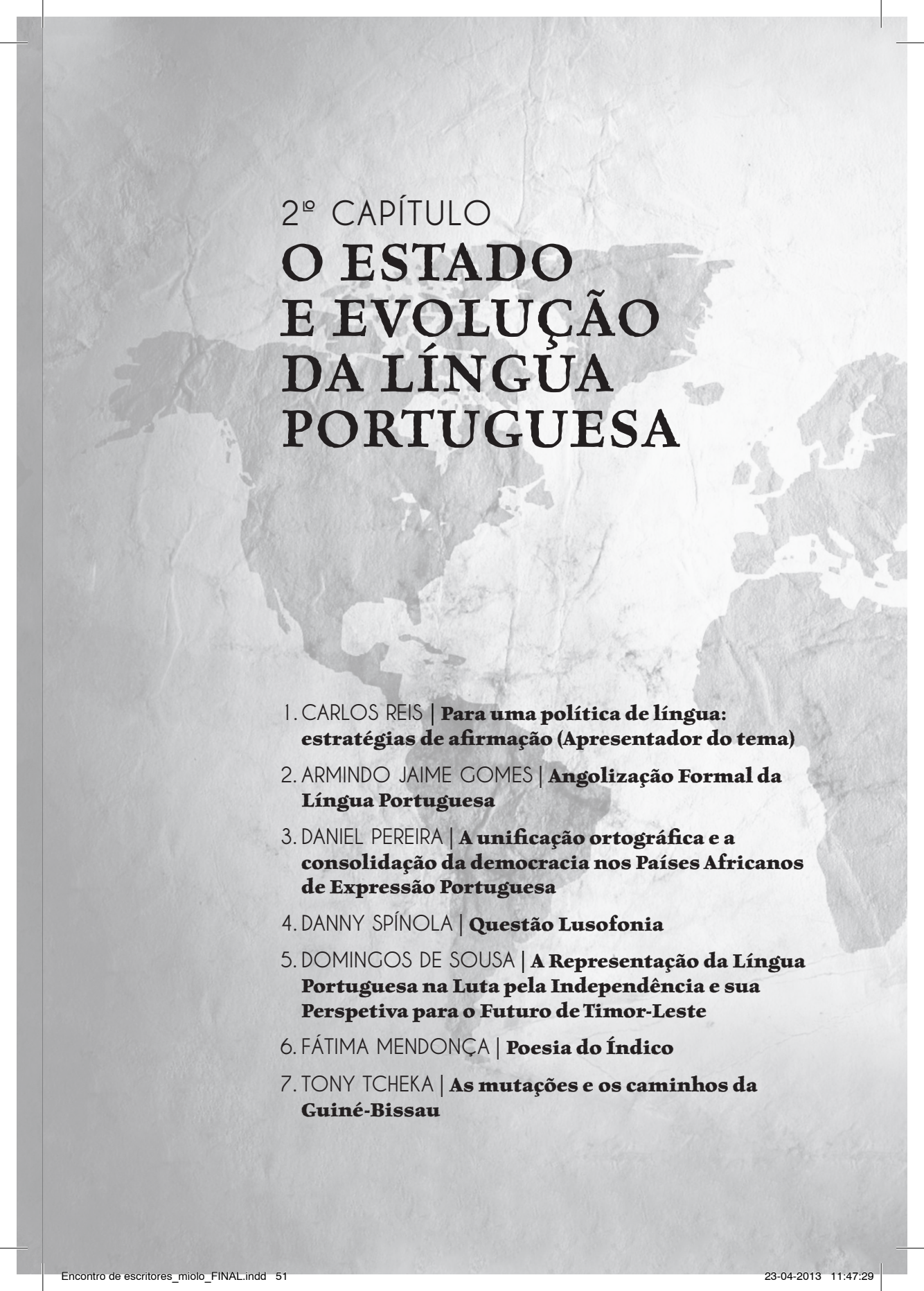
*Beira-mar à beira-areia
o azul do mar chamou-me
e na voz de uma sereia
ouvi dizer o meu nome*

*Beira-mar à beira-amor
perguntei-lhe quem me chama
ela disse que era a dor
que não pode amar mas ama*

*Beira-mar à beira-porto
gritou: minha alma é tua
mas quando olhei o seu corpo
foi-se embora semi-nua*

*Beira a beirar solidão
durante dias chamei-a
e no mar do coração
ao longe escuto a sereia*





2º CAPÍTULO
**O ESTADO
E EVOLUÇÃO
DA LÍNGUA
PORTUGUESA**

1. CARLOS REIS | **Para uma política de língua: estratégias de afirmação (Apresentador do tema)**
2. ARMINDO JAIME GOMES | **Angolização Formal da Língua Portuguesa**
3. DANIEL PEREIRA | **A unificação ortográfica e a consolidação da democracia nos Países Africanos de Expressão Portuguesa**
4. DANNY SPÍNOLA | **Questão Lusofonia**
5. DOMINGOS DE SOUSA | **A Representação da Língua Portuguesa na Luta pela Independência e sua Perspetiva para o Futuro de Timor-Leste**
6. FÁTIMA MENDONÇA | **Poesia do Índico**
7. TONY TCHEKA | **As mutações e os caminhos da Guiné-Bissau**



II ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA DE NATAL

**Dois pormenores da mesa do 2º tema,
O ESTADO E EVOLUÇÃO
DA LÍNGUA PORTUGUESA,**

ambos com os seguintes oradores
(da esquerda para a direita):

*Armindo Jaime Gomes, Danny Spínola, Laurence
Bittencourt Leite, Carlos Reis, Daniel Pereira*



PARA UMA POLÍTICA DE LÍNGUA: estratégias de afirmação

CARLOS REIS

I O presente texto propõe-se lançar pistas de análise e de debate em torno de um dos temas selecionados para o II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa de Natal. Subjaz ao referido tema – o Estado e a evolução da língua portuguesa – a noção de que as práticas literárias, no universo a que chamamos da lusofonia, estão diretamente relacionadas com a língua, pelo menos em dois planos: no respeitante à forma e à substância da expressão daquelas práticas e no respeitante ao estado de evolução de um idioma presente em vários continentes e objeto de uma (ou várias) política(s) de língua. É neste último plano que se torna visível a ação dos Estados em que o português foi adotado como língua oficial, sendo certo que as políticas de língua condicionam a afirmação, no plano interno e sobretudo no plano externo, de literaturas hoje autonomizadas e que emanam de matrizes geoculturais muito distintas. Sem pôr em causa aquela autonomia, esta intervenção pretende sublinhar a importância de uma política de língua, da responsabilidade de cada Estado ou solidariamente assumida por vários deles, no processo de internacionalização das literaturas de língua portuguesa. Processo que é também o de internacionalização da própria língua.

O ponto de partida para o que aqui direi traduz alguma coisa daquilo que foi proposto por um grupo de trabalho que há pouco mais de três anos coordenei, por encargo do Governo Português, grupo de trabalho que procurou estabelecer as bases

de sustentação para uma política de internacionalização da língua portuguesa. As propostas enunciadas no estudo produzido baseiam-se em princípios fundamentais, convocam específicos agentes político-culturais e explicitam oportunidades a contemplar. Alguns daqueles princípios: o da relativa coesão de um idioma compartilhado por vários países e povos, cuja diversidade deve ser respeitada; o da solidariedade estratégica entre esses países, tendo em atenção que a todos interessa uma língua com vigor internacional; o da afirmação da língua como poder transnacional que dinamiza outros poderes, que não apenas o linguístico.

2. O potencial do português como língua de projeção internacional é hoje consensual. Pelo idioma identificamo-nos e identificamos os outros, estabelecemos laços de afeto e correntes de solidariedade. Mais: pelo idioma e pela cultura que nele se expressa vai-se longe e abre-se caminho a projetos de desenvolvimento económico e a investimentos no exterior. E ainda: no que à língua portuguesa diz respeito, aquele potencial ampliou-se desde que passaram a ser oito os países que adotam o português como língua oficial.

Este é o lado brilhante de um astro que tem, contudo, uma face oculta. Ou algumas paisagens por descobrir. Olhados em conjunto, os oito países de língua oficial portuguesa revelam assimetrias e descontinuidades que condicionam uma política de língua consequente. As assimetrias: entre os oito, está um país chamado Portugal, onde a língua não raro é vista como património de exclusiva propriedade dos portugueses; um outro país chama-se Brasil e tem uma dimensão geográfica e demográfica cuja relevância política, económica, científica e tecnológica à escala mundial parece hoje imparável; para além destes, outros países do mundo da lusofonia (termo que uso com reservas) enfrentam ainda problemas de desenvolvimento que podem comprometer a consolidação do português nos seus espaços internos. A par disto, as descontinuidades: os quatro continentes por onde se espalham os países de língua oficial portuguesa determinam uma presença do idioma muito disseminada, sendo certo que essa disseminação tem o custo das distâncias a superar, quando estão em causa projetos de cooperação ou de harmonização linguística. Basta olhar para o mapa pluricontinental da língua portuguesa e compará-lo, a este propósito, com o mapa da chamada hispanofonia, bem mais contínuo e geograficamente coeso, e as diferenças tornam-se evidentes: fora de Espanha, o espanhol é falado, como língua nacional (às vezes dividindo essa condição com outras línguas), num espaço alargado e sem fraturas que vai da Terra do Fogo à fronteira norte do México.

Uma política de língua preocupada em manter a unidade possível do idioma (é disso também que ela trata) não deve ignorar o diferente grau de intervenção e os específicos papéis que cada ator singular nela há de desempenhar, em função da sua dimensão, do seu poder económico e do seu protagonismo na cena internacional.

O que fica dito, ainda em jeito de preâmbulo, aponta para a imperiosa necessidade de dispormos, preferencialmente decorrendo da solidária iniciativa dos vários Estados, de uma política de língua coerente, estrategicamente orientada e consequente. Para que fique claro desde já: quando me refiro a política de língua falo de um processo de internacionalização do português, compartilhado e articulado pelos vários países de língua oficial portuguesa, que confirme e amplie o mencionado potencial de afirmação do idioma à mesma escala de outros grandes idiomas de cultura. A noção de internacionalização da língua portuguesa reporta-se, então, a um processo eminentemente político de afirmação, de consolidação e de diversificação funcional da língua na cena internacional, enquanto idioma utilizado em países estrangeiros e não lusófonos, em funções convencionalmente culturais e académicas, mas também noutras utilizações que podem garantir e reforçar o prestígio de uma grande língua de cultura: na ciência, na Internet, na tradução e interpretação, nos negócios, etc. Um tal processo convoca, para além dos agentes políticos que os Estados definem para esse efeito, muitos outros atores e entidades que agora não pormenorizo e exige que se reconheça o seguinte: não faz sentido uma política de língua (uma política de internacionalização da língua) que abandone, subalternize ou ignore a congénita articulação do idioma com as culturas que ele plasma e com as literaturas que enforma. Desqualificar as virtudes pedagógicas e de captação de públicos que são próprias da conjugação, em geral, da língua com a cultura é um erro capital, decorrente de uma visão limitadamente “técnica” do ensino da língua. Sejam quais forem as razões – financeiras, pretensamente metodológicas ou da ordem da mais crassa ignorância – que expliquem aquela visão (melhor: aquela miopia) ela deve ser clara e veementemente rejeitada.

3. Antes de me debruçar sobre aspetos concretos e práticos do que pode ser uma política de língua, falarei brevemente de uma contradição persistente e um tanto perversa, que às vezes condiciona a nossa relação com a língua e os termos em que a postulamos como património coletivo de vários países. Essa contradição estabelece-se pela tensão entre duas tendências antagónicas. Por um lado, acentuamos o significado de um uso do idioma dominado pela criatividade individual e pela propensão para

nele introduzirmos elementos de inovação e de diversificação, sobretudo naquilo que ao léxico diz respeito, mas também, algumas vezes, no que toca às articulações fonológicas – ou à “pronúncia”, para nos entendermos. No polo oposto, está o comprazimento com que proclamamos o português como fator de agregação do mundo chamado “lusófono”, agregação atestada pela existência de (propagandeados) mais de 200 milhões de falantes, número que tende a oscilar, em função do maior ou menor entusiasmo de quem esgrime tão impressionantes milhões.

Mesmo descontadas as ditas oscilações, é inquestionável que a magnitude daquele universo dá que pensar. E não é menos evidente que ele se configura a partir de um património linguístico comum, cuja unidade é relativa, como, de resto, sempre acontece em circunstâncias culturais semelhantes. Mas parece indiscutível que, num mundo globalizado (para o bem e para o mal), a consolidação de grandes blocos geolinguísticos pode ajudar a salvaguardar singularidades e diversidades, mesmo no interior desses blocos, em domínios que estão para além da língua: na literatura, nas práticas culturais não verbais, nos negócios, na diplomacia, nas organizações internacionais, na ciência, etc. Como quem diz: há idiomas cuja afirmação (se é que não sobrevivência, a prazo) depende também de opções estratégicas que ajudem a contrariar o poder hegemónico de duas ou três línguas com dimensão efetiva ou tendencialmente global.

4. A configuração e o desenvolvimento de uma política de língua abre oportunidades de intervenção (que são também desafios) muito importantes. Em termos gerais, deve falar-se na oportunidade de criar as condições para que o português venha a ser, finalmente, a grande língua de circulação internacional que os indicadores demográficos sugerem, indicadores que só por si são insuficientes. Para além disso, a política de internacionalização da língua portuguesa constitui a oportunidade de a confirmar como refinado idioma de conhecimento, mediador e modelador de saberes diversificados e veículo de singularização cultural. Ainda uma outra oportunidade: a de se reconhecer a língua portuguesa como poderoso veículo de diálogo intercultural, seja no espaço alargado e transcontinental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, seja fora dele, um diálogo que sempre terá como marco de referência o respeito pela diferença e pela peculiaridade do *outro* com quem se dialoga.

Dito isto, faço notar que o processo de internacionalização da língua portuguesa pode beneficiar de diversas circunstâncias favoráveis, para além das fronteiras de

cada país nela envolvido. Em primeiro lugar: existem espaços em que o português está em expansão (por exemplo, a África Austral e a China), espaços esses que devem ser visados em vários eixos de penetração, que não apenas o linguístico. Em segundo lugar: devem ser encaradas como favoráveis ao português tendências atuais, sobretudo no âmbito da União Europeia, de valorização do multilinguismo como política de ensino das línguas, o que tenderá a compensar (que não a contrariar, muito menos a contestar) a predominância do inglês. Em terceiro lugar: quando existir vontade política de levar a cabo um processo estrategicamente pensado de internacionalização da língua portuguesa, essa vontade será reforçada se souber encarar a política de língua como desígnio nacional, por parte de cada Estado.

5. As considerações que se seguem incidem sobre dois eixos de atuação autónomos, mas inevitavelmente conjugados, que diretamente interferem nas acções de internacionalização da língua portuguesa: o eixo do ensino e o eixo da distribuição geográfica.

Falo do eixo do ensino (ensino do português no estrangeiro, naturalmente) e destrinço duas situações: o ensino com integração curricular e o ensino em cenários extra-curriculares (refiro-me, neste segundo caso, ao ensino do português para fins específicos ou não integrado formalmente num determinado sistema educativo); as medidas a acionar num e noutro caso serão inevitavelmente distintas, no que toca aos seus procedimentos metodológicos e aos seus instrumentos operativos. Do mesmo modo, neste eixo e no que àquela primeira situação se refere (a do ensino integrado), suscitam-se questões e pedem-se respostas específicas, de acordo com os públicos a atingir. Como quem diz: as práticas pedagógicas são inevitavelmente distintas. Seja como for, temas como a formação do pessoal docente, a certificação das aprendizagens ou o apoio à docência requerem abordagens diferenciadas, de acordo com aquelas diferentes situações.

No respeitante ao eixo da distribuição geográfica, parece claro que as questões levantadas nos Estados Unidos ou na Europa, em países com forte presença de comunidades emigrantes, no Oriente ou na América Latina exigem análises autónomas. Noutros termos: não há fórmulas generalizadas, independentes das condições locais. Dois exemplos: em espaços em que comunidades emigrantes registam presença importante, será de encarar com cautela a possibilidade de articular ações com os seus representantes, uma vez que a atuação daquelas comunidades se fixa sobretudo no ensino do português como língua materna, o que

escassamente corresponde às preocupações de uma política de internacionalização do idioma; já em espaços em que a presença da língua portuguesa é residual, devem ser equacionadas com pragmatismo soluções de ensino da língua e até de divulgação cultural adequadas a uma tal situação (eventualmente: soluções de ensino a distância).

6. Refiro-me de seguida a prioridades estratégicas, quando se trata de conceber uma política de língua articulada e finalística, desejavelmente compartilhada por vários Estados, naquilo em que essa partilha for viável; e entendo aquelas prioridades estratégicas como um corpo coerente de orientações que assim mesmo deve afirmar-se. Enunciadas aqui de forma sintética, tais prioridades deverão sempre remeter para medidas correlatas (medidas que não trato agora de elencar), capazes de concretizar os rumos sugeridos.

Falo, em primeiro lugar, da *concertação*, tanto no eixo do ensino (tendo que ver com a convergência de esforços entre vários agentes colocados nesse campo), como no eixo da distribuição geográfica (implicando a conjugação de recursos, em cenários que o justifiquem). Ao mesmo tempo, a concertação deve ser valorizada no quadro dos interesses comuns dos diversos países de língua oficial portuguesa, por razões tão evidentes que dispensam explicação. A isto juntam-se outras possibilidades, como sejam as alianças estratégicas com agências e com agentes económicos, com fundações e em geral com entidades da chamada sociedade civil que sejam detentoras de capacidade de atuação neste domínio. Mesmo em tempos de dificuldades financeiras, deve insistir-se na noção de que a causa da política de internacionalização da língua portuguesa produz efeitos e interessa a setores muito variados, da economia à ciência, das práticas culturais ao turismo. O propalado valor económico da língua é efetivo, embora os termos em que tem sido apregoado e os cálculos que o sustentam não sejam exatamente inocentes.

Refiro-me, em segundo lugar, a *racionalização instrumental*, como esforço ponderado para adoção de iniciativas destinadas a redimensionar, a rearticular ou a reestruturar entidades que, em diversos setores dos Estados (e sobretudo no *eixo do ensino*), intervêm na internacionalização da língua, não raro sob o signo da dispersão. Mesmo a mais elementar análise mostra que a atividade dos vários agentes tem padecido de redundâncias e de disfunções que aquela racionalização instrumental pode minorar de forma significativa. Deste modo, intervenções políticas da ordem da concentração, da refundação, da transferência de competências, da fusão ou da extinção devem ser equacionadas com desassombro, parecendo evidente que

o Instituto Internacional da Língua Portuguesa deve desempenhar aqui um papel decisivo. No fim da linha, estarão, para além de um desejável acréscimo de eficácia, óbvias economias de escala.

Em terceiro lugar, falo de *legitimação* e identifico-a com a implementação de medidas destinadas a conferir credibilidade, reconhecimento público e “valor acrescentado” às ações de afirmação internacional da língua, com especial incidência no plano do ensino no estrangeiro, mas indo além dele. Isto significa que as atividades de promoção, de difusão e de ensino da língua devem almejar uma legitimidade que se consegue em quatro instâncias: a da *avaliação*, a da *validação*, a da *certificação* e a da *observação*, todas elas (mas sobretudo as três primeiras) requerendo atos de verificação e de confirmação formal. Para além destas instâncias ou em paralelo com elas, outros atos de legitimação só farão sentido se conseguirem atingir aquilo a que chamei credibilidade e reconhecimento público. Um exemplo: nas circunstâncias em que presentemente existe, o Prémio Camões está longe de atingir aqueles propósitos.

Em quarto lugar, acentuo a relevância estratégica da *formação*, sobretudo da formação de professores, uma vez que o ensino da língua portuguesa no estrangeiro (componente relevante mas não único, do movimento de internacionalização da língua) demanda uma preparação científico-pedagógica adequada; tal preparação é, em muitos aspetos, distinta da formação de professores de Português língua materna (quando é essa a situação), para docência nos vários países de língua oficial portuguesa.

7. Antes de terminar quero abordar quatro temas (um deles estritamente português e potencialmente melindroso), temas que condicionam muito do que se quiser fazer em matéria de política de internacionalização da língua portuguesa.

Primeiro tema: vontade política. Retomo o que já aqui sugeri e agora explícito: é frequente ouvir-se apelar à vontade política que é necessária para desenvolver, com continuidade, uma política de língua consequente. Pois bem, a adopção de prioridades estratégicas, sejam estas, sejam outras, não é viável se aquela vontade política se não traduzir em atos concretos: medidas legislativas, configurações instrumentais, afetação de recursos financeiros, diligências diplomáticas ou meros (mas marcantes) atos simbólicos.

Segundo tema: Brasil. Há hoje, em Portugal, em matéria de língua mas também para além dela, um renovado imaginário do Brasil, fruto de mutações económicas, políticas, sociais e demográficas. Esse imaginário não se reduz já, obviamente, ao

que alguma literatura do século XIX nos legou, em parte cristalizado na figura ficcional do *brasileiro* – que era, aliás, um português. O que agora está em causa é outra coisa, mais complexa e, para alguns, difícil: reconhecer-se o crescente destaque do Brasil na cena internacional e, por esse lado, o relevante contributo que ele pode dar à política de internacionalização do português. O desconforto que, em Portugal, um tal reconhecimento não raro provoca tornou-se evidente por ocasião da arrastada querela do Acordo Ortográfico: a preocupação com as “cedências” ao Brasil e o receio de que, por causa do Acordo, passássemos a “falar como os brasileiros” são elucidativos. “Como os brasileiros”, noto, fala-se nas telenovelas importadas do Brasil, sem escândalo público e até com notórias consequências lexicais, se escutarmos com atenção o português que hoje se fala em Portugal. Há um complexo que, no fundo, persiste nos portugueses: o de uma concepção da língua portuguesa como seu património exclusivo. Ora não só o idioma não é propriedade exclusiva dos portugueses como o seu futuro depende (e muito) da capacidade de afirmação internacional de um país com o potencial geopolítico do Brasil e também de outros, que venham a alcançar semelhante potencial. Por isso mesmo, bom seria que uníssemos esforços (que nos pússemos *de acordo*), em vez de cavarmos discrepâncias baseadas em traumas por superar.

Terceiro tema: a lusofonia. Afirmo-o de forma clara: o termo e o conceito de *lusofonia* juntam à comodidade de uma designação englobante os riscos de uma valoração “contaminada” por um excesso semântico de ressonância portuguesa. O timbre conotativo da palavra (associável a Luso, a Lusitânia, a lusíada e mesmo a *Os Lusíadas*) fala por si e permite aludir, como fez Eduardo Lourenço, a uma “ressaca ‘imperial’” que a nossa História recente explicaria.¹ Significa isto que a demarcação de um universo designado como *da lusofonia* comporta, por força de uma tal designação, limites operativos relacionados com os preconceitos insinuados naquele vocábulo; daqui ao reconhecimento de crispações ainda em aberto vai um curto passo, crispações que inevitavelmente remetem para a questão da identidade. Não a da lusofonia, mas a dos seus diferentes componentes, cada um por si e cada um deles reivindicando uma identidade que sempre será inegociável e afirmada sob o signo de sedutoras e autónomas práticas culturais e literárias. Volto, por isso, a Eduardo Lourenço: “O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o imaginário da *pluralidade* e da *diferença* e é através desta evidência que nos cabe,

¹ Cf. Eduardo Lourenço, “Crise de identidade ou ressaca ‘imperial?’”, in *Prelo*, 8, 1985, pp. 15-22.

ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença”².

Quarto tema: estado da situação. Designo assim, por razões de comodidade, aquilo a que às vezes chamamos “o ponto a que chegámos”, em matéria de política de língua. No caso português, “o ponto a que chegámos” é sombrio e preocupante, parecendo certo que a difícil situação financeira de Portugal deixa escassa margem para investimentos, num domínio que o cidadão comum talvez tenha dificuldade em aceitar como prioritário; deixo, porém, em aberto a possibilidade de a breve trecho ouvirmos, da parte do atual poder político português, o que se fará ou o que se não fará em matéria de política de língua. Mas “o ponto a que chegámos” envolve outros protagonistas e outros propósitos: refiro-me ao facto de estar em desenvolvimento o chamado Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Sobre isto, há conhecimento de que os Chefes de Estado e de Governo da CPLP decidiram, em Luanda, em julho passado, implementar o dito Plano de Ação no decurso da Presidência angolana. Desejo veementemente que assim seja; e sobretudo desejo que essa implementação concretize o que o texto do Plano, atravessado pela melodiosa linguagem da diplomacia, não fez, certamente porque não podia fazê-lo: estabelecer calendários, identificar protagonistas, fixar prioridades, distribuir tarefas, atribuir responsabilidades, convocar instituições, descobrir financiamentos. Numa palavra, passar das palavras às ações, mesmo porque o tempo urge: já não falta muito para 2012, ano em que Portugal acolherá e organizará a II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

8. Algumas breves considerações finais, alinhando conclusões (cinco conclusões), em parte decorrendo do que deixei dito ou apenas implícito.

Primeira conclusão: uma política de língua virada para a internacionalização do nosso idioma exige uma acção política persistente e estrategicamente orientada. As prioridades que enunciei são propostas que pretendem valer pelo pragmatismo e pela coerência do conjunto que formam, não por uma qualquer lógica de gigantismo.

Segunda conclusão: as chamadas boas práticas, noutros países, devem ser tidas

² E. Lourenço, *Errância e Busca num Imaginário Lusófono*, separ. de Gilda Santos et alii eds., Cleonice. Clara em sua Geração. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, pp. 1-2.

em conta, ressalvadas as distâncias e as proporções. Da análise comparativa dessas boas práticas derivam ensinamentos certamente importantes.

Terceira conclusão: num cenário geopolítico e geolinguístico complexo, diversificado e muito amplo não são prudentes medidas uniformes nem rígidas. As condições locais (de ensino, de promoção, de difusão) sempre devem ser tidas em conta, motivando específicas opções táticas.

Quarta conclusão: se os recursos financeiros são importantes, não o são menos os recursos humanos. O papel, a formação e o apoio aos professores no estrangeiro, com reconhecimento do seu estatuto próprio, são decisivos.

Quinta conclusão: uma política de língua sempre beneficiará de alianças bem pensadas, no espaço interno e no espaço externo. Neste último caso, será fundamental convocar o esforço e o empenhamento de todos os países de língua oficial portuguesa, para uma causa em que solidariamente devem rever-se, com respeito pelas suas singularidades e estádios de desenvolvimento.

Assim será. E só assim aquilo a que chamamos, às vezes em mero registo de circunstância, o poder da língua irá gerando, articulada e consistentemente, uma verdadeira língua de poder.



ANGOLIZAÇÃO FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

ARMINDO JAIME GOMES

Introdução

Na concepção da presente comunicação ao II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa de 23, 24 e 25 de novembro de 2011, sob promoção da UCCLA, na cidade brasileira do Natal, entre outros aspetos, pesaram os seguintes:

(i) O devido agradecimento pelo depósito da confiança enquanto membro da União dos escritores angolanos em Benguela;

(ii) O desafio na abordagem de ensaios, tarefa difícil dada a conjuntura nacional depois da longa guerra vivenciada.

Mais que agradecimentos, o desafio demarca-se ao optar pelo segundo painel do encontro: “*O estado e a evolução da língua portuguesa*”, com um olhar perspectivado partindo de Angola, cujo azo a presente oportunidade deixou, passando em revista alguns subsídios sócio-históricos relativos à introdução e apropriação do texto oral endógeno não formal ao formal de tipo ocidental, das estratégias do olhar colonizador e do colonizado, aos conflitos delas devidos até à independência nacional e suas consequências no contexto actual.

Assim, intitulada “*Angolanização Formal da Língua Portuguesa*”, esta comunicação comporta três partes essenciais:

1. Na primeira, abrevia-se a retrospeção histórica dos labirintos por que a língua portuguesa passou, de mero instrumento de comunicação oral com

- o «outro» africano, à formalização das línguas africanas com base na letra ocidental e no espírito local;
2. Na segunda, procurou-se trazer ao entendimento dos conferencistas como os movimentos socioculturais, particularmente as instituições cristãs protestantes rurais, auxiliadas pelo movimento de intelectuais luso-africanos e descendentes, angolanizaram o texto formal de língua portuguesa ao ponto de protagonizarem controvérsias no espaço-projeto angolano;
 3. Na última, expõe-se alguns indicadores constrangedores, característicos ao contexto pós-independência, adstritos aos estudos e divulgação da língua portuguesa falada em Angola.

O fundamental nesta comunicação é ilustrar a importância da língua portuguesa para os angolanos e procurar descrever as diferentes etapas sócio-históricas que constituem o longo processo pelo qual ela passou até ser o que hoje é: uma das variantes das línguas nacionais angolanas, tida como oficial, de unidade nacional, diferente da língua portuguesa padrão e, por conseguinte, de outros países da mesma opção.

Dizer que a língua portuguesa é conhecida e falada em Angola há 500 anos não é o mais correcto, mas a sua evolução tem a ver com os processos que contribuíram no projecto da construção de Angola, enquanto Estado e Nação, com 493 anos de 1482 a 1975. Como se pode perceber, lidando-se com a língua portuguesa até hoje, em 529 anos, ela evoluiu segundo características do *status* de língua de penetração, ocupação, colonização, descolonização, unificadora, nacional mas, paradoxalmente, a par de todas as línguas faladas em Angola, incluindo as estrangeiras, a língua portuguesa luta pela sobrevivência à sua própria custa, sem nenhum investimento dirigido, ao mesmo tempo que se exige que seja bem falada ou, pelo menos, como se pretende.

1. DO TEXTO ORAL ENDÓGENO NÃO FORMAL AO DO TIPO OCIDENTAL

A preocupação de levar a perceber o texto oral ao formal, tal como naturalmente é dito, não é deveras recente. No caso de Angola, entre o último quartel do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX, vários intelectuais realizaram estudos e desenvolveram pesquisas de realce, com suporte em literatura tradicional oral, tentando trabalhar na base do espírito linguístico endógeno e com pressupostos metodológicos e gramaticais de origem ocidental.

Como se pode ver, o período acima sublinhado demarca factos históricos que precipitaram o uso da comunicação formal de tipo ocidental em detrimento da criação de um tipo de escrita literalmente endógeno, pois os interesses europeus relativos ao mercantilismo, através da penetração inicialmente pacífica e consequente ocupação forçada pela Conferência Internacional de Berlim de 1884/1885 e todos os seus instrumentos subsidiados, ditaram as regras.

Relativamente ao Khongo, enquanto porta da entrada há 93 anos, contando de 1482 a 1575, a língua portuguesa serviu de instrumento de relação na comunicação mercantil, evangelização e diplomacia. E, por conseguinte, as estratégias político-culturais resultantes dela constituíram instrumentos de agressão, contribuindo na sua rejeição por meio de violência. No final de tudo, a língua portuguesa passou a ser vista como língua de dominação, de superioridade, por isso, por abater na razão de um meio em parte indesejado. Entretanto,

- a) Traduziu-se a bíblia do latim para kikhongo;
- b) Emergiram correntes de tipo sincréticas ou messiânicas;
- c) Promoveram-se revoltas de índole sociopolítica e comunitário-cultural;
- d) Desenvolveram-se movimentos abolicionistas.

1.1. Ocidentalização do texto tradicional oral angolano

Pese embora os contactos iniciais entre portugueses e bakhongo tivessem acontecido a partir de 1482, o processo de angolanização formal do texto em língua portuguesa é posterior e resultou da implantação “pacífica” da cultura formal ocidental a partir de instrumentos de evangelização, diplomacia e relações mercantis de mútuo acordo. Entretanto, a escrita das línguas encontradas, data do início das colheitas do texto literário oral tradicional africano, facto acontecido com gente europeia então interessada na matéria, nem sempre preparada para tamanha jornada, mas que respondeu às circunstâncias e ao contexto.

Para tal empreitada concorreram inúmeras individualidades com missões socioprofissionais, de comerciantes, militares, missionários e exploradores. Paralelo à lista de sacerdotes católicos quatrocentistas e aos registos de cronistas quinhentistas, a exemplo de Gomes de Zuzara (Kanjimbo, 2010:154), em destaque apontam-se narrativas de nomes de exploradores coloniais de 1877, como Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Henrique de Carvalho, etc., protegidos da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) então interessada em promover estudos sobre o «outro» africano sócio-etnográfico.

A aversão do Khongo relativamente ao uso da língua tida por invasora por se caracterizar com finalidades dominadoras de uma cultura indesejada, é confirmada na relação de hostilidades permanentes entre o poder dos Ngola e a bandeira lusitana, compreendida no decurso dos 304 anos de penetração litorânea ao interior, limitada entre 1575 e 1617 até 1879. Neste trecho, promoveu-se o desinteresse pela língua portuguesa, mas serviu para o mercado, a diplomacia e a produção do texto descritivo sobre a realidade etnogeográfica encontrada. Textos em línguas portuguesa e endógenas deste período muito poucos se conhecem, mas o domínio da língua portuguesa por angolanos já era um facto, e conheceram-se europeus que dominavam as línguas africanas. No entanto, correntes cristãs protestantes dos Estados Gerais, presentes entre 1600 e 1640, particularmente no Khongo, proporcionaram a tradução da bíblia ao kikhongo.

No período limitado entre os finais do séc. XV e início do séc. XX, o texto literário formal português angolanzava-se por tratar-se de uma produção resultante de viagens de distintos expedicionários, mercadores, missionários e militares, cujo olhar, exótico do natural espaço físico ao elemento antropológico, recheava-se de curiosidades e, por conseguinte, do imaginário. Da Conferência Internacional de Berlim de 1884/1885, produziram-se recomendações que precipitaram a corrida desigual entre potências ocidentais pela partilha de África, provocando dois efeitos práticos:

- a) A promoção do povoamento branco europeu (1854) com base em camponeses pobres católicos (1891/1920);
- b) A intensificação de “campanhas militares de pacificação” (1884/1926).

Estes efeitos motivaram a descrição de factos e fenómenos endógenos, por vezes intraduzíveis ou por identificar em língua portuguesa. Assim, o vocabulário português passou ao enriquecimento com interesses na criação de gramáticas e dicionários.

Em 21 anos relativos à corrida pela ocupação de Angola, de 1879 a 1900, o contexto caracterizou-se por movimentos socioculturais emergentes, através da revolução de imprensa com destaque ao jornalismo e à literatura por um lado, o texto evangelizador traduzido e o expedicionário de tipo memória na perspetiva sertaneja ocidental, por outro. Etnógrafos, nomeadamente J. D. Cordeiro da Matta, do Icolo-e-Bengo (1857), o missionário suíço Héli Chatelain (1885), o ficcionista Óscar Ribas (1909), o missionário alemão Carlos Estermann, etc., antecidos pelos brasileiros Saturnino de Oliveira e Sousa, tal como o angolano Manuel Alves de Castro Francina, ambos que em 1864 publicaram «*Elementos Grammaticaes da*

Língua Mbundu» (Ervedosa, 1985:7-22) são, entre várias, as figuras de destaque na angolanização formal do texto endógeno da primeira metade do séc. XX. Um nome de posicionamento peculiar na construção do texto literário endógeno com características ocidentais prende-se com Tomás Vieira da Cruz que, oito anos depois da sua chegada de Lisboa, embora com pronúncias distorcidas, próprio da época, a partir de 1932, passou a ganhar admiradores por lhes colocar uma leitura mesclada de línguas portuguesa e de nacionais, nomeadamente o kimbundu e o umbundu.

O veloz cruzamento rácico-consanguíneo e a consequente assunção paternal de luso-africanos proporcionou um rápido envolvimento da cultura kimbundu na ocidental intromissora e colocou a sua língua na posição franca, particularmente entre a comunidade sociocultural *ambakista*, ao longo do caminho-de-ferro de Luanda, pelo corredor do curso do rio Kwanza ao Kwanza-norte (Ervedosa, 1985:55). A influência deste movimento do final do séc. XIX ao meio do séc. XX obrigou a língua portuguesa padrão intromissora a aceitar a convivência com muitos vocábulos de origem kimbundu, hoje assumidos como parte do dicionário português de uso em Angola como se ilustra no exemplo seguinte.

<i>Do kimbundu</i>	- <i>Ao português</i>	<i>Obs:</i>
Alembamento	- Dotes matrimoniais	Do verbo kulemba
Fuba	- Farinha de mandioca	Adaptado à farinha de milho
Funje	- Pirão	
Jindungu	- Picante	
Kakusu	- Peixe fluvial	
Kandongueiro	- Biscateiro	De kandonga
Kasimbu	- Época seca	
Kasule	- Ultimogénito	Kwasule em umbundu
Kizaka	- Guisado de rama de mandioqueira	
Machimbombo	- Autocarro	
Matumbu	- Camponês, inadaptado ao meio urbano	De Atumbu (categoria político-administrativo consuetudinário umbundu)
Soba	- Régulo	Soma em umbundu
Zungueira	- Vendedora ambulante	

Foi com a criação de concursos literários da Agência Geral das Colónias (1924), designada em 1951 por Agência Geral Ultramarina (Kanjimbo, 2011:161) que apareceu a geração de intelectuais concorrentes como Gastão de Sousa Dias, Brito Camacho, Castro Soromenho, Tomás Vieira da Cruz, entre outros, com textos que passaram a evocar aspetos descritos em línguas locais escritas na língua portuguesa, dando punho à identidade angolana, portuguesando a pronúncia. O texto literário angolano formal passou a identificar-se com terminologias Bantu, geralmente mal escritas, por lhe carecerem de estudos suscetíveis de produzirem paradigmas.

O certo é que em 45 anos de 1900 a 1945, a realidade conheceu a institucionalização de escolas oficiais do Estado colonial, incluindo seminários católicos e particulares das correntes cristãs protestantes como a igreja evangélica baptista de Angola (IEBA), igreja metodista unida de Angola (IMUA) e igreja evangélica congregacional em Angola (IECA) que, no geral, suportaram os movimentos socioculturais de jornalistas e escritores, particularmente urbanos, entre ambakistas, luandenses e benguelenses, cujas influências e o protagonismo interventivo com base no texto formal de tipo ocidental na perspetiva local, promoveram conflitos no sistema colonial.

2. ANGOLANIZAÇÃO DO TEXTO FORMAL

2.1. Com base em pressupostos ocidentais

A par de figuras acima ditas, a preocupação do estudo das línguas locais ficou assente nos primeiros passos da evangelização cristã protestante da segunda metade do séc. XIX. Ao se referir sobre a metodologia evangelizadora destas correntes rurais, Henderson (1990 & 2001) deixa claro que dentre as *“três características se revelam essenciais para um jovem cristão”* (Íd., 2001:72), [e] a *“capacidade de ler, de modo a poder fazer uso das Escrituras Sagradas que estavam a ser traduzidas em línguas locais”* (Ibd.) fazia parte desta autoridade.

O certo é que a presença das missões protestantes no debate sobre o reordenamento do paradigma das línguas locais com adaptações ocidentais formalizou três polémicas:

1. Desentendimentos com a Igreja católico-romana quanto à uniformização da grafia;
2. Enriquecimento do discurso local mediante inclusão do intraduzível;
3. Desavenças entre escolas católicas e protestantes quanto ao limite político da escrita por provocarem constrangimentos no sistema colonial.

Para se ultrapassar alguns destes pontos (Alves, Pe. A. c. s. sp. 5:1951), um colóquio missionário realizado a 1 de fevereiro de 1943 no Kuito, actual província central do Bié, criou uma comissão para o estudo de línguas indígenas das áreas socioculturais do Bié e das Lundas (Ibd.) abrangidas por línguas do planalto e do leste, nomeadamente, «*umbundu, lwimbi, ngangela, mbunda, tchokwe, lutchaze, songo, etc.*».

Nos 30 anos, de 1945 a 1975, período da luta pela independência nacional angolana, imbuídos no espírito revolucionários sob influência das consequências da aparição de um estado assente em princípios do comunismo científico e da II Guerra Mundial, os escritores assumiram um tipo de literatura caracterizado por adopções e (des)construções do discurso português ao angolano. A língua portuguesa passou a instrumento de combate ao sistema colonial e edificação da angolanidade através da defesa da unidade nacional.

Não tendo o estudo parado ao nível de missionários cristãos, sob o apelo de Agostinho Neto, depois da independência de 1975, ao afirmar que “*o uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas*” (Neto, A., 1985:32), foram desencadeados alguns esforços de que emergiram ideias de se difundir as línguas locais através da alfabetização e do ensino em geral. Hoje, o acervo bibliográfico com referências endógenas é cada vez maior (Silva, R., 1998; Nguma, V., 2005; & Duarte, B., 1975) e grande parte de subscritores da revista de estudos sociais «Ngola» (1997) experimentou-se.

Esforços são vários. Em 1978 foi massificada a alfabetização, fruto das experiências avolumadas da guerrilha de 1961 a 1974, cujos manuais ainda serviram de suporte depois da independência. Desta campanha resultou um prémio (UN: 2002) para Angola, mas o *boom* alfabetizador desvaneceu com a progressão da guerra civil, deixando o património público e as infraestruturas educacionais devastadas, com a gritante escassez de técnicos especializados, e um progressivo aumento de analfabetos com elevados índices de crianças e adolescentes fora do sistema de educação formal (Ngula, 2003).

No seu Artº 9º, sobre as línguas, a Lei de Bases do Sistema de Educação nº 13/01, de 31/12/01, reza no ponto nº 2 que “*o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais*”. No ponto seguinte, lê-se que “*sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais*”. Entretanto, nada disto passou do papel para a prática.

O problema ainda por resolver, desde iniciativas de cristãos, restringiu-se à uniformização da grafia das línguas locais assente no alfabeto ocidental que consta de vinte e seis sinais: «a, ā, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, ñ, o, p, s, t, u, v, x, z, y, w» e por inerência os protestantes omitem da lista católica os «ç» dental construtivo surdo, o «q» palatal oclusivo surdo, assim como a vogal surda «e», por se acharem impraticáveis no ordenamento linguístico Bantu.

Sem estabelecimento de fronteiras rígidas na pronúncia das línguas locais de origem etnolinguística Bantu, constam diferenças de regiões sociolinguísticas entre norte, leste e centro-sul, mas textos impressos pelas missões católicas em Angola distinguem-se pela exclusão dos sinais de origem anglo-saxónica como as letras «k, y, w», introduzidos pelos protestantes que a dada altura predominaram no meio rural angolano. O uso do «c» com o som correspondente ao «tch» é particular opção das correntes de origem anglo-saxónica no planalto, no leste e no sul, por haver o «x» na região norte, expresso pelo diagrama português «ch» palatal construtivo surdo.

a) Variante sociolinguística da região norte:

É caracterizada pela aplicação de sons correspondentes aos «g» dental oclusivo sonoro, «ng», «z» dental construtivo sonoro, «x» palatal construtivo surdo e congrega os falantes de *kimbundu*, *tchokwe*, *kikhongo*. Em particular há no *kikhongo* e seu dialecto *fyote* sons similares às consoantes labiais “mp” e oclusiva surda dental “ns”.

b) Variante sociolinguística da região centro-leste:

Comporta a paisagem etnolinguística *tchokwe*, *umbundu*, *lutchaze*, *lwimbi*, esta também conhecida por *ngangela*, querendo dizer leste, *ocikwanyama*, *olundombe*, *olunyaneka*, *olukuvale*, etc., e respectivos dialectos, por haver considerável aplicação do til; «ñ, ā, g», etc., assim como «mb, nd». Sendo a mais falada depois da língua portuguesa, a língua expansionista *umbundu* do planalto caracteriza-se por uma fluidez de sons nasais impraticáveis no resto do país particularmente ao norte do rio Longa.

c) Variante sociolinguística da região leste:

A presença do *tchokwe* nas duas variantes justifica a hegemonia histórica explicada no processo da difusão socioinstitucional pré-colonial, reivindicada pelas migrações *Tchinguli* com realce à sua privilegiada posição na geopolítica consuetudinária, emprestando todas as diferenças de pronúncias, particularmente aos habitantes do planalto, do leste e do sul de Angola.

Outrossim, a província da Lunda-norte, enquanto berço *Tchिंगuli*, aparece no cenário como posição geograficamente estratégica quer para o movimento difusionista Bantu pré-colonial, identificando-se como o foco da difusão das línguas de origem Bantu, as mais faladas em Angola, quer no que concerne ao longo processo mercantilista do Atlântico para a África central (Santos, E., MCMLXVI:19-41) concorrido por europeus em disputa com populações Ovimbundu e Imbangala do planalto de Angola durante o séc. XIX. Do resto, o quadro visualiza uma particularidade importância em tonalidade e acentuação, pois os sons são geralmente mutáveis.

d) Aspectos convergentes:

A boa exploração da formação do plural dos adjectivos linguísticos de origem Bantu, influentemente de escolas missionárias para fins evangelizadores no meio rural, consiste no domínio dos prefixos onde reside a flexibilidade de manobrar a concordância e da conjugação de verbos, para além do número formado pelas mudanças dos prefixos dos substantivos, exceptuando alguns vocábulos em que o plural se difere do singular, segundo os afixos ou aqueles que são neutros. A formação do género nos adjectivos é feita por alteração das palavras no sentido biforme como acontece em substantivos. Assim, os artigos «o-, u-, 'oci-, olu-, e-, oka-» são prefixos singulares neutros, enquanto os «a-, ba-, ji-, ma-, oma-, ovo-, tu-, otu-, ovi-, i, ova-, olo-, vi-, va-» são plurais igualmente neutros e são unânimes na exclusão do «r» por se considerar impraticável, mas por característica todos defendem o «h» áspero. Com a excepção do planalto central, o som do «v» é ambíguo e soa entre o «b» e «v» latinos. Para todas as variantes regionais, o «y» tem a pronúncia de «ii» enquanto o «w» soa como «ué». O «k» passou a substituir a consoante oclusiva palatal surda latina «c». Salvo raras excepções, a acentuação gráfica, embora pertinente e aplicável, não se recomenda.

e) Aspectos divergentes:

Entretanto, duas teses na aplicação da grafia predominam o contexto divergente de então:

. *A tese da corrente católico-romana:*

A predominante tese da Missão Católica de *Chinjenje*, defende o uso de vários sinais para único som como se fossem diagramas da língua portuguesa. Exemplos; «tch» ou «tjy», em vez de «c». Assim, escreve-se *Tchinjenje*, *Tydjendje* ou *Tjyndjendje* para grafar o topónimo planáltico *Chinjenje*.

. *A tese da corrente protestante anglo-saxónica (IEBA³, IMUA⁴ e IECA⁵):*

Os protestantes rurais do planalto defendem o contrário: um som para cada sinal e vice-versa. Exemplo do «c», em vez de «tch» ou «tjy». Assim, *Chinjenje* como se diz em língua portuguesa, escrita pelos católicos do planalto *Tchinjenje* e no sul *Tydjendje* ou *Tjyndjendje*, entre protestantes passa a *Cinjenje*. A tese facilita a leitura formal do texto em línguas de origem Bantu, em obediência à escrita de tipo ocidental, o que torna a sua prática muito mais simples. Datada de meados da década de 1930, ela hostiliza a acentuação gráfica, tornando a escrita menos complexa a favor da tonalidade (Silva, R., 1998: 7-16), apesar da intensidade na pronúncia.

Mesmo sendo eficaz, esta tese não respondeu cabalmente com a preocupação da escrita de algumas línguas locais adaptadas ao alfabeto latino e anglo-saxónico, nomeadamente o «*kikhongo*» por haver alguns sons longos. Por exemplo, «*kikhongo, Bakhongo, nsanda, mpemba, nsundy*», etc. O mesmo acontece com a língua «*nkhumbi*», ao sul do planalto.

Adaptando-se ao alfabeto de origem anglo-saxónico, do encontro missionário de 1943, os protestantes omitem os diagramas «ch, lh, nh» e as consoantes geminadas «rr, ss».

2.2. Com base no alfabeto fonológico das línguas locais

Advogado a 10 de dezembro de 1975 por A. Neto, em discurso da fundação da União de Escritores Angolanos, o problema da introdução das línguas locais no ensino vem a partir da conferência da UNESCO de 1961, “*insistindo-se na vantagem de que a criança ser escolarizada na sua língua materna*” (Ferreira, 1998:22) e realçado no I Congresso da Convention People’s do Gana de 1962, retomado na reunião de

³ De origem inglesa, expandiu-se no espaço etnogeográfico kikhongo, a partir de 1878. Em 1936 a Convenção Baptista Portuguesa (CBP) expandiu-se na região planáltico-central de Angola e em entre 1956 e 1957 a Sociedade Baptista de Canadá (SBC) expandiu-se na província de Cabinda.

⁴ De origem norte-americana, expandiu-se no espaço etnogeográfico kimbundu a partir de 1885 através de Luanda.

⁵ Com a penetração feita a partir de Benguela, esta corrente formada pelas Juntas Americana e Canadiana, introduziu-se na zona central de Angola, caracterizada pelo elevado índice demográfico constituído por falantes de umbundu divididos entre agricultores e criadores, a partir de 1879. Por «Igreja Congregacional» é designada aqui a comunidade das missões e congregações fundadas por missionários canadianos e americanos que se constituiu, nos anos cinquenta, como CIEAC (Conselho de Igrejas Evangélicas de Angola Central) e adoptou, em 1979, o nome de IECA (Igreja Evangélica Congregacional de Angola). B. Schubert (1997) Département missionnaire des Églises protestantes en Suisse romande, Lausanne.

Bamako de 1966 e na conferência de Dar-es-Salam de 1971 (Ferreira, 1998:22).

Com base no pressuposto de que as línguas coloniais eram um meio de comunicação não inteiramente afeiçoado à expressão clara do pensamento etnolinguístico Bantu, esforços colaterais desenvolveram-se no mesmo sentido de proporcionar paradigmas. O plano decenal da UNESCO de 1972 para o estudo das tradições orais e a promoção das línguas africanas, indicava entre as várias prioridades, a uniformização das normas de transcrição e a normalização da ortografia.

Por razões não identificadas, aquando da gestão de António Jacinto, através do Departamento de Investigação Científica Aplicada ao Instituto Nacional de Línguas, o Ministério da Cultura organizou, até fevereiro de 1980, um estudo (Ferreira, 1998:44) para a composição do alfabeto fonológico das línguas locais, que comportou duas fases:

A primeira, conhecida por «fase nacional», foi responsabilizada à linguista africanista Maria Celeste Pereira Albakaye Kounta que conduziu uma equipa de técnicos angolanos e terminou com a chegada de peritos da UNESCO (Íd.76) para o mesmo fim;

A chegada de Boubakar Diarrá, perito da UNESCO/PNUD, é considerada como segunda fase do estudo acima referenciado que terminou com os resultados a seguir sintetizados:

<i>n/o</i>	<i>Língua</i>	<i>Nº alfabetos fonológicos</i>	<i>Alfabetos excluídos</i>
01	Kikhongo	20	C, H, J, R, X
02	Kimbundu	23	C, Q, R
03	Umbundu	23	B, D, G, R, X
04	Tchokwe	24	Q, R
05	Mbunda	25	Q, R
06	Otchivambo	22	C, Q, R

A intenção da criação do alfabeto fonológico das seis línguas escolhidas para a experimentação, nomeadamente *umbundu*, *kimbundu*, *kikhongo*, *tchokwe*, *mbunda* e *otchivambo*, aconselharia o governo, caso houvesse êxitos na sua aplicação, a substituição da ocidentalização das línguas locais através do alfabeto morfológico aprovado e posto em uso pelas correntes cristãs. Não aconteceu por carecer-lhe fôlego de suporte, pela sua complexidade para uma realidade com caráter multilingue, acabada de tomar a independência política de Portugal com herança

socioinstitucional, económica e cultural degradante, face ao início da guerra civil, sem recursos nem quadros suficientes, de tudo havido em falta, com um índice de analfabetismo na ordem de 97% (Íd:íbd.).

Outrossim, vários factores contribuíram ao fracasso do projecto, beneficiando os cristãos, partindo da institucionalização do tipo de administração colonial, traduzida no sistema de *direct rule* que Angola foi alvo. Mesmo sendo nocivo favoreceu, pois, tida como língua de colonização, a língua portuguesa tornou-se um instrumento estratégico de unidade nacional, promovendo uma convivência pacífica com e entre as línguas locais de esfera Bantu. Estas e outras razões, não menos relevantes, nomeadamente socioculturais, político-ideológicas e diplomáticas respectivamente, conduziram o governo ora constituído, a decisões pragmáticas, atribuindo à língua portuguesa o estatuto de língua de comunicação oficial, pois, “*os condutores da independência nacional optaram por dar-lhe um lugar de excepção*” (Ferreira, 1998:18) em detrimento das línguas locais consideradas como meios de expressão originária da cultura africana.

Desde então, a oficializada língua que até 1991 se considerou língua veicular, passou a contar com “adversários” do quotidiano, que em confrontos veiculavam-se com intensidade no mesmo contexto, forçando-a ao reajuste sistemático no quadro linguístico nacional e deixar de ser padrão, passando para variante através da angolanização.

Em 27 anos, de 1975 a 2002, período da independência nacional, contra todas expectativas assentes na realidade africana, o Estado angolano reconheceu a importância da língua portuguesa pelo carácter unificador e declara-a de língua oficial, mas não promove estratégias sustentáveis da sua divulgação, deixando espaço livre para intervenção de escritores através de romance, conto, poesia e crónica muito aquém da construção do paradigma, se não fossem jornalistas e músicos que passaram a vulgarizar o que hoje caracteriza a variante da língua portuguesa falada em Angola. Esforços desenvolvidos pelos Institutos Superiores de Ciências de Educação (ISCED’s) de Luanda e do Lubango confinaram-se em espontaneidades de docentes e discentes desapaixonados.

Tal como previa Ferreira (1998:40), para se tornar variante da língua portuguesa falada em Angola, esta língua precisou enfrentar a fértil paisagem linguística endógena cada vez mais readaptada, abrindo-se aos novos espaços, dilatando-se na capacidade de comunicação, modificando-se na morfossintáctica, fortalecendo-se na estrutura.

O processo de ensino não contribuiu na perspectiva de A. Neto, mas movimentos sociais que funcionaram como escolas de escritores, cristãos e jornalistas, subscreveram, com base em corruptelas do português, pela inércia da pressão das

línguas locais e favoreceram a criação de diglossias que, por simpatia, explodiram no texto escrito ao ponto de acusar-se a interferência harmoniosa das línguas nacionais, incluindo a língua portuguesa, através da “*incorporação de novas aquisições lexicais provenientes de novos espaços humanos, geográficos, sociais e deste modo se organizaram*” (Ferreira, op. cit.). Este quadro contribuiu sobremaneira ao ensino, particularmente no processo da luta contra o analfabetismo, porquanto, à data da independência de 1975, pelo menos contava-se com 25% de falantes do português padrão e em 1998 cresceu para cerca de 60% de falantes da variante angolana, caracterizada por harmonização uniforme da abertura dos sons, justificando a tese protestante, pois, o normal no português falado em Angola é pronunciar a grafia tal como é dita no país ou tal como é escrita a língua portuguesa padrão. Exemplo: «está, cômu, tôrmentu, falástê, mwintu, dêséju, gôstar, tômar, êngraçadu, etc».

2.3. Em relação ao contexto de Benguela

Seguido aos espaços socioculturais e intelectuais de Luanda e Ambaka, as particularidades históricas de Benguela permitiram-lhe um posicionamento de destaque, ainda muito cedo, com o desfilar de intelectuais luso-africanos e descendentes como o luandense José da Silva Maia Ferreira, autor de «Espontaneidades da Minha Alma» de 1849, o poeta Marcial Brazins, pseudónimo do jurista Amílcar Barca falecido em 1958 em Benguela, o benguelense Augusto Tadeu Bastos, o bieno Aires de Almeida Santos, os irmãos planálticos-central Alda Lara e Ernesto Lara Filho, assim como o luso Carlos Gouveia, o benguelense Raúl David, respectivamente. Independentemente da estética literária cujos pressupostos dividiam o texto entre valores ocidente e endógenos, no seu discurso, ambos tiveram algo em comum: - a descrição e visualização de aspetos socioculturais e linguísticos da cidade de Benguela. As influências socioculturais do corredor sertanejo ao interior, caminho-de-ferro, porto do Lobito e a indústria pesqueira colonial, pesaram sobremaneira na paisagem cosmopolita local.

3. Pressupostos do conflito da angolanização do texto formal

Partindo da ideia de Agostinho Neto (1985:14), em como “*a literatura em Angola, e podemos entender um pouco mais dizendo a arte em Angola, esteve sempre ao serviço da revolução*”, a divulgação do texto formal em língua portuguesa angolanizada, revelou-se num instrumento hostilizador ao sistema colonial, então terminado de se impor num contexto cuja geração de jovens intelectuais urbanos litorâneos de 1900, sob influência

de Paixão Franco, que organizou o volume «Voz d'Angola - Clamando no Deserto» de 1901, com a participação efetiva de Silvério Ferreira, Francisco Castelbranco e outros, assumiu o remate de saída. A fim de abafar o monopólio deste movimento literário baseado no jornalismo amador do último quartel do séc. XIX e na tradução do texto bíblico, Norton de Matos implementou duas estratégias:

- a) Fundação da imprensa oficial com cariz mais profissionalizante através da criação do jornal «A província de Angola»; Projectada para golpear o amadorismo oitocentista, com a independência de 1975 tornou-se uma herança do património nacional cuja instituição tomou a designação de «Jornal de Angola».
- b) Aprovação do Dec^o 77/21;

Revisto e actualizado em 1954, abalou o próprio sistema colonial pois, “quanto mais se procurava restringir o espaço da intervenção protestante mais este se alargava e mais se desenvolvia (Henderson, 2001:29).

Admite o autor acima citado que “a declaração da guerra começou com a aprovação do Dec^o 77 de 9/12/1921” que, entre as várias, proibia o acesso de negros angolanos no quadro docente-educativo ou atividades similares, quando não fossem portadores do bilhete de identidade luso e, do resto, dependia da excelência no domínio da língua portuguesa aprovado para a educação, sem critérios de avaliação para a qualificação dos admitidos.

Tornado rígido contra os africanos, o Dec^o 77/21, que “funcionou como um instrumento de interdições”, foi publicado numa das mais odiadas administrações do sistema colonial, sob liderança de Norton de Matos, este com poderes de Alto-comissário, ditando as regras de jogo que penalizavam bastante os protestantes que ao seu nível e, “valendo-se das ambiguidades [...] que o referido instrumento expunha, [...] introduziram alguns elementos [...] declarando competição conflituosa aos católicos e, por inércia, ao regime colonial (Op. cit.).

A cláusula do Art^o 3^o, ponto número um, do referido Decreto, diz: “É vedado nas catequeses das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas o emprego das línguas indígenas por escrito ou de outra língua que não seja a portuguesa, por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos” (id:ibd.). Por inércia, os jovens que aprenderam a escrever em línguas locais com base ao texto formal à letra ocidental até 1954, não mereceram equivalências académicas e foram excluídos das estatísticas oficiais, garantindo-se que apenas 6% de angolanos eram alfabetizados e dentre estes 2% pertenciam à população africana.

A atitude colonial face à angolanização do texto de tipo ocidental justificou a emergência de um movimento sociocultural espontâneo urbano das décadas de 1940/1950 distribuídos entre jovens maioritariamente luso-africanos e descendentes do litoral como os poetas Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário António, o contista Luandino Vieira, o ensaísta Mário P. de Andrade, tal como marcou a geração 1950 de cronistas, a exemplo de Arnaldo Santos, assim como o consequente movimento de jovens intelectuais da «mensagem» e «cultura». Reforçados por uma componente de gerações de escritores das décadas subsequentes, marcadas por uma feição nacionalista, de entre os quais Boaventura Cardoso, Alda Lara, Jofre Rocha, Wanhenga Xitu, Ruy Duarte de Carvalho, David Mestre, entre tantos outros que serviram de substrato do alicerce na fundação da União dos Escritores Angolanos de 1975.

4. Constrangimentos característicos ao contexto de Angola

Com o reavivar do *slogan* «Vamos descobrir Angola», o início da década de 1980 pareceu ter sido uma época na qual as gerações literárias de antes e pós-independência, então distanciadas em idades, experiências e expectativas, pareciam convergir na «conscientização» sobre a angolanização do texto com base em pressupostos ocidentais. O discurso do contexto foi (des)construído a partir de emoções revolucionárias assentes em princípios do comunismo científico, em que o pensamento de Agostinho Neto (1985:27) tornava-se cada vez mais orientador, particularmente depois de ter dito que: “*todos nós, creio que concordamos em que o escritor se deve situar na sua época e exercer a sua função de formador de consciência, que seja agente activo de um aperfeiçoamento da humanidade*”.

A partir de 1976, os manuais escolares de língua portuguesa dos níveis básicos, rechearam-se de estratos de textos literários, seleccionados de autores africanos de língua portuguesa em perseguição à identidade e valores literário-linguísticos endógenos no texto produzido com base nos pressupostos ocidentais. À medida que a importância da escrita das línguas locais passava aos alunos, dava-se-lhes a oportunidade de manobrar a língua portuguesa mesclada com o vocabulário adaptado à linguística Bantu, fazendo com que se falasse um português angolano, diferente do padrão e de outras realidades a ele adaptado. Os alunos passaram a conhecer a escrita e alguma pronúncia das línguas nacionais através do alfabeto ocidental.

A estratégia de levar o texto africano na escola deu brecha sociopolítica na juventude da década de 1980. Protegido pela JMPLA, um novo movimento

sociocultural denominado Brigada Jovem de Literatura, emergiu no seio dela e, apostada em pesquisas locais, aos poucos expandiu-se pelo país até formar uma associação de âmbito nacional de 1987, cujo protagonismo marcou o discurso literário dos anos seguintes e actualmente. O debate daí difundido penetrou no campo universitário e, coincidindo com as reformas constitucionais de 1990 da II República, cederam-se nos espaços institucionais de pesquisa e estudos da sociocultura nacional. Do resto sabe-se apenas que, aos 19 de dezembro deste ano, Angola subscreveu o acordo da uniformização da grafia sem qualquer tentativa de aplicabilidade.

Tentativas de estudos das línguas locais incluindo a língua portuguesa, quer do ponto de vista de variantes, quer da escrita e divulgação, assim como linhas de influências, internamente passaram em revista entre estudantes e docentes dos ISCED's. Em 9 anos correspondentes com o período de paz, de 2002 a 2011, é possível admitir que em Angola há um «português das maiorias», aquele falado, ouvido e percebido por todos, com sentido das línguas locais, caracterizado por sotaque e fonética Bantu, mesclado, fluente, cujo erro da língua portuguesa padrão faz a regra. Difere-se do «português das minorias» por este esforçar-se ao nível do padrão seguido à risca por grupos com ligação a Portugal, veiculado particularmente por meios de difusão radiotelevisiva por se precisar de manter boa imagem perante Portugal. De certo modo, a veiculação do «português das minorias» circunfechase no centro do casco urbano dos maiores centros urbanos de Angola, entre gente hostil às línguas locais, que visitou Portugal ou dele tem afinidades e reserva-se particularmente para fins diplomáticos.

Entretanto, visivelmente, o quadro evolutivo linguístico de Angola manifesta-se promissor quer na capacidade de assunção de terminologias da língua portuguesa, quer o contrário.

Alguns exemplos (1):

Português	
<i>Do angolano</i>	<i>Ao padrão</i>
Cabucado	- Diminutivo de bocado. Bocadinho
Como...	- Quando...
Conduto	- Acompanhante do pirão
Desconseguir	- Não conseguir

É como?	-	O que se passa?
É quanto é?	-	Quanto custa?
Fazer descarado	-	Declarar zangas com outrem
Gasosa	-	Refrigerante
Gatinhar	-	Engatinhar
Mais-velho	-	Chefe. Autoridade.
Maioria parte	-	Maior parte
Nunca...	-	Não...
Pirão	-	Guisado de farinha de milho ou de mandioca.
Saboar	-	Ensaboar
Xará		Pessoas com o mesmo nome

Exemplos (2):

Português

<i>Do angolano</i>		<i>Ao padrão</i>
Primo-irmão	-	Filho da irmã ou do irmão da mãe
Prima-irmã		Filha da irmã ou do irmão da mãe
Pai-grande	-	Irmão da mãe
Mãe-grande		Irmã da mãe
Mamã-sogra	-	Mãe da esposa ou do esposo
Papá-sogro		Pai da esposa ou do esposo
Kasule, kwasule	-	Ultimogénito
Kota	-	Mano ou mana
Mano	-	Irmão mais velho
Mana	-	Irmã mais velha

Exemplos (3)

<i>Do português padrão</i>		Às línguas locais
Cama	-	Ohama
Pão	-	Ombolo
Bolo	-	Ombolu

Boroa / broa	-	Ombolowa
Escola	-	Osikola
Tempo	-	Otembo
Candeeiro	-	Ondiyelo
Bom dia	-	Mbondiya
Boa noite	-	Mbwante
Boa tarde	-	Mbwatali
Com licença	-	Sesa
Da licença	-	Ndalisesa

Exemplos (4): Conjugação de verbos

Do português angolano	-	Ao português padrão
Você me deste	-	Você me deu
Você dormiste	-	Você dormiu
Você fizeste	-	Você fez
Você comeste	-	Você comeu
Te fiz lá	-	Fiz por ti
Me dá lá	-	Dê-me
Me compraram com ele	-	Vendi
Vai ir	-	Irá
Vou ir	-	Irei
Vás ir	-	Irás
Vão ir	-	Irão

Conclusões

A língua portuguesa falada em Angola, obviamente foi sofrendo mudanças evolutivas mediante as dinâmicas, particularmente socioculturais e etnolinguísticas em função da evolução da realidade encontrada, beneficiando-se do contributo dos movimentos intelectuais das variadas épocas históricas.

A igreja, os jornalistas, os escritores e os pesquisadores, tornaram-se os principais agentes que protagonizaram a construção do discurso angolano formalizado da

cultura ocidental, fazendo com que hoje um angolano fosse identificado com peculiaridades distintas de outras nações falantes da língua portuguesa.

Quer as línguas locais, quer o português falado em Angola são línguas nacionais intercambiadas em todos os aspetos, mas os indicadores para tais demonstrações tornam-se escassos porque os 36 anos da independência nacional continuam insuficientes na dedicação de instituições afins à reflexão sobre assuntos de género.

Por esta e outras razões, o levantamento sobre a realidade actual adia-se, mas fica percebida a ideia do reconhecimento da sua importância. Basta ter em conta que a língua portuguesa é a oficial e o Estado angolano recomenda que se desenvolvam esforços para a utilização das línguas locais.

BIBLIOGRAFIA

- CRUZ, E. C. V., (2006). "O estatuto do Indigenato. Angola, a legalização da discriminação na colonização portuguesa". *Raízes de Caxinde*. Edição Xá de Caxinde. Luanda.
- ERVEDOSA, C., (1985). "Roteiro da Literatura Angolana". *União dos Escritores Angolanos. Estudos*. Coleção 2K.
- ESTERMANN, C., (1960). "Etnografia do Sudoeste de Angola". 2 vol. *Junta de Investigação de Angola*. Lisboa.
- FERREIRA, M., (1988). "Que futuro par a língua portuguesa em África?" *Edições Pequena biblioteca ALAC*. Coleção a preto & branco.
- HENDERSON, L. W., (1990 & 2001). "A igreja em Angola - Um rio com várias correntes". 1ª Edição, *Editorial Além Mar*. 2ª Ed. *Livraria Evangélica «O Barquinho»*.
- KANJIMBO, L., (2010). "Ensaio para Inversão do Olhar. Da Literatura angolana à literatura portuguesa". *Coleção Kunyonga*. Mayamba. Luanda.
- LEI Nº 13/01 de 31 de dezembro. "Lei de Bases do Sistema de Educação. Angola". *Assembleia Nacional*. (2001). *Diário da República*, 1ª série, nº 65, 31 de dezembro de 2001. Luanda: *Imprensa Nacional*.
- NGOLA, (dezembro/1997). *Revista de estudos sociais*. Associação de antropólogos e sociólogos de Angola (AASA).
- NGULA, A. (2003). "A escolarização em África. Das grandes ilusões à pedagogia do projecto". *Edizioni Vivere* In. Roma.
- V/A, (1980). "Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais". *Edições 70*. INALD. Luanda/Lisboa.



A UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NOS PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA: A dimensão e força internacionais do português

DANIEL A. PEREIRA

O mundo é feito de mudança – e, com este mote, nos lançamos na aventura de falar sem tradutores intérpretes neste encontro de escritores que usam o português como ferramenta de trabalho.

A língua é o veículo de vida, em sincronia com o que somos e o que foram ou serão os nossos leitores/ouvintes. Seria simples se esse código de sons fosse um mero trem/comboio de tantos e variados pensamentos que se nos ocorre.

Porém, na nossa língua construímos um Eu profundo e definitivo do mais âmago do nosso ser. Perante nós e no seio de uma comunidade familiar e na sociedade que nos enquadra, forma e contorna como expressar, ainda que sem sons, construímos o que ditamos ser.

Distintos códigos fazemos nossos, e com eles alargamos o nosso horizonte, compreendemos um outro diferente, trabalhamos o nosso aparelho fónico, interpretativo mas, em última análise, refugiamo-nos no nosso castelo aconchegante, de profundo significado e expressão.

Escritores da Língua Portuguesa reunidos em família diversa, trazendo para este encontro as mais variadas vivências e cruzamentos que as suas/ nossas realidades propiciam.

Caso nos dispuséssemos a identificar quantas outras línguas maternas ou paternas coabitam neste salão, quantas outras fazem eco dentro de nós e transportamos para o português, teríamos um ruidoso ajuntamento de distintos escritores, em leque alargado e rico de ramificações e capacidades. Somos, mesmo sem esse inquérito, uma família de muitos parentes de variadas origens. Somos um espelho à escala terrestre, das caminhadas que os povos transportam, permutam, transformam, alargam, distorcem, enriquecem.

Falamos o português, língua cozinhada no caldeirão do tempo, varrida pela distorção de um latim vulgar, chegado á Península Ibérica no limiar do século de Cristo e, logo a partir de então, em conflito de existências misturou outros tantos códigos e se dispôs a imperar. Outros povos vieram e trouxeram um novo estar. O árabe trouxe o seu léxico de novidades e aclimatou-se em território luso, cozinhando outros sons.

Anos e anos de amálgama e confluência, cada região com suas particularidades distintas em processo de uniformização permitiu chegar ao português do século XV e XVI em diáspora marítima.

A partir de então, este código varreu o mapa de mares e florestas e, pelas mais variadas formas e capacidades, deu corpo ao que hoje somos e nos permite, sem rodeios, dialogar.

As páginas de histórias e personagens distinguem-se nitidamente. Se, por acaso, abrirmos um livro sem saber o autor, a proveniência dele, conseguimos, a partir de algum tempo, saber de onde vem aquele cantar, aquele modo de dar corpo às características reais do código linguístico. Nesta viagem para Natal, fez-me companhia um livro de Germano Almeida, autor cabo-verdiano da ilha da Boavista, e nem a propósito, me deparei com a realidade dessa ilha, a sua forma de falar. Podem ler o texto em português, mas as marcas do contexto em que elabora a história, caracterizam a realidade linguística de Cabo Verde, essa ponte de termos e falares.

Como sabem, se em português nos entendemos, outro código nos identifica e contorna. O cabo-verdiano floresceu do caldeamento do português das descobertas, da adulteração de sons e regras de quem o aprendeu vindo da costa africana. Vários povos dos rios da Guiné deram raiz ao corpo e alma e na junção de portugueses, italianos, judeus e tantos outros, criaram a árvore das populações de Cabo Verde. Gentes e Língua – de uma assentada um novo povo na jangada de dez ilhas, no meio caminho da Europa para a América do Sul, ao largo da costa ocidental africana.

Orgulhosos e honrados que somos por bebermos o cabo-verdiano como língua materna, respiramos no nosso crioulo que nos distingue como povo, estar, cultura. Porém, mesmo ele, um pilar da nossa identidade como povo, gera controvérsia. Não pela sua dimensão e inegável realidade. Em cada cidadão cabo-verdiano, residente nas ilhas ou por este mundo fora, há um pulsar crioulo e que se mantém, como matriz identitária e de refúgio. Sem embargo, na passagem ao código escrito, as diversas tendências dos especialistas, dos analistas de diversos setores, não se chega ao consenso da padronização da escrita da língua cabo-verdiana. A seu tempo, lá chegaremos.

No entretanto, viver a realidade de trabalharmos para sermos bilingues, alfabetizando em português, fazendo da educação a ferramenta do desenvolvimento, beneficiando dos livros e manuais que os nossos países produzem. Fazer sua toda a literatura, científica e técnica escrita em português, capacitando as nossas bibliotecas do saber que esta família alargada edita.

Dos filmes, teatro, encontros, seminários, universidades – nós, os vossos parentes de Cabo Verde, não nos queremos afastar da Língua Portuguesa. Com ela fazemos parte de uma grande comunidade, com ela nos expressamos e entabulamos o diálogo que os leva a perceber que estamos próximos, que temos muitas semelhanças, que ainda que díspares, somos família.

Família cuida-se, manifesta carinho e resolve dificuldades, entre si, no seu seio, encontra soluções.

Chegados que somos ao conjunto de falantes de português, nas suas variantes orais e duas distintas escritas, estes milhões de cidadãos estão agora a interagir numa plataforma de entendimento visando a padronização do código escrito. Não é o primeiro acordo, não será, provavelmente o último.

Em números, este Acordo Ortográfico de 1990 abrange 98% das palavras do nosso idioma. O modelo de português europeu vê modificadas 1,6% das palavras e o modelo de português do Brasil 0,5% do seu léxico. De acordo com o estipulado, 575 palavras vão ainda manter a dupla grafia, em função da forma como se pronunciam na oralidade e seu significado.

Acordos em matérias tão sensíveis como o idioma, nossa bandeira de emoção e reflexão, marcos culturais e profundos históricos, levou a que se gerasse, alimentasse e ainda floresça um acirrado debate entre os defensores e os opositoristas à implementação e entrada em vigor do novo padrão gráfico.

A língua portuguesa, sendo património da nossa comunidade, pertence-nos por inteiro, e de igual modo, a nós cabo-verdianos de meio milhão de nacionais residentes nas ilhas ou ao gigante Brasil a raiar os duzentos milhões. Falando nós o mesmo

idioma, ainda que pronunciemos muitas palavras de forma diversa, e inventamos outras, quer dentro dos nossos territórios quer entre os nossos países, a padronização da escrita tendo como base a fonética é, segundo os críticos, impossível. Ficam por isso, as exceções, para validar a regra.

Os nossos Estados têm propostas de desenvolvimento a todos os níveis e em diversos patamares. Não obstante, cada um assinala a vontade de melhorar a educação e alcançar cada vez mais um estatuto de qualidade.

Como referido, a língua mantém-se a ferramenta básica de trabalho. A circulação de materiais irá permitir um maior e melhor acesso de conhecimentos e capacitação do saber. Na era da fácil comunicação, os textos em português viajarão, com a ajuda do satélite e da tecnologia, para a casa de cada um, para a escola mais simples, para as universidades, para o mundo. Os livros serão editados visando um maior espaço linguístico, sem revisão de modelo, a constranger. Falar em livros, revistas, materiais de apoio, filmes. No maior intercâmbio dos nossos diversos falares escritos virão os orais, permitindo aos ouvintes, neste caso brasileiros, apreciarem outros modelos, fazerem o ouvido, em linguagem popular.

A linguagem popular brasileira tem sido exportada através das novelas, quem sabe numa mesma série conseguiríamos ter vários falantes dos nossos oito países. Sem legendas.

Sejamos claros, a mudança implica esforço e vontades, económica e política. A área de negócios já se envolveu neste campo, enquanto acaloradamente se falava da umidade sem H, da língua sem trema e, por aí adiante.

Nesta fase de transição em que vivemos, os jovens, mais uma vez, são aqueles que se adaptam mais facilmente à mudança. O futuro não comporta dificuldades de escrita para os meus netos. Por certo a eles recorrerei, ainda que não tarde material informático estará ao dispor para venda.

Neste mundo global, na crista da crise que, de uma forma ou de outra, nos atinge a todos, a janela de oportunidades que este acordo comporta implica esforço, criatividade e manifesta vontade política da parte dos nossos governos e agentes económicos. Uma plataforma mais unida de um idioma comum, trará uma maior capacidade de se impor como língua de trabalho nacional e internacionalmente, uma voz mais una nos diversos setores e criando dinamismo para os mais ousados e operacionais. Há que agir e saber como, utilizando este acordo como base de partida para outros campos a benefício das partes.

Significa dizer, um espaço livreiro, com uma tiragem maior, mais expressiva, para todos os leitores de língua portuguesa; com uma política do livro, em cada um

dos nossos países, que diminua as taxas sobre os mesmos, em alguns casos exagerada, que penaliza os autores e os potenciais leitores.

Uma maior independência económica dos escritores/intelectuais contribuiria para o aumento da massa crítica e, sobretudo, de uma maior difusão do conhecimento e da cultura, fazendo crescer, exponencialmente, a capacidade crítica de toda a sociedade, logo do aprofundamento/alargamento da democracia em cada um dos países de expressão oficial portuguesa.

A definição clara de fronteiras entre o português, como primeira língua, e as línguas nacionais, será, em definitivo, um ganho para as diversas línguas em presença, reforçando o conhecimento de todas e o respeito mútuo sem desconfianças desnecessárias, mas uma complementaridade que exige responsabilidade de todos envolvidos neste processo de crescimento e de afirmação cultural.

Os bloqueios, internos e externos, exógenos e endógenos à afirmação linguística de todos os atores devem e podem ser objetos de reflexão, sem complexos e, acima de tudo, em benefício das línguas em presença, mas do português enquanto língua de cultura de dimensão internacional e veículo instrumental da nossa afirmação no contexto das Nações, transformando o português, língua de unidade da CPLP, também, em língua da ciência e do comércio internacionais, valorizando a intervenção de todos os falantes do português na arena mundial, transformando o nosso idioma em língua de poder.

Democracia e acordo ortográfico

Sendo a democracia um bem maior que as sociedades almejam, construí-la é um espaço de desafio diário e permanente. Nunca está acabada, nunca se pode descuidar do seu acompanhamento. Assim sendo, o espelho dos outros espaços políticos e suas manifestas realidades, levam a que a nossa verdade possa ser comparada e pesada. Ou seja, a experiência dos outros é um medidor expresso.

Uma sociedade democrática enraíza-se em estruturas sociais atentas e atuantes, espaço civil envolvido na dinâmica das vertentes política, económica e social. Sem desenvolvimento, implicando um nível de qualidade de vida que liberte o cidadão da carência de alimentação, cuidados de saúde, acesso à educação, por exemplo, não capacita a população para um estar democrático, para ouvir e ser ouvida no fazer política, saber escolher, propor e contradizer ou apoiar o devir da nação.

Cidadão instruído, cultural e socialmente integrado, é o maior bem para uma sociedade. Neste sentido, as reais capacidades que o acordo ortográfico possibilita

no espaço da educação e informação, a população dos nossos países pode ser o motor de uma maior abrangência de conhecimentos e avanços no aprendizado da construção de uma identidade mais democrática.

Escritores reunidos em função deste acordo, sentem eles também, na sua rotina, os desafios de reaprender algumas regras da escrita. São também os escritores, a favor ou contra esta tomada de posição. É normal e aceitável. O escritor respira a sociedade e nela se reflete.

Porém, nesta dinâmica de mudança, uma coisa não se altera, a necessidade do escritor escrever, à mão, no computador ou numa outra forma que se venha a inventar, quer que a sua escrita seja divulgada em papel, por meio informático ou outro, e que, estas obras alcancem um maior número de leitores. Diminuir os níveis de analfabetismo não implica, de imediato, aumento da população que lê, jornais, revistas ou livros. Um vasto campo de ação é necessário para levar os jovens e as crianças a formarem o gosto pela leitura, ao conhecimento e divulgação dos nossos países de expressão portuguesa. Para isso, os preços de edição devem ser módicos, acessíveis.

Pessoalmente, exerço a utilização da nova ortografia, com dúvidas, mas acredito que, após um tempo de aprendizagem, se tornará banal e comum. Estou confiante na abertura de diálogo que este acordo propicia e, espero e desejo ver, jovens dos nossos países a utilizarem manuais de história, geografia, literatura, com as nossas realidades e culturas. Para além da música, sons que nos aproximam e se reconhecem, poesia escrita a par com material áudio.

Assim sendo, agradeço esta possibilidade feliz de vos encontrar, de me saber com os mágicos das palavras escritas, deixando um voto de muita inspiração e dedicação.

Um álbum de família na cidade de Natal.



OS ESCRITORES CABO-VERDIANOS E A LUSOFONIA

DANNY SPÍNOLA

Pensamos que seria pertinente começar por traçar o percurso da língua portuguesa, após a expansão portuguesa, e a sua disseminação em vários países africanos, de entre os quais Cabo Verde, visto que vai ser objecto de uma análise da sua especificidade relativamente aos países de características lusófonas.

Entretanto, pretendemos limitarmo-nos a fazer uma abordagem sobre Cabo Verde e a lusofonia com uma afirmação que pode ser polémica, mas que talvez retrate a realidade das coisas – a de que os cabo-verdianos não se consideram, em geral, lusófonos, em termos, lato senso, culturais, porquanto se sintam detentores de uma cultura sincrética, mestiça, que engloba tanto a lusofonia, de contornos luso-tropicalistas, às vezes, como, também, afro-negro. E é preciso ressaltar, ainda, que o cabo-verdiano, na sua generalidade, nem é bilingue, embora tenha havido, sempre, em Cabo Verde, utentes competentes da língua portuguesa, com um alto nível de desempenho linguístico, o que levou o Padre António Vieira a dizer, depois de ter passado por Cabo Verde, que *“ali encontrara padres negros de azeviche, mas que dominavam tão bem a língua portuguesa ao ponto de causar inveja aos melhores cultores da língua portuguesa.”*

Vai-se tentar desenvolver esta tese contida nesta afirmação inicial através da historicidade e, principalmente, da literatura.

“*O Escravo*”, de José Evaristo de Almeida⁶, foi o primeiro romance, de temática autóctone, publicado nas colónias portuguesas em África. Isto em 1856, o que demonstra que havia então uma elite cultural com um bom domínio da língua portuguesa em Cabo Verde, apontando para um grande substrato da cultura lusófona no percurso da cabo-verdianidade. Os Almanques de Lembrança Luso-Brasileiro são testemunhos também de que sempre houve em Cabo Verde comunidades de língua portuguesa, sendo testemunhos desse desiderato os vários prémios literários ganhos por escritores cabo-verdianos.

No que diz respeito à história da literatura cabo-verdiana que, segundo muitos estudiosos, e por uma questão de metodologia, está dividida em 3 momentos (tese que, particularmente, não se comunga de todo aqui), vamos encontrar um meio literário eloquente relativamente ao domínio da língua portuguesa pelos cabo-verdianos, mas também eloquente quanto à cultura cabo-verdiana de base lusófona. Encontramos, já, desde os ditos Pré-claridosos, como José Lopes, Guilherme Dantas, Guilherme Ernesto, Januário Leite e outros, um domínio profundo da língua portuguesa e dos cânones literários portugueses, mas sempre com a questão identitária subjacente, revelada na procura das Hespérides, das ilhas *arsinárias* da Atlântida perdida, em poemas de José Lopes⁷. Encontramos, em todos os escritores cabo-verdianos dessa época, um posicionamento claro relativamente entre o ego da Pátria, lusófona, e o alter-ego da nação, crioula e mestiça, tais como José Lopes, Pedro Cardoso⁸ e Eugénio Tavares⁹, sendo claro que tinham Portugal como Pátria, mas que se sentiam, incontestavelmente, cabo-verdianos, de uma certa cultura lusófona, e não portugueses, embora destes descendentes – *Como vós outros, nós também amamos/ A nossa Pátria, a Mãe/ De vossos pais, que é nossa mãe também (...) Manuel Ferreira*¹⁰ afirma na introdução à compilação da *Revista Claridade*, que eles “(...) Suportaram a incómoda ambiguidade, reivindicando e sentindo a sua genuína condição de cabo-verdianos portadores de uma cultura específica e, ao mesmo tempo, aceitando a oficial paternidade portuguesa”, lusófona.

⁶ ALMEIDA José Evaristo de, nasceu em Portugal no século XIX e morreu na Guiné no século XX. Foi deputado por Cabo Verde, onde escreveu o romance *O Escravo*, de temática caboverdiana.

⁷ LOPES José, poeta, investigador, ensaísta, cronista, nasceu em S. Nicolau em 1872 e faleceu em 1962.

⁸ CARDOSO Pedro, Poeta, jornalista e polemista, nasceu a 13 de setembro de 1883 no Fogo e faleceu a 31 de outubro de 1942 na Praia.

⁹ TAVARES, Eugénio, poeta, dramaturgo, cronista e músico, nasceu a 18 de outubro de 1867 na ilha Brava onde faleceu a 1 de junho de 1930.

¹⁰ FERREIRA, Manuel, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, investigador, crítico literário e ensaísta, nasceu em Leiria, Portugal, em 1917 e faleceu em 1992.

Alfredo Margarido¹¹, diz a propósito de Pedro Cardoso que ele “adoptou o pseudónimo afro, rompendo com a visão pró-europeia e pro-portuguesa da maior parte dos intelectuais cabo-verdianos da sua geração. Embora tenha sempre presente a pátria portuguesa e lusófona E são emblemáticos alguns poemas dele que atestam isso, tal como o seguinte exemplo - “Nasci na ilha do fogo/ sou, pois, cabo-verdiano/ E disse tanto me ufano/ Que por nada dera tal (...) Se filho de Cabo Verde/Assevero – fronte erguida - / Que me é honra a mais subida/ Ser neto de Portugal “; ou quando diz “A luz também jorra neste belo arquipélago e a voz de Cabo Verde é já uma demonstração de vida, de independência e de liberdade de pensamento, que constitui um dos principais direitos dos povos” (Pedro Cardoso)

Encontramos, inclusive, escritores dessa época, como Eugénio Tavares e Pedro Cardoso, que dominavam de forma exímia a língua portuguesa, mas que fizeram, também, questão de cultivar a língua crioula como forma de identidade, traduzida numa óbvia cabo-verdianidade nativista, cabo-verdianidade essa que é exacerbada por Eugénio Tavares nas suas crónicas anticoloniais, de forte contestação, perante a situação de opressão e repressão. Esta temática é secundada por Pedro Cardoso no seu Jornal Manduco, que vergastava duramente o dorso do colonialismo fascista.

O poeta José Lopes, que disse “é Pátria a terra inteira”, diz num dos seus inúmeros escritos “ *Tenho anseios de que algum dia, embora no derradeiro momento da vida, pudesse ter o prazer de ver estas pobres ilhas independentes*”; não obstante ter exaltado sempre a pátria portuguesa, lusófona.

Com a moderna poesia cabo-verdiana, iniciada com os Claridosos, esse quadro de ambivalência linguística e cultural recrudescer, tornando-se mais evidente a cultura crioula de língua oficial portuguesa/lusófona e expressão crioula, não distante da lusofonia, devido ao seu carácter sincrético. Aliás, os Claridosos trilharam um pouco as pegadas dos brasileiros na afirmação de uma língua brasileira e não portuguesa, tais os exemplos de *Amar Verbo Transitivo* e *Macunaíma*, de Mário de Andrade, com as suas teses explícitas de construção de uma língua própria, existente, diferente daquela que a engendrou.

Lembramos aqui a semana de Arte Moderna, que teve lugar em S.Paulo, de 13 a 17 de fevereiro de 1922, a qual teve grande repercussão na literatura brasileira e na forma de escrever de muitos escritores, de entre os quais se destacam Oswald de Andrade e Mário de Andrade, com as suas propostas revolucionárias, antropofágicas, na procura de uma identidade nacional, popular e primitivista.

¹¹ MARGARIDO, Alfredo, jornalista, investigador, ensaísta e crítico literário, nasceu em 1928, faleceu em 2010, viveu em Lisboa, desempenhou um papel importante no processo editorial da Casa dos Estudantes do Império em Lisboa.

Baltazar Lopes¹² afirma num dos seus poemas “*A minha principal certeza é o chão em que se amachucam os meus joelhos doridos/ mas todos os que vierem me encontrarão agitando a minha lanterna de todas as cores/ na linha de todas as batalhas.*”

Ao que Jorge Barbosa¹³ acrescenta “*Viver sempre vergado sobre a terra, a nossa terra (...)*”.

A literatura dessa época, em Cabo Verde, que conviveu com a Presença e o Neo-realismo português, foi marcada principalmente pelo diálogo com a literatura portuguesa, lusófona e brasileira, nomeadamente pelo diálogo com a literatura presencista e neo-realista portuguesa, de um Redol, Namora, Manuel da Fonseca, e entre Baltazar Lopes, com o seu Chiquinho, e José Lins do Rego, com o seu Menino dos Engenhos; entre Jorge Barbosa e Manuel Bandeira, com o tema da pasárgada, sempre presente, e também pela intertextualidade entre os Flagelados do Vento Leste e Chuva Braba, de Manuel Lopes, com as obras do Sertão e do Nordeste brasileiro de Guimarães Rosa e Graciliano Ramos.

Os Claridosos, de facto, fizeram questão de criar obras em que misturavam a língua portuguesa com palavras e expressões crioulas como corolários do que seria o português cabo-verdiano, o que não existe, propriamente, na medida em que, em Cabo Verde não se fala, no dia-a-dia, o português, mas sim o crioulo, ou a língua cabo-verdiana, acabando, assim, por criarem uma literatura de cariz próprio, lusófona, em certo sentido. De salientar que uma grande percentagem de escritores cabo-verdianos, dessa fase do modernismo cabo-verdiano, escreveu poemas em português e em crioulo, mas sempre com a reverberação da cultura e identidade cabo-verdianas em diapasão com a portuguesa, tendo em conta, até, a preocupação em contestar e retratar a situação de abuso, opressão e abandono a que os cabo-verdianos estavam votados pelo regime colonial.

Finalmente, na nova vaga de escritores cabo-verdianos, surgida após o 25 de abril de 1974, e a Independência Nacional em 1975, os (digamos assim) Pós-Claridosos, em relação à dita lusofonia encontra-se já um pouco estiolada e ténue, dada a grande preocupação universalista presente nesses escritores da aldeia global e planetária que já diversificam as latitudes e longitudes das suas leituras impregnando as suas escritas de ressonâncias das mais diversas literaturas mundiais e menos da

¹² SILVA, Baltazar Lopes da, licenciado em Direito e Filologia, poeta e ficcionista, um dos fundadores da revista Claridade, nasceu em 23 de abril de 1907, na ilha de S. Nicolau e faleceu em Lisboa a 28 de maio de 1989.

¹³ BARBOSA, Jorge Vera Cruz, poeta, um dos fundadores da revista Claridade, nasceu a 22 de maio de 1902, na Cidade da Praia, ilha de Santiago e faleceu a 06 de janeiro de 1971, em Portugal.

literatura lusófona. Diga-se, de passagem, que, nesses escritores, a questão da *cabo-verdianidade* e da língua materna é quase que fulcral e um ponto de honra, com um significativo número de escritores bilingues, que procuram um bom desempenho no manuseio e fluência da língua portuguesa e nas questões de cariz lusófono.

É mister dizer ainda que a língua cabo-verdiana formou-se nos primórdios da colonização, tornando-se, já no séc. XVI ou XVII, numa língua nacional que funda a nação cabo-verdiana, constituindo um factor identitário. E o curioso dessa questão da lusofonia e bilinguismo é que, em Cabo Verde, o fenómeno de aculturação aconteceu de forma inversa, pois que em diversas situações não foram os colonizados a assimilar a cultura do colonizador, mas sim o colonizador a assimilar a cultura do colonizado, resultando dessa simbiose a cultura cabo-verdiana e lusófona.

Aliás, a literatura oral cabo-verdiana, através dos *finason* da ilha de Santiago e dos *colá*, ou *coladera* da ilha do Fogo, constituem provas evidentes de que os cabo-verdianos têm uma pujante literatura em língua cabo-verdiana, ao lado de uma rica literatura em língua Portuguesa, de base lusófona, tendo em conta o sincretismo patente nessa cultura cabo-verdiana, por um lado, e a idiossincrasia crioula do cabo-verdiano.

Há textos que se referem a essa questão, em que alguns analistas lusófonos se queixam das atitudes de muitos conterrâneos que, em chegando a Cabo Verde, começam a falar aquela algaraviada do povo que ninguém entendia.

A fim de rematar alguns pontos de vista sobre a lusofonia, volta-se à questão de que os cabo-verdianos não são bilingues, embora haja um forte substrato lusófono na identidade cabo-verdiana.

Realmente, em Cabo Verde, segundo disse o nosso linguista Manuel Veiga, “a vida em Cabo Verde decorre em crioulo — pensa-se em crioulo, sente-se em crioulo e ama-se em crioulo”; o quotidiano do povo cabo-verdiano é totalmente em crioulo e é menos do que 1% o tempo que se despende à língua portuguesa no dia-a-dia, pelo que não há um bom domínio da língua portuguesa, oficial, como o da língua materna, nacional, para não dizer que é mesmo bastante deficitário o desempenho da maioria dos cabo-verdianos na utilização da língua portuguesa, o que nos leva a concluir que, de facto, há uma situação de diglossia em Cabo Verde e não de bilinguismo.

Entretanto, convém realçar aqui, que é de muita importância a comunidade de países de língua portuguesa e o papel que vem desempenhando na congregação e consolidação do projecto de uma comunidade global, multicultural; sendo tão só necessário que haja objectivos comuns, fundamentais, para a criação de um bloco uno que promova grandes realizações, a vários níveis, passíveis de enriquecer o património e o desempenho de todos nesta aldeia global, planetária, em que a

convergência de princípios constitui uma mais-valia determinante para o sucesso de muita coisa. E é importante a questão da língua, enquanto húmus e catalisador destas comunhões lusófonas.

Perspetivando, pois, as coisas nessa óptica de uma comunidade com interesses e projectos comuns, temos a dizer que é preciso tornar-se efectivo, em todos os sentidos, esse ideário de comunidade o qual não se compadece com a hegemonia ou o protagonismo de alguns em detrimento da maioria, pois é preciso haver equidade nas relações e materializações dos projectos comuns. E, nessa linha de pensamento, temos a avançar aqui algumas sugestões, que, talvez, constituam pontes para uma real efectivação dos desideratos da lusofonia, nomeadamente: - Que sejam promovidas Feiras de Livros, encontros de escritores, promoção e divulgação de livros, de escritores e da cultura de cada comunidade (país) em todas as comunidades (países) de forma intensa e equitativa; Que se crie um meio de levar a realidade e a cultura de cada comunidade às outras comunidades, privilegiando as emissões televisivas e radiofónicas; Que se criem condições para que os livros, os escritores e a cultura de cada comunidade tenham o mesmo tratamento e divulgação em todas as comunidades através dos Media e de todos os meios disponíveis para o efeito; Que se promovam intercâmbios em vários domínios artísticos entre as comunidades, através de fotografias, pinturas, esculturas, artesanatos, livros, conferências, etc. Que se criem redes de distribuição dos produtos culturais de cada comunidade nas outras comunidades: jornais, revistas, livros; Que se criem bolsas de estudos, de trabalho e de investigação para as comunidades de forma a levar os membros das comunidades a conhecer a realidade das outras comunidades e divulgá-las depois na própria comunidade; Que se promovam *joint-ventures* entre as universidades comunitárias; Que se incrementem excursões e turismo de conferências e de expôs de comunidade a comunidade que possibilitem visitas e conhecimentos das realidades de cada comunidade.



A REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA e a sua Perspetiva para o Futuro de Timor-Leste

DOMINGOS FRANCISCO DE JESUS DE SOUSA

Timor-Leste teve que lutar para que o português fosse reconhecido como língua oficial da nação.

Porque razão Timor-Leste, metade de uma ilha, um pequeno povo com uma população de menos de um milhão de habitantes podia ser independente e outras regiões geograficamente maiores com mais possibilidades nos recursos humanos e recurso naturais não puderam? A resposta deve-se à História, à Cultura, à Religião Cristã e à Língua Portuguesa que ajudaram os timorenses a formar uma identidade própria e fizeram deles “diferentes” de outros povos seus vizinhos, além da convicção que os timorenses tiveram em si próprios e a sua luta pela dignidade.

A posição geográfica de Timor-Leste, entre dois grandes blocos, Austrália e Indonésia, segundo algumas opiniões não proporcionava a possibilidade de uma independência. Foi assim que muitos pensaram quando os timorenses lutavam pela independência. Eram várias as argumentações: como Timor-Leste é demasiado pequeno para ser uma nação, demasiado pobre para sobreviver, demasiado fraco para manter uma luta pela independência e sobrevivência. *“Todas as lutas emancipatórias são, de início, combates pelo impossível. A luta dos timorenses pela sua autodeterminação foi claramente uma dessas lutas”* (Santos 2003, 515) Mas,

esqueceram-se de um pormenor: a apropriação da língua portuguesa e da sua cultura e da Religião Cristã, bases da especificidade e identidade timorense. Foi por isso que a primeira decisão que os ocupantes tomaram em Timor-Leste foi abolir a língua portuguesa no sistema do funcionalismo público e em todas as escolas, exceto numa escola católica, o Externato de S. José, em Dili, onde se ensinava tudo em português, até ao grande massacre de 12 de novembro de 1991¹⁴. A língua portuguesa foi substituída por bahasa indonésia/língua indonésia. Os indonésios abriram escolas em grande escala como Timor-Leste nunca tinha visto na sua história. Enviaram professores indonésios para ensinar nessas escolas, selecionaram jovens estudantes timorenses para seguir cursos na Indonésia, quase todos em Java, para evitar que o vírus timorense pudesse afetar os provincianos. Investiram muito dinheiro na educação e nas infraestruturas escolares. O objetivo era que a nova geração pudesse ser moldada com uma nova cultura, a “indonesiana”, e esquecer-se do seu passado. Estavam conscientes da força que a cultura possuía, o papel e a representação que elas desempenham numa luta pela independência. Os ocupantes conseguiram muitos dos seus objetivos, mas não foram capazes de acabar com a cultura e a identidade do povo timorense. Estavam conscientes da situação, e sabiam que a língua, a cultura e a história tinham força e o eco que elas tinham nos países da lusofonia e em todos os lugares onde existisse uma comunidade de expressão de língua portuguesa.

Os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa (PALOP) foram a partir de 1975, a retaguarda diplomática da nossa luta. Apesar das suas próprias deficiências e limitações de ordem material, nunca sonegaram apoio à FRETILIN [...]. Se não fosse esse apoio, a questão de Timor Leste teria sido riscada da agenda da ONU poucos anos após a invasão (Horta, 1994:180), apud Santos, 2003, 538).

Timor-Leste, país recente, possui uma democracia ainda frágil e pode estar ameaçado a perder o seu vigor com a tentativa “de romper com os laços com o passado”, que constitui outra nova frente da batalha, embora a memória da luta pela independência ainda permaneça viva em muitos. Durante os 24 anos de luta conhecia-se claramente o inimigo. Contudo, hoje os adversários aparecem

¹⁴ Massacre de Santa Cruz – No dia 12 de novembro de 1992, a resistência timorense organizou uma procissão ao Cemitério de Santa Cruz com o intuito depositar flores na campa do Sebastião, um timorense da clandestinidade morto pelas forças indonésias. A cerimónia chama-se de Ai Funan Moruk ou seja Flores Amargas. A Resistência aproveitou a oportunidade para organizar também uma demonstração contra a ocupação indonésia com dísticos da resistência. Já na entrada do cemitério as Forças Armadas Indonésias abriram fogo contra os jovens, matando mais de duas centenas deles.

camuflados com a capa de solidariedade e de doadores que querem o bem da nação timorense: “*Timeo danaos et dona ferentes*”¹⁵, receio as ofertas gregas.

A escolha deste tema tem uma relevância no contexto do Timor-Leste de hoje, porque “*sem uma unidade da língua não haverá a unidade política*”. Esse pequeno trabalho, “O Papel da Representação da Língua Portuguesa na Luta pela Independência e a sua Perspetiva para o Futuro de Timor-Leste”, pode constituir uma reflexão para compreender a importância da Língua Portuguesa para Timor-Leste hoje e no futuro.

Depois da Restauração da Independência, Timor-Leste enfrentou um novo problema: qual será a língua oficial da Nação? O Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) que levou o povo à Independência declarou a Língua Portuguesa como Língua Oficial, seguindo as linhas dos partidos políticos de 1975 que em uníssono escolheram a Língua Portuguesa como língua oficial. A pergunta que surgiu foi: porque razão a língua portuguesa em Timor-Leste? Porque não o Inglês, língua internacionalmente mais conhecida e falada? Porque não o Bahasa Indonésio mais conhecido pela nova geração? Porque não o Tetum, dialeto originalmente timorense e falado por quase todos os timorenses?

Após a ocupação indonésia, a filosofia do estado indonésio PANCASILA¹⁶ com os seus cinco princípios e o Juramento da Juventude Indonésia: “*Satu bangsa, uma nação, a nação indonésia, satu bahasa, uma língua, a língua indonésia, satu tanah air, uma pátria, a Indonésia*”, foram introduzidas. Os timorenses sentiam-se alheios a esses princípios que não lhes diziam nada, porque também tinham, uma nação, uma língua, e uma pátria imaginada, que estava concretizada pela luta, embora durante os 24 anos da ocupação, todas as segundas feiras de manhã antes do trabalho todos os servidores públicos e alunos de todas as escolas no içar da bandeira eram obrigados a repetir em voz alta os cinco princípios para que fossem vinculados na alma timorense. Os indonésios queriam à força que os timorenses se sentissem indonésios. Na realidade, segundo Chartier, 17: “*As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio*”. Mas, pelo contrário, os timorenses tinham “*uma consciência do passado que possui uma relação estrutural com a interpretação do presente e com a expectativa e o projeto de futuro*” (Rusen, 2001, 65).

¹⁵ Referente ao cavalo de Tróia na Odisséia de Homero.

¹⁶ Os cinco princípios da Filosofia do Estado Indonésio: 1. Acreditar num Deus e só Deus; 2. Humanidade justa e civilizada; 3. Unidade da Indonésia; 4. Democracia orientada pela sabedoria interna na unanimidade das deliberações entre os representantes; 5. Justiça social para todo o povo indonésio.

Esta imposição cultural custou caro, tanto à Indonésia como aos timorenses que nunca quiseram submeter-se ao defender a sua identidade, pelo ideal coletivo “*Vida ou morte independência*”. Era a “*idéia força*” que habitava no “*mental coletivo*” (Chartier, 43). Esse sentimento coletivo tinha força, tinha dinamismo, e era emocionalmente vivido e sentido por cada timorense.

Com a ocupação Indonésia, os ocupantes aboliram a língua portuguesa, que esteve em Timor durante quinhentos anos, como fizeram com o holandês. Para os indonésios, a Holanda era a Representação e Imagem de todos os colonialistas que “*separava seu pupilo do contacto com o mundo exterior, opondo-lhe barreira de uma língua destinada a marcar distância que o separa do europeu*”.¹⁷ E, por isso, “*quando os holandeses saíram de vez da Indonésia, a sua influência sobre as línguas locais era ainda bastante superficial*”. (Hull, 35). Era o contrário do português que apareceu como a língua de interação entre povos e por isso, apesar de terem deixado várias regiões, muitas palavras portuguesas se mantêm vivas nas línguas locais e nas comunidades: “*O termo “falar cristão, seria no oriente significava falar português. (Meneses, 2006, 209). A influência portuguesa no oriente era grande até ao século XVIII.* Muitas palavras tornaram-se património linguístico do Bahasa Indonésio como demonstram, entre outros, os seguintes exemplos: altar (altar), bendera (bandeira), kapel (capela), keju (queijo), mentega (manteiga), bola (bola), boneka (boneca), gereja (igreja), arloji (relógio), meja (mesa), lemari (armário), garpu (garfu), lensu (lenço), jendela (janela), keramik (cerâmica), kemeja (camisa), dadu (dados), dansa (dança), natal (natal), pena (pena), roda (roda), sekolah (escola), minggu (domingo), pineti (alfinete), sakristi (sacristia), sepatu (sapato), tempu (tempo), tinta (tinta), tolol (tolo), tukar (trocar), vila (vila), via (via) etc. O mesmo se pode dizer do Timor-Leste que adotou muitos vocábulos portugueses, para exprimir idéias, conceitos e novos significados que as línguas locais carecem.

Perante o papel histórico e cultural que a língua portuguesa teve em Timor-Leste, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste consagrou no Artigo 13º. Alínea 1. “*O tétum e o português são línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste*”.

Com a introdução da língua portuguesa e a religião cristã/católica, garantiram-se a Timor-Leste a especificidade, cultural e histórica com uma identidade própria e o tornaram diferente de outros países seus vizinhos.

Era a razão porque os indonésios antes e alguns estrangeiros hoje, tanto se preocupam em acabar com a língua portuguesa que ficou na história timorense como uma “*Língua de Liberdade*” e língua da resistência timorense, das forças

¹⁷ Ferro, Marc, *O livro negro do Colonialismo*, Editora Publicações S.A. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

políticas e das organizações juvenis desde 1975 até ao Referendo em 1999, utilizada em nomes das organizações e dísticos como:

- ASDT: Associação Democrática Timorense
- FRETILIN: Frente da Libertação Nacional
- UDT: União Democrática Timorense
- APODETI: Associação Popular Democrática Timorense
- FALINTIL: Forças Armadas da Libertação de Timor-Leste
- UNETIM: Organização Estudantil Timorense
- LESVALT: Liga dos Estudantes Válidos para Timor-Leste
- OPMT: Organização Popular da Mulher Timorense
- RENETIL: Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste
- OJELATIL: Organização Juvenil Estudantil de Timor-Leste, etc.

Os dísticos utilizados em Português:

- PÁTRIA OU MORTE, INDEPENDÊNCIA TOTAL!
- RESISTIR É VENCER!
- O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!

Durante a ocupação Indonésia, falar português era um ato de resistência contra a invasão. A língua portuguesa encarava assim a ânsia da liberdade. “*Parece-me que o papel da língua portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável. Em poucas palavras, se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado deve manter o português*” (Hull, 39).

Foi a língua do culto até 1980. A religião católica foi apropriada pelos timorenses e tornou-se também um baluarte de unidade para enfrentar a ocupação indonésia, e ser cristão com um nome português significava ser timorense, o contrário do cristão indonésio. Ser cristão com um nome, por exemplo, como Agustinus significava ser indonésio, ao contrário do cristão timorense com o nome de Agostinho.

E a Igreja católica manteve viva a língua portuguesa através da escola Externato de S. José¹⁸, nas missas na Igreja de Motaél, onde os padres continuavam a celebrar as missas utilizando a língua portuguesa, e os fiéis continuavam a cantar e a rezar

¹⁸ O autor deste artigo também foi professor desta escola ensinando a língua portuguesa nos anos de 1986 e 1987. O externato de S. José foi abolido pelo governo Indonésio após o massacre de Santa Cruz, quando a escola foi acusada de ser a organizadora das manifestações contra a Indonésia em 1992.

em português, mantendo a língua portuguesa viva no seio das comunidades e foi assim que se pode compreender que “*Os rituais da vida cotidiana fornecem pistas importantes para compreender os mecanismos que permitem às pessoas resistirem às imposições, driblando a alienação, a exploração e a dominação. E tornando a vida social – ou fazendo-a parecer – mais justa ou suportável.*” (Kuyumjian & Melo, 78)

A língua portuguesa, a religião católica tornaram-se para os timorenses um passado coletivo. E por isso, quando Soeharto quis eliminar esse passado coletivo (proibição do ensino da língua portuguesa), sentíamo-nos que nos arrancaram as raízes da nossa existência e lançados num vácuo sem passado e sem futuro.

O português tornou-se língua de identidade nacional porque sobreviveu durante a ocupação indonésia apesar de todos os esforços empregados pelos ocupantes para a sua abolição total.

(...) A colonização portuguesa de cinco séculos, a religião católica e a língua portuguesa garantem a Timor-Leste a sua especificidade – e o seu lugar privilegiado na região. Sem o português e uma forte ligação com Portugal e outros países lusófonos, Timor-Leste seria “invadido” pela “cultura anglófona e seria relegado para o lugar não muito honroso de um pequeno jardim australiano ou manter-se-ia a predominância de língua indonésia e seria eternamente uma colônia cultural javanesa. Perdendo os laços culturais com Portugal, Timor-Leste perderia não só uma herança secular que o torna único na região, mas perderia igualmente uma importante arma que o tornaria parceiro indispensável e ponte de ligação nas regiões e entre a região e outros continentes, (Mendes, 180).

A tendência de abolir a língua portuguesa tem como o pano de fundo criar no povo timorense um vazio e, sobretudo na juventude, uma amnésia do passado. Emilia Viotti da Costa, refere-se ao mesmo quando diz que “*um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro os mesmos erros do passado*”. *E um povo sem memória está exposto a receber tudo o que outros lhe impõe como disse alguém.*

Em 1974 os partidos políticos inclusivamente a APODETI que defendia uma política de integração de Timor-Leste na Indonésia, no seu Manual Político, defendiam a língua portuguesa como língua para Timor-Leste. Durante a opressão indonésia desde 1975 até 1999, o português manteve-se vivo e tornou-se um veículo da resistência.

Ao contrário do previsto e apesar de ser fortemente reprimida pelos indonésios, a língua portuguesa não se extinguiu em Timor. Este fato é significativo, pois demonstra

que em nível da cultura local, o português não era um elemento estranho como havia sido o holandês na Indonésia, que após a saída dos holandeses desapareceu da maioria dos sectores da sociedade (Hull, 38)

A problemática da língua apareceu quando Timor-Leste se tornou independente em 1999. Os primeiros sintomas surgiram quando Timor-Leste começou a ter contacto com as organizações internacionais que pretendiam introduzir o inglês como língua oficial, conscientes de que “*o mais importante símbolo nacional é sem dúvida a língua*”, (idem, 30).

Na minha experiência como Diretor Geral no Ministério de Educação durante os primeiros anos da independência, de 1999 até ao ano de 2006, reparei que o problema foi levantado mais pelos estrangeiros do que pelos próprios timorenses. Os debates que tínhamos a respeito da língua eram quase sempre com estrangeiros, só raramente com timorenses, com argumentações sem fundamento lógico como “*o Inglês é língua de desenvolvimento e de tecnologia*”. Refutámos essas argumentações com os exemplos do Japão, Alemanha, Suécia, Noruega, Coreia do Sul e de tantos outros que sem ter o inglês como língua oficial, são das nações mais desenvolvidas do mundo.

Era a língua da resistência, que fazia eco no mundo internacional, essencialmente a razão do envolvimento dos países da língua portuguesa e das suas comunidades espalhados pelo mundo em prol da causa timorense. A opinião de Geoffrey Hull sobre o assunto é notificante: “*Se por outro lado os líderes timorenses cometerem o erro de pôr o inglês no lugar do português, as consequências que daí resultarão sem dúvida terão implicações para o futuro.* (idem, 41-42), e continua dizendo que (...) *quando os falantes de línguas minoritárias e do Terceiro Mundo se tornam infectados com este complexo de inferioridade os resultados tendem a ser desastrosos.*” E mais à frente continua esclarecendo que,

As vítimas deste processo de atrofia cultural são numerosas sobretudo nos Estados Unidos e na Austrália. A maioria das línguas indígenas fora das reservas Índias já desapareceram nos Estados Unidos. Dos 250 línguas falantes na Austrália quando os ingleses invadiram em 1778, apenas 100 sobrevivem hoje e muitas destas encontram-se à beira da extinção (idem, 42).

Pelo contrário, diz Geoffrey Hull que, *nos países em que o português é a língua oficial, poucos foram os vernáculos que desapareceram por causa do prestígio do português. Por vários fatores de ordem histórico-cultural, a língua portuguesa tem-se mostrado mais capaz de se harmonizar com as línguas indígenas que o inglês.* (idem, 42).

Os portugueses chegaram em 1512, e as línguas existentes desde a data da chegada dos portugueses continuam existentes. Eram trinta e três os dialetos falados pelos diferentes grupos e hoje continuam vivos e ativos. “*Si vis pacem prepara belum*”, se queres a paz prepara a guerra, diziam os latinos. O preparar a guerra aqui não significa que Timor-Leste tem que se embrenhar em aquisição de armamentos sofisticados na compra de submarinos, aviões supersónicos *Sky Hawks*, etc.. Não, porque creio não ser a política do Governo, mas o que se deve é assegurar o leque das suas cooperações com os seus amigos, neste caso específico manter as relações com os países da CPLP, e assegurar e continuar a desenvolver a sua identidade e especificidade como fatores básicos da sua independência. Porque ninguém nos garante que no futuro não soframos novas invasões. Olhando para a história, onde deparamos que os homens repetem os mesmos erros, o mesmo pode acontecer a nós, timorenses, não podemos deixar de pensar que também um dia poderemos experimentar novas amarguras de outras invasões como tivemos no passado recente que tanto sofrimento nos trouxe, “*o que a experiência e a história nos ensinam é que os povos e os governos jamais aprenderam algo a partir da história, assim como jamais agiram segundo ensinamentos que delas fossem extraídas*” (Koselleck, 55). E nas palavras de Abade Rupert Kornman: “*É destino dos Estados, assim como do homem, tornar-se sábio apenas quando já passou oportunidade de sê-lo*”. (Apud Koselleck, 55)

A opção pela língua portuguesa como uma das línguas oficiais da nação não foi uma escolha apenas com perspectivas do elo com o passado que é a base do presente, mas com uma visão orientada para o futuro.

Ao enfrentar os grandes desafios, Timor-Leste, em cooperação com países da CPLP, poderá enfrentar melhor os desafios que lhe poderão surgir pela frente, as ameaças contra a sua identidade, inclusivamente contra a sua soberania. A luta pela libertação durante os vinte e quatro anos foi uma prova evidente dessa necessidade de cooperação e a sua perspectiva em relação à sobrevivência e sustentabilidade no presente e no futuro. É nessa perspectiva que aparece a Representação da Língua Portuguesa em Timor-Leste.

BIBLIOGRAFIA

- CHATIER, Roger, *A História Cultural, entre Práticas e Representações*, Difusão Editorial, S.A. Lisboa;
- Constituição da República Democrática de Timor-Leste;
- GRAÇA, Maria da e SETTON, Jacintho, *A Teoria de Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*, Universidade de S. Paulo, Faculdade de Educação, 2002;
- GUSMÃO, Kay Rala, *Timor Leste. Um Povo, Uma Pátria*. Edição Colibri Faculdade de Letras de Lisboa - Alameda da Universidade - 1699 Lisboa Codex;
- HULL, Geofrey, *Timor-Leste, Identidade, Línguas e Política Educacional*, Universidade de Western Sydney - Austrália;
- KOSELLECK, Reinhart, *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos temas Históricos*. Editora PUC. Rio 2006;
- KUYUMJAN, Marcia de Melo Martins; MELLO Maria Thereza Negrão de (orgs), *Os espaços da história cultural*, Edição Paralelo 15, Sobradinho DF, Brasil, 2008;
- MAGALHÃES, António Barbedo, *Descolonização do Ensino em Timor, Um Projeto que a Intervenção Indonésia Matou à Nascimento*, 1977;
-Timor-Leste. *Interesses-Internacionais e Actores - Locais*, Edições Afrontamentos. novembro de 2007;
- MENDES, Nuno Canas, *Como Nasceu Timor-Leste? Nacionalismo, Estado e Construção Nacional*, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, março 2005;
- MENESES, Francisco Xavier de, *Encontro de Culturas em Timor-Leste*, Crocodilo Azul - Dili, 2006;
- PELESSIER, René, *Timor em Guerra, A Conquista Portuguesa, 1847-1913*, Editora Estampa Lda. Lisboa 2006;
- RICOEUR, Paul, *A memória, a historia, o esquecimento*. Edit. Unicamp, S. Paulo 2010;
- RÜSEN, Jörn, *Razão Histórica : Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*, Fundação Universidade de Brasília, Editora UnB;
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Reconhecer Para Libertar, Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003;
- TAYLOR, John G., *Timor - A História Oculta*, Editora Bertrand, Venda Nova - Lisboa - Portugal, 1993;
- VEYNE, Paul, *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, Fundação Universidade de Brasília, Editora UnB, 2008.



POESIA DO ÍNDICO

FÁTIMA MENDONÇA

Introdução

Longe de ser uma categoria estável como será o caso de literaturas como a portuguesa ou mesmo a brasileira, produzidas por um longo processo de gestação, o conceito de literatura moçambicana como literatura nacional é, por isso mesmo, uma categoria em construção e para cuja definição convergem praticamente todos os elementos que, de uma forma dispersa, têm sido apresentados por autores diversos, sob a forma de dominantes.

Objecto de estudo por parte dos autores interessados nas literaturas produzidas nos países africanos sujeitos à colonização portuguesa, esta questão permanece em aberto. Desde a tese da regionalidade da literatura moçambicana relativamente à literatura portuguesa, expressa por Amândio César (1967), oposta à de Alfredo Margarido (1962), até estudos mais recentes que incluem o importante contributo de Manuel Ferreira e da geração de universitários que lhe sucederam, é possível reunir um *corpus* teórico coerente revelador da necessidade de prosseguir este campo de pesquisa¹⁹.

A percepção da literatura moçambicana como sistema, incluindo muitas das manifestações da forte e dinâmica literatura oral não se exime da sua vinculação à dinâmica histórica da própria região austral de África.

¹⁹ Cf. Bibliografia: Carvalho, Ferreira (1977,1984) Cristóvão (1982), Hamilton (1984), Leite (1985), Margarido (1985), Mendonça (1985), Rosário (1990), Mata (1993), Matusse (1993), Trigo (s/d).

Ponto de passagem de povos vários, cenário de lutas entre reinos hostis, ‘vítima’ das fronteiras criadas pela Conferência de Berlim, colónia portuguesa de facto, mas também, *et pour cause*, de outras potências e interesses económicos, com uma independência tardia obtida por força das armas, e, por tudo isso, território de cruzamentos linguísticos e culturais, Moçambique compartilha com os outros países da região uma história cultural comum, a que a colonização portuguesa veio acrescentar traços que se integraram na sua fisionomia. Fazendo-se representação dessa historicidade, a literatura dificilmente se subtraiu a uma forte componente realista, independentemente da sua atuação como ideologia, fosse ela da neutralidade ou da acção.

Acrescente-se ainda que as formas orais, de uma maneira geral, são reconhecidas como pertença a uma poética africana *latu sensu*, ou austro-africana em sentido mais restrito e integradas ao mesmo tempo na “moçambicanidade”. Assim o prova o estudo de algumas formas em circulação, em que é assumida a ‘moçambicanidade’ de canções rurais ou urbanas cantadas em línguas africanas, patenteando um substrato prosódico e retórico comum a Moçambique e países vizinhos (África do Sul, Zimbabwe, Zâmbia ou Malawi).²⁰

Isto não acontece com a literatura escrita em língua portuguesa, a qual não consegue furtar-se à necessidade de provar teoricamente a sua autonomia, relativamente ao espectro da sua progenitora (colonial), manietada pelas visões totalizantes de que a pós-colonial será mais uma a acrescentar à obsoleta Ultramarina, à controversa Literatura de Expressão (Língua) Portuguesa para não referir as politicamente (in) correctas? ‘Literatura dos PALOP’ ou ‘literaturas ‘lusófonas’.

Pelas razões históricas conhecidas a língua portuguesa é em Moçambique o veículo quase exclusivo dos seus escritores. Este facto torna difícil a divulgação dos poetas moçambicanos na região austral de África onde a língua inglesa é dominante. O mesmo acontece em outras latitudes onde a língua portuguesa não tem penetração, o que coloca o problema do enclausuramento das literaturas duplamente periféricas, como é a literatura que se produz em Moçambique, Angola e noutros países que estiveram sujeitos à colonização portuguesa. Resta-lhe o espaço em que a língua portuguesa se inscreveu como material poético. Mas nem aí, o seu carácter periférico se desvanece. Vítima de um contexto exterior desfavorável, de que os média são em parte responsáveis, Moçambique é percebido por isso, em Portugal ainda hoje, fora do quadro das universidades ou de algumas iniciativas de carácter municipal, como

²⁰ É interessante verificar este aspeto nos trabalhos de Leroy Vail e Landeg White. Cf. Bibliografia.

um lugar de doença e de miséria ou alternativa e contraditóriamente como um destino turístico.

No Brasil, mercê do trabalho de diversos universitários, nas inúmeras universidades do país, refletido, quer em Colóquios e Congressos, quer em publicações de especialidade, das relações inter-universitárias com Moçambique e, não menos importante, do interesse recente do Estado brasileiro pelas história e culturas africanas, a poesia moçambicana alcança maior visibilidade. A projeção além fronteiras de alguns romancistas, nomeadamente de Mia Couto e mais recentemente João Paulo Borges Coelho, fizeram também obliterar a dinâmica do movimento poético em Moçambique.

Mantendo-se interiormente na periferia onde a economia de mercado a situa, sem grande impacte numa sociedade atraída pelo neo-liberalismo, a poesia moçambicana estará a perder o papel que já teve de unificadora de um imaginário diverso que, desde Rui de Noronha a Noémia de Sousa e José Craveirinha, a situava no coração da nação imaginada.

No seu percurso, nem sempre linear, ela foi-se construindo, resultado da síntese de gestos literários anteriores, deixando adivinhar tendências e opções variadas. Esta heterogeneidade é facilmente compreendida se considerarmos que, ao longo dos últimos 35 anos, a produção poética teve origem em autores pertencentes a diferentes gerações, com trajectórias várias relacionadas com diversos momentos da história da literatura moçambicana, antes e depois da independência.

As gerações

Uma análise vertical ajuda a sistematizar uma tipologia de gerações representadas por poetas cuja obra produzida e/ou publicada depois da independência se articula com momentos anteriores e outros que, “filhos da independência”, revelam um outro olhar sobre o passado literário.

1. Poetas oriundos da dinâmica distante do pós-guerra, das acções políticas que antecederam a criação dos movimentos de libertação ou mesmo da fase inicial do neorealismo. Destacaremos deste conjunto, José Craveirinha, Marcelino dos Santos/Kalungano, Noémia de Sousa, Orlando Mendes, Rui Nogar, Rui Knopfli e Virgílio de Lemos.
2. Poetas surgidos ainda nos anos 50 ou a partir dos anos 60, no interior do país ou no quadro das ações político/culturais da Frelimo, numa fase em que a poesia em Moçambique perdia progressivamente a relativa homogeneidade, que a afirmação

de africanidade dos anos 50 favorecera, para se orientar por linhas de força mais diversificadas, tendo os seus autores encontrado diferentes possibilidades de divulgação. Glória de Sant'Anna, Jorge Viegas, Rui Knopfli, Sebastião Alba e Virgílio de Lemos, foram editados em livro durante esse período. Outros, como Armando Guebuza, Jorge Rebelo e Sérgio Vieira (estes no quadro da Frelimo, operando no exterior do país) Albino Magaia, Heliodoro Baptista ou Júlio Carrilho²¹ foram editados somente depois da independência.

Merece uma referência particular Heliodoro Baptista (falecido em 2008), que pode ser considerado um poeta de fronteira. Embora se tivesse iniciado na poesia nos anos 70 só foi publicado nos finais dos anos 80 (*Por cima de toda a folha*, 1987) e (*A Filha de Thandi*, 1990).²² O facto de ter vivido fora de Maputo, determinou-lhe um estatuto de periferia, para o que terá contribuído também a sua irreverente prosa jornalística. De alguma forma constituiu a ponte entre os que o antecederam e a geração imediatamente posterior à sua, de onde se destacaram entre outros Mia Couto, Luís Carlos Patraquim, Eduardo White, Armando Artur, Filimone Meigos ou Nelson Saúte.

3. Poetas que se anunciam no período de transição para a independência, mas cuja afirmação só se dá plenamente a partir de 1975. Meio escondidos por entre páginas literárias e saraus Gulamo Khan, Julius Kazembe e Leite de Vasconcelos.²³ A publicação em livro conferiu destaque a duas das vozes mais revigorantes desse momento, Luís Carlos Patraquim (*Monção*, 1980 e *Inadiável Viagem*, 1985)²⁴ e Mia Couto (*Raiz de Orvalho*, 1983), que desenvolvendo uma opção distinta da tendência geral de reprodução do modelo imediatista da *poesia de combate* se integravam numa estética filtrada por uma maturidade portadora de forte poeticidade.

Luís Carlos Patraquim, orientando-se pela recusa de soluções estéticas de efeito fácil, virá a legitimar uma herança que os mais jovens Eduardo White (*Amar sobre o Indico*, 1984) ou Nelson Saúte (*A Pátria dividida*, 1993) não recusariam. Poeta do intimismo, não foge, contudo à historicidade que permeia quase toda a poesia moçambicana, fazendo emergir

²¹ Embora pertencendo aos quadros da Frelimo, Júlio Carrilho tem um percurso diferente dos “poetas de combate”. Publicou *Dentro de mim outra ilha- 1969-1993*. Maputo: AEMO, 1995 e *Nónumar*. Maputo: Ndjira, 2001.

²² H. Baptista publicou posteriormente *Os joelhos do silêncio*. Lisboa: Caminho, 2005.

²³ J. Kazembe não tem livro publicado e G. Khan (falecido no acidente que vitimou Samora Machel) foi publicado postumamente. Ver *Moçambicano*. Maputo: AEMO, 1990. De L. Vasconcelos foram publicados *Irmão do Universo*. Maputo: AEMO, 1994 e *Resumos, insumos e dores emergentes*. Maputo: AEMO, 1997 [ed. póstuma].

²⁴ L.C. Patraquim publicou posteriormente *Vinte e tal novas formulações e uma Elegia carnívora*. Lisboa: ALAC, 1991, *Lidemburgo Blues*. Lisboa: Caminho, 1997, *O Osso Côncavo e outros Poemas*. Lisboa: Caminho, 2004.

desse diálogo entre a subjectividade e a História uma poesia notável e persistente. Que Mia Couto se tenha afastado dos caminhos da poesia e se tenha radicado na construção narrativa, recriando de forma impar a linguagem literária escrita em português, não foi perda para a literatura moçambicana. Notável narrador de “estórias”, tem sabido reintegrar a poeticidade da sua escrita numa prosa criativa e singular.

4. Por último referirei os poetas surgidos após a independência, com uma escrita que se integra na atmosfera criada pelas sucessivas e profundas transformações ideológicas operadas, o que se vai reflectindo nas respectivas opções temáticas e estilísticas. Parte desses poetas reuniu-se inicialmente em torno de um projecto a que a revista literária *Charrua* deu forma a partir de 1984, constituindo a primeira geração formada no clima desses anos. De certo modo, *Charrua* define-se como o primeiro movimento literário organizado surgido em Moçambique depois de 1975 e desempenhou o papel de depositária de uma literatura que se engendrava, herdeira de passados vários, funcionando como primeiro eco/testemunha de uma realidade contemporânea. Representando e assumindo escritas diferenciadas que vão do extremo lirismo intimista de Armando Artur e Eduardo White ao experimentalismo de Filimone Meigos, estes poetas constituem, de facto, uma nova geração.

Outra parte é constituída por poetas que fizeram a sua entrada no mundo literário nas diferentes páginas literárias, menos vinculados a grupos estruturados como foi o de *Charrua*. Inicialmente numerosos, alguns destes poetas que tinham a anteceder os exemplos de Julius Kazembe, Gulamo Khan ou Leite de Vasconcelos, foram orientando a sua atividade ou para o jornalismo profissional como Carlos Cardoso, Elton Rebelo/ Júlio Bică, Fernando Manuel ou Hilário Matusse ou para outras profissões que os afastaram desse percurso inicial.

Noutros casos, penso no exemplo de António Pinto de Abreu, a vocação literária foi certamente estimulada pela experiência “cubana” na Ilha de Pinos vivida por muitos jovens, após a independência. Ao despertar dessa vocação, não esteve alheia a presença na ilha, como professor, do poeta José Pastor prematuramente desaparecido e cuja obra inédita aguarda publicação.

Não sei se se poderá falar de uma geração literária de “Cuba” no sentido em que esta deveria supor a existência de um *corpus* literário vasto. Mas creio ter existido na vida cultural da década de 80 uma componente cultural forte, inspirada nessa vivência.

A criação em 1982 da AEMO veio despoletar uma nova dinâmica na vida literária do país ainda não totalmente esgotada. Embora nos dez primeiros anos de existência (que coincidiram, *grosso modo*, com um sistema político de partido único

de orientação socialista) se tenha assistido a uma mais clara percepção do seu papel. Foram criados núcleos nas cidades de Lichinga, Nampula e Beira, que promoviam animação entre um público leitor. A estas iniciativas regionais da AEMO acabaram por se associar outras como aconteceu na Beira com a página *Diálogo* do jornal *Diário de Moçambique*, dinamizada pelo poeta e jornalista Heliodoro Baptista, com os *Cadernos Literários Xiphexo*, de Inhambane e *Horizonte*, de Nampula.

Em Maputo sucederam-se sessões de leitura em bairros, organização de saraus de poesia e, a partir de março de 1985, em iniciativa com a Imprensa e a Rádio, os saraus *Msaho*, designação das sessões de poesia, realizadas durante alguns anos no jardim Tunduru, onde Gulamo Khan divulgou, através da declamação, poemas inéditos de José Craveirinha que adquiriram popularidade, como aconteceu com *Saborosas tanjarinas d' Inhambane*. (Mendonça e Saúte, p.215-221)

Depois do surgimento em 1984 da revista *Charrua*, nasceu no seio da AEMO, em 1986, a *Brigada João Dias*, que desenvolveu atividades de divulgação do seu patrono João Dias, autor de *Godido outros contos*. Por analogia com esta, surgiu em Quelimane uma segunda *Brigada João Dias* em 1987 que publicou uma folha literária intitulada *Munhacuieta*.

Datam igualmente dessa primeira fase várias realizações culturais, nomeadamente cursos livres de literatura, debates sobre temas culturais, os chamados “jantares literários”, visitas de escritores estrangeiros (Manuel Ferreira, Luandino Vieira, Albertino Bragança, Ricardo Ramos, Nadine Gordimer, José Saramago, Maria Velho da Costa, Casimiro de Brito, entre outros).

De forma quase institucional a AEMO assumiu parte das funções do INLD, no que respeitava a edição de obras de ficção de autores moçambicanos. Foram criadas três coleções: *Timbila* (poesia) *Karingana* (narrativa) e *Início* (escritores iniciados). Estas coleções e algumas das edições que se lhe seguiram sob chancela da AEMO, possibilitaram a divulgação de autores que, embora conhecidos como vozes históricas, ou ainda se encontravam inéditos como Kalungano/Marcelino dos Santos, Sérgio Vieira, Aníbal Aleluia ou Noémia de Sousa (esta só finalmente editada em 2001), ou esgotados como *Godido e outros contos* de João Dias e *Xigubo e Karingana ua karingana* de José Craveirinha. Seguiram-se-lhes outros que se viriam a destacar no cenário literário nacional como Albino Magaia, Aldino Muianga, Armando Artur, Eduardo White, Filimone Meigos, Francisco Guita, Heliodoro Baptista, Isaac Zita, Júlio Carrilho, Juvenal Bucuane, Leite de Vasconcelos, Lília Momplé, Luís Carlos Patraquim, Mia Couto, Momed Kadir, Paulina Chiziane, Suleimane Cassamo, Ungulani Ba Ka Khosa. Foi igualmente no quadro das iniciativas editoriais da

AEMO que se publicou em 1993 a *Antologia da nova poesia moçambicana*.²⁵ A partir da década de 90 as transformações políticas e económicas operadas no país contribuíram para que a dinâmica editorial anteriormente dependente do Partido/Estado (INLD e AEMO) se orientasse para editoras privadas, o que originou novas dinâmicas e produziu o aparecimento de uma nova geração de poetas. Nos finais da década passou a registar-se um decréscimo quantitativo e qualitativo nas publicações, o que se explica pelo facto de a atividade editorial privada se ter implantado no país e as capacidades de gestão da AEMO não serem suficientes para entrar na concorrência exigida pela economia de mercado.

A partir da segunda década da sua existência, foi a nova geração de escritores, que tinha dado corpo à revista *Charrua*, quem tomou conta dos destinos da AEMO, com a eleição de Pedro Chissano para Secretário-Geral, situação que prevaleceu até 2007, com Armando Artur e Juvenal Bucuane nesse cargo. As revistas surgidas neste período com origem em atividades da AEMO ou por ela apoiadas, acabaram por não ter continuidade e os seus promotores integraram-se na vida da associação.²⁶

²⁵ Nessa fase a AEMO teve uma atividade editorial assinalável, estimulada pelo interesse e dedicação de Júlio Navarro que, como responsável do gabinete técnico, a ela dedicou os últimos anos da sua vida.

²⁶ *Charrua* – Em 1984, por iniciativa de um grupo de jovens foi criada a revista *Charrua*, com apoio do então secretário-geral Rui Nogar e patrocínio oficial da AEMO, tendo saído oito números, o último dos quais em dezembro de 1986. A coordenação inicial foi de Juvenal Bucuane, Ungulani Ba Ka Khosa, Eduardo White, Pedro Chissano e Helder Muteia, tendo Juvenal Bucuane passado a Coordenador a partir do número 3 e os restantes, a que se juntaram mais tarde Tomás Vimaró e o artista plástico Ídasse Tembe, constituído um Conselho de Coordenação. Os dois últimos números (7 e 8) tiveram como coordenador Pedro Chissano.

Forja – Por iniciativa da Brigada Literária João Dias, apareceu em 1987 a revista *Forja* coordenada por Castigo Zita e António Firmino. Com três números publicados até dezembro de 1988, quer a revista quer as atividades da Brigada, foram interrompidas, pela morte inesperada de C. Zita. *Forja* integrou alguns dos antigos colaboradores de *Charrua*, mas orientou-se principalmente para a divulgação do espólio de João Dias.

Lua Nova – De alguma forma a energia dos activistas de *Charrua* sobrepôs-se à própria dinâmica da AEMO o que explica que esta, só em 1988, tenha conseguido levar a cabo a publicação do seu órgão oficial, a revista *Lua Nova*, durante o secretariado de Albino Magaia, tendo como coordenador Pedro Chissano. Sem continuidade, *Lua Nova* reapareceu em 1994, com um grafismo de Júlio Navarro mais atraente que o inicial, direcção de Leite de Vasconcelos e chefia de redacção de Diogo Milagre. Surgiu então um conselho editorial composto por Calane da Silva, Mia Couto e Nataniel Ngomane. Após o falecimento de Leite de Vasconcelos a direcção da revista passou a partir do N°3 para Marcelo Panguana Com cinco números, de periodicidade irregular, publicados até 1999 (de 0 a 5, sendo 1 e 2 incluídos numa única edição), *Lua Nova* foi sujeita de novo a uma reestruturação em 2002, aparecendo com um formato mais comercial, coordenada por Rogério Manjate, sem ter tido continuidade.

Eco – Revista lançada em dezembro de 1987 por iniciativa de estudantes universitários que mais tarde se destacaram na vida literária e social moçambicana. Compunham este núcleo Fernando Chiziane (falecido em 1989) Inácio Chirre, Florentino Dick, Helder Muteia, Daniel da Costa e Suleimane Cassamo. Com objectivos culturais alargados, prometiam ser diferentes de *Charrua*. No entanto acabaram por se dispersar, alguns dos seus membros integraram-se na AEMO e o projecto não teve continuidade para além do número 2 editado em 1989.

O protagonismo natural de *Charrua*, o macrocefalismo da capital e o estado de isolamento produzido pela guerra, não permitiram que em 1987 se desse a devida atenção ao surgimento, na cidade de Inhambane, de um caderno literário que, embora modesto na sua feitura artesanal revelava, quer no grafismo, quer na própria concepção editorial uma atitude de vanguardismo equiparável à tentativa levada a cabo em 1952 por Virgílio de Lemos com a publicação do Caderno *Msaho* e à iniciativa de *Caliban* protagonizada por Rui Knopfli e Grabato Dias em 1971.

Os nomes de Francisco Guita (Guita Jr.) e de Momed Kadir surgem ligados ao de *Xiphêfo* com os de Adriano Alcântara, Albano Júnior, Artur Minzo e Danilo Parbato. A par da sua atividade de professores de língua portuguesa, desenvolveram os membros deste grupo uma acção de dinamização cultural regional no início da década de 80, que culminou com a criação de *Xiphêfo* em 1987.²⁷

Na poesia dispersa pelos *Cadernos Literários Xiphêfo* prolonga-se a dualidade que caracteriza a poesia moçambicana contemporânea: um relacionamento da escrita com o quotidiano, de onde decorre uma atitude de exteriorização e de intervenção e, em paralelo, uma interiorização tendente à projecção lírica de forte componente amorosa e erótica característica de grande parte da poesia moçambicana desde os mais recentes Eduardo White a Luís Carlos Patraquim, Heliodoro Baptista ou Sebastião Alba e Eduardo Pitta até aos fundadores José Craveirinha e Rui Knopfli. São quase 40 anos de uma herança literária a que estes textos não se furtam, o que os marca como modalidade dentro do vasto corpo que é a poesia moçambicana.

Embora em muita da acção dos componentes do grupo *Xiphêfo* perpassasse uma componente de rebeldia e por vezes de contestação, a sua poesia recusa o imediatismo, e em contrapartida esgota-se na busca da imagem ou da metáfora.

É este aspeto de artefacto da poesia dos poetas de *Xiphêfo* que pode conduzir à releitura de poetas que lhes são anteriores, fazendo emergir gestos literários comuns. Momed Kadir, com *Impaciências e Desencantos*, evidencia esse reconhecimento de pertença a uma genealogia situada entre Heliodoro Baptista, Luís Carlos Patraquim, e a fonte precursora que é José Craveirinha. Francisco Guita (Guita Jr.), uma das revelações tardias do grupo de Inhambane inscreve em *O agora e o depois das coisas*, num tom pessoalíssimo e adulto, uma poesia reconhecedora também de heranças várias, movida por uma obsessiva ironia. Esta é uma poesia que parece ter criado escola se atentarmos na poesia de um dos mais jovens poetas deste grupo, Francisco Munoz.

²⁷ Ver George Alao. “A recepção de Xiphêfo – Um caderno literário moçambicano”. in Fátima Ribeiro e António Sopa - 140 anos de imprensa em Moçambique. Maputo: AMOLP, 1996, p.245-251.

Nos finais dos anos 90, jovens que ensaiavam os primeiros passos literários em jornais ou concursos literários e que também promoviam projectos similares aos de *Charrua*, ensaiaram algum protagonismo, salientando-se a autodenominada Geração 70 com a revista *Oásis*.²⁸ Pressentia-se nesta nova geração uma atitude de ruptura com o que era visto como uma supremacia daqueles que ficaram conhecidos como charrueiros.²⁹

Desde de 2007 a composição e dinâmica da direcção da AEMO mudou substancialmente com a entrada de Jorge de Oliveira (Jurista e coordenador nos anos 90 da Gazeta de Artes e Letras da Tempo) como Secretário Geral e a inclusão de novos elementos oriundos dos grupos surgidos nos finais dos anos 90.

Novos tempos para a poesia

Houve factores a determinar alguma novidade nas duas últimas décadas relativamente ao que foi o conteúdo das propostas anteriores nomeadamente de *Charrua*, *Xiphêfo* e *Oásis*: em primeiro lugar o desaparecimento progressivo de grupos constituídos em torno de projectos sob a protecção de Instituições dependentes do Estado (AEMO, etc) para dar lugar a iniciativas individuais de poetas que, quer através de concursos literários, quer através de edições de autor ou iniciativas editoriais comerciais, patrocinadas em geral por agentes económicos (operadoras telefónicas, bancos, etc) emergem ou re-emergem na cena literária, dando lugar a uma recepção mais alargada. Para tal contribui sem dúvida uma maior rede de distribuição principalmente em Maputo onde as estratégias das muitas livrarias existentes passou a orientar-se também para a promoção dos textos moçambicanos, aliada a um melhor apetrechamento das bibliotecas provinciais. Também a intervenção em Maputo dos diversos Centros culturais existentes tem contribuído, quer para a dinamização da atividade poética por parte de grupos de jovens constituídos em torno desse objetivo, quer para uma interacção cultural mais alargada. Destaque para o Graal Moçambique com a realização das Tertúlias de sábado desde 2000, o Teatro Avenida que acolhe o

²⁸ As antologias organizadas por R. Manjate (2000) e N. Saúte (2004) incluem alguma poesia desses núcleos. Ver também Michel Laban. p. 1209-1230. Cf. Bibliografia.

²⁹ O percurso de alguns dos elementos de Charrua, guindados recentemente a funções de Estado, torna possível uma maior dinâmica editorial e promoção da literatura moçambicana. As nomeações de Armando Artur para Ministro da Cultura, de Ungulani ba ka Khosa para Director do Instituto Nacional do Livro e do Disco e Marcelo Panguane como editor da revista *Proler* do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa parecem indicar que o papel dos charrueiros não se esgotou com a sua intervenção na AEMO.

grupo Arrabenta Xithokozelo desde 2006, Centro Cultural-Brasil Moçambique onde está sediado o grupo Kuphaluxa e o ICMA (Instituto Cultural Moçambique-Alemanha com promoção de recitais. Com intervenções mais alargadas a outras artes o Instituto Camões e o Centro Cultural Franco-Moçambicano. No quadro de acção estatal, a revista *PROLER* do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa tem contribuído, numa vertente mais pedagógica, para a promoção da leitura.

Saliente-se que o aparecimento de alguns dos novos autores encontra legitimação na publicação em livro ou nas antologias organizadas pelos poetas Nelson Saúte e Rogério Manjate (também narrador, ator, encenador). A sua divulgação nas redes sociais, nomeadamente no *Facebook*, em *Blogs* (ver *ma-shamba blog*) ou *sites* de poesia, indica uma criativa adaptação a novos tempos e novas formas de fazer circular textos e de lhes dar visibilidade.

Destaco aqui Amin Nordin (falecido em 2010) com *Vagabundo desgraçado* (1996) e *Duas Quadras para Rosa Xicuaxula* (1998) e *Do lado da ala B* (2003), Eusébio Sanjane com *Rosas e lágrimas* (2006), Sangare Okapi com *Inventário de angústias ou apoteose do nada* (2005) e *Mesmos barcos ou poemas de revisitação do corpo* (2007). O ressurgimento, agora com outro amadurecimento, de Celso Manguana com *Pátria que me pariu* (2008?) ou Chagas Levene *Tatuagem de estrelas* (2008) que tinham estado ligados à Geração 70/*Oásis*, mostram o potencial contido nesta poesia mais recente.

Há ainda um outro factor de novidade que consiste no facto de haver autores que se tornam conhecidos por uma prática artística, no caso as artes plásticas, e em simultâneo desenvolvem a escrita literária, reforçando assim a sua visibilidade.³⁰ É o caso de Adelino Timóteo, jornalista da Beira, simultaneamente pintor e escritor (também fez uma incursão pelo romance) autor de dois livros de poesia *Os segredos da arte de amar* (1998) e *Viagem à Grécia através da Ilha de Moçambique* (2002) e Sónia Sultuane, artista plástica já com amplo reconhecimento no campo do que se designa habitualmente como arte contemporânea,³¹ autora de *Sonhos* (2001), *Imaginar o poetizado* (2006) e *no Colo da Lua* (2008).

Para concluir direi que a poesia moçambicana nestes 35 anos não ficou pois enclausurada nas malhas de um modelo único. Na sua diversidade molda-se em

³⁰ Esta convergência não é inédita se nos recordarmos do pintor António Quadros e os seus desdobramentos poéticos em João Pedro Grabato Dias (anos 60-70) e Mutimati Barnabé João (1975).

³¹ Sónia Sultuane apresentou uma instalação *Wolking words* na Universidade de Brasília em agosto de 2011. Ver entrevista realizada por Cristiana Pereira em 27/3/2011 em Buala.org.

peculiaridades individuais, fazendo ecoar aqui e além vozes antecessoras, condensadas nas cadências rítmicas, na vibração erótica ou no distanciamento enunciativo que atraem as mais recentes gerações de poetas. Paradigma desta forma de investir numa herança poética é *Maputo Blues* (2006) de Nelson Saúte. São aqui audíveis o poema longo, introvertidamente knopfliano e o poema quase aforismo de Craveirinha *a ingente tarefa da rosa/não reside no sorriso/no qual te ocultas/mas na tristeza que não revela*. Como são perceptíveis a obsessiva e soturna introspeção, típica de Knopfli e a fulgurante interpelação do mundo que consagrou Craveirinha.

No vórtice de uma civilização obsessivamente modelada por um olhar unidimensional, a apropriação e renovação deste e de outros legados prosseguida pelos poetas moçambicanos é, estou certa, a forma mais eficaz de sobrevivência cultural.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, António Pinto (de), *Murmúrio de acácia*. Maputo: Ndjira, 2000.

GUITA Jr, Francisco, *O Agora e o depois das coisas* (1990-1992). Maputo: AEMO, 1997.

KADIR, Momed, *Impaciências e Desencantos* Maputo: AEMO, 1997.

LABAN, Michel, *Moçambique encontro com escritores*. (3 Vol). Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998.

MANJATE, Rogério, *Coletânea Breve de Literatura Moçambicana*, Porto:GESTO, 2000.

MENDES, Orlando, *Sobre literatua moçambicana*. Maputo: INLD, 1978.

MENDONÇA, Fátima, *Literatura moçambicana - a história e as escritas*. Maputo: Faculdade de Letras e Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1988.

... *Prefácio a José Craverinha Poemas Eróticos*: Lisboa:Texto Editores, 2004.[Póstumo]

... e SAÚTE, N. *Antologia da nova poesia moçambicana*. Maputo: AEMO, 1993.

Poesia de combate 1 (2ªedição). Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico da Frelimo 1979. *Poesia de combate 2* Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico da Frelimo, 1977.

Poesia de combate 3 [Maputo]:Frelimo, 1980.

SAÚTE, N., *Nunca mais é sábado - Antologia de poesia moçambicana*.Lisboa: D. Quixote, 2004.

Maputo Blues. Maputo: Ndjira, 2006.

SECCO, Carmen Lucia Tindó, *“Paisagens, memórias e sonhos na poesia moçambicana contemporânea”*In *A Magia das Letras Africanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2008.

SILVA, Manoel de Sousa (e), *Do alheio ao próprio: a poesia em Moçambique*. S.Paulo:USP, 1990.

AS MUTAÇÕES E OS CAMINHOS DA GUINÉ-BISSAU

TONY TCHEKA

Fui levado/ a conhecer a nona sinfonia/ Beethoven e Mozart/ na música/ Dante,
Petrarca e Boccaccio/ na literatural/ fui levado a conhecer a sua cultura.../
mas que conheço eu de ti Mãe África... Assim, Agnelo Regalla, poeta e jornalista guineense, se insurgia no “poema do assimilado” publicado pela revista “Afrique Asie” em 1973. Mais tarde, já com o país independente, Odete Costa Semedo, no seu livro de estreia, “Entre o Ser e o Amar” – 1996 –, deixa a pena deslizar sobre a outra face da mesma moeda, questionando: *Em que língua escrever/ as declarações de amor/ Em que língua cantar/ as histórias que ouvi contar?/ em que língua escrever/ contando os feitos das mulheres/ e dos homens do meu chão?.../ em crioulo gritarei/ a minha mensagem/ que de boca em boca/ fará a sua viagem...*

São vozes guineenses. Vozes de um país independente há pouco mais de três décadas. São sentimentos que se desfiavam no mesmo tear dos “panos pinti” que vestem a minha Guiné de um bordado multicolor no corpo-uno de uma trintena de etnias e outras tantas línguas. A independência, a Pátria e a língua oficial são elementos recentes na vida dos guineenses. Mas é a língua guineense, o “kriol”, que detém o primado da unidade e da comunicação, sobre as demais línguas nacionais. E igualmente do português, a língua oficial, que como me refiro no poema “lusa língua”, *“coabita criolizada/ e criadora/ e abecedária/ ao lado de mais de duas dezenas de outras línguas/ ali nascidas/ mas feitas almas gémeas”...*



Não se trata de uma mera questão de retórica. É um tema delicado e constante nas agendas, muitas vezes discutido e sempre discutível. Recentemente, e no quadro de uma ampla e diversificada recolha de ensaios, teses e apontamentos de várias sensibilidades, entrando por isso bem no interior profundo de um país multiétnico e plurilinguístico, Margarida Calafate e Odete Costa Semedo, na sequência de uma aturada análise de obras e autores, não hesitaram em falar de “Literaturas da Guiné-Bissau” (edições Afrontamento-2011).

Pelos factos evocados, e outros que de seguida tratarei, é-me impossível subscrever a bonita e melodiosa expressão de Fernando Pessoa: “A minha Pátria é a língua Portuguesa.” Para nós assim não é. E esta situação projecta uma outra não menos importante, que é a de saber se existe uma literatura lusófona englobando os oito países da CPLP.

Reportando ao passado e atento aos ditames do presente, percorrerei nesta comunicação, caminhos e becos da Guiné-Bissau, auscultando toda uma realidade sociocultural que poderá contribuir no esclarecimento de um debate que se me afigura pertinente, actual e incontornável. Assim, estarei também a identificar os contributos deste país na evolução e expansão da língua portuguesa. Uma língua que, segundo Amílcar Cabral, o fundador da Nação, é a melhor herança deixada pela colonização. Constatamos que, não obstante a ausência de meios editoriais e uma escola tardia e elitista na terra, autores de várias épocas se apropriam dela, utilizando-a sem tibiezas, inclusivamente, para registar ensinamentos, estórias e a própria História recolhidos da oralidade. É a partir do mosaico etnolinguístico diversificado e multifacetado e da tradição oral que contribuímos no enriquecimento e expansão da língua portuguesa. Daí a constação feliz de Calafate e Semedo, quando falam de “*letras de um país da oralidade, um chão em que o canto pariu escritos*”.

Tendo todos estes elementos de premissa e antes de elencar outros contributos da terra das *bolanhas parideiras, sempre ávidas de mãos para semear e dos poilões sagrados que acolhem todos os saberes no seu imenso santuário*, impõe-se um contributo na clarificação da tal questão da literatura lusófona. Um tema algo controverso, que nos interpela e obriga a uma profunda reflexão e, se calhar, num espaço mais adequado para o debate que se impõe. Não terei, seguramente, uma resposta cabal e definitiva, nem pretendo fazer considerações técnicas que deixo para os especialistas. Contudo, avesso a verdades dúbias e/ou únicas, faço sempre a apologia do outro lado da história. Trago em mim, fruto das minhas experiências, inquietações motivadas pela minha condição de leitor, ouvinte e construtor de histórias minhas e outras que ouvi contar.

No processo de criar, independentemente do género, utilizo indistintamente a língua portuguesa e a língua crioulo. E frequentemente, na lavra em português,

enriqueço as ideias e fortaleço as imagens com o recurso ao kriol, a minha língua de berço, beneficiando, por isso mesmo, o corpo lírico e melódico da poética. Esta é uma razão das minhas muitas inquietações, que sei bem, compartilhadas por muitos companheiros da lavra literária guineense.

Somos marcados à nascença pelos registos que nos são transmitidos nas noites de “djumbai”... A tradição oral, mesmo contestada por muitos círculos como fonte pouco credível, mora em nós e vive no nosso espírito desde sempre, alimentado pelas estórias e cantigas de ninar e embalar. Confesso que me sinto condicionado e influenciado por elas, sobretudo no momento de uma certa introspecção que o ato de criar me obriga. A minha geração iniciou o percurso da aprendizagem pela mesma cartilha, independentemente de ter sido em Bissau, Mindelo, Lisboa, Beira, Luanda, Dili. O Brasil será a excepção. Aos cinco/seis anos tive o meu primeiro contacto com a língua portuguesa. A escola, instrução primária, assim designada, impôs esta relação. Dentro da sala de aula falávamos o “pretuguês”, no dizer de uma professora implacável com as constantes calinadas. Entre nós, no recreio, o kriol era a língua de comunicação e das brincadeiras. Aos oito/nove anos sabia de cor os caminhos-de-ferro portugueses, as dinastias, os reinados, os descobridores, as serras, os rios... No entanto, atravessei a minha infância e parte da adolescência sem nunca ter visto um comboio ou uma serra... Mas todas as noites ouvia estórias de “er-er er certo”... e fábulas de encantar, contadas, cantadas e comentadas. Era o complemento da escola, da educação, a nossa televisão, o nosso palco de teatro, a nossa biblioteca, o nosso espaço de convívio, numa palavra só, “DJUMBAI”. O nosso djumbai - uma forma de educar e de olhar para dentro da terra e de nós mesmos, para assim, de dentro olhar para fora, para o mundo exterior. É através da aquisição e transmissão orais que os valores se têm perpetuado. Um valor sociocultural, um capital de conhecimentos que encerra em si uma filosofia, uma visão do mundo, codificada pelos valores enunciados. É que a tradição oral não se confina ao passado. Ela está aí, connosco. Coabita o mesmo tempo das auto-estradas da informação. Ela faz-se conjugar no presente, no tempo da informatização, da internet, dos Googles, Facebook, IPOD’s e IPAD’s. Nas noites escuras da minha terra, ela junta as pessoas, inculca a solidariedade, ela fala, fala da nossa longa viagem; ela é o canal de elevação dos níveis do conhecimento e da unidade nacional... Claro que não é uma opção. Mas esta é a realidade de hoje, aquela que interfere com as artes plásticas, a música e a literatura... e porque não dizê-lo, com a própria noção e aplicação da justiça...

Pertinente então será indagar se as literaturas produzidas nos países de língua oficial portuguesa integram o mesmo armário, a mesma gaveta, como muitas

vezes se pretende. Não me parece. Uma coisa é falar de literatura lusófona, outra é literaturas lusófonas, como diferente também é quando se fala em literaturas em língua portuguesa e literatura portuguesa.

Advogo que as produções literárias dos vários países da CPLP dão força e uma matriz universal próprias às diferentes literaturas, ao mesmo tempo que colocam a língua portuguesa num patamar elevado, porque sustentado por raízes tão díspares quanto complementares. É uma característica insubstável. Ao valorizar esta linha de pensamento estamos a destacar elementos que são os suportes culturais da mundialização. Cada um dos países tem a sua própria literatura e/ou literaturas. Todas elas poderão convergir para o projecto de edificação de uma comunidade que terá na literatura uma das suas áreas identitárias e de partilha.

As especificidades de cada país... as pessoas, a natureza, a sociedade, o sujeito principal eleito... igualmente o destinatário, aquele elemento local bem nosso, que nos interpela e apela tantas e tantas vezes e com o qual passamos a vida a dialogar, acaba por se constituir no marco diferencial, porque ditado pela idiosincrasia, o que sobressai, tanto nas pequenas manifestações culturais como tempo de aviltamento ou de cerimoniais de exaltação ou até de iniciação. No plano interno de cada país, o espaço natural, afectivo, está eivado de imensas e variadas construções culturais que, na hora de criar, acabam por determinar um certo pontificado.

Os exemplos imperam. Como canta o poeta, *“na Guiné dança-se no choro e chora-se no canto”*. Uma sessão de poesia (leitura e/ou declamação) cria normalmente uma singular sinergia. A plateia interage de imediato, apropriando-se logo do poema. As pessoas não se limitam a bater palmas. As reacções são espontâneas. Exclamam... comentam... concordam... discordam... soltam sonoras garagalhadas... pedem bis... Entram no poema: Yodé... Yeldé... assin próprio... i kuma... Yó... Isso tudo, quando não mandam calar o violão porque atrapalha ou se sobrepõe à voz do poeta... É por estes caminhos que nós, como os demais povos utentes da língua portuguesa, podemos e devemos contribuir no seu enriquecimento e expansão, criando e recriando, porque se ela foi a língua do colonizador e de segregação, hoje, como alguém disse, “conquistámo-la”. Ela já faz parte do nosso património cultural.

Caros colegas, minhas senhoras e meus senhores:

O nosso calcanhar de Aquiles é o CONHECIMENTO. O que faz falta é o conhecimento. E nós conhecemo-nos pouco ou mal. O conhecimento é deveras importante para nos compreendermos. Precisamos de nos conhecer

mais e melhor. Será que hoje, nas escolas dos países da CPLP, as nossas crianças possuem compêndios que as ajudem a perceber quem somos? O percurso histórico feito? Como chegámos a este grande porto que se pretende de confluências, de sinergias e complementaridades? Os manuais falam das nossas culturas, das nossas línguas? E os media consagram algum espaço aos diferentes países, para além dos momentos de catástrofes e de guerras? A proximidade ajuda a criar os afectos. Ajuda a conhecermo-nos para assim nos entendermos. Mas urge reconhecer que no essencial vivemos de costas voltadas, excepção feita ao discurso político oficial dos oito países, que, todavia, não tem encontrado correspondência nas questões sociais, educacionais e culturais. Estamos unidos pela História e pelo mar que nos liga. O facto de sermos utentes da mesma língua ajuda. É um elemento agregador. Mas não basta. Há que investir no conhecimento através da educação, do ensino, da formação adequada dos professores e de um mercado literário, por que não, cultural, estimulante, isento de taxas e de impostos que sobrecarregam os já elevados custos de produção.

A língua, não sendo o princípio e o fim, é um elemento alicerçante de um grande projecto de comunidades, cuja cara e expressão maior se dão pelo nome de CPLP, mas que também tem vindo a ganhar expressão, vínculos nos palanques de Mala Posta/Odivelas, Correntes de Escrita, Flipporto, EELP, Natal, UCCLA... Urge, sim, investir no conhecimento, aceitando as diferenças. E a língua é uma porta aberta e um potencial enorme. Não precisamos de distorcer a realidade ou ignorá-la. Impõe-se capitalizar esse potencial e transformá-lo em políticas e acções adequadas ao serviço das comunidades, quer dizer, das pessoas. Mas isso são outras águas... São contas de outro rosário e podem constituir assunto para outros debates.

O acordo ortográfico, que ainda não foi ratificado por todos os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é, indubitavelmente, um instrumento facilitador, que vai contribuir na expansão de um mercado adequado aos propósitos preconizados. A própria organização CPLP, a par do Instituto de Língua Portuguesa (que teima em não aparecer) e da UCCLA é, certamente, um elemento aglutinador e dinamizador de todo este processo que reclama uma maior e eficaz política de cooperação e de parcerias, onde devem caber, para além dos governos, parlamentos, câmaras municipais, ONG's, associações empresariais, de artistas e escritores, entre outras.

Caros colegas e ilustres participantes:

Aqui, entro no percurso das literaturas guineenses, convicto do contributo que os guineenses vêm dando no enriquecimento e na expansão da língua portuguesa, desde que em 1870 o cónego Marcelino Marques de Barros registou o nome da Guiné nos anais da literatura em língua portuguesa, ao publicar contos e cantigas da tradição oral guineense. Um feito, já que a primeira unidade tipográfica só surgiu na antiga capital da colónia (Bolama) em 1879 e o primeiro estabelecimento de ensino (antigo 1.º ciclo) só foi criado em Bissau no ano de 1958 e excluía a maioria da população. Noventa e nove por cento era abrangida pelo estatuto do indigenato, que vigorou até 1961. Note-se que a própria escravatura, de facto, só foi abolida em 1875, embora a sua extinção tivesse sido acordada entre Portugal e Inglaterra a 19 de fevereiro de 1810 e confirmado mais tarde em 1842, mas sem qualquer aplicação prática.

Pese a adversidade histórica marcada por uma política retrógrada e segregacionista, aqui e ali iam surgindo sinais de um certo despertar das letras na Guiné. Ao cónego seguiram-se outros nomes, outras abordagens, que se não eram de crítica social ou política, portanto de rotura com o regime, também não subscreviam as teses basilares do império colonial.

Em 1997, falando num congresso internacional sobre “as novas literaturas africanas”, destaquei o papel protagonizado pelos meninos da hora de Pindjiguiti nas mutações operadas na poesia moderna guineense. Tratou-se de um grupo de 14 jovens poetas, que foram para além do debate intelectual e posicionamento político, e, sintonizados com os ventos da Libertação Nacional, protagonizaram um momento particular na vida cultural e literária guineense, com o lançamento pelo Conselho Nacional de Cultura, em 1977, da coletânea “Mantilhas Para Quem Luta”. O primeiro livro editado na pós-independência, com 48 poemas escritos em português.

Estava-se, tão-somente, a traçar uma fronteira dos caminhos seguidos pelos escritores guineenses, ou, quiçá, a marcar um tempo de viragem que viria a alterar a ideografia literária e que aconteceu numa altura em que o País tinha acabado de ascender à independência.

Além de quebrar um longo silêncio editorial que vinha desde 1900 a 1955, período marcado por publicações de oito autores (Fausto Duarte, Fernanda de Castro, Juvenal Cabral, Fernando Pais de Figueiredo, Maria Archer, Artur Augusto

Silva e o cónego Marcelino Marques de Barros, já aqui falado), os Meninos da Hora de Pindjiguiti, assim chamados pelo poeta e investigador angolano Mário de Andrade, rejeitaram o discurso de outrora, muitas vezes colonial, paternalista e/ou exótico. Todavia, é de justiça referir o papel protagonizado pelos cidadãos de origem caboverdiana, Juvenal Cabral, Fausto Duarte e Artur Augusto Silva, que de uma forma moderada e subtil, ousavam beliscar o aparente consenso da elite intelectual à volta da política colonial que sustentava o regime. Para além do desconforto social sobressai o literário/linguístico.

Já nas décadas de 60/70, perfilam-se os poetas e contistas Atanásio Miranda, Carlos Semedo, Joaquim Moreira (Quim di nha Rosa), Pascoal D'Artagnan, Armando Pereira, entre outros, que ousaram desafiar o *status quo*, aproveitando as páginas dos jornais “Bolamanense” e “Arauto”. Em termos editoriais, a grande referência foi o “Poilão”, em 1973, com o patrocínio do Banco Nacional Ultramarino. Eram vozes não alinhadas com o sistema político vigente, mas que também não assumiam um corte claro e, a meu ver, nem se enquadravam rigorosamente nos movimentos literários que se faziam sentir um pouco por toda a África, bafejada pelos ventos do pan-africanismo ou mesmo na Europa, como era o caso de *Presence Africaine* em Paris. Mais tarde, conclui-se que uma parte considerável da poesia de Vasco Cabral e de Amílcar Cabral, dois autores assumidamente influenciados pela negritude, vinha datada de 1945/46, por conseguinte, ocupando o tempo logo a seguir ao período protagonizado pela geração de Duarte, Silva, Archer, Castro...

Se no entender do investigador e ensaísta Leopoldo Amado, Vasco Cabral e Amílcar Cabral são os percussores da literatura verdadeiramente nacional e guineense, outro investigador e linguista, Benjamim Pinto Bull, autor da obra “Kriol de Guiné”, recua no tempo e não hesita em atribuir os gérmes do protonacionalismo guineense à produção literária do cónego Marcelino de Barros.

Mas voltando aos contributos guineenses, há que assinalar outros desenvolvimentos. Não se pode ignorar os trabalhos de excelência editados pelo Boletim Cultural da Guiné. Este Boletim, publicado com muita regularidade de 1946 a 1973, num total de 110 números, deu atenção a temáticas literárias, mas pondo ênfase nas de cariz histórico, etnográfico e antropológico. Os Boletins Oficiais, que possuíam secções reservadas a colaborações literárias, só apareceram em 1880, na medida em que entre 1843 (data em que surgiram os boletins nas outras colónias) e 1879, havia um boletim comum à Guiné e Cabo Verde, editado na Praia. A primeira editora pública, a “Nimba”, só apareceu depois da independência, em 1987, tendo tido uma duração efémera. Registe-se nesse hiato, período que

medeia as décadas de 60 e 70, outras vozes, mas cujos trabalhos foram confinados às gavetas ou, em melhores situações, a pequenos espaços ganhos nos periódicos, que, excepção feita ao “Arauto”, todos tiveram curta duração.

Papel interessante desenvolveu realmente o “Boletim Oficial” (1879-1974) – Órgão do governo da Colónia e mais tarde designada de Província –, que para além das “directivas, disposições legais e normativas”, abria espaços a aspetos da vida dos “indígenas e gentios”, seu comportamento e reacções à presença dos colonos. Para Odete Costa Semedo, *“esses documentos podem ser considerados como uma espécie de literatura de viagens”*, devido aos detalhes registados: *“Relatavam não apenas os factos ocorridos na relação entre guineenses e portugueses, as medidas administrativas a serem tomadas na época, como também, nos seus considerandos, retratavam os povos e as suas reacções à presença portuguesa, sob o olhar colonial.”*

E o que nos diz o presente? Qual é o panorama literário que a GB nos oferece no pós-independência?

Depois das coletâneas e antologias “Mantêhas Para Quem Luta” (1977); “Momentos Primeiros de Construção” (1978); e “Eco do Pranto” (1992), que divulgaram obras de mais de 30 escritores, é hora de edições individuais. Conduto de Pina já havia inaugurado esta faceta nova da literatura guineense quando, em 1978, ainda estudante em Lisboa, lançou “Garandesa di nô Tchon”. No mesmo ano, é Carlos Vaz a publicar “Para Um Conhecimento do Teatro Africano”, também em Lisboa. Três anos mais tarde, Vasco Cabral – “A luta É a Minha Primavera (1981) – e Hélder Proença – “Não Posso Adiar a Palavra (1982) – editam em Lisboa e Domingas Samy apresenta em 1993, em Bissau, “A Escola”. O romancista Abdulai Silá, com mais dois companheiros, cria a editora Kusi Mon e da sua lavra lança: “Eterna Paixão (1994); “A Última Tragédia (1995) e “Mistida” (1997). A mesma editora divulga, ainda, Teresa Montenegro, Marinho de Pina e Raul Fernandes.

Um grupo de escritores, poetas, críticos e interventores culturais criam em 1994 o GREC – Grupo de Expressão Cultural. Passo seguinte, surgiu a revista cultural e literária “Tcholona”, escrita em português. Mercê do trabalho deste grupo, a União Europeia financiou a coleção literária “Kebur”, em 1996, num total de seis livros de poesia e uma antologia poética em kriol com a participação de treze autores.

No estrangeiro, o panorama passou a ser bem mais animador: Carlos Lopes (Portugal, 1998), Filinto Barros (Portugal, 1999), Carlos Edmilson Vieira, (França, 1998; Lisboa 2005-2009), Inácio Valentim (Portugal, 2004-2005); Silvano Gomes (Portugal, 2003-2006), Mussa Turé (Lisboa, 2001).

E muitos outros, como Odete Semedo, Tomás Paquete, Waldir Araújo, Tony Tcheka, Ricardo Godinho Gomes, Carlos Edmilson Vieira, Filomena Embaló, André Mendes, Emílio Lima, Moema Augel, Saliatu da Costa e Júlio Estácio.

O ano de 2010 assinala o surgimento de Djorson Nobo (Geração Nova). São 23 jovens poetas (11 estudantes universitários em Portugal, um em Dacar, outro em Londres e outros dez a trabalhar no país). À excepção de um autor que havia publicado em 2002, os demais deram-se a conhecer pela primeira vez em Lisboa. “Traços no Tempo” é o título da antologia, com 123 poemas escritos em português e crioulo.

Na semana passada, Lisboa foi a grande sala para receber de Fernando Antunes “Na Nha Manera di Odja” (“Na Minha Maneira de Ver”). Um livro escrito em português, mas repleto de expressões e figuras em crioulo. Conduto de Pina voltou a lançar, desta feita no Brasil, “Palavras Suspensas”, através da editora Thesaurus.

A nova fase das letras é reconhecida internacionalmente. Coletâneas e antologias incluem nomes e trabalhos de autores da terra do poílão sagrado. É assim no Brasil, com o “No Ritmo dos Tantans”, de Rogério Andrade Barbosa. Também em França/Paris, pelas mãos da ACCT, Littératures Francophones d’Afrique de l’Ouest, destacam-se oito poetas guineenses. A revista austríaca “STERZ” divulga seis escritores da GB, numa edição dedicada a Países Africanos de Língua Portuguesa. Alemanha, com a publicação “Anna Blume” abre espaço à poesia guineense, pois, recentemente, no Festival Mundial de Poesia em Berlim, surgiu Contrabando de Poesia e a Guiné-Bissau está representada. O mesmo acontece com outras publicações, como “Na Liberdade” e “Rumos do Vento”, ambas editadas em Portugal. São contributos da Guiné-Bissau, em prol da expansão das literaturas em língua portuguesa. Sendo o crioulo a língua nacional e de unidade nacional, registe-se que o português foi a língua escolhida pela maioria dos autores guineenses.

3^o CAPÍTULO

LITERATURA DE VIAGENS

1. MANUEL RUI | **Língua de Viagem num Parágrafo (Apresentador do tema)**
2. ANA MARIA CASCU DO BARRETO | **Viagens Literárias de Câmara Cascudo**
3. ANTÓNIO NAHUD JR. | **Literatura de Viagens, Trajetórias e Percursos**
4. CARLOS FRANCISCO MOURA | **A Jornada do Paraense António de Albuquerque Coelho de Goa a Macau em 1717-1718**
5. DIÓGENES DA CUNHA LIMA | **Natal: Biografia de Uma Cidade**
6. DOMINGOS LANDIM DE BARROS | **O Contributo do Fenómeno Viagem para a Literatura de um Povo Ilhéu**
7. E.S. TAGINO | **Almada: Um Itinerário Literário, Pessoal e Transmissível**
8. LUÍZA NÓBREGA | **Um Poema, Duas Viagens: Dicção e Contradição n'Os Lusíadas**
9. MÁRCIO DE LIMA DANTAS | **Nísia Floresta e a Literatura**
10. MÁRIO MÁXIMO | **As Viagens Essenciais ou o Itinerário Interior de Toda a Viagem**
11. PEDRO ROSA MENDES | **Viajar e escrever pelas lusofonias “malaias”**
12. RUI LOURIDO, JIN GUO PING e WU ZHILIANG | **A Viagem - Paradigma do Encontro: Perceções chinesas e portuguesas, sécs. XVI-XVII - A Peregrinação e a Crónica dos Mares**



II ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA DE NATAL

**Duas mesas do 3º tema,
LITERATURA DE VIAGENS.**

Conferencistas (da esquerda para a direita)

FOTO DE CIMA:

*Rui Lourido, Mário Máximo,
Márcio de Lima Dantas, Luíza Maria Nóbrega, Pedro Rosa
Mendes e António Nahud Jr*

FOTO DE BAIXO:

*Manuel Rui, Ana Maria Cascudo,
Diógenes da Cunha Lima, Domingos Landim de Barros,
Carlos Francisco Moura*



LÍNGUA DE VIAGEM NUM PARÁGRAFO

MANUEL RUI

J á disse a Fernão Mendes Pinto que eu mais ou menos como ele, não minto, sugiro um implante e ele responde com um gargalhar tricotado pela falta de dentes, digo-lhe que, numa imensidão de tornados por contar, a viagem da língua passou a língua de viagem, pois, meteu-se Pêro Vaz de Caminha, o grande tornado foi ter acabado o império e eu retomei a palavra enfatizando que viajar antes de todas as viagens é ter sido embrião, feto, depois gestação até à novidade das palavras, a língua mãe, a minha mãe, a minha língua materna depois de ter sido padrastra da metade mais sofrida de meus antepassados, isso foi outra peregrinação, mais trágica e mais épica de lágrima marítima, falei e estou a verificar que Álvaro Velho, o do diário da viagem de Vasco da Gama, se deslumbra em ver passar o colorido que se movimenta na rua, frente à esplanada aqui na baixa de Luanda e comecei assim porque nós conversávamos tudo e desconversávamos de bom humor e sem regras como se com as palavras conseguíssemos delas próprias achamentos, pois, por favor, atenção para o esgar do meu exercício de memória muito para antes, quer dizer, à chegada do outro, sobra que não havia fotografos, câmaras de televisão, agências de notícias nem informática ou telefones celulares, também não sei se o medo era maior que a expectativa ou se a expectativa se confundia com o irreal. Nem imagino o tom de azul do céu nessas calendas, suas maneiras de marés antanhas, praia, concha ou luar de medir o cio das estrelas, como é que terá sido, na dúvida com talvez quer de uma parte quer de outra muitos haveriam nos domínios da inocência,

agora eu omito motivos e intenções e falo do que disso não cuidaram os que não sabiam dos quês e dos porquês por disso não saberem, só sabiam daquele então, de se estarem a ver uns aos outros na negação dos espelhos, uns, os que estavam e eram da terra nunca haviam visto quejando tipo de embarcações nem tão pouco que se chamavam naus ou caravelas, muito menos suas artes de se afeiçoarem ao mar em desconhecimento de monstros e mostrengos, nunca tinham visto gente daquele tom de pele e os marinheiros que haviam embarcado desachados para os encontramentos, estavam desencontrados por não terem sequer imaginado aquela chegada e daquele onde, lugar diferente com aromas da floresta misturados por dentro dos mistérios do vento e do mar, as interrogações pipiadas dos papagaios e os gestos iniciáticos dos chimpanzés para outros movimentos, ainda, outra ideia que me tange é a de saber se na praia oscilavam seios como néctares com sabor de não saber do pudor dos braços e mãos que apresentavam nos balaios oferendas de fruta, cola, gengibre, saca-folha, kikuanga ou marufo para dar a beber e alegrar, no pressuposto de que os chegantes vinham em paz e no mero intuito de fazer visita de amizade mesmo sem aportarem com gelados ou sumos em pacotes descartáveis, ou se as raparigas terão sido violadas sob a surpresa do berro dos canhões ou se fizeram secreto encontro de amor na aparição dos cabelos e cheiro do corpo de cada marinheiro com mar já de si tão salgado e surpreendido com a fragrância que se desprendia do sorriso delas, da entrega por amor e liberdade de amar e a interrogação dos homens guerreiros em terra pois porque é que não haviam trazido mulheres para eles, o que teria sido razoável e sempre me deslumbra ainda este meu refazer da memória, a descoberta da identidade a partir da diferença, as cores, os trajés, os cabelos, os adornos, quem refaz refaz como quiser, por isso isolo do meu deslumbramento as armas, não só as chegadas novidando o vomitar fogo mas também as de flecha e arco de envenenar o sangue ainda que por razão, agora, pretendo-me entre os movimentos, os gestos das pessoas, a dúvida, a incerteza, a dança, os tambores da terra e os outros sons trazidos nas naus e já também com mais acordes tirados ao mar, da saudade e da esperança em bom porto para a aventura. E o som dos instrumentos terão sido comunicação antes da fala ou depois do gesto-fala, da fala-gesto, Zurara levou o copo de cerveja à boca e eu prossegui no não ter sido possível um pré-aviso, uma mensagem escrita, um fax ou um e-mail, nada disso foi possível, o intérprete bilingue, a maka que estavam com ela era conhecerem-se pela primeira vez antes desconhecendo cada um deles que o outro existia naquela postura, naquele momento, o trânsito aumentou, os meus convidados quase não faziam perguntas, do que se passara em Luanda profanada entre os encontramentos e agora mas interrogavam-se sobre os homens,

passaram anúncios publicitários sobre misses, fiquei emocionado pelo ecrã, os homens carregavam nos ombros uma espécie de casa onde viajava o recém-chegado que era ele a descobrir-se pela existência do outro, assim, se aquele outro era negro, o chegado achou-se em inventar-se numa cor que verdadeiramente não era, a cor branca, tudo passando a branco e preto, a cor por ele inventada para ele e a cor verdadeira do outro, mesmo assim ele nunca pensou primeiro em quem estava e o recebera e depois ele, chegado, nunca a preto e branco mas a branco e preto, estávamos a ver Luanda e a machila, uma espécie de coche com cavalos fogosos de raiva ardente do sol suor nas veias dos ombros musculosamente invadidos por cartazes publicitários rejeitados pelo céu ou então e depois nas imagens a tipóia no interior do mato frondoso mas religiosamente profanado pela fé trazida com vozes e crucificando a música no planalto da nascente dos rios e o que estava em sua casa, falei mais direccionado para Zurara da Guiné, que o que estava em sua casa, era o sujeito antes e agora, por caleidoscópica galáxia de insónia febril, passara a ser o outro por invenção e pela causa do verdadeiro outro era obrigado a ficar complemento directo com predicado do outro para ouvir e aprender sofrendo lenta e devagarmente o esquecimento de sua própria fala numa chegada jamais por ele consentida, programada, nem marcada por agências de turismo para cruzadas ou inquisição, claro, muito menos para viajar de grillheta em porão para o outro lado do mar, Fernão Mendes, mesmo concentrado em saborear um caranguejo do Namibe, com molho picante já artilhado, parou as artes gastronómicas quando no ecrã apareceram narradores espectacularizando a literatura de viagens, Zurara a dizer que não se lembrava da sopa de galinha que eu observara com muito limão mas Mendes e aquilo tudo tinha sido escrito mas muita coisa era bué de literatura, batemos palmas por aquele bué falei que era da língua de viagem e então Fernão na gozação se Pero não trouxera uma arara para Zurara ele nunca se lembrara de trazer uma arara para Zurara, foi gargalhada geral, mas Mendes entendeu que a Peregrinação não tinha nada com o que estava a ver em terra e no ecrã, muito menos com os livros que de Luanda oferecera a cada uma das visitas, então peguei num dos livros, Decisão da Idade, de Ruy Duarte, *Chagas de Salitre*,

*Olha-me este país a esboroar-se
Em chagas de salitre
E os muros, negros dos fortes
Roídos pelo vegetar
Da urina e do suor*

*Da carne virgem mandada
Cavar glórias e grandeza
do outro lado do mar
Olha-me a história de um país perdido:
Marés vazantes de gente amordaçada,
A ingênua tolerância aproveitada
Em carne. Pergunta ao mar,
Que é manso e afaga ainda
A mesma velha costa erosionada.*

*Olha-me as brutas construções quadradas:
Embarcadouros, depósitos de gente,
Olha-me os rios renovados de cadáveres,
Os rios turvos do espesso deslizar
Dos braços e das mãos do meu país.*

*Olha-me as igrejas restauradas
sobre ruínas de propalada fé:
paredes brancas de um urgente brio
escondendo ferros de educar gentio.*

*Olha-me amor, atenta podes ver
Uma história de pedra a construir-se
sobre uma história morta a esboroar-se
em chagas de salitre.*

Álvaro Velho está a olhar para mim como se de algum naufrágio urgissem as palavras e mais de língua de viagem nunca se houvera de lembrança sua, enquanto narrador de viagens mandadas viajar, que a língua por si, como um misterioso túnel por dentro do mar fizesse gloriosa e por Deus guardada uma viagem em que ainda estávamos sem nunca naufragar, graças às mulheres que haviam parido filhos escravos e marinheiros obrigados, mais os narradores que deles narraram, sempre por graça de Deus sobrevivendo, para que pudessem narrar os naufrágios dos que deles morreram sem sepultura em terra, não era tanto a literatura de viagens mas a língua de viagens que passa nas nossas obras literárias, a nossa própria viagem de escritores laborando sobre a palavra escrita com tantas e múltiplas viagens pelo

interior de cada um de nós que nenhum não é mais o outro e em Luanda e no Rio de Janeiro, nos muceques e nos morros a língua de viagem anda na boca, nos versos e cantigas dos que levantaram as cidades, levantando cedo, trabalhando até à exaustão, ganhando pouco e quantas vezes sofrendo verdadeiras agressões como se os pobres tivessem sido os inventores de todos os malefícios que ocorrem em nossas cidades, quando a viagem da língua passa por eles, transformando a tristeza em alegria, poesia, música e dança sem o que as nossas cidades, umas mais que outras, mais seriam cadáveres a velar nos sepulcros de betão armado, de Caminha a falar que esta nossa viagem era marcada pela poesia de amor, concordei dizendo versos do português Castelo Branco,

*Senhora, partem tam tristes
meus olhos por vós, meu bem,
que nunca tam tristes vistes
outros nenhuns por ninguém.*

*Tam tristes, tam saudosos,
tam doentes da partida,
tam cansados, tam chorosos,
da morte mais desejosos
cem mil vezes que da vida.
Partem tam tristes os tristes,
tam fora d'esperar bem,
que nunca tam tristes vistes
outros nenhuns por ninguém.*

e o **NAMORO** do angolano Viriato da Cruz

*Mandei-lhe uma carta em papel perfumado
e com letra bonita eu disse ela tinha
um sorrir luminoso tão quente e gaiato
como o sol de Novembro brincando de artista
nas acácias floridas
espalhando diamantes na fimbria do mar
e dando calor ao sumo das mangas
Sua pele macia – era sumaúma...*

*Sua pele macia, da cor do jambo, cheirando a rosas
sua pele macia guardava as doçuras do corpo rijo
tão rijo e tão doce – como o maboque...
Seus seios, laranjas – laranjas do Loje
Seus dentes ... -- marfim...
Mandei-lhe essa carta
E ela disse que não.*

*Mandei-lhe um cartão
que o amigo Maninho tipografou:
“Por ti sofre o meu coração”
Num canto – Sim, noutro canto – NÃO
E ela o canto do não dobrou*

*Mandei-lhe um recado pela Zefa do Sete
pedindo rogando de joelhos no chão
pela Senhora do Cabo, pela Santa Ifigénia,
me desse a ventura do seu namoro...
E ela disse que não.*

*Levei à avó Chica, quimbanda de fama
A areia da marca que o seu pé deixou
Para que fizesse um feitiço forte e seguro
Que nela nascesse um amor como o meu...
E o feitiço falhou.*

*Esperei-a de tarde, à porta da fábrica,
ofertei-lhe um colar e um anel e um broche,
paguei-lhe doces na calçada da Missão,
ficámos num banco do largo da estátua
afaguei-lhe as mãos...
falei-lhe de amor... e ela disse que não.*

*Andei barbado, sujo e descalço,
como um mona-ngamba.
Procuraram por mim*

*“ – Não viu ... (ai não viu...?) não viu Benjamim?”
E perdido me deram no morro da Samba.*

*Para me distrair
Levaram-me ao baile do sô Januário
mas ela lá estava num canto a rir
contando o meu caso às moças mãos lindas do Bairro Operário.*

*Tocaram uma rumba – dancei com ela
e num passo maluco voámos na sala
qual uma estrela riscando o céu!
E a malta gritou; Aí Benjamim!”
Olhei-a nos olhos – sorriu para mim
Pedi-lhe um beijo – e ela disse que sim.*

Reparem meus amigos chegados aqui por graça de nossa língua de viagem, que eu não sei de ciência sobre o que foi verdade ou o que foi mais ou menos literatado ou mandado por tinta em papiro para a chamada literatura portuguesa de viagens. Não sabemos muito sobre o que foi verdade ou o que foi de tendência. Porém, muito menos saberíamos e menos ainda poderíamos ser, estar, escrever sem meditações apaixonadas, reticentes à Peregrinação, o Naufrágio de Sepúlveda ou outros textos placentados naquilo que foram os achamentos, transfigurados para descobrimentos e que afinal foram invasões sobre o que não era outro, agora, pela língua falada e escrita, em verso, ficção e música que atenuam e combatem a violência do betão armado de nossas cidades, com serenatas de amor, sonho e fantasia nesta língua que faz parte da nossa existência como a saudade que cada vez mais dela temos do futuro, por isso, neste parágrafo,

VIVA FALAR, ESCREVER, CANTAR E SONHAR EM PORTUGUÊS!



VIAGENS LITERÁRIAS DE CÂMARA CASCUDO

ANA MARIA CASCUDO BARRETO

“*Escrever é caminho dos alquimistas, transformando o segredo da vida em ritmos escritos*”, diz Paulo Bonfim, Príncipe dos Poetas Brasileiros, decano da Academia Paulista de Letras, em “O Navegante”, Editora Amaral Gurgel, São Paulo/Madrid, 2007.

Luís da Câmara Cascudo recriava seu universo entre vogais e consoantes. Procurava respostas em frases antigas. Pensamentos na árvore da fantasia. Renascia em papéis e documentos. Transformava passado em futuro. Pesquisar, seu sortilégio. O livro, sua viagem. Rabiscava memória sobre o relógio das horas.

Perguntei-lhe quais países o inspiravam. Respondeu-me: Portugal e Espanha, as raízes; África, Egito e Grécia, os berços; países árabes, as influências. O território brasileiro, a realidade.

Quando menina e adolescente seguia para Pernambuco nas férias e nos dias santos, com mamãe e papai. O mano Fernando Luís estudava na cidade do Recife, e nosso círculo de amizades era enorme. Escritores, poetas, empresários, médicos, confraternizavam, trocando ideias e sonhos com meu pai. Lá experimentei emoções e recorde fatos inesquecíveis.

Debruçada na janela do “Grande Hotel”, recorde ter assistido a um desfile de um maracatu.

Estava com papai e Dorival Caymmi. Surpresa pelo total conhecimento das personagens, confusa pela troca afetuosa de acenos entre os desfilantes e seus

apaixonados. Ainda naquele estado vizinho, relembro a coroação do Rei e da Rainha do Congo, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Meu pai estava fascinado com o espetáculo, e tomava notas numa caderneta, os olhos verdes húmidos de encantamento. Inesquecível a visita de Luíz Gonzaga e José Dantas, e sua discussão musical. Igualmente a presença vibrante de Ascençõ Ferreira e seus versos.

Já casada com Camilo, ficamos presos durante o carnaval, na casa de Gilberto Freyre, com d. Madalena e seu filho Fernando. Enquanto isso, o frevo de Olinda invadia a cidade com seus acordes e sua animação.

Papai afirmava que a Paraíba e o Rio Grande do Norte eram um só. Amava passar pelo verde constante da Cidade de João Pessoa, louvando sua história.

Nunca viajei com meus pais para o exterior, embora tenha sido uma andarilha internacional.

«Autor espiritual da existência do Congresso Luso-Brasileiro de Folclore, a convite de várias instituições portuguesas, Cascudo passou mais de três meses em Portugal e na Espanha, no ano de 1947, conhecendo a cultura dos nossos antepassados, recolhendo elementos para os seus estudos, observando “o riquíssimo e variado folclore português”, visitando amigos e estreitando velhos e novos laços, distribuindo os seus trabalhos, publicando artigos em jornais, revistas, nos mais diversos órgãos de comunicação das terras lusas, proferindo conferências, concedendo entrevistas, conhecendo as mais variadas instituições, voltadas, sobretudo, para o campo da Etnografia, Folclore, História e Arte, reunindo-se com os outros membros do Congresso. Em digressões turísticas, percorreu quase todas as regiões, lugarejos e localidades portuguesas. Assim afirmou na reportagem intitulada “O Brasil é a foz de um rio que nasce em Portugal”, publicada às páginas 3 e cinco do “Diário da Manhã” de Lisboa, no dia 15 de dezembro de 1947: “Percorri Portugal de Norte a Sul, de Leste a Oeste, de Comboio e de automóvel”. As impressões de Cascudo sobre as terras de Portugal e da Espanha apareceram, inicialmente, nos “Bilhetes de Portugal”, enviados ao Rio Grande do Norte e publicados no “Diário de Natal”, entre os dias 10 e 29 de setembro e nos dias 22 e 23 de outubro de 1947. Depois, repercutiram em toda Europa, que consagrou o mestre potiguar.» (Câmara Cascudo em Portugal, Francisco Fernandes Marinho, Sebo Vermelho, Natal, 2004.)

Na época, recebi dele cartões postais e telefonemas. Lembro bem do seu encanto por Tenerife, Vigo (enviou-me fotos bailando jota galega e munhera, danças populares que o enfeitiçaram), comentando o povo, as comidas, bebidas, limpeza. Nossa Senhora de Fátima, Lisboa, Porto, Coimbra, os castelos, as cidades

pequenas, a identificação com várias raças, especialmente conosco, brasileiros. Seus comentários líricos ainda ecoam musicalmente nos meus sonhos. Contatos com estudantes, pescadores, operários, marafonas aposentadas ou não, pequenos negociantes. Papai era assim. Igualava, no seu coração e na mente privilegiada, os momentos com seus colegas intelectuais, fossem eles filósofos, sociólogos, historiadores, folcloristas, àqueles passados no meio do povo. Em sua opinião, a importância das ideias e pensamentos emitidos era idêntica.

Beirão honorário na aldeia de Monsanto. Comendador de diversas ordens portuguesas. Silves, capital árabe, o encantou. Cidade sultana, jóia do Oriente.

Na Sociedade de Geografia de Lisboa, fez conferência sobre literatura oral, definindo seu conceito, uma constante na psicologia coletiva. A imprensa europeia, falada e escrita – refiro-me ao tempo de então – comentou: *“A impressionante erudição do eminente brasileiro provocou desusado interesse sobre as opiniões do cientista e etnógrafo.”*

A França era um dos seus amores. Lá estive na companhia do amigo Assis Chateaubriand. O Uruguai o atraía e fascinava. Representou o Brasil e registrou diferenças essenciais entre os povos. Mas a África sempre foi seu objetivo maior, procurando influências recíprocas, prolongamentos, interdependências, contemporaneidade motivadora.

Nos livros “História da Alimentação no Brasil” (São Paulo, Global, 2004) e “Made in África”, pesquisa e notas (Global, SP, 4ª. Edição, 2002), mergulhamos até o infinito nas nossas primitivas influências e constatamos: nós, brasileiros, representamos o somatório das raças que nos formaram. Em todos os temas escolhidos pelo autor, há uma nota de pesquisa direta e pessoal, comprovadora da exatidão analisada. Cascudo viajou com a missão de estudar alimentação popular, na África do Atlântico e do Índico. Foi um “homem curioso pela normalidade africana”, no ano de 1964.

Apenas curioso? Pioneiro, com o cuidado de um sábio e o perfeccionismo de um astronauta, Cascudo elabora comparativo cultural sobre África e Brasil, extenso como compêndio medieval, moderno como o mundo virtual.

Apaixonado pelo povo e suas manifestações, ele demonstra como a herança africana permanece íntegra no território verde-amarelo e na contemporaneidade. Cataloga a integração com a nossa mãe negra. Comenta diferenças e igualdades.

Em “Made in África”, os dois países se abraçam simbolicamente, e a gente constata que nunca se afastaram culturalmente. Bananas e pacovas, iemanjá e Quianda; a Rainha Jinga; o lundu; maxila, tipóia, rede e ini; ananás e abacaxis, farofa,

farófia; umbigada, piranji e jimbo; do andar rebolado da brasileira; pirão e fungi; rosa aluanda e beber fumo. Capítulos de grande interesse etnográfico, desfiados em texto legível e amoroso. Porque Luís da Câmara Cascudo era um apaixonado pelo Brasil e sua origem, portugueses, ameríndios e africanos.

Termino com o desafio nos autos dos congos, nas danças ginásticas do bambelô, coco-de-roda, zambê, no jogo da capoeira vinda de Angola e ampliada no Brasil, nos cantos e, para o sertão, que se nacionalizou e finalmente, no poeta anónimo que detesta preconceito, orgulhoso de sua linda cor de pele:

“Se o negro sofre a morte/ o branco também sofreu.../ O sangue das minhas veias/ é vermelho como o teu!.../ Se você nasceu nuzinho,/ nasci também todo nu.../ Eu venho de Adão e Eva/ a mesma coisa que tu!.../ Quando as casas de negócios/ fazem sua transação, / o papel branco e lustroso / não vale nem um tostão; / Escreve-se com tinta preta/ fica valendo um milhão!.../ Você falou em Caim?! Já me subiu um calor!.../ Nesse nossa raça preta/ nunca teve um traidor.../ Judas, sendo um homem branco,/ Foi quem traiu Nosso Senhor!.../



LITERATURA DE VIAGENS: trajetórias e percursos

ANTÔNIO NAHUD JÚNIOR

Boa Tarde! É um prazer estar aqui, neste templo literário do Mestre Diógenes da Cunha Lima, neste evento fértil, ao lado de escritores-irmãos de tantos países diferentes abençoados pelo mesmo idioma e suas variantes. De coração, agradeço o convite. Sou baiano, mas me sinto serenamente em casa no Rio Grande do Norte. E o tema de hoje, literatura de viagens, norteia totalmente o meu trabalho literário. Mas o que é realmente a chamada literatura de viagens? São impressões de viagem em verso e em prosa, em textos documentais, de memórias ou de ficção, apresentando sua apreciação de locais diversos a partir de diferentes pontos de vista. A literatura de viagem seduz a imaginação do leitor com um texto envolvente, indo além das anotações de um diário de bordo ou de uma descrição pura e simples. Vem de muito longe, de narrativas como a *Odisseia*, de Homero, da Antiguidade Clássica; *Viagens de Marco Polo*, da Idade Média; *Carta a D. Manuel sobre o Descobrimento do Brasil*, de Pero Vaz de Caminha; os relatos de missionários jesuítas pelos caminhos do Brasil ou da Ásia, e ainda a glorificação épica de *Os Lusíadas*, de Camões. Esse conceito tende cada vez mais a assumir, na literatura contemporânea, as possibilidades simultâneas de viagem no espaço real conjugadas com as viagens no espaço metafísico do ser, e com as viagens temporais para outros espaços históricos e da memória pessoal, coletiva e literária.

Mas como tudo começou? Como enveredei por esse caminho, por esse subgênero literário? Nasci em Ilhéus, a primeira cidade do Brasil, a terra do cacau e, mais importante ainda, a terra natal de Jorge Amado. Meu pai, um advogado que amava livros, tinha muitos amigos escritores. Na nossa casa ou na nossa fazenda conheci nomes celebrados da literatura baiana: Adonias Filho, Hélio Pólvora, Jorge Amado, Cyro de Mattos, Jorge Medauar e Telmo Padilha, entre outros. Portanto, desde menino eu lia a narrativa desses escritores, era uma forma de me aproximar deles e, por tabela, de meu pai. Entretanto, esses escritores tinham como inspiração literária sua própria terra, o sul da Bahia, as Terras do Sem Fim, e eu sonhava com o imenso mundo desconhecido. Por volta dos 15 anos, ao ler *Carta a El Greco*, do escritor grego Nikos Kazantzakis, que defende a necessidade do isolamento para se aprofundar na complexidade da própria escrita, descobri que o meu “isolamento” estava em colocar o pé na estrada. Então busquei minha identidade intelectual lendo escritores/poetas que deixaram seus países de origem e partiram sem destino: Conrad, Swift, Stendhal, Albert Camus, Kipling, Goethe, Rilke, Paul Bowles, Henri Michaux, os beatnicks, Genet, Henry James, Maugham, Bruce Chatwin, Karen Blixen, etc. No entanto, depois de algum tempo, percebi que para escrever sobre o mundo é preciso conhecer o mundo. Foi o que fiz, levando em conta não apenas o enfoque geográfico, mas também a identidade literária, numa descoberta de prodígios, monstros e maravilhas.

Primeiro morei no Rio de Janeiro, depois São Paulo e, por fim, passei temporadas em diversas outras cidades brasileiras, sempre fugindo do turístico, buscando a alma do lugar, amante de apontamentos do pitoresco, de descrições surpreendidas ou de segmentos narrativos do mundo que me ia sendo revelado. Depois do Brasil, rodei por alguns países da América do Sul. Em agosto de 1994, aos 22 anos de idade, mudei-me com a cara e a coragem para a Europa, vivendo no Velho Continente durante 12 anos. Morei em Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Escócia. Também passei alguns meses em Marrocos. Por onde eu caminhava, de olhos bem abertos, tomava anotações dia e noite, alimentava diários, fotografava, estudava a literatura, a música, o cinema e as artes plásticas de cada país. O meu primeiro livro de contos, *Ficar Aqui Sem Ser Ouvido Por Ninguém*, revela as minhas impressões sobre Lisboa, e o mesmo aconteceu com o poético *Caprichos*. Leio aqui um dos poemas desse livro:

*na véspera da chegada,
é confuso o que sinto.
morre a tarde azul*

*e não sei se morro
ao recomeçar.
que angústia sentida,
aqui neste trem,
com a possibilidade
de nunca mais voltar.
toda a saudade agora
se amplia e ao crescer
confunde-se e confunde-me
com a inevitável luz da manhã.
embora vá e aonde vá
sou esse cigano maduro
não se encontrando em nenhum lugar.
sentir-se jovem não é ser jovem,
é só a ilusão de amanhecer,
e amanheço, mas ao colocar o pé na estrada,
subitamente, com que susto vejo a noite sem fim.
por vezes, os meus olhos,
enxergam a flor da juventude.
ah, não me espere,
seja lá quem for
não sei aonde vou
não sei se vou voltar
caminho, sem rumo,
nesta misteriosa estrada
para dentro de mim.*

Em Espanha, escrevi *Retratos em Preto & Branco – Contos Góticos de Madri*. Em Inglaterra, passei meses elaborando um gigantesco poema, *Swoon*, que foi publicado em *Suave é Um Coração Enamorado*. Nesses anos de existência cigana, conheci escritores famosos, outros nem tanto, que muito me ensinaram. Doris Lessing, Antonio Muñoz Molina, Al Berto, Maria Gabriela Llansol, Jorge Telles de Menezes, José Saramago, entre outros. Vivia das entrevistas que fazia e vendia para jornais e revistas do Brasil. Sempre tive uma vida com poucos recursos financeiros, mas quase sempre vibrante e emocionada. Escrevi poemas às margens do Tamisa, do Tejo, do Reno, do Sena e do Potengi. Passei meses numa frágil barraca na Floresta Negra,

na Baviera, Alemanha, sem energia elétrica ou água encanada, escrevendo crônicas que dariam origem ao livro *Se Um Viajante Numa Espanha de Lorca*. Com a clássica novela de Prosper Mérimée, *Carmen*, nas mãos, vivi todo um verão na Andaluzia, visitando os lugares retratados neste livro, conhecendo o espírito andaluz, e tomando anotações para uma versão dessa novela que tanto aprecio. A minha versão chama-se *Homem Sem Caminho*, tem como pano de fundo a imigração brasileira ilegal, e ainda não foi publicada. Escrevi poemas no Castelo de Duíno, lugar mágico que Rainer Maria Rilke concebeu suas Elegias, outros em Constância, Portugal, onde supostamente nasceu Camões. Vivenciei toda uma tarde em Tanger com o escritor de “O Céu Que Nos Protege”, Paul Bowles, e chorei no túmulo de Jean Genet, em Larache. Na Inglaterra, visitei a casa de George Orwell e o rio Ouse, túmulo de Virginia Woolf, a minha escritora favorita. Tudo era fonte de novos textos, novos poemas, novas sensações. Em Sintra, li Lord Byron, que passou uma temporada por lá, e escrevi um dos meus melhores contos, *De Súbito, Lord Byron!*. Lá também descobri a literatura de Eça de Queirós e Miguel Torga. Em Inglaterra, estive na taverna em que Charles Dickens escrevia seus romances. Visitei a cidade natal de Shakespeare, o túmulo de Oscar Wilde em Paris e a casa de Victor Hugo. Na Grécia, li e reli Kaváfis. Em Lisboa, estive na residência de Fernando Pessoa e no café que ele frequentava. Participei de feiras de livros, recitais e eventos literários. Totalmente pelado interpretei poemas de Ferreira Gullar e Hilda Hilst em Londres, no evento “Naked Poets”. Em Sintra, envolvi-me com um grupo de jovens poetas, encontrando-me semanalmente com eles num restaurante chamado “A Casa da Avó”. Líamos poemas e enchíamos a cara de vinho tinto, sempre com um escritor convidado. Foi lá que conheci António Cortez, um dos grandes poetas portugueses de hoje e que está aqui, conosco, provando que o mundo é minúsculo.

Toda essa vivência marcou minha escrita, transformando-a numa espécie de mundo sem fronteiras, uma história ficcional da cultura e das mentalidades. Lembro que há alguns anos atrás, um conhecido escritor da Bahia organizou uma antologia de contos de autores baianos. Eu não fui incluído, mas recebi uma carta do organizador dizendo que “respeitava a minha sensível literatura, mas eu não escrevia sobre a minha terra, portanto não poderia fazer parte da citada publicação”. Achei estranho, bizarro mesmo, mas não desanimei, sabia que tinha feito uma escolha e sou feliz com ela. É o meu modo de escrever: viajando e aprendendo, aprendendo e escrevendo. E cada vez mais convicto de que o mundo é para todos. As fronteiras são apenas uma forma de tirania, inclusive literária. Para finalizar, outro poema. Esse, do meu livro *Suave é o Coração Enamorado*, que nasceu de um longo processo

de maturação, como um minucioso projeto arquitetônico, dividido em capítulos, e cada um deles representa uma cidade em que vivi. Esse poema foi escrito em 1992, em São Paulo, e é um tributo a alguns poetas brasileiros que amo profundamente.

*meu coração é selvagem
do meu chão brotam lírios
minha boca plumagem de colibris*

*minha pele animal felino
meu sangue árabe
minha poesia arrebatada*

ave, Gullar! ave, Wally!

*coleciono juventudes desperdiçadas
caco de sensações*

*troco desânimo pulsando em vida
por força visionária para continuar
e continuar Cícero
e continuar Cecim
e continuar Hilst*

*troco amor por amor
com quem me ajuda a semear jasmims
João Cabral e sabiás*

*troco o impulso de me jogar pela janela
por versos de Leminski com vista para o mar*

Obrigado! E viva a literatura lusófona!



A JORNADA DO PARAENSE ANTÓNIO DE ALBUQUERQUE COELHO DE GOA A MACAU EM 1717-1718.

CARLOS FRANCISCO MOURA

António de Albuquerque Coelho é figura quase ignorada pela bibliografia histórica brasileira. Nascido em Camutá no Grão Pará, cerca de 1682, seu pai foi António de Albuquerque Coelho, fidalgo da Casa Real que em Portugal exerceu vários cargos, entre eles o de Governador de Olivença, no Alentejo, e, no Brasil, os de Governador do Maranhão e depois de Minas Gerais. Em África governou Angola. Sua mãe, Ângela de Barros, ou de Bairros, era descendente de mestiços de Pernambuco, “com sangue branco, negro e ameríndios nas veias em iguais proporções”, segundo Charles Boxer.

Sua ida em criança para Portugal e, posteriormente, dali para a Índia e depois para Macau; sua paixão por Maria de Moura, menina ainda e rica herdeira na cidade, que provocou dois atentados perpetrados por outro pretendente e causou a perda do braço direito por um tiro de arcabuz; seu governo em Macau e, posteriormente, em Timor; tudo é resumido no livro *Antonio de Albuquerque Coelho, mestiço de Camutá, no Grão-Pará, Governador de Macau, do Timor e de Parte*, edição do Instituto Internacional de Macau.

Mas aqui queremos só nos ater à temerária viagem que realizou para chegar a Macau e tomar posse do Governo, e que foi descrita minuciosamente pelo Capitão João Tavares de Velles Guerreyro num livro que é uma raridade, e que também é

praticamente ignorado na bibliografia brasileira de viagens. Não são mencionados, por exemplo, na *Bibliographia Brasiliana* de Rubens Borba de Moraes, nem o autor Velles Guerreyro, nem o livro, nem o protagonista da viagem.

Fac-símile da primeira edição da *Jornada* foi publicado por nós no livro acima citado. O título completo é “*Jornada que o Senhor Antonio de Albuquerque Coelho Governador e Capitam geral da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fes de Goa athe chegar a ditta Cid^{de}. Dividida em duas Partes/Offerece esta obra a Sua Senhoria o Capitam Joam Tavares de Velles Guerreyro Seo menor Servidor*”.

Justifica-se uma atenção especial a essa obra não só por sua raridade e por ser pouco conhecida no Brasil, como pelas singularidades que apresenta dentro da literatura de viagens de Portugal e particularmente do Brasil:

- É um dos raros exemplos de relatos de viagens de brasileiros para fora do País no século XVIII; de imediato, lembramos apenas o da viagem de Hipólito José da Costa aos Estados Unidos, cerca de 70 anos depois das aventuras de Albuquerque Coelho, e que permaneceu inédito por mais de 150 anos.
- Mais notável é a *Jornada* pelas remotas e exóticas regiões percorridas: por terra, através da Índia, da costa ocidental, à contracosta oriental, e dali em diante, por mar, até à China, parte esta que, por tormentosa e cheia de riscos e perigos, poderia ser acrescentada à famosa *História Trágico-Marítima*.
- Não menos importante é ter sido a *Jornada* impressa pela primeira vez em manuscrito pelo processo xilográfico chinês, em Macau, no mesmo ano da chegada de Albuquerque Coelho à cidade, ao término da viagem (1718). Dessa primeira edição existem raros exemplares e raríssimos completos. Do exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal, com as 167 páginas, fizemos a reprodução fac-similar no livro acima citado.

PRIMEIRA PARTE DA JORNADA

A *Jornada* é dividida em duas partes.

A primeira descreve, em oito capítulos, a viagem, desde a partida de Albuquerque Coelho de Goa em 30 de maio de 1717, até chegar ao Reino de Gior (Johor) em 2 de outubro de 1717 (4 meses e 4 dias). Começa por marchar para o sul, paralelamente à costa, através do Reino de Canará, até Mangalor, onde resolve mudar de rumo e atravessar de oeste para leste o território indiano. Transpõe a cordilheira dos montes Gates, entra no Reino de Maissur e segue até Bangalor, última praça antes do Reino do Mogor.

A travessia do Reino de Canará apresentava “dificuldades das grandes chuvas, e as espessuras de espinhosos matos.”

“Deste lugar se foi caminhando, ou para melhor diser navegando tanta era a agua, que inundava os caminhos, que em alguãs partes obrigava aos carreteiros dos Palanquins a levalos sobre a cabeça.” (p. 19)*

Além dos problemas das chuvas, as travessias dos rios eram trabalhosas e arriscadas. “Seguiu-se o dia quatorze, daquelle mez, horrivel pella grande tempestade de chuva, e molesto pella difficultosa passagem de tres rios, q’ com abundancia das aguas corrião soberbamente furiosos.”

Ao se depararem com os rios de Obar e Maçamuti, ambos mui caudalosos, verificaram que a ponte para transpô-los era de bambu, “obra tanto mais sutil quanto menos segura.”

“Constava a ponte, por onde se havião de atravessar aquelles rios, de huns bambus, amarrados entre si, e estribados nos ramos dos arvores, que estavam de huã parte do Rio, e se continuavão athe os ramos das arvores, que estavam da outra parte, obra tanto mais sutil, quanto menos segura.” (p. 28)

Prosseguindo a *Jornada*, o governador se prepara para “o mais difficultoso e arriscado da passagem dos Gates.” “São os Gates huã cordilheira de montes, que no princípio do Reyno do Mogor corre da parte do Norte para o Sul, e vai acabar no cabo de Camorim, e divide huã e outra costa do mar.” (p. 29)

Antes de começar a subida, *“logo se encontrou hum rio tão soberbamente rico de aguas, quam furiosamente despenhado em sua corrente, que se precipitava em hum valle não menos fechado de densos arvoredos, que serrado com a espessura do tempo nublado, e chuvoso.”* (p. 29)

Algumas vezes o Governador teve que apelar para atitudes de força e ameaças para prosseguir a jornada através da Índia, nas delas não resultaram nenhuma consequência trágica.

Dificultavam também as passagens dos rios os *Avaldares* ou *Alfandegueiros*, que cobravam taxas, e que Albuquerque Coelho não se achava obrigado pagar. O que aconteceu depois de passar pela fortaleza de Mirizen, quando à sua ordem os cafres e lascarins da sua comitiva avançaram contra o Avaldar ao som de clarins e a toque de degolar, o que o pôs em fuga.

Outro problema ocorreu com o Avaldar da fortaleza de Grenupen, que quis abrir um baúzinho no qual Albuquerque Coelho guardava algumas coisas de devoção.

“Julgou não devia passar sem castigo tal atrevimento, e que era necessario ao credito do nome Portugues, mostrar a aquelles Mogores, que ainda havia na India, quem

conservava nas veas o generoso sangue dos antigos Almeidas, Castros, e Albuquerque, que encheram de assombro a toda a Asia.” (p. 44)

Salta do cavalo, desembainha a espada, parte contra o Avaldar e o ameaça “com voz de trovão e espíritos de rayo.”

Afinal, transido de medo, o Avaldar pede perdão por sua atitude, e tudo termina sem outras consequências.

Dirigindo-se sob copiosa chuva a Chachinacat, Albuquerque Coelho procurou abrigar-se num “formoso Bangaçal”, mas procuraram impedi-lo, fechando as portas. Ameaçou quebrar os batentes para entrar com o seu andor, e os indianos mudaram de opinião, e deixaram-no entrar.

Ao atravessar o rio Moliqum um funcionário local quis passar-lhe à frente, e Antonio de Albuquerque mandou prendê-lo, e ante o pânico do pobre homem, “ajuntando a gravidade com a benevolência lhe offereceo huã narigada de tabaco” e perdoou-lhe o atrevimento.

A situação mais perigosa em que a comitiva de Albuquerque Coelho se viu envolvida foi próximo à povoação chamada Vihunzy, quando cem indianos armados, “com sua bandeirinha vermelha”, ocuparam os outeiros vizinhos e se preparavam para atacar.

Ele distribuiu armas e balas por toda comitiva, e se preparou para o combate.

Afinal, veio um Caciz oferecer paz, pedindo a Albuquerque Coelho fosse parlamentar com Governador local.

Embora desconfiado de ser uma cilada, e que pudesse “hir meterse na boca do lobo”, ele concordou.

Recebido com urbanidade pelo “Cabeça Regente”, os Cacizes lhe “offerecerão de mimo, leite, ovos, manteiga, e huns doces a seo modo fritos, em manteiga.” (p. 36)

No início da *Jornada* Albuquerque Coelho tinha recebido por cortesia do governador de Fortaleza de Mirizen, a primeira do Reino de Canará, “hum presente das cousas da terra, que constava de hum ramo de figos, huã Jaca, Betele, e manteiga.” (p. 17)

O autor da *Jornada* não poupa elogios à praça de Benguelur.

“Amanhã do dia seguinte pellas oito horas fez patente aos olhos dos nossos caminhantes a mui linda praça de Benguelur. He ella a ultima, que situada na fronteira do Maissur fas rosto as terras do Mogor, bem fortificada, e com bella guarnição de Cavallaria, e infantaria: e sobre tudo deliciosamente aprasivel com a variedade de arvores, vistoso das hortas, e deleitavel de muitos jardins.” (p. 41)

As vezes o caminho “era não menos inculto, e agreste por causa dos espessos mattos, que povoado de muitos Tigres.” (p. 42)

Lembramos que em grande parte dessa perigosa travessia Albuquerque Coelho

contava apenas com “huá tão pequena esquadra, que não chegava a ter vinte homens, dos quaes nem ainda a metade erão brancos.” (p. 38)

O capítulo 5º trata do “sucedido na praça Velur”, e o 6º, da “entrada que o governador fez na fortaleza de Velur, e o mais que passou”. Ali conheceu Albuquerque Coelho um médico francês de grande prestígio, João Baptista de Santo Hilário, que intermediou uma entrevista solicitada insistentemente pelo Governador mouro da praça. A princípio procurou esquivar-se, mas depois concordou, impondo três condições: que havia de levar na comitiva as bandeiras reais portuguesas arvoradas; que o frade capucho teria de acompanhá-lo até à presença do governador mesmo mouro; e terceira, que o Capitão Tavares o havia de acompanhar fazendo corpo e guarda.

Aceitas tais condições, foi organizado um riquíssimo e espetacular cortejo à moda indiana, desde a casa do médico até a fortaleza onde o Governador ia recebê-lo. Seis elefantes luxuosamente ajaezados, cafres do Governador a cavalo tocando clarins, outros armados de catanas, soldados de cavalaria e de infantaria formando duas alas. Iniciava o desfile um elefante com duas bandeiras roxas, e o acompanhavam “muitas gaitas suavemente sonoras”. Depois, um elefante com dois grandes atabales de estado, e outro com duas bandeiras verdes. O quarto elefante ia carregado de *instrumentos músicos*. Albuquerque Coelho ia no elefante de estado, sentado numa alta e bem ornada charola, e juntamente com ele ia o capucho Fr. Ângelo, numa charola atrás de menor fábrica. O capitão João Tavares, noutro elefante “galhardamente” selado. Ao lado de Albuquerque Coelho mais cafres a cavalo tocando clarins, e dois portugueses a cavalo, com as bandeiras reais arvoradas em compridas lanças. Portugueses a cavalo com bacamartões na mão, pistolas no cinto e espadas largas, archeiros do governador mouro com languinatas. Clarins, atabales, flautas, e “diversidade de outros muitos instrumentos musicos”. Vivas “da grande multidão de povo que presente estava”.

O cortejo descrito por Velles Guerreyro foi de uma visita cerimonial de cortesia, proporcionada com “fausto e pompa” a uma autoridade portuguesa de passagem pela cidade na época em que o império português no Oriente estava decadente. Um dos argumentos utilizados pelo médico francês para convencer Albuquerque Coelho a aceitar o convite foi que dela resultaria *“tanta honra, e glória para a nação Portuguesa, que serviria não menos de admiração, do que de inveja aos Franceses, Ingleses, Olandeses, e Dinamarqueses que assistem pelas fortalezas daquella costa costumados somente a ver Portugueses ou fugitivos de Goa largando o serviço Del Rey, ou attentos sò aos interesses de suas conveniencias”* (p. 54-55)

Depois dessa entrevista, Albuquerque Coelho partiu, para S. Tomé de Meliapor, onde foi muito bem recebido e visitou os templos católicos da cidade.

Mas como não havia ali navio para a China, foi com grande acompanhamento, para Madrastapão (Madrasta), a ver se conseguia do Governador Inglês um navio. Não sendo atendido, resolve adquirir um pequeno barco para completar, por mar, a viagem até a China.

O 8º capítulo trata do embarque de Albuquerque Coelho e do que aconteceu até chegar ao Reino de Gior (Johor): é o primeiro trecho do trajeto marítimo da *Jornada*.

SEGUNDA PARTE DA *JORNADA*

A segunda parte da *Jornada* descreve o que “sucedeu em Gior, e daí até Macao”, em nove capítulos: de 2 de outubro de 1717 a 30 de maio de 1718, data da posse do Governador em Macau.

Em Johor, Albuquerque viu-se envolvido no turbilhão de uma disputa dinástica que degenerou em guerra civil. Com grande habilidade política ele conseguiu sair airoso daquela complicada confrontação que ora pendia para o lado do rei de Johor, ora para o do pretendente que se revoltara.

O relato desses acontecimentos, que se prolongaram por mais de 6 meses – de 2 de outubro de 1717 a 18 de abril de 1718 –, toma praticamente a metade do texto da *Jornada*.

Esse trecho da *Jornada* foi traduzido para o inglês e publicado no *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society* (Cingapura, 1925).

O último capítulo (o 9º), relata a tormentosa viagem marítima de Johor até Macau. Como referimos, digno de figurar na *História Trágico-Marítima*.

BIBLIOGRAFIA

GUERREYRO, Joam Tavares de Velles, *Jornada, que o Senhor Antonio de Albuquerque Coelho Governador, e Capitam, Geral da Cidade do Nome de Deus de Macao na China, Fes de Goa athe chegar a ditto Cide Dividida em duas partes. Offerece esta obra a Sua Senhoria o Capitam Joam Tavares de Velles Guerreyro Seo menor Servidor.* [Macao], [1718].

GUERREYRO, Velles, *Jornada de Goa a Macau em 1717-1718 descrita por Velles Guerreyro, fac-símile.* V. Moura, 2009.

MOURA, Carlos Francisco, Antonio de Albuquerque Coelho: *Mestiço de Camutá no Grão-Pará, Governador de Macau, do Timor e de Pate/Jornada de Goa a Macau em 1717-1718, Descrita por Velles Guerreyro, fac-símile.* Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura. Instituto Internacional de Macau, 2009



NATAL: biografia de uma cidade

DIÓGENES DA CUNHA LIMA

Falarei sobre a correspondência de dois escritores conscientes de sua brasilidade. Mário de Andrade dizia a Luís da Câmara Cascudo: “Nós temos que dar uma alma ao Brasil”. Cascudo, em toda a sua trajetória de pesquisador e escritor, procurou essa meta com renovado ânimo. As cartas trocadas pelos dois amigos são documentos de fundamental importância. Elas têm, entre outras, a virtude de ser uma das fontes de duas décadas da história literária do país e, talvez, a primeira ligação intelectual entre o Sudeste e o Nordeste. Mário apresenta Cascudo aos grandes intelectuais do Sudeste, e é apresentado por este aos valores intelectuais nordestinos, como Ascenso Ferreira e Jorge Fernandes. São Paulo e Natal, a cidade grande e a província, são aproximadas com base na língua certa do povo, na cultura popular, sob o clima do advento do modernismo. Em carta de 26 de novembro de 1925, Mário de Andrade já afirma: “dos modernos do Nordeste é você incontestavelmente muito superior aos outros.”

Câmara Cascudo dizia a Mário de Andrade que era preciso registrar a verdadeira identidade do Brasil. Nessa correspondência de duas décadas, eles pretenderam tornar ainda mais nítido o relevo de suas obras. Desde 1922, ano de *Paulicéia desvairada*, Mário de Andrade se propôs a renovar a literatura brasileira, afastando a artificial influência européia. Em 1927, considera o regionalismo um elemento desintegrador na nação, porque pretendia “o Brasil inteirinho”.

A amizade dos dois tinha bases muito sólidas. Em carta a Manuel Bandeira, de 16 de março de 1926, Mário dá o perfil do novo amigo: “Vou na Bahia, Recife

e Rio Grande do Norte onde vive um amigo de coração que no entanto nunca vi pessoalmente, o Luís da Câmara Cascudo, é um temperamento estupendo e sujeito de inteligência vivíssima e inda por cima um coração de ouro brasileiro. Gosto dele.”

A correspondência entre eles ocorreu entre 1924 (época da fundação da URSS e do manifesto do surrealismo de André Breton) e 1944 (ano do desembarque de tropas aliadas na Normandia). Nesse lapso de tempo, as cartas registram, como se marcassem datas históricas, o pensamento, os projetos, o dia-a-dia de dois dos maiores intelectuais brasileiros.

A amizade intelectual e a admiração recíproca foram crescentes. Câmara Cascudo era professor de sertão, do homem sertanejo, seus costumes, crenças, tradições, folclore, mitos e lendas. Em julho de 1920, ele escreve e publica no n° 67 da Revista do Brasil, dirigida por Afrânio Peixoto e Monteiro Lobato, um ensaio com a marca da sua identidade, sob a dolência rítmica do aboio e da vaquejada nordestina. Mário afirma, em 14 de agosto de 1924, que já conhecia o autor potiguar pelo seu artigo sobre o mito do lobisomem, publicado na mesma revista. Essa amizade, fundada na busca da identidade do homem brasileiro, nem sempre era concordante, havia advertências e reclamações de ambas as partes. Em 25 de fevereiro de 1944, Cascudo registra: “Não somos padres e sacristãos para viver rosnando amém”. Mas prevaleciam a amizade e a reciprocidade da admiração. As louvações e os estímulos eram bem mais presentes. Para Mário, a erudição de Cascudo lembrava a Florença renascentista e afirma, no momento em que escreve ao amigo: “estou que não posso dormir de felicidade”. Em 1941, Cascudo fundou, com sede em Natal, a Sociedade Brasileira de Folclore e contou com o apoio de Mário para incentivar a criação de idêntica sociedade no Piauí, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Cascudo estimulou Mário a fazer o Clube Paulista do Folclore.

Tenho muito orgulho de declarar que passei cerca de 20 anos frequentando, quase diariamente, a casa de Luís da Câmara Cascudo, na convivência de simpatia com a bondade de dona Dhália e a inteligência de Anna Maria. Era a sobremesa do meu dia, a alegria do encontro, a aprendizagem festiva, o cultivo da terna amizade, a bem dizer, filial. Tentava retribuir ao Mestre com o que lhe pudesse ser útil: na busca de expressões populares, gestos, costumes, pesquisas em bibliotecas, retirada do seu salário de aposentado em banco, levar correspondência para o Correio. Cascudo dizia que a maioria de suas cartas, enviadas aos quatro cantos do mundo, eram perguntadeiras, pois o que ele desejava era compreender.

A respeito da publicação de suas cartas, Mário era radical: “Sou tão orgulhoso, que tenho sempre na minha pasta de escrivinha uma carta pedindo, caso eu

morra, que meus inéditos sejam destruídos.” Câmara Cascudo era ciumento dessa correspondência. Autorizou-me apenas que publicasse as cartas de Mário “depois que para mim a noite chegasse”. Dona Dhália me autorizou a publicação sob o patrocínio da Academia Norte-rio-grandense de Letras, com anotações de Veríssimo de Melo. Essa publicação foi acordada logo depois que a Academia Norte-rio-grandense de Letras outorgou o título de sócio de honra a Ives Gandra que, por ser no Brasil nascido, honra a todo brasileiro.

Carlos Drummond de Andrade, em comentário ao meu livro *Câmara Cascudo – um brasileiro feliz*, adverte os pesquisadores para a importância da correspondência cascudiana. Na opinião de Afonso Arinos de Mello Franco, as cartas de Mário e Cascudo seriam tão importantes quanto as epístolas de São Paulo. A professora Edna Rangel, em sua dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do professor Eduardo de Assis Duarte, já fizera um estudo de inteligência superior. Essas cartas, levam prazer, erudição e bom humor a seus leitores.



O CONTRIBUTO DO FENÓMENO VIAGEM para a Literatura de um Povo Ilhéu

DOMINGOS LANDIM DE BARROS

É muito da obrigação de um iniciado nestas lides, inclinar a cabeça, curvando-se em sinal de admiração, apreço e preito pessoais, diante de uma assembleia constituída por uma pléiade de homens tão ilustres, mestres versados e sumidades consagradas em “*savoir faire*” do seu ofício, em matéria da prosa e da poesia, literatura, numa palavra.

Pois, assim é, quanto mais não seja se tratando de alguém que, na pele de um aficionado pelas letras e suas maravilhas, se estreia, hoje, perante vós, nessas andanças ao mais alto nível de convivência e de troca de experiências e saberes, inserida num contexto privilegiado da UCCLA.

Estamos aqui no Natal, em representação de escritores da Cidade da Praia, a convite da Câmara Municipal daquela edilidade e por indicação do Sr. Presidente da Sociedade Cabo-verdiana de Autores, de que fazemos parte, Dr. Daniel Eurícles Rodrigues Spínola, conhecido no meio literário lusófono por Danny Spínola, a quem aproveitamos para retribuir a confiança, com um gesto de muita estima, consideração e amizade.

A residir que estamos, neste momento, em Portugal, tarde soubemos que a nosso cargo iria estar a apresentação de um tema a este fórum literário. De todo o modo, a nossa atitude não devia ser de recusa, mormente quando o assunto em debate ocupa parte do nosso tempo e cria uma aura de alívio e satisfação em nossa vida.

Caríssimos escritores, como sabeis, não há nada mais doloroso do que produzir um texto literário com prazo à porta, por mais que seja grande o nosso ativismo e engajamento à volta da matéria em causa, ainda para mais, se longe estivermos dos nossos papéis e dos nossos arquivos.

Apesar de tudo, e assim que o repto nos foi lançado, pusemo-nos a articular ideias, vasculhar os poucos papéis ao nosso alcance e tentámos produzir um texto, sem a pretensão de ser exuberante e muito menos científico, convencidos de que se trata de uma peça para o evento e que depois de apresentado e discutido, para mais nada irá servir.

De seguida, olhando para a grelha de programação, pensamos num subtema que nos pareceu bastante interessante. Por isso, propusemo-nos apresentar e debater convosco “Contributo do Fenómeno Viagem para Literatura de um Povo Ilhéu”.

Longe de nós a pretensão e a tentação de fazer uma abordagem aprofundada do epigrafado eleito, no sentido técnico-literário, empresa para a qual não estamos preparados, até por razões que se prendem com a nossa formação, mas o facto é que sendo cabo-verdiano um povo ilhéu de inata condição, o fenómeno viagem está presente na literatura da nação, desde os tempos mais recuados até hoje.

Arriscamo-nos mesmo a dizer que nada está tão enraizado no imaginário do povo cabo-verdiano, como as viagens. Viagem no sentido físico-material, viagem no sentido psicológico ou ideal. A densidade com que este povo ilhéu pensa em viagens, como constrói toda a sua vida a volta de viagens, como sonha com as viagens, pode encontrar-se em escritores quer da pré-claridade, quer da claridade, quer nos da nova largada, quer nos contemporâneos. Um povo nascido sob signo de viagem, produto de viagem e reflexo de viagem, nas suas múltiplas aceções.

Com as viagens surgem os ingredientes que são quase sempre ferramenta para escrita: a distância, a saudade, a nostalgia, os lamentos de um clima agreste e causador de tantas viagens. São estes ingredientes que os escritores, em pele própria sentem ou, como acontece na mor parte das vezes, da pele alheia extraem o pulsar, o sentir. Corporizando-o, encarnando-o, para depois passarem a pena pelo papel. Afinal, o escritor é um mensageiro, como se diz.

Por exemplo, Eugénio Tavares, no livro compilado por Félix Monteiro, “Viagens e Tormentas”, fornece material abundante a esse respeito, através de cartas que escrevia à mãe adotiva, durante o exílio a que foi forçado nos Estados Unidos da América.

Jorge Barbosa, no seu livro de poesia “Cadernos de um Ilhéu”, também relata esse facto com exaustão, falando de veleiros que aportavam às ilhas e que depois

transportavam os cabo-verdianos, e certa vez escreveria assim o dilema do cabo-verdiano: “Querer ficar, ter que partir”.

Manuel Lopes, claridoso, romancista de grande fôlego do seu tempo, registou de forma magistral, no seu livro “Chuva Braba”, o mesmo dilema, através do personagem Manequim, que não queria emigrar, viajar portanto, tendo-se apoderado de todos os argumentos ao alcance para ficar agarrado à sua vida de campónio e à sua ilha de Santo Antão, declinando o convite do próprio padrinho, que se encontrava algures emigrado, até que, prestes a ceder, a chuva cai em abundância e por lá fica.

O próprio Amílcar Cabral, no poema “Regresso”, bastante conhecido aqui no Brasil, pela voz irrepreensível de Alcione, faz esse desabafo, quando diz: “Mamãe velha/venha ouvir comigo/o bater da chuva lá no portão...”

Um poema escrito, provavelmente, nos anos quarenta, período em que o revolucionário emergente e poeta se encontrava em Portugal, distante das ilhas por causa de viagem, em busca de um canudo.

Mas o poema de Amílcar pode ser interpretado de duas maneiras: no sentido de alguém que está longe, que mentalmente viaja até o arquipélago, através de algo material, num poema, para dar conta do seu regozijo com “(...) A chuva amiga, mamãe velha/ A chuva que há tanto tempo/Não batia assim”, como também no sentido psicológico, ideal ou futurista, já a pensar na luta que anos mais tarde iria travar na Guiné, para levar uma nova esperança, uma espécie de chuva diferente para o povo das ilhas: a independência nacional, a prosperidade, a solução para falta de chuva e consequente curativo às viagens por causa da seca e carestia que assolavam o povo das ilhas. Quem sabe?

António Nunes, numa viagem psicológica, ideal e futurista escreveu num poema: “Mamãe, sonho que um dia/ Estas leiras de terra/De Daga balaio a Santana (...) “Águas em lavadas enormes/Trapiches pilando”... etc, etc.

Gabriel Mariano, no seu famoso poema “Caminho Longe”, relata uma viagem real, em sentido físico, como um facto dramático dos cabo-verdianos que iam para São Tomé, tão emblemático e popular o poema, que mereceu uma réplica no livro de poemas Diadema do Rei, de Novíssil de Fasejo, a páginas 144, editado pela SOCA-Edições, em setembro do ano transato.

João Vário, nas suas múltiplas viagens pela Europa, em busca desse outro acima anunciado, tendo contactado e tocado, de perto, a civilização desse continente e observado atentamente a sua cultura, verteu para o papel num romance fabuloso: “O Estado Impenitente da Fragilidade”, todo o manancial de uma vida completamente diferente da que ele, enquanto um homem ilhéu, estava habituado. Esta sim, uma viagem em sentido físico ou material.

Também João Vário, fazendo uma retrospectiva de sua infância e adolescência, viajou mentalmente até Mindelo, escrevendo “Contos da Macaronésia”, Vol. I, onde diseca a sociedade mindelense daquele tempo, coisa que ele só podia fazer mediante uma viagem para o interior de si, através do tempo, em sentido psicológico ou ideal.

Ainda João Vário, no seu livro de poesia, “Exemplo Geral”, faz uma autêntica incursão, uma viagem para o interior da morte, analisando-a do ponto de vista factual, material, seu contorno e ritual, mas sobretudo do ponto de vista finalístico ou metafísico, contudo não deixa de ser uma viagem, em sentido amplo.

Arménio Vieira, prémio Camões 2009, em viagem a Lisboa, quando chegou ao Aeroporto da Portela, nos idos anos 60, inspirou-se em algo e mais tarde escreveria, num poema dedicado ao confrade Osvaldo Osório: “Em verdade/Lisboa não estava lá para nos saudar”. No resto do poema, acabaria por descrever o ambiente triste daquela memorável recepção.

Danny Spínola, no seu livro de ficção “Os Avatares da Ilhas”, lançado em 2008, com a chancela da Spleen edições, criou uma personagem de nome Homero, que, imbuído de um espírito inovador e pouco reverente, irá empreender uma grande odisseia, em busca do desconhecido, do misterioso, de uma espécie de tesouro ideal escondido, calcorreando achadas e planaltos, na saga do místico e do fantástico. Isso prova que a ideia de viagem ínsita na mente do cabo-verdiano, extrapola para os livros que escreve, talvez para se libertar idealmente de um espaço pequeno, muitas vezes pobre e cercado por mar, para um outro lugar maior, abundante e próspero.

E mais recentemente, o livro de poesia “Diadema do Rei”, de Novissíl de Fasejo, veio confirmar esse fascínio que os cabo-verdianos têm pelas viagens e que os escritores tentam interpretar de maneira mais fiel e sublime possíveis, como se vai ver nos poemas: Areola d’herói, pág. 21; Virgens à solta, pág. 22; Enigma de bordo, pág. 23; Enxoval do berço II, pág. 25; Berço móvel, pág. 26; Do mar, pág. 68; África, pág. 74; A terra e a gente, pág. 77; Momentos mágicos I e II, pág.92 a 96; Nha terra, pág. 119; Réplica, pág. 137; Vinte e um rapazes, pág. 140; Caminho suave, pág.144; Regresso, pág. 168.

Sem esquecer o último romance de Germano Almeida, intitulado “A Morte do Ouvidor”, em que o autor, fazendo uma incursão ao passado, uma viagem mental ou em sentido psicológico, recua até o século XVII, aos acanhados ambientes da Ribeira Grande de Santiago, para nos contar estórias rocambolescas de um conflito que opôs a coroa portuguesa a alguns senhores da província ultramarina, tendo como desfecho a captura e conseqüente recambiamento para Metrópole de um renomado sujeito, acusado, na altura, de ter matado o Ouvidor Geral do arquipélago. Este que

teve o azar de apanhar o temível Conde de Oeiras pelo caminho, foi enforcado no Rossio e a cabeça devolvida à procedência, para servir de exemplo aos potenciais insurretos daquelas paragens.

Tendo em conta que a literatura de viagens é um tema bastante amplo, como já se viu, tentamos falar de escritores cabo-verdianos, sem nunca perder de vista que, por exemplo, o venerando padre António Vieira, um dos maiores vultos da prosa em língua portuguesa, numa das viagens para o Brasil, tendo aportado na Cidade Velha, o berço da cabo-verdianidade e viveiro da intelectualidade de que hoje somos tributários, no já longínquo séc. XVII, disse ter encontrado: “negros como azeviche (...), mas faziam inveja aos do reino”, a propósito da música e do cantar do cabo-verdiano desse tempo. Essa foi a mais sublime constatação, fruto de uma viagem em busca do outro.

Podíamos falar ainda, dentro deste tema, de passagens de “Os Lusíadas”, dos relatos de viagens feitas por Camões ao norte da África, à Índia, da façanha dos portugueses que tinham atravessado o mar em busca de outros povos e culturas, como o próprio diz “dos mares nunca antes navegados”; do eminente Fernando Pessoa, na sua invocação ao mar, no poema “Mar Português”, em que ele se inquieta interpelando “Ó mar quanto do teu sal/ são lágrimas de Portugal”, para dizer que o mar tinha provocado viúvas, que noivas tinham ficado por casar...

Bem trazer à colação o pasargadismo na obra poética de Manuel Bandeira, que se enquadra perfeitamente, pensamos nós, nesse tipo de viagem em sentido psicológico ou ideal, propondo-se ir para a pasárgada, onde o sujeito poético pensava encontrar o remédio para todos os seus males, nomeadamente a doença que o atormentava, mas o nosso subtema é sobre Cabo Verde.

Neste particular, e por contraposição, devemos menção ao poeta Ovídio Martins, que foi um anti-evasionista e que nunca escreveu coisas fabulosas sobre as viagens, e antes pelo contrário, defendeu que a cabra já nos tinha ensinado a “comer pedras para não perecermos”. Mesmo assim é o tema viagem que o apoquentava e atormenta, ao ponto de insurgir contra a emigração, sobretudo para São Tomé, para onde os cabo-verdianos tinham ido, nos tempos de seca, matar a fome.

De todo o modo, há que convir que a partir de viagens, quer no sentido físico-material, quer no sentido psicológico ou ideal, através da sua densidade e carga material e simbólica, sabendo-se que a literatura não é ser em si, e sim a maneira de ser que se revela sob a forma de escrita, então será justo falar de uma literatura de viagens (sonhos, ideias, projetos, memórias); viagem para dentro do próprio sujeito, para o pedestal de júbilo, para o interior de um livro, para o fundo da tristeza humana;

e viagens em sentido próprio, do sujeito para um lugar, ao encontro do outro, por curiosidade, em busca de um mundo novo, de uma vida diferente e nova, etc. etc.

Para Cabo Verde, as viagens têm sido origem de tudo e têm estimulado e enriquecido o património literário do seu povo.



ALMADA: um itinerário literário, pessoal e transmissível

E.S. TAGINO

Ilustres confrades desta exigente companhia das letras:

O mais humilde e anónimo dos seus membros está perante vós, não de corda ao pescoço, como Egas Moniz, ou de barbas de molho, como D. João de Castro, mas certo das suas fraquezas: a garganta seca, a pele de galinha, as mãos trementes...

Assim me apresento, modesto escrevinhador de estórias, de malas aviadas para esta nova e contraditória aventura que é não falar sobre a literatura de viagens, afinal o tema que me trouxe aqui. Isto pela meridiana razão de ser mister de que qualquer um de vós melhor cuidará.

Acontece que, também um dia, eu sonhei com viagens. E mil viagens realizei, nas asas da fantasia, levado por rios de tinta, caminhos desenhados nas folhas dos livros que li e explorei. Desertos áridos, florestas virgens, savanas imensas, montanhas altíssimas, rios caudalosos, mares tenebrosos, lagos aprazíveis, lugares exóticos, cidades maravilhosas: tudo percorri, tudo visitei e, como qualquer criança, tudo me deslumbrou.

Daniel Defoe, Emílio Salgari, Henry Hagar, Jonathon Swift, Júlio Verne, Marco Polo, Mark Twain, Robert Steveson, Walter Scott..., estes foram os meus primeiros guias: os que me apontaram o caminho, os que me deram a bússola, os que me acenderam a chama. Depois, até hoje, felizmente, não me têm faltado pilotos, por sinal, os melhores pilotos do mundo: Almeida Garrett, Fernão Mendes Pinto, Ferreira de Castro, Gabriel García Marquez, Jorge Amado, Joseph Conrad,

Luís de Camões, Luís Sepúlveda, Miguel Cervantes, Vargas Lhosa... Com todos viajei e, ó meu Deus!, como foram maravilhosas todas as viagens que realizei. Como já uma vez confessei no poema:

UM SONHO PARA SEMPRE

*Nasci ao pé de uma velha gare,
E, desses tempos, guardo ainda em mim
A ténue recordação
De uma antiga estação,
Com pessoas a partir e a chegar
Em louco frenesim.
Ser uma delas, foi a minha primeira ambição,
E não houve Everest que eu não escalasse
Nem Amazonas que não explorasse
Na minha imaginação.
Hoje vivo ao pé do mar,
E vejo os barcos a sair a barra,
E o sonho vem, e cresce, e desamarra
A vontade inesgotada de abalar.
Às vezes, vislumbro alguém na amurada,
E há um braço que se ergue num sinal,
E eu respondo com um adeus igual
Até onde a vista nos alcança.
E enquanto dura o tempo desse aceno
Volto de novo a ser pequeno
E sonho outra vez como em criança.*

Por isso, hoje, aqui, em vez de teorizar sobre o tema, quero convidar-vos a fazer, comigo, uma viagem, uma viagem pelo passado mas também pelo futuro. Uma viagem com imaginação, onírica e envolvente, que seja capaz de vos prender do primeiro ao último momento, que vos transporte nas asas do sonho até ao outro lado do Atlântico, até onde Pêro Vaz de Caminha – outro magnífico piloto de viagens – levou, num dia já distante, novas do achamento destas terras luxuriantes do Brasil.

É é duma cidade com história que vos quero falar; duma cidade antiquíssima cuja fundação se perde no princípio dos tempos; duma cidade com passado, com

caráter e com alma, duma cidade com presente e com futuro; duma cidade fraterna, solidária e, fundamentalmente, cultural.

O itinerário que vos proponho não rejeita nada, nem o bom nem o menos bom que sempre existe em qualquer percurso humano, porque a cidade é feita de cidadãos e são estes que lhe forjam o caráter e abonam a dignidade. E a riqueza de Almada reside, essencialmente, nos almadenses: os que nela nasceram, os que nela vivem, os que nela trabalham. Porque Almada é, afinal, a cidade de todos os que a amam.

Almada, a cidade da margem esquerda do rio Tejo, frontal a Lisboa, tem uma história secular que vai muito para além da fundação da nacionalidade. O seu nome provém de Al-Madan, uma palavra de origem árabe que significa “A Mina”, porque na margem junto ao Tejo, desde tempos imemoriais, se recolhiam pepitas de ouro.

Local de grande valor estratégico como defesa avançada de Lisboa, tanto terrestre como marítima, Almada tem uma notável história militar, de que relataremos apenas um episódio: o cerco castelhano de 1384, sem sombra de dúvidas, o marco mais importante da história militar de Almada e também o melhor conhecido pois teve em Fernão Lopes um narrador privilegiado que, na *Crónica de D. João I*, faz às gentes da vila um indefetível elogio.

Quando D. João de Castela compreendeu que a tomada de Lisboa não seria tarefa fácil e que, de Almada, a cidade continuava a ser abastecida de víveres, «mandou dizer aos de Almada que lhe dessem a vila e, fossem seus, e que lhes faria por elo grandes mercês». E os de Almada lhe responderam que, sendo portugueses, não podiam fazer o que Lisboa não fizesse.

Durante dois longos meses sofreram, os sitiados, o assédio dos castelhanos. E a resistência continuou até que a falta de água os obrigou a descerem a ravina «pela porta da barroca que se chamava Meijão Frio», até às nascentes onde se encontra a Fonte da Pipa.

Depois de uma primeira surtida com sucesso, a segunda, constituída por 17 homens, foi intercetada pelos castelhanos, tendo morrido 3 portugueses e ficado muito feridos todos os restantes. Camões enalteceu o heroísmo destes homens, dedicando ao episódio uma estrofe de “Os Lusíadas”.

Disposição idêntica não tiveram, porém, os almadenses, em 1580, quando Portugal perdeu a independência para Filipe II, de Castela. E tinham os almadenses bons motivos para outro procedimento, já que almadense também era, afinal, D. António, Prior do Crato, o filho do príncipe D. Luís e pretendente natural ao trono português. E, por essa razão mesmo, em Almada se acolheu, depois de derrotado, nas casas que tinham sido de seu pai, no sítio da Boca do Vento, a que Fernão Lopes

chamou de Meijão Frio, e que até hoje se designam, com toda propriedade, como Pátio do Prior.

Mas deixemos os aspetos político-militares, que o tempo urge e o nosso itinerário quer-se de outro tipo, e recuemos alguns séculos até ao dealbar de quinhentos, quando Portugal dava as primeiras braçadas para além do Bojador e se aventurava, nas ondas do Mar Tenebroso, pelas rotas aventureiras das Índias, das Molucas e dos Brasis.

Reinava em Portugal D. Manuel I quando o impressor Valentim Fernandes lançou no mercado um livro de aventuras de um tal Marco Polo, mercador de Veneza, que dois séculos antes dizia ter viajado até às terras distantes do grande Kublá Cá e, ao seu serviço, até à China, Tibete, Birmânia, Ceilão e Índia.

A descrição da vida aventureira deste comerciante veneziano e das suas viagens pelo Oriente mais distante tinham sido vertidas em livro, editado, pela primeira vez, em 1428. E, desde logo, foi um sucesso extraordinário, tendo merecido edições sucessivas. Contudo, só em 1502 teve autorização de publicação em Portugal, com a primeira edição a sair, precisamente, no início de 1509.

Este é, sem sombra de dúvidas, o primeiro *best-seller* da literatura de viagens e aquele que dá início a essa modalidade literária que conhecerá, a partir dos Descobrimentos, uma grande expansão. Isto sem esquecermos que o primeiro monumento literário desta modalidade é a *Odisseia*, de Homero, que narra os dezassete anos que Ulisses, depois da Guerra de Tróia, levou para chegar a casa, em Ítaca. Ulisses que, segundo a tradição, nessa deambulação fundou Lisboa, precisamente Olissipo, a cidade de Ulisses.

Mas retomemos o nosso itinerário: ainda em 1509, nessas mesmas casas do Pátio do Prior, a rainha viúva D. Leonor, que costumava tomar ares na vila de Almada, para aí levou, no seu séquito, um mestre ourives talentoso e dado à escrita que, desde 1502, com o *Monólogo do Vaqueiro*, vinha alegrando a Corte com algumas récitas e peças de teatro. Chamava-se esse mestre, Gil Vicente e, nesse mesmo ano, para natural aprazimento da rainha velha aí escreveu a sua primeira farsa e, nesse mesmo pátio que até hoje é o Pátio do Prior, com grande sucesso, a levou à cena.

Chamava-se essa farsa *Auto da Índia* e contava uma história de coscuvilhice e adultério, anátema que pendia sobre a cabeça de quem se aventurava a passar três anos ausente do leito conjugal, que era o mínimo que se levava numa viagem à Índia e correspondente tornaviagem.

Também nesse ano fecundo de 1509, mas na vila de Montemor-o-Velho, nasceu o mais notável dos viajantes portugueses, Fernão Mendes Pinto, que a partir de

1537, na busca da fortuna, embarcou para a Índia e, pelo Oriente longínquo, se tornou no maior andarilho europeu, depois de Marco Polo.

Em 1558 regressou a Portugal, fixando-se em Almada, onde casou com uma senhora almadense, de nome Maria Correia de Brito, que tinha uma quinta na Palença, junto ao Pragal. Aqui foi Fernão Mendes Pinto proprietário considerado, juiz por duas vezes, provedor da Misericórdia e, em 1573, eleito mamposteiro das albergarias de Santa Maria do Castelo de Almada e de São Lázaro de Cacilhas, cargos para os quais voltaria a ser eleito em 1578.

E aqui mesmo em Almada, logo após o seu regresso, começou a escrever a *Peregrinação*, onde narrava a sua longa odisseia pelos mares da China e do Japão e de «como tinha sido treze vezes cativo e dezassete vezes vendido». E esta narrativa aventurosa repleta de informação fidedigna, que só a terminaria em 1580, é, sem dúvida, uma dos maiores marcos da literatura portuguesa e, seguramente, a obra-prima da nossa Literatura de Viagens.

Antes de morrer, em 8 de julho de 1583, na sua casa do Pragal, deixou o manuscrito à guarda do Monte Pio dos Penitentes para ser publicada 30 anos mais tarde, provavelmente com receio da Inquisição. A tarefa de revisão entregou-a ao seu amigo e colega da Misericórdia de Almada e Guarda-mor da Torre do Tombo, o cronista Francisco Paiva de Andrade, que deve ter amaciado o texto, expurgando dele, entre outras, todas as referências aos Jesuítas, a instituição mais poderosa e mais odiada de todo o Oriente.

Moravam os Andrades igualmente na Boca do Vento, e nesta zona de Almada, denominada de Almada Velha, que compreende o espaço medieval da cidade, bem no interior da cerca mandada construir por D. Fernando para fazer face às investidas de Castela, ficava a antiga Rua Direita, que ia da Praça Velha à Praça Nova, e que corresponde hoje, grosso modo, à Rua Capitão Leitão. E aqui viveu, num palácio que fora de D. João de Portugal e que o terramoto de 1755 haveria de derrubar, D. Manuel de Sousa Coutinho com sua esposa D. Madalena de Vilhena.

Manuel de Sousa Coutinho, que estudara leis em Coimbra e fora prisioneiro em Argel com Miguel Cervantes, viria a casar com D. Madalena de Vilhena, viúva de D. João de Portugal, prisioneiro em Alcácer Quibir e mais tarde dado como morto, tendo-se fixado em Almada, onde foi capitão-mor do corpo militar. Em 1591, o seu palácio, num ato considerado patriótico, foi por ele mandado incendiar quando, por causa da peste que grassava na capital, as autoridades de Lisboa a mando de Castela o quiseram ocupar. Estes acontecimentos e a morte prematura de sua filha, D. Maria de Noronha, serviram de tema a Almeida Garrett para escrever o drama romântico *Frei Luís de Sousa*.

Depois da morte da filha, ele e a mulher professaram, tendo então assumido o nome de Frei Luís de Sousa e escrito, em clausura, a biografia do *Arcebispo de Braga, Frei Bartolomeu dos Mártires*, e a *História de S. Domingos dos Pregadores de Portugal*.

Igualmente na Rua Direita tinham os Fronteiras um palácio. Fronteiras que eram parente dos Távoras e do Alornas e que em Almada e na Caparica foram proprietários de grandes senhorios.

Mas antes de falarmos dos Távoras propriamente ditos, falemos primeiro da neta da Marquesa de Távora: a notável poetisa que foi a Marquesa de Alorna que, na sequência do atentado a D. José I, ainda criança, foi internada no Convento de Chelas, com sua mãe e irmãs, e aí permaneceu dezanove anos enquanto o pai cumpria pena de prisão, por ordem do Marquês de Pombal.

Desde cedo iniciada na poesia, foi seu mestre uma figura insigne das Luzes nacionais, o Padre Francisco Manuel do Nascimento, que ficou literariamente conhecido por *Filinto Elysio* e que a baptizou com o nome arcádio de *Alcipe*.

Depois da queda de Pombal e, principalmente quando viúva, passou a intervalar a permanência em Almeirim e Lisboa com largas temporadas em Almada. E aqui abria, *Alcipe*, os salões a todos os árcades que com ela partilhavam o gosto pela poesia nova: Tolentino, Cruz e Silva, Agostinho de Macedo e, em especial, Bocage, outro grande viajante, por quem, com desassossego da família, manteria durante anos uma relação pautada por uma grande admiração mútua, que a todos parecia roçar algo mais profundo.

Era este Bocage, de seu nome completo Manuel Maria Barbosa du Bocage, natural de Setúbal, filho do bacharel João Luís Soares de Barbosa e de uma senhora de ascendência normanda, que aos sete anos tinha vindo morar para Cacilhas, onde seu pai se estabelecera como notário. Aqui conheceria um jovem rude, quatro anos mais velho, chamado José Agostinho de Macedo. Até professar, aos dezassete anos, o jovem Macedo foi tocador de burros. E, provavelmente, entre as burricadas que, durante séculos e até quase aos nossos dias, foi um folguedo muito ao gosto dos burgueses e aristocratas lisboetas, que a Cacilhas vinham desfrutá-las, devem os jovens Macedo e Bocage ter iniciado a sua longa relação de amor/ódio.

Macedo era um absolutista virulento e radical com um ódio profundo a tudo o que cheirasse a ideias novas e jacobinismo. Irascível, velhaco, egocêntrico, megalómano e invejoso, mas com grande capacidade oratória, julgava-se o maior poeta português de todos os tempos. Era, no entanto, um poeta medíocre, o que levou a polémicas sucessivas com Bocage. Apesar disso, ambos mantiveram ao longo

da vida, uma relação feita de copos, mulheres e boémia que resistiu muito bem a todos os impropérios.

E, de Cacilhas, convido-vos a prosseguir junto ao Tejo, pelo Ginjal, até à já nomeada Fonte da Pipa que Camões celebrou, como já vimos, na história daqueles dezassete bravos que, em busca de água, desceram do castelo, pela Boca do Vento, e aí foram intercetados e massacrados pelos castelhanos.

Por esse motivo, em 1880 foi mandada descerrar pela Câmara Municipal uma lápide com a inscrição dos dois últimos versos daquela bela estrofe de “Os Lusíadas” (C 8. Estrofe 35) que evoca o acontecido e que nos diz:

*«Olha que dezassete Lusitanos,
Nestes outeiros subidos, se defendem
Fortes, de quatrocentos castelhanos,
Que em derredor, pelos tomar, se estendem;
Porém logo sentiram, com seus danos,
Que não só se defendem, mas ofendem.
Digno feito de ser, no mundo, eterno,
Grande no tempo antigo e no moderno!»*

E, de junto ao rio, subamos a encosta e passemos o Pragal, aquele ponto mais alto onde se ergue o monumento ao Cristo-Rei e onde viveu Fernão Mendes Pinto, e sempre em direcção ao mar percorramos as terras da Caparica até à Quinta da Torre.

E aqui, no Largo que hoje tem o seu nome, viveu o poeta Bulhão Pato, de *Flores da Tarde* e de *Sob os Ciprestes*, considerado o último dos grandes poetas românticos portugueses. Mas Bulhão Pato era também um grande entusiasta da caça e um afamado mestre de culinária, sendo conhecido, nacionalmente, por uma iguaria marisqueira de confecção simples, o famoso prato “*Amêijoas à Bulhão Pato*”.

Da Quinta da Torre a Porto Brandão e à Trafaria são dois passos. E em Porto Brandão, mais propriamente na Torre Velha, esteve preso D. Francisco Manuel de Melo que, durante o ano de 1650, aí escreveu a *Carta de Guia de Casados*, a sua obra mais conhecida.

E na Trafaria gozavam férias regularmente Ramalho Ortigão, que foi jornalista, e professor e amigo de Eça de Queirós, com quem escreveu *Os Mistérios da Estrada de Sintra* e *As Farpas*, e também Raul Brandão, que foi militar de carreira e deixou uma vasta obra publicada, nomeadamente na área dos livros de viagens. E, ainda João de Deus, o celebrado autor da *Cartilha Maternal*, que foi poeta, pedagogo,

jornalista e deputado e que durante algum tempo viveu na Quinta da Graciosa, no sítio do Areeiro às Casas Velhas.

Finalmente, voltemos aos Távoras, àqueles parentes da Marquesa de Alorna que, na Caparica, tiveram largo senhorio e que às letras igualmente se entregaram. E foram eles Álvaro Pires de Távora e seu filho Lourenço Pires de Távora, o mais brilhante diplomata do século XVI e Conselheiro de Estado durante os reinados de D. João III, regência de D. Catarina e D. Sebastião. E, que, num lugar próximo da Vila Velha, fundou em 1558 o Convento de Nossa Senhora da Conceição, que os almadenses sempre chamaram dos Capuchos, e onde se encontra sepultado.

Actualmente propriedade do município, o Convento dos Capuchos, para além de possuir o melhor miradouro sobre a cidade da Costa de Caparica e das suas praias, donde se obtém uma vista deslumbrante, é hoje o local de eleição para o já famoso Festival de Música dos Capuchos.

Está quase a terminar o nosso itinerário. Porém, antes de acabarmos, subamos à Aroeira, que foi dos Fronteiras e dos Alornas, e demos ainda um salto à Sobreda de Caparica. Sobreda, assim designada pela grande abundância de sobreiros e que já era referida como “suvereda” por Fernão Lopes, que aqui teve um aforamento, bem como um outro, de pinhal, em Vale Figueira, mais tarde reconfirmados aos seus herdeiros pela albergaria de São Lázaro. Contudo, a construção mais notável da Sobreda que quero mostrar-vos é o conhecido Solar dos Zagalos, hoje património camarário aberto à população e palco de diversas atividades de índole cultural.

Depois, sigamos pelo Feijó, onde a Marquesa de Alorna tinha uma outra quinta chamada Castanheiro e onde se ergue hoje, em instalações modelares, a Biblioteca José Saramago, o único Prémio Nobel português. Uma paragem nesse local de convívio diário com as letras, após o que podemos descer pelas Barrocas, evitando deste modo o Alfeite, assim designado desde o século XII, que foi propriedade realenga, mais tarde integrada na Casa do Infantado, e onde, a partir de 1936, se construiu a Escola Naval e o Arsenal da Marinha.

E, de novo, já perto do Tejo, na Cova da Piedade, entremos na Quinta dos Frades, que é actualmente o Museu da Cidade e que foi propriedade de Maria da Encarnação Jorge, vulgo D. Mariquinhas, tia do médico Mário Pereira Laje, terceiro marido de Florbela Espanca, a sofrida poeta de *Charneca em Flor*, que, até 1930, ano da sua morte, aqui costumava passar largas temporadas.

E já a meia encosta, retornando a Almada pelo lado sul, podemos visitar o novel Teatro Municipal de Almada, um dos teatros mais bem equipados do país, por motivos óbvios também conhecido por Teatro Azul, onde, sob a direcção de Joaquim

Benite, têm sido levadas à cena as peças mais conhecidas da dramaturgia nacional e internacional. E aqui, anualmente, tem palco principal o Festival de Teatro de Almada.

E é na Rua Francisco Xavier de Noronha, na Biblioteca Municipal, inserida no Fórum Romeu Correia, cujo nome recorda e homenageia o maior dramaturgo almadense de todos os tempos, o conhecido autor de *Trapo Azul* e *Uma Abelha na Chuva*, que iremos terminar o nosso itinerário literário. Aqui, onde anualmente são entregues os três prémios literários com que a Câmara Municipal de Almada premeia os criadores literários. E são eles, o Prémio Literário Cidade de Almada, um dos mais prestigiados do país, destinado a todos os escritores e poetas de língua portuguesa; o Prémio Poesia e Ficção de Almada, destinado aos autores almadenses, nascidos, residentes ou que no concelho trabalhem; e o Prémio Maria Rosa Colaço, para a literatura infanto-juvenil. Mais uma ilustre almadense que, às crianças, como professora, jornalista, poeta e escritora de rara sensibilidade, dedicou o seu enorme talento.

Chegados ao fim, fazemos votos para que esta despreziosa viagem pelos velhos caminhos da história e da literatura almadenses vos possa sensibilizar e despertar para uma outra viagem mais robusta e mais profícua que possa contemplar, no velho continente e nesta margem do estuário do Tejo, estes e outros autores almadenses de que não tivemos tempo de falar, como Alexandre Castanheira, António Soares Albergaria, Bernardo Francisco da Costa, Conde dos Arcos, D. Francisco de Noronha, D. João de Castro, Elias Garcia, Fernanda de Castro, Fernando Barão, Fernando Fitas, José Cardoso Pires, Luísa Costa Gomes, Mário Bento, Modesto Navarro, Norberto de Araújo, Teresa Rita Lopes, Virgínia Rau, Virgílio Martinho e tantos mais, que fizeram de Almada e do seu concelho local privilegiado de inspiração e escrita. E ainda D. Leonor de Mascarenhas, almadense, poeta e latinista e uma das mulheres mais eruditas do seu tempo, que foi a musa inspiradora de *Menina e Moça*, do alentejano Bernardim Ribeiro, obra única no panorama literário português que, só por si, seria suficiente para imortalizar o seu autor.

Se ao menos um de vós acudir ao meu chamamento esta jornada já terá valido a pena.

Muito obrigado a todos.
Saudações literárias.



UM POEMA, DUAS VIAGENS: dicção e contradicção n'Os Lusíadas

LUÍZA NÓBREGA

Falar d' *Os Lusíadas* ao fim duma tarde em que se encerra um colóquio, e em exíguos quinze minutos, constitui sem dúvida um desafio. Parodiando o que nos disse, citando Amália, o Tiago Torres da Silva – *cantar ou é muito fácil ou é impossível* – só posso dizer: falar hoje, aqui, d' *Os Lusíadas*, será muito difícil, mas terá que ser possível. Para tanto, será indispensável imprimir velocidade à leitura, e rogar aos presentes a benevolência de me acompanharem nessa maratona.

Ao longo de quatro séculos, a tradição crítica – inadvertida ou advertidamente deslembada dos exaustivos *Comentários* de Faria e Sousa – definiu *Os Lusíadas* como o canto épico dos descobrimentos marítimos portugueses. Tal definição implicou a leitura restritiva da obra monumental, fixada ao seu plano mais epidérmico, ou seja: a narrativa da viagem descobridora de Vasco da Gama, secundada por outros correlatos feitos históricos, aos quais se associavam, nos rodapés, curiosidades de ordem geográfica, botânica, bélica, heráldica, mítica, astrológica e astronómica.

Até mesmo as tramas mítica e astrológica eram explicadas como demonstrações eruditas de função meramente retórica, destinadas apenas a embelezar o estilo, sem que se percebesse a função metafórica e implicativa que ali desempenham, como portadoras de mensagens dissidentes codificadas.

E ainda que a própria tradição crítica, não logrando inteiro sucesso em sua interpretação superficial, demonstrasse desconcerto ante o que considerava

incongruentes e inexplicáveis dissonâncias no coro encomiástico, resolvia o impasse lançando à sombra tudo aquilo que parecia contradizer a univocidade do discurso. A única exceção era o velho que surge ao fim do Canto IV, designado pela tradição como o Velho do Restelo.

Contra essa posição restritiva investiu Jorge de Sena, inaugurando, ainda na década de 40 do século XX, a nova vertente crítica de Camões e d'*Os Lusíadas*. Em seus estudos pioneiros, que trouxeram à pauta um Camões bem diferente daquela efígie fidalga cultivada pela tradição crítica, Sena apontou o cerne da questão, postulando teses expressas em frases categóricas:

De Os Lusíadas tem-se estudado tudo: a fauna, a flora, a astronomia, a geologia, e, vastamente, as “fontes”... a questão que nos ocupa é muito diversa. Em primeira análise, atentemos em como Os Lusíadas estão construídos, para verificarmos que são, não só um prodígio de arte narrativa, como um prodígio de arquitectura significativa.

Tratava-se de um salto qualitativo, que revolucionava o estudo d'*Os Lusíadas*, ao propor como tarefa basilar aos seus estudiosos ultrapassarem a horizontal diegética, ou seja, sua linha narrativa, e acessarem as camadas mais profundas de sua vertical rítmico-semântica. Em outras palavras, tratava-se de ler *Os Lusíadas* como poema, dotado de estrutura muito mais ampla, mais vasta, mais complexa e mais profunda que uma simples narrativa épica de viagens marítimas descobridoras. Depois do apelo de Sena, estudar *Os Lusíadas* exigia a observação atenta de seu enunciado e de sua enunciação, o que Eduardo Lourenço, um dos representantes da nova vertente crítica camoniana, expressou nestes termos: “se é fácil falar daquilo de que *Os Lusíadas* falam, já o é menos falar daquilo que são, pois eles não são aquilo de que falam, mas a maneira como disso falam.”³²

Aquilo de que *Os Lusíadas* fala constitui o seu enunciado. O como disso fala constitui a sua enunciação. Mas a tradição crítica, despercebendo inteiramente a enunciação, percebeu apenas parcialmente o enunciado. E uma leitura atenta destes dois planos nos revela que *Os Lusíadas* atravessou os séculos como uma obra desconhecida. Estudando-se *Os Lusíadas* a fundo, usando-se para isto as necessárias ferramentas teóricas, percebe-se que, longe de estarmos ante uma obra petrificada,

³² Id. p. 97.

cujo sentido já foi há séculos estabelecido, estamos ante um poema gigantesco, ainda repleto de revelações que se nos oferecem em descobertas surpreendentes.

Poucos leitores sabem, por exemplo, que, de início, o poema não se intitulava *Os Lusíadas*, e sim *As Lusíadas*, ou simplesmente *Lusíadas*, referindo-se, não aos barões assinalados e sim às estâncias que cantavam Luso, o filho de Baco e fundador mítico da Lusitânia, e seus descendentes, os Lusíadas; e que, assim sendo, Lusíadas não significa propriamente portugueses, e sim um segmento específico de portugueses, os descendentes de Luso, o que implica a filiação a uma vertente ideológica à qual a figura mítica de Baco, secundada pelo seu cortejo dionisíaco, serve de ícone simbólico; o que se confirma com o fato, também ignorado pela maioria dos leitores, de ter *Os Lusíadas* atendido ao duplo e insistente apelo de humanistas luso-italianos para que se compusessem um épico dos descobrimentos portugueses e um canto renascentista de louvor a Baco, o deus decantado pela antiga tradição.

Mas isto ainda é pouco. O manancial de descobertas e revelações que meu estudo franqueou extravasou das quinhentas páginas de uma tese - defendida em 2001, e depois publicada em livro, em 2008 - para outros diversos estudos que venho publicando há alguns anos. Obviamente, dada a exiguidade do tempo disponível, nem um décimo do que demonstrei nestes referidos estudos poderia ser aqui abordado. Para que se tenha uma ideia do que afirmo, apenas com relação ao Velho dito do Restelo, a análise semântica que empreendi do texto d' *Os Lusíadas* revelou que esse Velho do Canto IV, designado por Camões como *Velho de aspecto venerando*, é na verdade apenas uma das figurações de um *velho venerando* recorrente ao longo de vários outros trechos do poema, nas figuras personificadas dos rios Ganges e Indo, e na do próprio Luso, todas sintagmas convergentes no paradigma que remete o poema ao campo semântico trágico-lírico, de que Baco, enquanto *persona* do poeta, é a máxima representação.

Para uma comunicação breve como será esta, abordarei apenas – e com a inevitável ligeireza – uma incidência que, para além de sobressair quando se estuda *Os Lusíadas* como poema, constitui o eixo central de sua configuração poética e remete ao âmago de seu sentido.

A incidência a que me refiro é a de um propósito que não apenas difere como até se contrapõe ao intuito declarado nas duas estâncias iniciais de sua proposição: *As armas e os barões assinalados... Cantando espalharei por toda parte...* A este discurso que contradita a dicção épica, chamei contradicção d' *Os Lusíadas*, e explorei-o até o ponto em que nos revela, sob a camada épica epidérmica da narrativa, uma profundidade trágico-lírica subjacente, cujas irrupções intermitentes no fio discursivo provocam as

já referidas dissonâncias, numa ambiguidade que foi resumida por Eduardo Lourenço nesta sentença lapidar: “Já se viu um poema ‘épico’ assim tão triste, tão heroicamente triste, ou tristemente heróico, simultaneamente sinfonia e réquiem?”³³

Esta ambígua coexistência de dicção e contradicção deve-se a uma providencial conjugação de fatores genéticos e semânticos convergentes, indicativos de ambivalência e dissimulação, tais como a dissidência que o poeta foi obrigado a dissimular perante a censura da Inquisição; e, principalmente, o sentimento de revolta e o desejo de vingança que ele experimentava em decorrência daquilo que chamava *o injusto mando executado*, ou seja: sua exclusão, prisão e exílio forçado, de Lisboa para a Índia, onde viveu quase dezessete anos. Camões, poeta lírico de biografia trágica, vivida num momento histórico nacional trágico, forçou a barra, como vulgarmente se diz, compondo um canto de celebração dos feitos lusitanos. Felizmente, teve êxito na composição, mas apenas porque o poema resultou híbrido, misto de épico e trágico-lírico. Foi justamente essa conjugação de opostos que produziu sua singularidade portentosa. Se assim não fosse, teria resultado numa crónica rimada, como sucedeu com as tentativas épicas de alguns dos seus contemporâneos.

Jorge de Sena tinha consciência desta ambiguidade d’*Os Lusíadas*, que atribuía à coexistência do declarado propósito épico laudatório com intenções mais íntimas, de carácter dissonante. Na conferência publicada em *Visages de Luís de Camões* - um conjunto de textos reunidos pelo Centro Cultural Português de Paris - afirmava que seu livro *A Estrutura de Os Lusíadas* fora consagrado à procura das *intenções profundas* do poeta no poema, pois estudar a estrutura rítmico-semântica d’*Os Lusíadas* nos levaria a acessar as *intenções íntimas* de seu autor. E, explicando o carácter daquelas *intenções profundas*, sentenciava: “as intenções do autor iam muito além do desejo de celebrar a história de Portugal (como queria a tradição)”³⁴.

Pioneiro também da nova crítica, António José Saraiva convergiu com Sena quanto à existência de um propósito mais íntimo n’*Os Lusíadas*. Referindo-se ao anseio nacional, defendido pela vertente humanística, de composição do épico dos descobrimentos portugueses, o lúcido camoniano afirmava:

Camões propõe-se realizar a empresa desejada por Ângelo Poliziano, por João de Barros e por António Ferreira: dotar o mundo moderno com uma réplica dos poemas épicos antigos; dar aos feitos dos Portugueses uma categoria universal; enobrecer a

³³ LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: D. Quixote, 1988, p. 20.

³⁴ Id. p. 147-48.

língua com a realização nela do gênero considerado máximo. Estas são as intenções declaradas d' Os Lusíadas, mas, naturalmente, não esgotam o seu significado.

Está aqui expressa a coexistência de dois níveis de propósito no poema: o das *intenções declaradas* pelo poeta e o das suas intenções ocultas.

Mas é o próprio Camões quem nos dá a chave da ambivalência de propósitos que mina a univocidade do sentido d' *Os Lusíadas*. Esta chave preciosa encontra-se no seguinte trecho da carta que ele escreve em Ceuta:

Grande trabalho é querer fazer alegre rosto quando o coração está triste; pano é que não toma nunca bem esta tinta... Ainda que, para viver no mundo, me debruo de outro pano, por não parecer coruja entre pardais, fazendo-me um para ser outro, sendo outro para ser um; mas a dor dissimulada dará seu fruto; que a tristeza no coração é como a traça no pano.

Confessada a dissimulação num brilhante complexo metafórico, o poeta lucidamente observa que o fingimento não se sustentará. E é certamente implicativo que a metáfora central escolhida seja a do *pano* para o rosto do poeta, tingido em cores de alegria que não se sustentam; e da *traça* para a tristeza que ele guarda no coração e acaba por roer-lhe o *pano* do rosto. Ora, a conclusão em traça-tristeza que rói o pano-rosto solitário fingidamente tingido de gregária alegria, juntamente com a afirmação *mas a dor dissimulada dará seu fruto, que a tristeza no coração é como a traça no pano*, prestam-se magnificamente como metáfora da contradição desconstrutiva d' *Os Lusíadas*, obra que seria o fruto de uma dor trágico-lírica dissimulada em canto épico. Este trecho de carta do poeta nos dá a chave para entender *Os Lusíadas* como tecido estriado pelo trabalho de uma “traça-dor”; uma traça trágico-lírica que lhe vai esgarçando, ou mesmo rompendo, ao longo das estâncias, o fio discursivo, nele instaurando as estranhas dissonâncias dos excursos em que a voz do poeta emite contundentes e revoltosos desabafos, até o ponto em que o canto é arrastado ao naufrágio, e o poeta diz a Calíope: *Nô mais, musa, nô mais, que a lira tenho Destemperada, e a voz enrouquecida.*

E a implicação mais interna e profunda de tal formidável incidência, reiterando-se em diversos aspetos e planos da obra, e definindo-se, em última instância, como um caráter trágico-lírico d' *Os Lusíadas* em sua profundidade, tem na presença de Baco no poema – ao contrário da de um rancoroso e vil opositor vencido, como estabeleceu a tradição crítica – a de uma figura-chave, que desempenha n' *Os Lusíadas* um conjunto de funções decisivas e essenciais, porque estão no cerne do sentido

do poema. Sob a égide do deus que, como o poeta, foi perseguido e proscrito, e transitou entre Ocidente e Oriente, a viagem d'*Os Lusíadas* ganha um sentido surpreendente, do qual a tradição crítica, ofuscada pela fixação numa interpretação ideológica expansionista, nunca teve o mais leve vislumbre.

À guisa de exemplo dos pontos cegos da crítica, pelos quais se lançaram à sombra índices textuais da mais alta relevância para a identificação do sentido d'*Os Lusíadas*, lembrarei um trecho crítico, que envolve justamente a figura de Baco, e se dá desde as últimas estâncias do Canto VII às primeiras do VIII, quando irrompe uma brusca interrupção excursiva no fio discursivo, cuja estranheza só não nos causa tanto espanto quanto nos causa ter ela sido despercebida ao longo de centenas de anos.

O trecho se inicia quando o *Catual*, alto dignitário hindu, *alça-se em pé*, ao lado dos chefes Lusíadas, Nicolau Coelho e Paulo da Gama, e do *Monçaide*, intérprete do encontro no qual são mutuamente apresentadas as divisas históricas das duas nações e culturas. Citando aqui textualmente o trecho: o Catual põe os olhos *no bélico trasunto De um velho branco, aspeito venerando, Cujo nome não pode ser defunto Enquanto houver no mundo trato humano*. Este velho é Luso, o patriarca mítico da Lusitânia e dos Lusíadas, que, como já foi dito anteriormente, é uma das figurações do recorrente *velho venerando*, aqui apresentado como um grego, pois o penúltimo verso da estância diz: *No traje a grega usança está perfeita*. O mais implicativo, porém, é o que diz o último verso, que lhe põe na mão, ao invés de cetro, um distintivo: *Um ramo, por insígnia, na direita*. Que ramo será este, e qual sua implicação para o sentido profundo d'*Os Lusíadas*?

Isto se passa na estrofe 77 do Canto VII, e é de perguntar se o episódio dá-se no fim do Canto ou se, pelo contrário, é ele que faz o Canto subitamente concluir-se. Pois na estrofe seguinte, logo ao primeiro verso, a narrativa será interrompida, e o discurso rompido por um excurso que, além de contundente, é revelador, mostrando sua irrupção a estranheza de um lapso onde se explicita o propósito mais íntimo d'*Os Lusíadas*. Considero, por isto - entre as estrofes que chamo críticas, n'*Os Lusíadas* - a 78 do Canto VII a mais crítica de todas. Vamos à estrofe 78, que inicia a interrupção:

*Um ramo na mão tinha... Mas, ó cego,
Eu, que cometo, insano e temerário,
Sem vós, Ninfas do Tejo e do Mondego,
Por caminho tão árduo, longo e vário!
Vosso favor invoco, que navego*

*Por alto mar, com vento tão contrário,
Que, se não me ajudais, hei grande medo
Que o meu fraco batel se alague cedo.*

Note-se que a estrofe 77 se conclui com o verso: *Um ramo por insígnia na direita*; e que a 78 se inicia com a reafirmação: *Um ramo na mão tinha*. Note-se, a seguir, que depois da repetição surge uma reticência, a qual abre um abismo que torna indisfarçável a ruptura do discurso narrativo, cujo sujeito se refere à viagem pretérita de Gama, e a irrupção do desabafo excursivo do poeta, que diz da sua própria saga. A partir daí, tomando por confidentes as metafóricas *Ninfas do Tejo e do Mondego*, ele desenrola, até a estância 87, que conclui o sétimo Canto, um libelo revoltoso contra as injustiças que lhe foram infligidas pelos poderosos. Ao retomar a narrativa, no ponto em que o *Catual* observava a primeira figura da galeria de heróis Lusíadas, a ele apresentada por Paulo da Gama, o narrador revela, nas duas primeiras estrofes do Canto VIII, que a figura é Luso:

*Na primeira figura se detinha
O Catual, que vira estar pintada,
Que por divisa um ramo na mão tinha,
A barba branca, longa e penteada.
(...)
Este que vês, é Luso, donde a Fama
O nosso Reino Lusitânia chama.*

Mas não será apenas esta a revelação. Na estrofe seguinte explicita-se, por trás de Luso, o seu ascendente, que, aqui designado pelo seu epíteto *Tebano*, outro não é senão o mesmo *Baco irado* opositor da viagem lusíada:

*Foi filho e companheiro do Tebano
Que tão diversas partes conquistou;*

E a estrofe 4, trazendo outra vez à pauta o ramo, cuja aparição desencadeara o crítico e implicativo excursão, revela inequivocamente o que está em causa:

*O ramo que lhe vês, pera divisa,
O verde tirso foi, de Baco usado,
O qual à nossa idade amostra e avisa*

Que foi seu companheiro e filho amado.

Aqui já não se trata de entrelinhas. As linhas são explícitas ao revelar que o tirso, insígnia simbólica de Baco, é o cetro empunhado pelo seu filho, o fundador da Lusitânia; e, mais que isto, ao afirmar que este distintivo simbólico deve lembrar aos portugueses contemporâneos sua origem mítica ancestral, da qual estão esquecidos. O que isto implica é por demais complexo para ser aqui devidamente explicado, pois nos obrigaria a uma mais longa e dupla digressão, tanto pelo contexto d' *Os Lusíadas*, levando-nos à Índia portuguesa dos anos em que Camões lá viveu; quanto pelo seu intertexto, levando-nos à vertente dionisíaca iniciada com os poetas greco-latinos e fielmente praticada pelos humanistas luso-italianos, tradição que usava a figura do deus como signo metafórico cifrado de uma dissidência ideológica, de oposição ao avanço da civilização mercantil sobre a vida campestre, bucólica, o que Camões, no Canto I, estância 6, d' *Os Lusíadas*, poeticamente definirá como *Lusitana antiga liberdade*. Observe-se aqui apenas que este é um dos trechos nos quais se denuncia, n' *Os Lusíadas*, a identificação de Camões com Luso e, principalmente, com Baco, *persona* do sujeito poético e solista do coro contraditório cujo regente é o próprio poeta.

Mas, para que dúvida não haja sobre a identificação do poeta com Baco, e da função estratégica desempenhada por este, subliminarmente, n' *Os Lusíadas*, como porta-voz da dissidência que contradita o discurso épico, comparem-se a seguir os versos da estância 81 do Canto VII d' *Os Lusíadas* - que está no meio do referido excursão - a um trecho das Oitavas dedicadas por Camões ao Vice-Rei da Índia, D. Constantino de Bragança.

A estância 81 do Canto VII:

*E ainda, Ninfas minhas, não bastava
Que tamanhas misérias me cercassem,
Senão que aqueles que eu cantando andava
Tal prêmio de meus versos me tornassem:
A troco dos descansos que esperava,
Das capelas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram!*

E a estrofe das Oitavas a D. Constantino:

*Rómulo, Baco e outros que alcançaram
Nomes de semi-deuses soberanos,
Enquanto pelo mundo exercitaram
Altos feitos, e quase mais que humanos,
Com justíssima causa se queixaram
Que não lhe responderam os mundanos
Favores do rumor, justos e iguais
A seus merecimentos imortais.*

Para encerrar esta breve comunicação, voltemos à já citada sentença de Eduardo Lourenço: “se é fácil falar daquilo de que *Os Lusíadas* falam, já o é menos falar daquilo que são, pois eles não são aquilo de que falam, mas a maneira como disso falam.” Voltemos a esta frase para indagar: como é que *Os Lusíadas* fala da viagem de Gama, esta mais superficial camada do enunciado que ofuscou a tradição crítica, impedindo-a de perceber outros ângulos e aspetos do enunciado e levando-a a desperceber por completo a enunciação d’ *Os Lusíadas*?

Já António José Saraiva e Jorge de Sena demonstravam – antes que o fizessem outros novos camonianos, como Eduardo Lourenço, Stephen Reckert, Vasco Graça Moura e Fernando Gil - que a narrativa d’ *Os Lusíadas* é na verdade um fio duplo, pois, juntamente com a saga pretérita, a viagem do Gama, transcorrida num passado anterior ao tempo histórico de Camões, veicula-se outra viagem, esta atual, contemporânea do poeta. Quando lido *Os Lusíadas* como poema, a viagem que nele se inscreve só aparentemente é uma viagem épica de barões navegantes. Vista em profundidade, é a viagem experimentada e poetizada por Camões, vincada pela afirmação dissimulada de uma dissidência ideológica partilhada com seus pares, e por seus trágico-líricos sentimentos pessoais de revolta e indignação.

Camões propôs-se cantar epicamente os feitos dos barões, e para isto rogou inspiração e força à musa Calíope, mas obstáculos se ergueram à consumação do canto, e as forças declinaram, como o próprio poeta diz, nos versos magistrais das estâncias 8 e 9 do décimo Canto:

*Aqui, minha Calíope, te invoco
Neste trabalho extremo, por que em pago
Me tornes do que escrevo, e em vão pretendo,
O gosto de escrever, que vou perdendo.*

*Vão os anos descendo, e já do Estio
Há pouco que passar até o Outono;
A Fortuna me fez o engenho frio,
Do qual já não me jacto nem me abono;
Os desgostos me vão levando ao rio
Do negro esquecimento e eterno sono.
Mas tu me dá que cumpra, ó grão rainha
Das Musas, co que quero à nação minha.*

Ouviu-lhe a musa épica a última invocação e lhe concedeu um derradeiro empréstimo de ânimo eloquente, a *fúria grande e sonora* suplicada ao início do primeiro Canto. Ânimo que, contudo, arrefecerá no conclusivo *Nô mais, Musa, nô mais*, proferido com *voz enrouquecida* que nos dá conta do épico naufrago, submerso, na altura das estâncias 127 e 128 do Canto X, no *plácido e brando regaço* das águas orientais. Tempo houve para concluir-se o poema e sua viagem. Que, contudo, pretendendo-se canto de navegação épica, modificou-se em trágica submersão.



NÍSIA FLORESTA E A LITERATURA

MÁRCIO DE LIMA DANTAS

Para Zelma, guardiã de Nísia

Em agosto de 1856, Nísia Floresta, com 46 anos, empreende, junto com sua filha Lúvia, uma viagem por uma região chamada por ela de “velha e poética Germânia”. A escritora, com as impressões desta estadia, em todo seu vigor físico e maturidade intelectual, publica um livro em francês intitulado *Itinéraire d’un Voyage en Allemagne* (Itinerário de uma viagem à Alemanha. Trad. Francisco das Chagas Pereira, Natal: EDUFRN, 1982).

O livro organizado em forma de epístolas e diário resguarda forte poder evocativo das paisagens, castelos, cemitérios, estátuas, ferrovias e museus visitados por uma senhora poliglota e detentora de grande distanciamento crítico com relação aos objetos, história e fenômenos que vão se apresentando à sua vista. Polidez e requinte é o que não falta a Nísia, inclusive no registro linguístico nervoso de alguém que parece não permitir a Cronos devorar as lembranças, eivadas de *pathos*, provindas durante uma viagem deliberadamente planejada, bem ao estilo europeu.

Os textos são direcionados àqueles que permaneceram no Brasil, habitantes do espírito da escritora: seu filho, sua irmã, seus irmãos. O gênero epistolografia não é novidade no vernáculo, lembremos de Pe. Antônio Vieira, Sórora Mariana Alcoforado, Mário de Andrade e a correspondência entre Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, todos produziram grande quantidade de cartas nas quais não apenas

discorriam acerca de temas íntimos, mas versavam sobre filosofia, religião, poética ou algo mais pontual, como uma viagem ou assuntos ordinários, por exemplo. No que concerne ao género diário, Nísia parece se enquadrar no modo “diário íntimo”, que se caracteriza por ser o registo de acontecimentos sucedidos no arco de um dia.

Dito isso, vejamos como a nossa feminista *avant la lettre* plasmou suas impressões sobre uma das suas mais importantes viagens. Nísia não viajava como turista, mas como uma viajante intelectualizada, espécie de arqueóloga do mundo das ideias e da história, permitindo-se uma curiosa liberdade de aprofundar conhecimentos sobre o que contemplava, tocava e sentia, proclamando, via escritura, seus pontos de vista plenos de acuidade e sede de saber mais.

Detentora de uma prosa ágil, precisa e arguta, escoreita, plena de encadeamentos discursivos e lógicos, como se fosse uma cientista das ciências naturais a descrever um objeto, Mme. Floresta A. Brasileira consegue impregnar dois géneros caracterizados universalmente pela ausência de intermediação. Pelo menos pretendem entre sentimento e escritura, a epístola e o diário, com um tónus poético de grande intensidade imagética, haja em vista a quantidade e qualidade das metáforas empregadas para dar conta dos lugares que visitava. Quero dizer com isso que a memória, lastro no qual se constrói o texto literário, numa equação que é mais ou menos esta: o concreto vivido deposita-se na memória como representação para, finalmente, o escritor erguer os pilares do discurso literário, portanto é necessário sempre a intermediação da deusa Mnemósine, mãe das musas, como etapa para a consecução do objeto artístico.

Com efeito, Nísia consegue deixar transparecer todo esse processo, numa atitude metalinguística de quem revela os meios e marcas de alguém consciente do ofício de escrever como algo que se encontra em um lugar para além do tangível a que chamamos de realidade. Tenho para mim que uma certa pressa em redigir as cartas e os diários a seus entes queridos funciona como espécie de atitude distanciada face a reelaboração dos eventos acontecidos em um dia, muitas vezes escreve a altas horas da noite, encerrando a jornada, como se sentisse alívio por um dever cumprido.

Destarte, o cansaço é apreendido como dádiva para afugentar as sombras e as tristezas da saudade advinda do aniversário de um ano de morte da sua mãe, bem como as lembranças de pessoas caras que se encontram distantes. No fundo, a escritora parece reter uma ansiedade com relação ao *tempus fugit* ou a marcha inexorável para a morte, na medida em que busca, por meio da escritura, cristalizar o vivido junto a sua filha Lívia.

Ora, desde sempre a arte funcionou como triunfo de alguns indivíduos sobre o poder destrutivo da morte, espécie de artifício para ludibriar o fato de sermos

morituros, como se o sofrimento provindo da condição humana de sencientes não pudesse ficar impune, transformados que são em objetos de apreciação estética. E em assim sendo, uma experiência singular, dotada de inúmeras particularidades vem a ser algo universal, na medida em que os homens não somente são munidos de faculdade assemelhadas, mas também possuem traços arquetipais que os nivelam, por assim dizer, como capazes de formular as mesmas fábulas a partir de elementos previamente existentes em toda e qualquer cultura.

Voltemos nosso olhar, ainda, para Nísia Floresta. Vejamos um trecho do livro: “As águas deste rio, rolando no silêncio da noite, são um espetáculo melancolicamente poético. Fiquei algum tempo em profunda contemplação das coisas passadas e das presentes” (p.71). Bem claro que o gênero lírico, com seus paradigmas enformadores de metáforas, suplanta qualquer outro gênero. Era de se esperar que traços do épico, com sua denotação e metonímias achegassem ao texto com mais precisão e impusessem seu julgo sintático de encadeamento lógico-discursivo, contudo, não é o que sucede.

Com efeito, a apresentação, por meio da *mímeses* calcada na vida interior da mulher de Papary, por meio das suas paixões, do caráter profundamente literário, seu comportamento livresco e ilustrado, engendra um texto no qual a função poética da linguagem busca sobrepujar a função denotativa, enformando uma escritura no qual se mesclam de maneira natural e elegante a poesia e a prosa. Em suma, tanto as cartas quanto as notas para um eventual diário são de uma beleza plástica ímpar, pois a *mathésis* e a *mímeses* estão soldadas de tal maneira a construir um texto de rara fatura, uma *semioses* no qual o signo literário está contaminado pelo conhecimento histórico, pelo discernimento estético e pela requintada escrita. Nísia nada fica a dever a ninguém porque é cultivadora da arte do bem escrever.

Refoge “aos olhares patriarcais que as visualizam somente como objetos sexuais” e falocêntrico; rejeitou o papel de rainha do lar: as funções de mãe esposa e dona de casa.

Nísia é “sujeito desestabilizador”, pois seu comportamento independente encontra-se na fronteira de dois gêneros

Quanto às condições históricas nas quais o livro veio a lume, não podemos esquecer o regime escritural do tempo: o Romantismo, com seu forte pendor a sagrar o subjetivismo como a nova comarca da literatura, até então dominada pelos preceitos universalistas da tradição clássica. Eis que o mundo interior, os preceitos do sonho, enfim, a subjetividade do escritor, passam a protagonistas da cena dos modos de representar a realidade, formatados que são nos inúmeros gêneros que a Literatura manuseia. Muito do que o Romantismo propugnou encontrar-

se dissolvido nas entrelinhas do texto de Nísia, tais como: culto ao nacionalismo (Alemão), elementos conformadores de uma nacionalidade (elogio a Carlos Magno e outros que edificaram a moderna Alemanha), interesse pela Idade Média (visita a ruínas, abadias, catedrais, cemitérios), sacrifício e sangue de muitos pelo seu povo (visita a túmulos de poetas, sábios, estudiosos das ciências naturais).

Outro componente integrante do Romantismo diz respeito ao culto à natureza. Os românticos enfatizam a oposição entre natureza e cidade, como se, ao supervalorizar aquela, como lugar de fuga e refúgio, conferissem às cidades o caráter de lugar contaminado pelos vícios humanos. É o que ficou conhecido como *locus amenus*. Toda a viagem de Nísia pela Alemanha é pontuada pelo ensejo de valorizar a natureza, os parques floridos, as ruínas em detrimento da cidade, detendo-se em cada detalhe, numa ânsia de nada perder, chega a afirmar: “Como as cidades me interessam menos que as ruínas e as paisagens das margens do Reno...” (p.48).

Quem sabe possamos dar conta desse entusiasmo pela profunda meditação quando se detém sobre o rio Reno, descrevendo o seu entorno quando de um crepúsculo chuvoso:

O sol, prestes a desaparecer no ocidente, doura o cume das montanhas, encimadas de velhos e magníficos castelos ou de ruínas. Grossa chuva cai, neste momento, nas águas do Reno, sem nos disfarçar os raios do sol. Que espetáculo soberbo produzido por este fenômeno! Como a alma se eleva às regiões desconhecidas, em que brilha este astro, entre essas duas cadeias de montanhas, entre essas duas margens ataviadas de mil belezas, sobre as águas que o barco sulca com rapidez, impulsionado pelo vapor. (p.50)

De espírito vivo e perspicaz, Nísia não deixa nada passar à sua frente sem que trace um perfil etnográfico dotado de criticidade e análise, cotejando os costumes que vigoram no país que visita. Se compara o espírito oportunista do parisiense, que procura tirar proveito do estrangeiro ou de quem se aproxime dele, contrastando com a inexistência desse traço no *ethos* teutónico, também compara a prática da liturgia católica no Brasil, desprovida de contrição, com a maneira como se participa do ofício numa igreja em Heidelberg, por exemplo.

Há um outro aspeto bastante interessante na escritura de Nísia. É a quantidade de tiradas filosóficas e máximas enxertadas no seu livro, conduzindo-nos a refletir sobre a condição humana, tendo como olhar um espírito desconstruidor do *modus vivendi*, do feitio que, ao invés de ser compreendido como produto histórico, é tido como natural

ou inerente ao comportamento dos homens em sociedade. Só alguns exemplos: “... as duas grandes virtudes que mais elevam o coração do homem: a generosidade e o reconhecimento”; “... os homens não têm pressa em reconhecer o verdadeiro mérito...”; “Não se abusa impunemente das forças físicas que a boa natureza nos deu”; “Não será a espada, mas o amor que regenerará o homem.”; “... em uma sociedade onde o pedantismo e as nulidades em mérito real sabem, melhor que os gênios, brilhar...”

Nísia, como cronologicamente integrante do movimento Romântico no Brasil, encontra-se impregnada pelo mesmo ar do tempo que possibilitou não somente às produções românticas os seus ostensivos traços de rupturas para com a tradição clássica, que nunca deixara de obcecar os escritores, sendo o movimento *Árcade*, o estilo histórico mais próximo no tempo, anterior ao Romantismo, o melhor exemplo de vinculações para com o legado greco-latino.

Não podemos esquecer a importância do Romantismo, visto que, ao proclamar a liberdade de criação, com seu apelo ao subjetivismo, já estava anunciando as veredas da modernidade, no qual a literatura não estaria mais presa a um cânone ou formas e ditames pré-estabelecidos para a arte de representar estados de alma, fenômenos ou paisagens.

Para encerrar, há muito que ainda dizer sobre Nísia Floresta, polígrafa dotada de uma mundividência que a fez dedicar toda uma vida à arte de escrever, de viajar, apreciar a arte e conviver com as pessoas, para além de preconceitos que julgam as gentes por seu conhecimento *livresco*. Essa mulher, dotada de uma sensibilidade ímpar, registrou tudo o que viu, contemplou e estabeleceu juízo de valor sobre o que se apresentou à sua frente, quer seja das coisas humanas, numa etnografia arguta, quer seja do âmbito da arte, reconhecendo e proferindo relações acerca de um objeto de arte isolado, detectando, por meio de categoria da teoria da arte, a qual ou tal movimento pertenceria um fenômeno.

Enfim, os livros nos quais formatou suas impressões, com forte pendor ao subjetivismo, apesar de toda sua obra ser marcada por um caráter ensaístico, ou seja uma tendência a atribuir um cariz subjetivo à realidade e aos juízos de valor acerca do que se apresenta à sua frente, o que já conduz a uma expectativa da expressão de uma subjetividade, são: *Itinéraire d'un Voyage en Allemagne* (1857), *Scintille d'un'Anima Brasileira* (1859), *Trois ans en Italie, suivis d'un Voyage en Grèce* (1864) e *Fragments d'un ouvrage inédit – notes biographiques* (1878) manifestam essa pertença ao movimento Romântico, sem tirar nem por. À parte habitar ancha o território do espírito de época que engendrou o Romantismo, não podemos deixar de olvidar a singularidade de uma *persona* extremamente fascinante, visto que dotada de uma versatilidade escritural, capaz de exercitar com maestria múltiplos gêneros que integram as letras.

Malgrado sua alegria de viver, Nísia não fica imune ao desencanto e ao niilismo tão caro aos românticos, manifestando-se, aqui, por um ceticismo de alguém que dedicou sua vida a lutar pela educação e emancipação femininas, em algumas passagens deixa entrever seu franco desencanto para com as gerações vindouras: “... e eu tinha ainda grande fé no futuro!” (p.37)

Uma coisa muito interessante a ressaltar sobre Nísia Floresta é a profusão de pseudônimos com que assinava seus livros: Mme. Floresta A. Brasileira, Nísia Floresta Brasileira Augusta, Telesilla, B. A., B. Augusta, “*une Brésilienne*”, F. Brasileira Augusta, Mme. Brasileira Augusta. Deixando registros com assinaturas diferentes, referendava uma desterritorialização não apenas física, mas se colocava como figura cambiante capaz de desestabilizar as fronteiras bem delineadas, na sua época, dos gêneros masculino e feminino.

Para sua época, Nísia foi bastante longeva, falecendo em 1885, aos 74 anos, deixando claro seu apego à vida; sua energia vital, alimentada pelo amor aos parentes e à humanidade, aos livros e ao saber e a arte, produziu um vigor físico capaz de fazer durar seus dias, vivendo exclusivamente - pois podia, era rica - administrando suas terras e bens. Curioso é que ela mesma auto figurava-se com este perfil: [...] *misto de sensibilidade e energia que vocês tantas vezes admiraram em mim* (p.107). O que não se pode dizer de Nísia Floresta é que não tinha um bom astral, começando a partir de si, da maneira como se via, se autorepresentava: *Minha boa estrela me tinha reservado essa caridosa companheira de viagem* (p.115). Eis a mulher de Papary ainda, de longe, nos falando, numa atualidade que só não nos causa espanto por se tratar de um espírito elaborado e com grande vivência interior: *Meu espírito ama as viagens, meu ser físico nelas se compraz, mas meu coração nunca será viajor* (p.58).

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *A lágrima de um Caeté* (Org. de Constância Lima Duarte). 4 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1997.

... *Fragmentos de uma obra inédita*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: EDUFERN, 1995.

FLORESTA, Nísia. *Itinerário de uma viagem à Alemanha*. Trad. Francisco das Chagas Pereira, Natal: EDUFERN, 1982.

... *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989.

... *Cintilações de uma alma brasileira*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

... *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia*. Trad. Francisco das Chagas Pereira, Natal: EDUFERN, 1998, v. I.

MARIZ, Zélia M. Bezerra. *Nísia Floresta Brasileira Augusta*. Natal: Editora universitária, 1982.



AS VIAGENS ESSENCIAIS ou o itinerário interior de toda a viagem

MÁRIO MÁXIMO

Introdução

Participar neste II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa em Natal é um grande privilégio para mim. Não só por saber do êxito que constituiu a primeira edição como também por saber da importância estratégica da UCCLA na sua organização. Sabemos que tudo o que a UCCLA organiza tem êxito e relevância que constitui memória para o futuro. E aqui fica, por isso, a saudação de respeito e amizade a Miguel Anacoreta Correia. Mas a verdade é que sem a vontade e a capacidade da Prefeitura de Natal também não haveria este Encontro de Escritores 2011. Numa fase em que a aplicação de todos os recursos é avaliada ao mais ínfimo pormenor, esta aposta da Prefeitura do Natal na cultura e na língua portuguesa é de louvar. Tenho, assim, de saudar com especial carinho a coragem da Prefeita Mícarla de Sousa (jornalista). Saúdo, ainda, todos os membros dos três grandes painéis que irão apresentar, estou certo, relevantes e oportunas intervenções. Por último, tenho de saudar a Academia Norte Rio-Grandense, instituição de meritórias tradições que será a anfitriã de todo o Encontro de Escritores.

A minha paixão pelos assuntos lusófonos é conhecida. Considero de importância estratégica para todos os falantes da língua portuguesa que há pelo mundo inteiro (incluo os habitantes dos oito países da CPLP como todos os outros que falam o português onde quer que estejam) a estruturação de um projecto lusófono para todas

as áreas. Será aliás, um projecto global pois tem epicentros em todos os continentes. Portugal é um entusiasta da lusofonia. Mas o desnorte que a União Europeia tem trazido a Portugal, à Europa e ao Mundo bem que deve fazer reflectir aqueles que, sendo portugueses, ainda tenham dúvidas acerca da importância da lusofonia em todas as áreas. Todos os cidadãos da lusofonia no mundo terão a ganhar com uma visão estruturada e um projecto lusófono comum. Todos, sem excepção.

Iniciei, aliás, um périplo por terras lusófonas no ano de 2009. Sou um cidadão medianamente viajado e até 2009 nunca tinha pisado solo onde, para além de Portugal, oficialmente se falasse português. Imagine-se! Pois em 2009 estive em S. Tomé e Príncipe, nomeadamente na Ilha do Príncipe, na sequência da assinatura de um protocolo de geminação entre o Município de Odivelas e o Governo Regional da Ilha do Príncipe. Pude, aliás, assistir à inolvidável representação do Auto de Floripes.

No ano de 2010 visitei Cabo-Verde, Ilha de Santiago. Foi o momento de se assinar o protocolo de geminação entre o Município de Odivelas e a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, Cidade Velha. Foi extraordinário e pude ser recebido pelos Presidentes de Câmara da Cidade da Praia, de S. Domingos e pelo Vice-Presidente do Tarrafal (cujo campo de concentração visitei com uma sensação de frio na espinha), para além, naturalmente, do Presidente da Cidade Velha, Manuel Monteiro de Pina.

Já em 2011, tive a oportunidade de me deslocar a Angola, mais precisamente a Luanda. Foi no quadro da Assembleia-Geral onde o Município de Odivelas iria, como foi, ser admitido enquanto membro da UCCLA. Tratou-se de uma organização extraordinária e houve um seminário sobre turismo lusófono que excedeu todas as expectativas. Não esquecerei Luanda. As pessoas, claro. Mas também os lugares. Estar na Fortaleza de S. Miguel e admirar a Baía de Luanda foi algo único.

Todas estas três viagens por mim realizadas a países da África de língua portuguesa constituíram trabalho, é certo, mas também turismo na aceção mais normal da palavra. Teria imensos motivos para poder escrever sobre cada uma dessas viagens, muitos testemunhos e muitas sensações. Poderia começar a escrever o meu primeiro livro cujo género fosse, precisamente, o da literatura...de viagens.

Agora irei ao Brasil, à cidade do Natal. Devo reconhecer que me sinto entusiasmado (dentro de um tempo não muito distante gostaria de poder dizer que já pisei território de todos os países que compõem a CPLP). Brasil, terra que aprendi a amar à distância e cujos escritores notáveis, poetas e prosadores, potenciaram esse amor ou paixão. Acresce o facto de ter conhecido o Embaixador Lauro Moreira, em 2007, no início das suas funções, em Portugal, de Embaixador

da Missão Permanente do Brasil junto da CPLP. Lauro Moreira, personagem de exceção que Odivelas homenageou devidamente na terceira edição da sua Bienal de Culturas Lusófonas (que decorreu durante o mês de maio de 2011) classificando-o como *Príncipe da Lusofonia*. Depois de conviver com Lauro Moreira visitar o Brasil tornou-se uma questão de inevitabilidade. Uma emergência de destino e de vontade.

Durante a Bienal de Culturas Lusófonas 2011, em Odivelas, realizou-se um encontro de escritores de 20 a 22 de maio. Estiveram presentes mais de cinquenta escritores de todas as proveniências da Lusofonia. Foram três dias que dificilmente esquecerei. Curiosamente, e por diversas razões que aqui não cabem, foi o Brasil o país lusófono menos representado. A Bienal de 2013 irá rectificar tal situação. Por outro lado, devo dizer que será um prazer especial reencontrar na Cidade do Natal alguns dos escritores que estiveram presentes em maio, no III Encontro de Escritores Lusófonos, em Odivelas.

Os temas do II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa em Natal são temas motivantes e ambiciosos. E cito: *Literatura de Viagens, O Estado e a Evolução da Língua Portuguesa e Poesia Escrita para a Música*. Depois de alguma reflexão e até hesitações decidi que queria intervir, especialmente, no quadro do tema *Literatura de Viagens*.

Em Odivelas celebramos em 2011 os setecentos e cinquenta anos do nascimento de D. Dinis. Odivelas, onde D. Dinis criou laços indestrutíveis e onde amou a vida e a natureza, como também as mulheres, Odivelas onde decidiu que ficaria sepultado, tendo vindo a ter, inclusive, a oportunidade de admirar a beleza artística do túmulo que viria a receber o seu corpo. Se falo aqui de D. Dinis é porque há uma viagem essencial para todos os que falam a língua portuguesa, hoje, em todo o mundo: é que D. Dinis oficializou a utilização do português em 1296. Todos os documentos oficiais que até aí se redigiam em latim, passaram a sê-lo em português. Em 2011 falar de lusofonia não seria possível se, em 1296, D. Dinis não tivesse tomado a decisão que tomou. Sendo assim, a minha opção tinha que ser a opção pelo tema da literatura de viagens. O que é a língua portuguesa senão uma literatura de viagens. As viagens de ontem e as viagens de hoje. Estou certo de que também as viagens de amanhã. As viagens essenciais. Todas as viagens associadas à língua portuguesa são viagens essenciais.

As viagens essenciais ou o itinerário interior de toda a viagem

1. É difícil conceber a vida sem o conceito de viagem. Viver implica a dinâmica do movimento e o movimento implica viagem. Num conceito literal poderá dizer-se

que viagem é esse movimento que nos desloca de um lugar para outro. Mesmo que, supostamente, fiquemos no mesmo lugar físico. O que quer dizer que o conceito de lugar é uma imponderabilidade. Um lugar poderá ser uma praia, um continente, um livro, um estado de alma. Podemos navegar de um estado de alma para outro. O meio de transporte poderá ser um avião, um comboio, um automóvel, um corpo amado...um poema. Um poema pode permitir-nos visualizar um lugar e um lugar pode fazer-nos entrar num poema: que tenhamos escrito, lido ou que assumamos que vivemos esse poema lá mesmo onde estamos e temos a noção de estar.

*“As razões que nos movimentam são o nosso transporte.
A ilusão é o melhor dos meios para viajarmos, dizem.
Eu digo a arte, o arrojo da pincelada na tela, ou do verso
no papel. A realidade a que acedemos é sempre uma ilusão
dela mesma. A nossa visão de realidade naquele momento
em que algo nos projecta para onde nos sentimos parte
do verso”*

(poema de minha autoria, ainda inédito)

É difícil conceber a vida sem o conceito de literatura. Viver enquanto o ser que somos e respiramos é um trecho da grande literatura existencial. Em extensão poderia dizer que cada ser que já existiu constituiu um capítulo do Grande Livro da Existência e que cada ser que existe ou vier a existir constituirá os seguintes capítulos. No fundo, olhar a vida humana como O Livro onde tudo fica registado. Pode colocar-se a pergunta: em que biblioteca se guardará um livro assim. Eu direi: os deuses responderão um dia.

A literatura é a arte do verbo. Aquele que foi ao princípio e que sempre será. Em cada manhã recomeçamos a construção, palavra a palavra, dessa literatura. Não é possível a vida, portanto, sem a literatura. Este é o conceito que deveria ser ensinado às mulheres e aos homens desde que nascem. Ao nascerem já o amor veio devidamente ensinado. Amor é a primeira disciplina. Mas essa disciplina ou palavra (e seu conceito) já se encontra dentro do novo coração que bate. Literatura vem depois da experiência do amor.

*“Respondo à vida com mais um trecho ou mais um verso.
Lanço-me nos braços das palavras. Cada palavra é um braço
que nos segura e ampara. E envolve no calor do amplexo.*

*Observo as águas marítimas e os leitos dos rios,
observo a água das chuvas e as árvores das florestas
e aprendo que tudo o que faz parte da natureza ou da criação
pertence-me na forma de literatura”*

(poema de minha autoria, ainda inédito)

Os conceitos de viagem e de literatura são conceitos de tal modo intensos, amplos e sábios que se passássemos uma vida a explorá-los não daríamos por inútil essa vida. Nada há de mais extraordinário do que uma biblioteca. A carga simbólica de uma biblioteca é de uma grande intensidade cósmica. Em delírios nocturnos, talvez embarcado em naves de sonho, imagino-me a percorrer os corredores da Biblioteca de Alexandria. Percorrer os corredores da Biblioteca de Alexandria seria uma experiência do foro mágico.

Viajar será a forma mais rica e intensa de ler. Ao viajarmos lemos a vida. Apercebemos a vida e quase toda a percepção se faz através de palavras. Viver é uma via ou viagem na forma de literatura. Mas a percepção tem outras formas, sempre dentro do conceito extensivo de literatura. Os sentimentos não nomeados. Intraduzíveis. Há linguagens que não têm tradução. Será traduzir vencer? Ou perder? Deixo estes dois conceitos primários e opto por dizer: traduzir é viajar aprendendo a conhecer o outro. Mesmo que o outro seja um idioma diferente. Não tem cada corpo a sua própria linguagem? Será cada corpo, mais a alma que o anima, um idioma a decifrar?

Literatura é um conceito complexo porque infinito. Mas um infinito que tudo condensa e, por isso, é uma junção de infinitos. Literatura é a vida inteira de cada um de nós. Literatura aceita no seu seio Luís Vaz de Camões, António Vieira, Machado de Assis, Fernando Pessoa, Clarice Lispector, Jorge Luís Borges, Natália Correia, Jorge Amado, Pablo Neruda, ou Ferreira de Castro. Literatura aceita dentro do seu coração toda a imensidão dos diferentes universos da vida que houve, que há, que haverá. Eu viajo e sou a literatura. Eu escrevo e sou a viagem. Apece-me dizer literaturar: o ato de fazer literatura. Que, aliás, pode implicar escrever...ou não. Literatura é, por excelência, o rito de passagem entre a vida e as palavras. E vida expressa só existe através das palavras mesmo que não sejam passadas ao patamar da escrita. Nem toda a literatura implica escrita.

2. Julgo que vou no convés do navio onde Fernando Pessoa (digo, o heterónimo Álvaro de Campos), terá escrito o poema *Opiário*:

*“...Não posso estar em parte alguma. A minha
Pátria é onde não estou. Sou doente e fraco.
O comissário de bordo é velhaco.
Viu-me co’a sueca...e o resto ele adivinha...”*

No Canal de Suez, a bordo, escreveu Álvaro de Campos o notável poema de que aqui apenas apresento um pequeno excerto. Um poema notável que não parece de Álvaro de Campos, para quem conhece a obra de Álvaro de Campos. Atrevo-me a dizer que parece muito mais um poema do ortónimo. Em *Opiário* encontramos a viagem e a literatura de mãos dadas. Traçando as elipses de todo o movimento. O que é o livro do ortónimo Fernando Pessoa, *A Mensagem*, senão uma viagem incisiva, como poucas, pela história de Portugal?

O ato de viajar implica partir. Não implica chegar. Chegar é apenas o aparente objetivo ou, de outro modo, o combustível que leva ao movimento. Nem sempre chegar é o objetivo, o fim em vista. Viajar é, sobretudo, partir...e continuar... continuar. Porque há-de o barco, o comboio, o avião ou a minha alma, ter uma estação de destino? O movimento é a razão do impulso de viagem. O sinal de alma que nos empurra para a viagem. Afinal, durante toda a nossa vida o que fazemos é partir sempre. Raro sabermos se chegamos. Aliás, a nossa vida de espécie humana apenas nos diz que nascemos e que morremos. Mas há viagem antes da viagem da vida. E viagem haverá depois. Eis uma visão que me parece muito portuguesa e brasileira em demasia. Por justiça o digo. A alma brasileira sabe destas coisas de viagens entre mundos paralelos melhor do que ninguém. Muito melhor.

Viajar é um dos desígnios principais da minha obra literária, nomeadamente da obra poética. O meu poema *Partir Sempre*, integrado no livro *Paisagens da Utopia*, publicado em 1996, pela Tertúlia Editora, é de extrema importância para a avaliação temática da minha poesia:

*“Alguma coisa morre em mim e por isso parto.
Sigo incógnito como todo o bom viajante.
E lúcido: porque não carrego mapas ou outra bagagem.*

*Tendo o acaso como bússola
Vou ao encontro de inesperadas terras, incríveis cidades?
Não! Vou apenas ao encontro de outros lugares.*

*Quero ser recebido como mais uma folha no Outono,
pelos olhos dos que, estando,
aguardam sempre por aquele que não chega.*

*É essa a recepção que pretendo!
Que bom, entrar pela porta da estalagem
e ter as honrarias devidas ao imprestável forasteiro!*

*Olhar as ruas, as pessoas, e cada particular horizonte,
já com o brilho do adeus nos olhos.
Pois, se nem chegado ainda, já a partida preparo.*

*Alguma coisa morre em mim em cada instante
e, por isso, vivo em viagem”*

Podemos viajar e observar, em permanência, paisagens da realidade natural ou civilizacional envolvente. Mas também podemos viajar observando paisagens interiores. Aliás, ao olharmos pela janela do comboio o que vemos nós? O verde que cobre a montanha que passa ou o verde que vemos nós na montanha que passa? Viajar é ver e interpretar. Sobretudo interpretar. O sujeito viajante avalia a paisagem e a interpreta. A paisagem está lá no seu lugar. Incólume. Virgem no seu estado de paisagem. Tem o seu próprio movimento. As paisagens movem-se. Tal como os viajantes. Quem observa quem? Quem interpreta o quê ou quem? Não há imobilidade. A imobilidade é um estado impossível no universo. Tudo é dinâmico e tudo existe em movimento. Todavia, a percepção que o ser humano tem da vida obriga-o a parar (o que é parar?), a descansar (o que é descansar?), a interpretar (o que é interpretar?).

*“Há um sopro. Há a viagem. Há um sopro
que se perde pelos vales das montanhas mais antigas.
Há um sopro que é eterno. Lá, tudo continua
sem que algo mude apesar de tudo mudar.
O Homem nunca lá esteve. Talvez em sonhos
visionários tenha lá estado. Talvez tenha pisado
os cumes onde nunca ninguém pisará. Ou respirado
o ar, o sopro original. A espantosa coloração*

*da neve. A porta que se abre apenas aos iluminados
que souberam ouvir a chamada.
O sinal...*”

Neste excerto de um poema do meu livro *Oração Pagã* (Hugin Editores, 2001) fica essa abertura para o mundo das viagens interiores e exteriores. Porque há paisagens interiores e exteriores. Em extensão, todas as paisagens são interiores pois a percepção é sempre interior.

Admiro os que têm como sonho maior subirem montanhas, o serem alpinistas. E mais ainda os que realizam tal sonho. Chegar aos cumes é a metáfora que todos os artistas procuram. Estar onde os outros não estiveram nunca ou onde muito poucos estiveram alguma vez. Os primeiros homens que pisaram a Lua são verdadeiros alpinistas (ou navegantes, como tantas vezes já foram apodados) do espaço. Ter visto, por uma vez que fosse, o planeta Terra com os pés assentes na Lua é, só por si, a inversão de todo o paradigma de viagem que o homem tinha concebido até 1969. Esse momento poético é único e pertence a tão poucos que o torna sagrado. Funciona como uma revelação.

A alma ou o espírito projectam-se através da viagem das palavras. A viagem implícita e explícita nas palavras. Costumo dizer que cada palavra vale o que dentro dela colocamos. Uma palavra só significa o que está no dicionário, na regra que se usa para o início do jogo. Após a partida para a viagem fica o movimento da literatura. E cada palavra pode encerrar o universo inteiro. É por isso que nenhum computador poderá, algum dia, substituir-se ao talento dos escritores e escrever, com a sua impotente arrogância de máquina, todos os livros passíveis de serem escritos.

A literatura de viagens é um género de grande relevância que trouxe à Humanidade livros extraordinários. Tempos houve em que extraordinário era descrever as paisagens e os costumes que outros nunca tinham visto nem sonhariam poderem existir (hoje parece que tudo é conhecido e nada parece gerar surpresa, mas deixemos isso...). Em 1502, em Lisboa, Frei Francisco Pipino narra as viagens que nos finais do Séc. XIII o navegador veneziano Marco Polo terá realizado (e depois narrado a Rusticiano de Pisa). Um livro notável que poderá ter sido realizado a partir de um manuscrito que entretanto se perdeu. Curiosamente, e apenas catorze anos depois, Tomás More escreve um livro que a história da literatura jamais deixou de celebrar: *Utopia*. Nesse livro, é contada a história da existência de uma ilha, Utopos, cuja capital é Amaurota e cuja vida política, económica e social é um modelo quase perfeito. Não por acaso, quem narra a visão de tal ilha e de tal sociedade é

o marinheiro português Rafael Hytlodeu. Ao nível da literatura de viagens seria injusto se esquecesse o notável trabalho levado a cabo por Ferreira de Castro. Mas poderia referir muitos outros autores, é evidente.

3. Jesus Cristo afirmou, interrogado pela petulância e o medo de Pilatos: “O meu reino não é deste mundo!”. Pergunto: a que mundo pertence o reino da iluminação dos textos literários? Amo a vida e as viagens e é através da literatura que esse amor se expressa. A literatura que leio e a que escrevo. O conceito de ilha é para mim muito importante. Muito do que é essencial na minha poesia tem dentro o conceito de ilha. No livro *Paisagens da Utopia* (Tertúlia Editora, 1996), digo:

*“...Somos ilha quer queiramos, quer não.
Somos em forma de ilha
pelo que somos e pelo que nos rodeia.
Podemos mergulhar na água em nossa volta,
água de água ou água de metáfora,
mas retornaremos sempre.
É como se disséssemos: retornaremos para sempre
porque sempre estivemos.
Cada vez que retornamos cumprimos a natureza
de para sempre termos de retornar.
Somos ilha antes de qualquer outra coisa.
E só porque é essa a nossa condição de ser...”*

Sim, eu creio que todo o poeta é uma ilha. Uma ilha com um oceano especial à volta. É o poeta que cria o próprio oceano que o envolve. Será esse oceano que o irá vencer, um dia. Desejará o poeta que esse seja o momento da sua revelada plenitude. O poeta acabará por tentar descobrir a embarcação que o salvará do suplício da utopia. E já exangue, descobrirá que a alquimia dos momentos futuros é sempre revelada a quem porfia. Às vezes tão cedo que espantaria o próprio poeta se de tal se apercebesse. Só muito tempo depois de escrito e publicado descobri a importância que o primeiro poema do meu primeiro livro a solo tinha em toda a minha obra (isto é: em toda a minha vida legítima):

*“Em zona de calmarias lancei pela borda fora
todos os panos que o vento poderia enfunar.*

*A golpes de machado
derrubei o mastro maior e todos os restantes.
Sepultei, nas profundezas das águas,
o leme das boas e más direcções.
Restei, depois, sentado sobre uma ou duas malas de sonhos.*

E a embarcação jamais deixou de mover-se”

O que eu dizia a mim próprio nesse poema de abertura era que a embarcação que me levaria a sair da ilha para onde iniciava a viagem de procura seria, precisamente, a poesia. O poema levar-me-ia à ilha da utopia e de lá me libertaria tendo versos como remos. O lugar do poeta é o da imponderabilidade. Porque esse é o lugar da poesia. Sim, confesso: *utopia* é outra palavra fundamental na minha obra. Funciona como uma espécie de chave. Para me expor e para me defender numa camuflagem de etéreo. Tomás More escolheu regressar da sua fortaleza e isso o liquidou no lugar da vida terrena. Tomás More conhecia a luz que iluminava Rafael Hytlodeu ao descrever a ilha da sua transcendência. Mas o imortal livro de Tomás More não mais deixou de fornecer luz espiritual, como uma espécie de farol na noite a que só os poetas e os ungidos de destino teriam direito.

Ninguém regressa à ilha da utopia. Um dia chega-se lá. Num outro dia regressamos de lá. Quando regressamos podemos descrevê-la (como Hytlodeu cumpriu) mas o caminho de regresso à utopia jamais será percorrido. Isso aprendemos também no notável e dramático livro de James Hilton: *Horizonte Perdido*.

A poesia tem um caminho de revelação. Um caminho que profetiza o que há-de vir. E um outro caminho que profetiza o que já houve. E é sempre no que já houve que nos procuramos. Que nos explicamos. Vã missão, claro. Pois ninguém se explica. Mas nessa ilusão sublime é que avançamos e conseguimos descobrir os nossos rumos. Essa viagem pulsa dentro de cada passo. A partir de um dado momento nem sabemos se estamos a caminhar para o que já houve se para o que há-de haver. Descobriremos mais tarde que o que há-de haver é apenas o que ainda não sabemos. Pois há muito existe e para sempre existirá.

4. Volto ao tema, à palavra, ao conceito de ilha. O amor está em todos os meus livros e é sempre entendido como uma viagem do corpo e da alma. O amor e o erotismo, a sensualidade, o enamoramento como gosta de afirmar Alberoni. Porque

referi ilha? Porque um corpo é uma ilha. Rodeada por oceanos, imensos oceanos. Uma ilha de magnetismo assombroso.

*“Antigamente chovia uma chuva de anéis dourados
Batiam sobre o telhado e nas vidraças das janelas
batiam na porta da frente e na outra por onde entravas
E não deixava de chover enquanto não saías dos meus braços*

*Antigamente os meus beijos eram as prendas porque esperavas
e os teus seios e os teus lábios eram as prendas que me trazias
sempre que empurravas a porta dos fundos para ti sempre aberta
e a melodia dos anéis dourados retinia em nossas duas almas acesas*

*Agora continuam a chover chuvas de anéis dourados
mas a porta entreaberta fica estática e não há música
que possa aligeirar a falta das prendas que me habituei a receber*

*Vou acumulando as prendas que sempre me habituara a dar-te
Antigamente os meus beijos eram as prendas porque esperavas
E alimento a absurda esperança de um dia voltar a ser antigamente*

(in *Oração Pagã*, Hugin Editores, 2001)

Com este poema fica a ilha que representa, ou melhor, simboliza, cada corpo mas também cada relação entre corpos. A poesia é o braço especial que a tudo acrescenta o sal que falta. Todas as artes têm poesia. A inspiração é sempre precedida pela poesia, o impulso essencial. O impulso poético.

*“Noites do Líbano nos tempos felizes de Khalil Gibran.
Noites aluadas a caminho de Katmandou. Viagens iniciáticas
de amor por Paris e Praga. Recados alumbrados de Dostoievsky.
Noites inquietas e fogosas nas tertúlias de Natália Correia.
O que representa tudo isto dentro do meu universo?”*

(In *Árvore Hedonista*, 2008, Editora Setecaminhos)

Este meu livro, *Árvore Hedonista*, lança os versos que procuram o esoterismo da palavra. Um esoterismo cerimonial, ritualístico e libertário. A libertação dos

sentidos é libertária porque intimista. E o intimismo é o caminho que nos leva, com inteira convicção de nós mesmos, à viagem de todas as paisagens exteriores. Paisagens essenciais, sim. Nada é por acaso e também o título do meu último livro, *As Viagens Essenciais*, não é por acaso.

“A tua pele absorveu os raios de sol.

E arde.

*A tua pele arde mesmo antes
dos momentos do amor.*

O sal das águas entranhou-se na tua pele.

*E nem mesmo os banhos de água doce
puderam vencê-lo.*

Mais logo o lume terá um travo salgado.

Os nossos corpos exultarão de lume e sal.

Uma garrafa de vinho novo iniciará

as celebrações do apaziguamento.

E retornará, então, a doçura dos lábios.

(in *Diário de Uma Ilha Distante*, 2007, Editora Setecaminhos)

No meu livro *As Viagens Essenciais* proponho uma viagem por todas as estações essenciais da vida. O mesmo será dizer: proponho um itinerário interior, constituído pelas múltiplas estações através das quais a vida me (nos) questiona. O amor é uma dessas estações. Mas antes do amor sublinharei a adrenalina que me toma quando escrevo poesia:

*“Cair sobre as coisas sem lhes dar sequer um instante
para preparar a defesa.*

*Cair sobre os pensamentos transformando-os em mero
ponto de partida para o pensamento seguinte.*

*Cair sobre os versos do poema para que apenas possam
viver do salto de intuição iluminada, isto é, de inspiração.*

*Cair sobre as pessoas para que delas apenas possamos recolher
as reacções genuínas.*

Sim, isto é adrenalina pura!”

E foi possuído por esta adrenalina que regressei ao tema eterno do amor. Um tema que, como anteriormente já referi, está presente em todos os meus livros. O amor, a sensualidade e o erotismo. Ou, já noutro plano, a dimensão que nos potencia para outro lugar existencial. O lugar que nos excede e, por isso, nos transmite sentido à tal adrenalina...pura. Deixo aqui outro poema do livro *As Viagens Essenciais*:

*“Nada se assemelha ao lento alvorecer do desejo
nas veias do teu corpo celeste. Há muito que me olhas
na distância do nosso primeiro toque.
Estamos sedentos do cheiro do outro, dos lábios do outro,
e ainda percorremos a distância do encontro.
O momento do encontro físico, do beijo que acende a fogueira,
das mãos no corpo fremente do outro, esse momento
resguardamos. Deixamos que aconteça depois. Depois
de ter de acontecer. Como seres equestres no ciclo
do cio temos tempo mas estamos nervosos...”*

Viajar é a forma permanente de sermos. A respiração do poema é a respiração da viagem. De verso a verso, de poema a poema, de livro a livro e, claro, de leitor a leitor. A literatura de viagens pode ser a literatura da descrição dos lugares ou da interpretação da alma dos lugares.

5. Gostaria de propor nesta parte final do meu texto uma viagem literária essencial. Uma viagem que uma mulher brasileira percorreu, tendo como embarcação o seu talento inesgotável. Um talento que Antonio Houaiss celebrou num texto de março de 1989 dizendo: “...a poeta se inscreve entre os poucos poetas sábios da língua portuguesa”. Adianto um primeiro texto dessa notável poeta:

*“Eu. E diante da vida,/ com meu azul intacto./
Um esbatido de pássaros./ Alto no vento. Grato.*

*A sensação de ser/ só, uno, um, completo./
No redondo das horas,/ pleno, lícido, cego.*

*O que de mim salvando/ se vai a cada instante,/
Nesse morrer diário/ e sucessivo: um canto”*

Ou ainda esta beleza límpida como só uma manhã de Primavera:

*“Foi doce colher estrelas/ de mãos perdidas no vento,/
mas como pássaro livre/ a noite foi um momento...”*

Cito, de novo, Antonio Houaiss: *“E Marly de Oliveira – poeta por ora de poetas – será poeta de todos nós, que a leremos emocionados e gratos pela coragem e beleza que esparziu no nosso mundo”*. Sim, é de Marly de Oliveira que vos irei falar até ao fim deste meu texto para o *II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa em Natal*. Uma mulher que aliou a literatura à viagem interior e à viagem de transposição física de um modo tocante no seu livro *Viagem a Portugal*. A poeta começa por dizer, em epígrafe, citando o Padre António Vieira: *“Conhecer e abraçar-se,/ isso é amor”*. Neste livro *Viagem a Portugal* surge uma Marly de Oliveira solta de um modo muito especial, solta porque se sente livre na busca da sua essência. Sem fronteiras.

*“Em Portugal, à sombra de mim mesma,
pela primeira vez fui livre
e sem cuidado,
amando o meu estar ali
de forma tão intensa
que mal me reconheci...”*

É extraordinária esta última metáfora: um tal êxtase por sentir que está a reencontrar-se, reconhecendo-se, assumindo as suas origens, que chega a dizer *que mal me reconheci*. Esta é a superioridade dos que sabem o poder da entrega, a um corpo, a um ideal, a um destino. Na estrofe seguinte Marly explica-nos tudo, de forma tão ingente, que nos dói e galvaniza ler:

*“E, contudo, não era a liberdade
que a distância da Pátria
(ou da família)
concedia:
mais densa e mais profunda, era
uma sensação tão nova
que ia ao antes de partirem as caravelas,
ao antes do antes em que se imaginavam
as grandes aventuras
e suas descobertas”*

Estou certo de que esta estrofe é algo de absolutamente iluminado. Uma espécie de viagem gerada pela viagem da poeta do Brasil a Portugal mas que depois levou Marly de Oliveira a viajar no tempo. A junção da viagem turística (que é a observação do evidente visual, por muito diferente que seja) à viagem interior. A viagem que aclara o destino que bate dentro de cada coração.

A viagem e a literatura mais uma vez juntos enquanto conceitos inseparáveis. Não há literatura sem viagem, nem viagem sem literatura. As viagens transoceânicas implicavam sempre a existência de um cronista (no mínimo um escriba) que descrevia o que se ia passando, como um diário de bordo. Diz-se hoje que o que não existe perante os media, nomeadamente perante a televisão, não existe verdadeiramente. E eu pergunto: não foi sempre assim? O que haveria das viagens transoceânicas dos portugueses e de todos os outros povos, se não fossem as narrativas e as crónicas que sobre elas se escreveram, permitindo a travessia dos tempos? O que mudou foi a aceleração para tempo real entre o momento do acontecimento descrito e a sua descrição.

O futuro e o aparente poder das tecnologias não deve assustar nem o criador artístico nem o seu fruidor. Cada era tem as suas próprias regras mas estarão sempre na equidistância do que não é tocável. Stephen W. Hawking, cientista e astrofísico de nomeada, terá sido aconselhado pelo Papa João Paulo II a não avançar demasiado na busca de certas respostas, a não mexer em certos assuntos. Eu direi que é um medo injustificado que o Papa deixou evidente: o que tem de ser descoberto e explicado sê-lo-á. O que tem de ser mantido à distância permanente da humanidade assim continuará. O que é dos Deuses será sempre, e só, dos Deuses. Mas existirão portas de entrada, pontos de contacto entre ambas as dimensões? A resposta a essa pergunta era o medo do Papa João Paulo II.

Volto à viagem que Marly de Oliveira empreendeu até Portugal. E a sua projeção (viagem) na história continua:

*“Eram andanças em velhos mosteiros
de uma sacrificada tirania,
onde fui monja amada e desejada
por um estranho deus que me possuía
e atirava ao deserto flamejante,
que nenhum vento amainava.*

*Era a sede infinita
orientando o absurdo navegante
no mar/deserto tão desconhecido,
que era impossível ir de olhos abertos,
convertido à esperança de encontrar
a si mesmo, além de novas terras...”*

Não sei porque só há cinco anos tomei conhecimento da poesia de Marly de Oliveira. Mas se assim foi é porque tinha de ser mesmo assim. E foi pela mão do Embaixador Lauro Moreira que conheci a existência de Marly de Oliveira. Corria o ano de 2007. Hoje, não consigo olhar a literatura de língua portuguesa, oriunda do Brasil, sem celebrar a Marly. Nesta minha inesperada viagem à Cidade do Natal pude fazer a junção da viagem física à viagem literária. Pude percorrer o itinerário interior que é apanágio de toda a viagem substancial. Vim até ao Brasil, pela primeira vez, protegido pelas páginas de muitos livros. Almas inspiradas nascidas em terras de Portugal ou em terras do Brasil escreveram esses livros. Mas também almas nascidas em Angola, em Cabo Verde, em S. Tomé e Príncipe, na Guiné e em Timor e Moçambique. A voz da literatura de língua portuguesa. Uma literatura que atravessa os tempos e continuará a atravessar. Viajo na embarcação que guarda todos os livros que um dia foram escritos na língua portuguesa e que guarda ainda todos os livros que serão escritos nessa mesma língua. É uma espécie de Arca de Noé que salva as literaturas de língua portuguesa.

Como homenagem à escritora Marly de Oliveira deixo a primeira estrofe do poema que encerra o meu último livro, *As Viagens Essenciais*:

*“Continuo os preparativos para mais uma viagem essencial.
Sou a sombra de todos os meus sonhos adiantados. A dor que sinto
é a de não poder levar toda a bagagem que seria de aparente justiça.
Vou-a reduzindo em cada dia de novos preparativos. Talvez*

*acabe por levar
comigo apenas o corpo que me tange a forma e a fome
de respirar
e toda a minha biblioteca: os livros de alma que me habitam
e transformam em cidade utópica o coração.
Partirei como o viajante solitário. O homem que olha a distância
sem esperar nada para além dos cabos geográficos
que escondem os misteriosos oceanos ainda sem nome”*



VIAJAR E ESCREVER PELAS LUSOFONIAS “MALAIAS”

PEDRO ROSA MENDES

Onde se viaja por algumas situações de heranças e de encontros nas fronteiras da lusofonia, no espaço geográfico, histórico e simbólico do Arquipélago Malaio. Primeira etapa: Tugu, pequena comunidade absorvida pela grande Jacarta, na Indonésia. Segunda etapa: Timor-Leste e os desafios do sincretismo religioso e cultural às formas de narrar o real e o onírico. Terceira etapa: alguns exemplos de como a ficção pode “ler” o encontro entre Portugal, Java e Timor através do romance “Peregrinação de Enmanuel Jhesus” (Leya/Dom Quixote, 2010)

1. Por vezes acontece que as comunidades humanas são mais perenes que as suas inscrições em pedra. Na actualidade da imensa capital indonésia, Jacarta, uma pequena “aldeia” sobrevive com uma noção de identidade dada pela música e pela memória. Essa “aldeia” situa-se não longe da localização onde os primeiros Europeus desembarcaram em Java no século XVI.

“Estamos aqui há mais de três séculos”, diz-me Andre Michiels quando eu o visitei pela primeira vez. Andre dava-me as boas-vindas, tanto quanto estava, com aquela frase, a sublinhar um lugar na História que transcende a sua condição biológica e, de certa maneira, a sua condição social.

“Nós”, na fala de Andre Michiels, refere-se a uma comunidade de cerca de 350 famílias de ascendência malaio-goesa-portuguesa.

É uma filigrana especial de “ADN”, tecido em histórias, uma herança feita de um mito continuamente renovado por uma procura de identidade que dê algo único, diferente de todos os outros, do grande grupo, da grande cidade, da grande nação. Trata-se de uma herança em parte verdadeira, em parte imaginária, para uma pequena comunidade poder distinguir-se a si própria e ser distinguida pelos outros e não ser diluída nos 18 milhões de habitantes de Jacarta.

Para se chegar a Tugu é preciso atravessar o caos da capital indonésia, duas horas de trajeto desde o centro de Jacarta (num dia bom de tráfego). O Centro Comunitário de Tugu é quase invisível, perdido numa estrada cheia de oficinas, vendedores de motorizadas, recauchutagens e entrepostos de construção civil e terreiros de camionagem, como aquele gerido pela família Michiels.

Andre continua a viver não muito longe da igreja do século XVIII, na casa que o seu pai adquiriu no início do século XX. A casa, literalmente sitiada por camiões e trailers, é uma relíquia da Java Antiga, pequena, talhada em madeira. Por cima da porta, guardando a entrada, está um retrato esbatido do Presidente Sukarno, o fundador da Indonésia independente.

“Estamos aqui há mais de três séculos”, repete Artur, o irmão de Andre, que o ajuda na gestão da companhia de camionagem. Os Michiels sublinham a sua longevidade no tempo, da mesma forma que a sua comunidade vinca uma identidade de grupo que está em relação direta com o século XVI e a queda definitiva de Malaca, dos Portugueses para os Holandeses, e o declínio da presença portuguesa na região.

Linhas muito díspares da História, originárias da fabulosa constelação do Arquipélago Malaio, encontram-se em Tugu. Esse sedimento de tempo é óbvio desde o primeiro instante, desde logo nas feições e nos modos de Andre, na música e nos instrumentos, na linguagem creolizada e enriquecida de diversas fontes, em formas rituais e expressões religiosas, em vestígios e – naturalmente – em lendas que marcam um sentimento de identidade própria.

A comunidade de Tugu, como explica Andre com orgulho em indonésio, tem a sua origem na queda de Malaca, em 1641. Malaca foi, durante mais de um século, um entreposto estratégico português que dominava as rotas comerciais no Estreito.

Alguns mestiços indo-portugueses, na maioria católicos de ascendência goesa, fugiram de Malaca para uma ilha no Estreito, mas foram continuamente sujeitos a perseguição religiosa. Com a ajuda da Portugeesche Binnenkerk em Batávia, a comunidade foi finalmente autorizada a instalar-se em Tugu, em troca da sua conversão à Igreja Reformada Holandesa.

Outra corrente para montante da História é relevante para a comunidade de Tugu. Foi em Sunda Kelapa – Jacarta – que os Portugueses primeiro colocaram pé em Java, em 1512, como descrito pelo boticário e cronista Tomé Pires, que tomou parte na expedição.

Foi apenas em 1522 que o reino hindu de Pajajaran conseguiu obter ajuda militar dos Portugueses em Malaca e assinar um tratado comercial para o negócio da pimenta. O Tratado Luso-Sundanês de Sunda Kelapa foi assinalado pelos Portugueses com um padrão, uma pedra gravada, à maneira de outras deixadas pelos marcos essenciais do avanço português no Atlântico e no Índico.

Não muito longe do padrão português, estava o local do Prasasti Tugu, a pedra mais antiga com inscrições na ilha de Java, do século V, com duas linhas em sânscrito escrito em escrita Pallava.

A riqueza de História na costa Norte de Java torna-se mais óbvia em Tugu com um género musical particular, o Keroncong Tugu (ou Toegoe, na ortografia antiga holandesa). “O Keroncong é a nossa alma e a nossa arte”, diz-me Andre Michiels, mostrando-me um antigo disco de vinil de um armário no seu escritório. “Este era o meu pai”, explica Andre, apontando um pequeno homem na fotografia do LP, conduzindo uma orquestra de músicos elegantemente vestidos de camisa branca e sarong.

Os irmãos Michiels aprenderam a tocar desde muito pequenos. E continuam a tocar, com o grupo da comunidade de Tugu. O instrumento principal, que dá o nome ao género, é um cavaquinho, igual ao instrumento que os Portugueses e a sua diáspora exportaram pelo Atlântico, o Índico e o Pacífico, tão longe quanto o Hawai’i.

Os Michiels sentam-se para tocar. “Temos três canções na língua antiga”, continua Andre, “são as que sobraram da língua de Malaca”. De facto, parte do reportório do Keroncong Tugu ainda tem versos do “christang” falado na Península Malaia muito após a queda de Malaca.

Quanto à música, especialistas como Victor Ganap, que fez um doutoramento na Universidade de Gadjah Mada sobre o Keroncong Tugu, falam de uma mistura de tradições malaias e portuguesas. Isto, para muitas pessoas, soa a uma variante perdida do fado, com cores e temperaturas de formas musicais afro-latinas – um eco distante das mornas caboverdianas vem à superfície nos “tugus” mais melancólicos e românticos.

Através do Keroncong Tugu e das suas melodias lânguidas, a comunidade de Tugu percorre ainda um outro ramo da árvore genealógica: a tradição musical árabe da Península Ibérica.

Esta geografia vasta e distante permitiu ao Keroncong Tugu uma popularidade curiosa durante os anos de luta pela independência da Indonésia, contra os

Holandeses, e a emergência do nacionalismo indonésio. Proveniente de uma comunidade tão pequena, o Keroncong não pertencia a ninguém, isto é, a nenhuma das grandes nações integrantes do projecto indonésio, e portanto podia pertencer a todos. Era uma espécie de senha musical, uma “Lili Marlene” malaia.

Andre Michiels tem orgulho em que uma expressão de uma comunidade tão pequena possa encontrar um eco num país tão vasto como a Indonésia. “O que nos mantém unidos em Tugu é o facto de originarmos em Malaca”, resume Andre após provar o seu talento no cavaquinho. “Estávamos ainda aqui em 1950, o ano em que muitos cristãos de Jacarta fugiram dos problemas, para a Holanda, Papua e Suriname, até 1965”. “Muitos continuam na Holanda”, acrescenta Andre.

O padrão de Sunda Kelapa é propriedade do Museu Nacional de Jacarta. Pode ser observado ali, monumento e testemunho de um dos encontros de Ocidente e Oriente que moldaram a memória do Arquipélago. De alguma forma, porém, é apenas uma memória petrificada. O passado continua vivo, com sangue mais quente, na pequena comunidade de Tugu.

2. Em outubro de 2007, um veterano da resistência timorense, chamado Rio da Montanha, desceu à cidade de Díli e anunciou o regresso de Vicente Reis, um dos pais da pátria e da efémera I República timorense, em 1975.

O anúncio de Rio da Montanha foi ouvido por centenas de pessoas que, de todo o país, confluíram junto à ribeira seca de Comoro e, montando tendas e matando búfalos, aguardaram o regresso de Vicente Reis num descampado.

Vicente Reis, segunda figura da resistência junto do Presidente Nicolau Lobato, foi emboscado por tropas indonésias no sul do país, em janeiro de 1979.

Vicente Reis Bie Ki Sa'he (o nome que tomou do seu avô) morreu quatro semanas depois da emboscada, vítima da hemorragia e da falta de assistência. Está enterrado numa montanha de Manufahi, no sul do país, conhecida por Casa dos Morcegos.

“O homem não mora aqui. Só o nome mora aqui”, explicou-me Rio da Montanha quando lhe perguntei como era possível o regresso do morto.

A família de Vicente Reis considerou que a ressurreição anunciada era «um embuste e uma conspiração política» e prometeu, se preciso fosse, mostrar as ossadas do mártir.

“Os soldados indonésios que encontraram o corpo cortaram-lhe uma perna, para provar ao comandante do VI Batalhão indonésio que tinham morto mesmo o Vicente Reis”, contou-me um dos irmãos de Vicente, Marito Reis, ex-prisioneiro político em Cipinang, Jacarta e membro do atual Governo.

“O comandante, que esperava no helicóptero, disse-lhes que a perna não servia de nada. Ele precisava da cabeça! Mas foi-se embora da Casa dos Morcegos sem levar nada. A perna do Vicente ficou lá”.

Em 2002, já após a independência de Timor-Leste, a família de Vicente Reis organizou uma visita à campa na Casa dos Morcegos.

“Encontrámos a campa ao pé dos bambueiros, cavámos e encontrámos os ossos” - com o pé esquerdo cortado.

“O esqueleto foi tirado e identificado, faltando uma perna”, contou-me também Marito Reis.

“Depois da descoberta da campa, limpámos a ossada e colocámos uma lipa [espécie de mortalha] nova, com plástico, e deixámos tudo no mesmo sítio”.

O anúncio de que Vicente Reis estaria vivo foi acompanhado de imagens da campanha presidencial em 2007 de Francisco Xavier do Amaral, fundador da ASDT e primeiro Presidente da República timorense, em 1975 (por nove dias, antes da invasão).

As imagens mostram o suposto Vicente Reis mas um homem chamado Manoel Escorial apareceu dias depois na televisão nacional reclamando a sua identidade e denunciando o «embuste».

«É um só homem, com dois nomes. Manuel não existe. É Vicente. Confirmámos isso com Francisco Xavier do Amaral», contrapôs Rio da Montanha.

«As duas famílias, de Vicente Reis e de Manoel Escorial, têm de decidir quem é que é ele», disse-me também Rio da Montanha.

No dia combinado para a ressurreição, a polícia dispersou a multidão. «Vicente Reis fugiu de novo para a montanha com a família, com medo», acrescentou Rio da Montanha horas depois.

Rio da Montanha é o presidente da Caixa. A Caixa era a rede clandestina de estafetas da resistência durante a ocupação indonésia. Continua a funcionar.

Junto à casa da Caixa, num morro sobre as centenas de pessoas que esperavam Vicente Reis, alguém deixou um «graffiti» num pequeno quiosque que resumia o caso de Vicente: «Procura-se vivo».

Em Timor-Leste, ao contrário de muitos sítios que não morreram tanto, os mortos resistem na memória escravizada dos vivos.

«O corpo pode morrer, mas a alma não», concluiu Rio da Montanha.

“Se Vicente vier, abraço-o”, explicou-me o Presidente José Ramos-Horta, com o seu habitual sentido de humor, explicando que também acredita na ressurreição de Cristo.

Os mortos, em Timor, não são os corpos que os vivos habitaram neles. Esses, os

corpos, estão enterrados, quando houve o privilégio de para isso estarem disponíveis. Os mortos, em Timor, ou a parte deles que sobrevive, são a geografia das suas próprias relações, no sentido literal do termo: as linhas que estabelecem o contacto entre dois pontos, duas pessoas, duas vidas.

Essa linha define um conceito de vida como uma simetria, com dois lugares recíprocos. Não é a eliminação de um deles que fará — pelo contrário — o outro perder o sentido de onde está, ou a onde pertence, e, por arrastamento, de para onde vai.

Na exiguidade física de Timor cabe uma noção rigorosa e indestrutível do sítio que cada homem ocupa, numa dupla linha: com os deuses (uma linha com a verticalidade das montanhas) e com os outros (uma linha com a espessura do sangue). Trata-se de um sítio íntimo, único no tempo e no espaço, que conta uma história, carrega uma dignidade, exige uma honra.

Em Bauró, a poucos quilómetros de Lospalos, no planalto leste do país, um carpinteiro, Egídio Gandara, contou-me como conseguiu reencontrar o seu sobrinho, Tomás, levado para a Indonésia com três anos de idade, depois de as tropas invasoras terem massacrado os pais do menino, ambos quadros da Fretilin.

Tomás Gandara, timorense, da etnia fataluco, de família católica educada a falar português, cresceu em Jacarta, numa família javanesa, muçulmana, que pôs à criança o nome de Tommy Abdurrahman.

Abdurrahman cresceu na ignorância de que havia, dentro dele, um outro homem: Tomás. Quinze anos depois, por uma série de acasos, o tio conseguiu localizá-lo em Jacarta e visitou-o. Ou seja, Abdurrahman foi visitado pela sua verdade perdida. Regressou a Timor e a Bauró em 1994, ainda sob a ocupação. Aprendeu a língua nacional e a língua da tribo. Dois anos depois, em 1996, com vinte anos, voltou a Jacarta para, como jovem resistente timorense, saltar o muro de uma embaixada ocidental e pedir asilo a Portugal.

Voltou definitivamente a Timor-Leste, doente, em 2000. Morreu duas semanas depois e está enterrado junto à carpintaria do tio, que ofereceu ao sobrinho — depois de ele morrer — um carro azul. O carro estava estacionado junto à campa de Tomás quando, em 2004, estive pela primeira vez em Bauró.

Não é o corpo de Tomás que continua proprietário do carro azul. É o seu nome, intensamente guardado na memória daqueles para quem esse nome tinha um significado. Esse nome não apodreceu. Habita o presente, está ali.

É preciso recordar que, para Egídio, o corpo de Tomás não existiu durante a maior parte dos anos em que o seu sobrinho foi, digamos, biologicamente vivo, pois levaram-no de Bauró em criança, sem rasto.

Sob a ocupação indonésia, os raptos equivaliam a óbitos. Olhada de fora, a persistência de Egídio parece gratuita. Mas o tio encontrou finalmente o sobrinho e o sobrinho regressou à família e à tribo. Isto é: Tomás, a jóia da família Gandara, viveu apenas porque alguém o manteve vivo. De outra forma, teria morrido aos três anos e, na sua vez, mas no mesmo corpo, teria continuado a viver um jovem chamado Tommy Abdurrahman, javanês, muçulmano.

É chocante ouvir contar a forma como Tommy, visitado aos dezoito anos pela sua identidade timorense, a recebeu e regressou a ela, construindo-a — porque, afinal, a pessoa que Tomás escolheu ser foi uma pessoa aprendida pelo adulto que se tinha perdido dela (de si) muito novo. É irrelevante discutir se a identidade timorense era nele mais verdadeira do que a identidade javanesa — se Tomás, nesse sentido, era mais autêntico que Tommy. O que interessa não se situa no plano da autenticidade mas da eficácia: a identidade original provou ser a mais forte.

Egídio contou-me a cerimónia em que se despediram do corpo de Tomás, em Bauró:

“O caixão do Tomás ainda estava em cima da mesa. Fizemos o cerco. Só homens. O mais velho na parte direita, contando daí até ao mais novo.

O meu pai ainda estava vivo. Foi ele que fez a cerimónia tradicional. O mais velho é que fala, falando com as almas dos bisavôs.

Entregaram o corpo morto. Fizeram alguns sinais que só os velhos é que podem fazer: no corpo, no caixão. Com fitas. As palavras: uma espécie de oração.

Eles falam. A palavra não sai. Mexem a boca mas sem som. Durante uma hora. Palavras sagradas não saem. Só se ouvem as que não são sagradas”.

O Tata-Mai-Lau (2963 metros) é o mais alto dos altos cimos de Timor e, como outros tão profundos como ele, é sagrado, ou religioso. Tata-Mai-Lau significa, na tradução de Cinatti, “Pico do Avô”. A grande montanha está ali ao lado, três quilómetros acima do mar, já bem dentro do céu e dos ventos, evocando o silêncio e inspirando terror — como tudo o que, diria Otto, é fora ou acima da experiência quotidiana.

Em Catrai Lete, defronte do Tata-Mai-Lau, um velho entre os velhos, “liurai” entre os “liurais” (monarcas, chefes), acorçado sobre os calcanhares, embrulhado em panos como se vestisse um turbante da testa aos pés, levanta a sua voz suja e frágil diante da tribo. Não é para ela que ele fala. Melhor dizendo, é através do corpo presente dos que o rodeiam, e do escuro que os envolve, que o velho se comunica com esses outros que, estando presentes algures — ali —, deixaram há séculos de ter corpo, escutando (como esta noite), na memória dos seus muitos descendentes, as senhas que os resgatam do olvido.

Decorre a cerimónia de substituição do totem feminino e da fundação da nova casa sagrada da aldeia, a “uma lulik”.

As famílias, a aldeia, o suco, o clá, vieram de diferentes regiões de Timor para estar ali, na alta cumeada de Catrai Lete, aos pés de uma mãe simbólica: a mãe, reunindo em si homem e mulher, a que o difuso grupo nascido nas aldeias em redor refere a sua existência. Trata-se de um totem, um poste de madeira com vários metros de altura, sacralizado. Aponta ao céu uma invocação e uma vénia. Assinala no chão um centro possível do universo e, portanto, da vida de cada indivíduo, espécie de matriz hermafrodita, onde os membros do clá sabem ler, num plano coincidente, o sítio que lhes pertence na sua geografia e na sua cosmologia.

“Todo o amor proteja a geração vindoura com este símbolo”, continua o velho. O totem, a mãe de pau, o tronco hirsuto, a árvore com a pele branca de muitas monções: ali está um eixo, diante do homem assustado perante o seu destino, garantindo que as trevas não desabam sobre as nuvens, sepultando os deuses.

As horas passam com uma rotação exacta de palavras, protocolos, gestos e sacrifícios, alternando a convulsão e o transe, o vinho e o sangue, o tabaco e a cal (podem mascar-se juntos), o aplauso e o luto, a faca e o óleo, a profecia e a lenda. Há um diálogo entre mundos.

“Nós somos os filhos do Sol! Nós somos os filhos das estrelas! Somos os filhos da Lua!”, proclama o velho em língua mambae. “Vocês mostraram-nos que nós existimos. Somos independentes!”

Em língua tétum, “ulu horis” designa os prisioneiros de guerra e o sítio onde são fechados. A expressão tem também um sentido depreciativo: pessoas sem passado, sem origem.

Em Catrai Lete, a “canção” da linhagem e o poste totémico testemunham que, para tribos nesta ilha, é mais grave não saber de onde se vem do que não saber quem se é.

Os timorenses, “filhos do sol e da lua”, têm “canções” ancestrais que definem um território, mítico para quem ouve, palpável para quem nasceu dele, um pouco à semelhança das canções-mapa com que os aborígenes australianos inventam o seu mundo, dizendo-o.

Num país genocidado, a memória é infinitamente superior à perda. Em Timor, muitos corpos caíram (um terço dos vivos...), mas quase todos os nomes continuam de pé, tão firmes como os postes totémicos que, nas cumeadas, assinalam a filiação mítica de cada homem. Tento visualizar a extensão daquilo que, em Timor, existe apenas na medida exata em que é dito, porque dizer é convocar. E vejo aparecer um respeitável exército, ainda que a sua força seja, tão-só, uma fé, talvez até uma mentira.

O animismo dos timorenses “representa tão-só a expressão de um estado de espírito, escreveu Cinatti em 1987, que não faz a distinção entre o procedimento a ter para com as pessoas e o procedimento a seguir com as ‘coisas’. Todo o mundo exterior é tratado pelo timorense segundo o modelo apreendido nas relações com a sociedade, transferindo para as coisas vida, atos e emoções familiares na esfera das relações humanas” (“Arquitectura Timorense”).

No último almoço em Darwin antes do regresso a Díli, em abril de 2008, após dois meses de recuperação de um atentado, o Presidente timorense teve a seu lado o bispo norueguês Gunnar Stalsett, que lembrou que a «vulnerabilidade é a característica do Cristo».

«É morrendo que nascemos para a vida eterna», orou o bispo luterano de um livrinho pessoal de orações, marcado numa página de S. Francisco de Assis. O marca-páginas da oração franciscana era um ícone do mosteiro ortodoxo de Hilander, no Monte Athos, Grécia. Chama-se «O Redentor».

O “lulik”, o que é divino ou, pelo menos, sagrado, é o lugar ancestral que se confunde com o poder íntimo e a condição humana na sociedade timorense. A realidade, incluindo a política e os seus códigos, não existe fora do “lulik”. Os timorenses habitam um realismo mágico que é, para eles, apenas palpável e evidente, tanto quanto é para nós invisível ou fantasioso.

A única convocação honesta desta realidade é através do léxico e das vozes que podem pôr-nos em contacto com a fé, o medo, o trauma, a percepção e o rumor. Com tudo aquilo a que estamos, enfim, habituados a chamar ficção.

E só nessa zona difusa podemos experimentar aquela que é a única função válida da melhor ficção: a transcendência, em si mesma uma intervenção nas nossas limitações humanas.

3. Quando parti para a aventura de escrita que veio a resultar em “Peregrinação de Enmanuel Jhesus”, compreendi desde o início – antes mesmo de um “argumento” – que o livro teria de ser baseado na linguagem, organizado pela linguagem. Este esforço – ou, diria antes, esta viagem criativa – permitiu ligar territórios tão distantes na geografia e tão intimamente ligados na História como Portugal, Java e Timor.

Para fim de comunicação, proponho um breve percurso por algumas das soluções narrativas e alguns dos problemas colocados pela realidade das comunidades envolvidas.

O primeiro elemento definidor desta ficção, devo dizer, não foi um(a) personagem, nem uma trama ou aventura, nem um resultado ou desfecho, mas

sim um estilo e uma erudição: a voz principal da minha “Peregrinação...” teria de ser, no meu melhor possível, inspirada em Luiz Filipe Thomaz, não por acaso o melhor historiador português da Expansão no Índico e no Extremo Oriente (ou, aproveitando o seu título de referência, “De Ceuta a Timor”).

Dessa inspiração de linguagem e de erudição nasceu, para o meu romance, Dalboekerk, um oficial indonésio da corte de Suharto. Dalboekerk pensa de si próprio como uma longínqua personificação de Afonso de Albuquerque. O seu sonho é ressuscitar a aliança entre Portugal e o reino de Pajajaran, em Java Ocidental. A sua conspiração, para chegar àquele fim – ancorado na História - é simples e instrumental: quer que a independência de Timor-Leste seja o princípio do fim da Indonésia. O sítio onde o dominó começa a cair.

No meu romance inventei também outra personagem saída de uma forte herança portuguesa, tanto na religião como na linguagem: o Padre Belteran do Rosário, natural de larantuka, na Ilha das Flores, especialista em artes marciais e ele próprio chefe de uma milícia que é seita religiosa. É um herdeiro do Padroado Português do Oriente, uma entidade do passado que, na sua cabeça, é um projecto de futuro.

E temos também Wallacea, uma jovem timorense, nascida em Kupang – na parte ocidental, indonésia, da ilha. Wallacea é uma mulher entre mundos – de tal forma que os seus pais quiseram vincar o seu destino com o nome que escolheram para ela. A Linha de Wallace, em honra de Alfred Russell Wallace, é uma linha imaginária que divide, efectivamente, os mundos asiático e austral. No caso de Wallacea, ela é herdeira de um reino mítico e histórico de Timor, Wehali. Naturalmente, procura um príncipe.

Um outro desafio na minha ficção foi encontrar o lugar adequado para a cartografia. Esta palavra, a propósito, foi inventada pelo português Visconde de Santarém, durante as suas pesquisas em Paris, nos anos 1840, para editar mapas antigos de tradição portuguesa. É também em Paris, nos arquivos da Assembleia Nacional, que repousa a única cópia conhecida do primeiro atlas da era moderna, o Livro de Francisco Rodrigues.

Esta obra foi finalizada em Malaca e em Goa cerca de 1515. Rodrigues era o cartógrafo de Afonso de Albuquerque. Na minha ficção de “Peregrinação...”, o jovem herói do romance, Alor – filho adotivo de Dalboekerk – tem os fólhos do atlas tatuados por todo o corpo. O atlas é a base de algumas das cenas mais tórridas do meu livro, porque a cartografia do século XVI torna-se a plataforma erótica de um jogo sexual no final do século XX.

Um outro desafio, ainda, foi atender, nesta ficção, á riqueza de um léxico adequado para esta história nesta região, mas que se perdeu. Um exemplo: uso

nomes do português seiscentista para escrever uma disputa diplomática imaginária do final do século XX.

Assim:

“Repare, meu caro Jaime, permita-me tratá-lo com intimidade, que o Portugal de Quinhentos chegou ao Sudeste Asiático e fez suas as regras de um jogo que, de qualquer modo, já nessa altura não tinha poder para mudar. Pergunto-me por que não são hoje capazes de fazer o mesmo, e por que se tornou tão ruidosa e histérica esta incapacidade de sair de onde já não têm assunto. Recordo-lhe o que Lisboa desaprendeu: valores diferentes não exigem apenas câmbios diferentes mas também medidas diferentes. Em Malaca, que o grande Albuquerque conquistou em 1511, conviviam seis sistemas diferentes de pesagem, como sabe, e eu apenas faço a redundância de os enumerar: o peso de Lisboa, os três *dachins*, ou padrões de peso de Malaca, o *dachim* de Pacém e o sistema de Martabão. Não há conflito moral quando há rigor comercial, os vossos Judeus foram teorizar isso para Amesterdão. Pelo *dachim* grande de Malaca pesava-se a pimenta, o cravo, a noz, a maçã, o sândalo, o benjoim, o incenso, o enxofre, o salitre, o brasil, a mirra, o pucho, a galha, os mirabulanos, a pedra hume e o ferro. Pelo sistema do *dachim* pequeno de Malaca pesava-se o estanho, a seda da China, o marfim, o anfião, a água rosada, a roçamalha, a cânfora da China e outras mercadorias. Pelo sistema de Malaca de cate de taéis pesava-se o ouro, a prata, o aljôfar, o coral, o calambuco e a cânfora de comer — a do Bornéu, extraída de umas Dipterocárpeas, como sabe, que não a cânfora de botica da China, obtida essa na família das Laureáceas. Havia ainda o *dachim* de Pacém, que era o bar — um peso indiano vulgarizado pelos Árabes no Índico — de 200 cates, e o sistema de Martabão, de bares, viças e ticas (ou ticais). O vosso imprescindível Tomé Pires diz-nos que o bar de Pacém tinha menos cinco cates que o de Malaca, mas não é claro se o bar de Malaca se deve entender aqui pelo *dachim* pequeno ou se o *dachim* pequeno lhe era igual; dependendo das fontes, o bar de Pacém podia pesar 178, 183 ou 165 quilos, e, como sabe, não ajuda mas anima esta nossa discussão académica a inexistência dos pesos de Pacém no “Livro” de Antonio Nunez — escrito numa altura em que Pacém já tinha sido conquistada pelos meus protocompatriotas Achéns, samátrios ainda hoje irreduzíveis, inimigos dos Portugueses. Vejo que o fastidiei, excelentíssimo ministro, mas compreenda: eu tenho todo o tempo para discutir consigo sobre a verdadeira questão de substância, nunca esclarecida, de quanto pesava o *dachim* de Pacém. Não tenho disposição, pelo contrário, e não me convoque a Nova Iorque para tentar convencer-me que a pimenta, a seda e o ouro podem ser pesados na mesma balança.”

A minha aventura literária, narrativa, consistia também em incorporar o léxico dos rituais e as palavras sagradas que definem a identidade de várias comunidades, nomeadamente em Timor-Leste. Tais palavras são ao mesmo tempo a função (no sentido de organização social e política) e o conhecimento dos Lia-nain, literalmente, os Guardiães da Palavra.

“Um velho avançou para o dató-lulic, que dele recebeu uma espada dita macássar. Desembainhando-a, a voz rouca falou em nome dos reinos de Timor, gritando, numa réstia de palavras que se esvaíam em cada verso,

*Ina-Ama Portuga
Nodi letra no matenec
Fo mai oan ami Timor
Ami hodi ami Lulic
Ami fatuc ami fohon
Hamutuc ho Portugal
Mate ho Portugal
Moris ho Portugal
Viva Portugal!*

e o dató-lulic, fulminado pelo cansaço, ou apenas pelo peso da História, sucumbiu à récita,

A boca emudece, a voz apaga-se, disse ainda o velho, ao tombar do altar totémico.”

“Alguém traduziu para mim: o dató dos datós acabara de repetir o juramento de 1703,

*“Mãe-Pátria Portugal
Que traz a letra e a ciência
Para nós os filhos de Timor
Nós com os nossos Deuses
Unimos o nosso solo com Portugal
Viver com Portugal
Morrer com Portugal
Viva Portugal.”*

Escrever a “Peregrinação...” implicou, também, compreender as novas gramáticas da língua portuguesa mesmo dentro do que está definido como o espaço

canónico da lusofonia. Cito uma página de um capítulo do guerrilheiro timorense Que-Deus-Tem:

“se alguma coisa chorei, ou engoli,

‘Três!!!’

não foi a dor. Foi a confusão e raiva diante de uma Gramática da Língua Portuguesa que não abarcava a conjugação da realidade dos meus sujeitos. Debaixo das reguadas, pensei inventar um dia uma Gramática da Língua Timorense que conjugue a verdade timor sem erro, sem medo de reguadas,

“Uma!”

onde o sujeito possibilite uma pessoa primeira do plural

‘Duas!!’

e o verbo exista no pretérito do indicativo

‘Três!!!’”

“‘Este caderno pertence a’,

é melhor apresentar-me para me lembrar da sucessão correcta do que fui.

Sou três pessoas - pois hoje há mais uma que não havia na escola, a de combatente. Eu *somos* a criança do meu nome tradicional. *Somos* o rapaz do meu nome católico. *Somos* o guerrilheiro do meu nome de luta.

Antes de ser a minha pessoa inicial, também fui ninguém, apenas durante alguns meses, entre nascimento e nomeação. Não tive nome nenhum entre o corte do cordão umbilical e o corte do primeiro cabelo, conforme a tradição dos Fatalucos, até ao Muangavara.

Eu chamo-*nos* por ordem cronológica,

‘Em tal’,

Nosso nome é Peresó.

‘E tal’,

Nosso nome é José.

‘A tantos de tal’,

Nosso nome é Que-Deus-Tem.

A cronologia quer dizer: sucessivamente e justaposição. A posição justa. O último nome nasce como uma pele nova sobre a antiga. Ninguém substitui alguém, todos vivemos em cada um acumulando nomes e gerações,

‘Este caderno pertence a:’

Eu sou contemporâneo dos três indivíduos que envelhecem no meu corpo. Todos continuam a existir. Acumulam-se em mim e vejo-os, sobrepondo-se, ao olhar para trás, olhando para os meus pés agora e o chão livre em que pisam, livre mesmo que exíguo, neste santuário que caiu mas que o inimigo não conquistou,

Matebian, a Casa dos Mortos, fortaleza dos que lutam.”

Assim termino, nas montanhas timorenses, esta viagem pelos limites da lusofonia e por algumas das suas comunidades mais remotas: lá onde uma memória da língua portuguesa é contemporânea e vizinha da construção consciente de uma nova identidade lusófona. É claro que, como tentei traduzir no último romance, como nos anteriores, esta experiência é tão mais enriquecedora quanto maior for o desafio ao cânone. É que, como dizia o xâmane norueguês no final da “Peregrinação...”: “Ninguém como Caravela *pra* derrotar a carreira da Índia.”



A VIAGEM – PARADIGMA DO ENCONTRO: Perceções chinesas e portuguesas, sécs. XVI-XVII - A Peregrinação e a Crónica dos Mares

JIN GUOPING, RUI D'ÁVILA LOURIDO E WU ZHILIANG

A literatura de viagens, seleccionada como tema deste Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, em Natal, é um tema de grande amplitude temática envolvendo desde a viagem presencial (turística ou outra), à viagem literária (interior ou filosófica). Naturalmente toda a viagem consubstancia um tipo de encontro, seja ele o encontro com o “Outro”, o encontro com a natureza envolvente ou imaginária, ou o encontro consigo mesmo e com o pulsar mais interior do ser Humano, com as suas inquietações e com o Mundo envolvente. A viagem é frequentemente um ponto de partida para o questionar-se a si próprio e à sociedade. A viagem quando vertida, com talento, num texto escrito, pode ser assumida pelo leitor ou ouvinte e transportar-nos a todos para essa outra dimensão, onde partilhamos sentimentos e inquietações, onde nos sentimos envolvidos e nos questionamos.

Pretendemos analisar sinteticamente duas obras de referência da literatura de viagens e respectivos autores, dois homens muito diferentes étnica e culturalmente, originários de duas nações nas antípodas geográficas uma da outra, Portugal e a China. Dois viajantes do passado que deixaram escritas duas obras que marcaram as suas épocas. Ambos foram responsáveis por divulgar aos respectivos países as regiões e civilizações por si visitadas. O viajante chinês apresenta as civilizações do *Grande*

Mar Ocidental aos leitores do *Grande Império do Meio*, o navegador português apresenta as civilizações do Oriente, e a China em especial, aos Portugueses. Os dois autores convergem na inquietação interior e na sede de aventura.

Um deles, já todos os leitores lusófonos ouviram falar e muitos terão inclusive lido excertos da sua obra, o famoso Fernão Mendes Pinto, nascido entre 1510-4/ e falecido em Almada em 1583, celebrizado pela sua notável *Peregrinação*. O outro viajante, Xie Qinggao, desconhecido dos leitores lusófonos, nascido em 1765, no distrito de Guangdong, falecido em 1822, em Macau, famoso pela sua *Crónica dos Mares (Hailu)*. O que levou alguns a apelidar Xie Qinggao de - Fernão Mendes Pinto chinês; outros autores chineses designam Xie como - o Marco Polo chinês. Como este, também Xie Qinggao ditou as suas memórias, visto ser analfabeto e ter cegado aos 31 anos. Tendo partido com 18 anos em viagem para o Ocidente, possivelmente em navio português, visitou durante 14 anos os principais portos da Europa, América do Norte e do Sul, e da Ásia. Tendo regressado à China estabeleceu-se em Macau, onde viria a morrer em 1822, com 57 anos.

Este texto vai estruturar-se em três partes complementares: nas duas primeiras, a *Peregrinação* e a *Hailu* serão abordadas mediante uma análise conceptual e analítica que pretende fazer o seu enquadramento global através de algumas semelhanças e diferenças entre os autores e as respectivas obras. Na terceira e última, apresentaremos a tradução anotada em Português, pela 1ª vez, do capítulo de *Hailu* sobre o Brasil, da autoria de Jin e Wu.

Assim, numa breve análise comparativa, poderemos referir que as duas obras são descrições de viagens e possuem significativos elementos comuns entre si, nomeadamente, quanto ao Objeto, ao Tema, ao Método e ao Impacto Social da Obra. Apesar de devermos reconhecer a inevitável e patente diferença na respectiva forma e intensidade de expressão. Quanto aos elementos de diferenciação entre ambas as obras, destacamos, nomeadamente: o Tempo, a Autoria, o nível de Alfabetização e grau de Modernidade.

I - Elementos comuns

Quanto ao Objecto, compreensivelmente, ambos os textos apresentam “O Outro”, os diferentes Povos, sociedades, seu inter-relacionamento, o poder, sua ligação com a natureza, seu desenvolvimento tecnológico;

Quanto ao Tema, é a Literatura de Viagens, a descrição das peripécias e aventuras das suas viagens, com reduzido enquadramento das suas vidas anteriores

ou posteriores. Os respectivos campos de acção são o Oriental *versus* o Universal: para Fernão, a descrição centra-se no Oriente e na China em especial, não em todo o espaço marítimo navegado. Para Xie Qinggao, a descrição das suas navegações amplia-se aos mares navegados - Pacífico, Índico e Atlântico; Facto interessante é o de ambos darem o principal realce ao país do outro. Enquanto na obra de Xie Qinggao a descrição de Portugal é mais longa, na obra de Pinto o papel central é ocupado pela China.

Quanto ao Método, ambas são descrições das experiências e aventuras, mesmo as imaginadas ou ouvidas de outros, são narradas como se os autores fossem testemunhas presenciais. No fundamental destaca-se a veracidade dos ambientes narrados por ambos os textos. Contudo, algumas das suas afirmações são naturalmente alvo de dúvidas quanto à sua veracidade, ou no mínimo quanto à possibilidade de terem sido testemunhas pessoais dos eventos narrados. Ambas as obras apresentam algumas dificuldades de leitura para um leitor do século XXI. Derivadas, algumas, da natural passagem do tempo, como a utilização de expressões entradas em desuso e, no caso do chinês, a dificuldade acrescida de identificação de alguns topónimos descritos, devido à utilização da forma dialetal, de então, da região de onde Xie era natural. Outras dificuldades são reflexo de algumas inconsistências, como a problemática colocação presencial dos autores em todos os acontecimentos e espaços descritos.

Xie Qinggao, na *Crónica dos Mares*, apresenta algumas descrições de territórios, designadamente no Mediterrâneo, na África Ocidental, na América Central e na América do Norte, que talvez não reflectam o conhecimento da sua própria experiência, mas sim de informações orais que ele obteve durante as suas longas viagens transoceânicas.

A *Peregrinação* levanta alguns problemas interpretativos decorrentes do autor se afirmar participante de muitos episódios de difícil comprovação, nomeadamente a extensíssima viagem pelo interior da China, onde teria dialogado com sobreviventes da expedição diplomática de Tomé Pires. Maioritariamente, os historiadores têm considerado irrealizável geograficamente a sua presença pessoal em todos os episódios narrados. Contudo, a existência de alguns lapsos (não se refere à peculiar escrita chinesa, na forma de caracteres) e igualmente de alguns erros (ao apresentar como tradicional a cremação dos mortos) não desqualificam o extraordinário valor global da obra.

A historicidade de alguns episódios, dos quais Fernão Mendes Pinto teria ouvido falar por outras testemunhas pessoais e por fontes escritas chinesas e portuguesas, tem vindo a ser comprovada ao serem recentemente reanalisadas pelos estudiosos, tanto em Portugal como na China. Uma nova geração de historiadores, após dezenas de

anos de investigação séria e confronto de fontes asiáticas e chinesas em particular, tem vindo a confirmar a veracidade de grande parte dos acontecimentos descritos por F.M. Pinto. Jin Guoping, autor da tradução anotada da *Peregrinação* para chinês, considera mesmo o capítulo CCXXI - “Como...fomos ter a Sanchoão [Shangchuan] e dahy a Lampacau [Langbai’ao], e dasse conta de dous casos desastrados que acontecerão na China a duas povoações de Portugueses”, como fonte documental para o estudo da História do estabelecimento dos portugueses na China e em Macau.

Quanto ao Impacto Literário e Social de ambas as obras, ele foi enorme e independentemente do que diremos mais à frente, quando analisarmos o seu grau de modernidade: a *Peregrinação* é o mais traduzido e famoso livro da literatura de viagens portuguesa, sendo referido nomeadamente como “O mais interessante livro de viagens do séc. XVI português, e um dos mais interessantes da literatura mundial”³⁵.

A *Crónica dos Mares* teve grande relevância na sua época, pelo detalhe das informações que seriam consideradas posteriormente de grande importância por várias autoridades e obras chinesas posteriores. Como o mandarim Lin Ze Xu, responsável pela luta anti-inglesa de proibição do ópio em Guangdong. É igualmente citado por importantes obras posteriores, como a *História ilustrada dos países litorais* (*Hai guo tu zhi*), da autoria de Wei Yuan, e a *História resumida do Mundo* (*Ying huan zhi lue*), da autoria de Ku Ji She.

As semelhanças quanto à Condição Social de ambos os autores são igualmente patentes. Pinto refere-nos que “no começo da minha mocidade, em tal estado q. nella vivi sempre em miserias, & em pobreza”³⁶, é marinheiro, escravo, comerciante, enriquece e empobrece inúmeras vezes, entra e sai para a poderosa Companhia dos Jesuítas, investidor e empreendedor, acabando por morrer numa situação economicamente remediada, em Almada. Xie teria sido marinheiro e comerciante e morreu igualmente numa situação economicamente remediada, em Macau.

Outras semelhanças, de menor relevo, se podem assinalar: quanto à idade, ambos iniciam as viagens enquanto adolescentes, Xie Qinggao com 18 anos e Pinto com cerca de 14 anos; As viagens iniciais foram traumáticas, Xie naufragou e Pinto

³⁵ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 12ª ed., Porto, 1982, p.309. Ver a mais recente edição crítica: AAVV, Fernão Mendes Pinto and the *Peregrinação*. Studies, Restored Text, Notes and Indexes, edição da Fundação Oriente e da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 4 volumes, 2008, Coord. de Jorge Alves; o 1º vol. constituído por 15 estudos; o 2º vol. com o texto restituído da edição original de 1614; 3º vol., com as notas aos 226 capítulos; 4º vol. Com os índices remissivos.

³⁶ In *Peregrinação*, transcrição de Adolfo Casais Monteiro, do texto integral primitivo de 1614, edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p.13.

foi feito escravo por corsários franceses; ambos foram navegantes, marinheiros e mercadores embarcados, durante longos períodos (Xie Qinggao durante 14 anos; Pinto viajou 21 anos). Ambos iniciam suas grandes viagens a bordo de barcos europeus, Português no caso de Pinto e o mais provavelmente também Português no caso de Xie. Ambos utilizaram directamente nas suas obras, palavras dos idiomas com que se cruzaram, Pinto do Chinês e outras línguas Orientais, e grande parte das palavras estrangeiras utilizadas por Xie provêm do Português, dando um ambiente respectivamente Orientalizante ou Ocidentalizante às suas obras.

II - Elementos de diferenciação entre as duas obras

Começamos pelo Tempo, registando que o período de desenvolvimento da acção é diferente nas duas obras: a *Peregrinação* é do século XVII e a *Crónica dos Mares* é passada no século XVIII e escrita no século XIX.

A *Peregrinação* foi publicada em 1614, no prelo português de Pedro Crasbeeck, trinta anos após a morte do autor. Redigido entre 1570 e 1578 em Vale de Rosal, Almada. Narra 21 anos de viagens (1537-1558) pelo Oriente, tendo Pinto começado com cerca de 14 anos de idade, data da sua 1ª captura, onde é feito escravo - “estes meus trabalhos, & perigos da vida q. passei no discurso de vinte & hum ânos em q. fuy treze vezes cativo,& dezassete vendido, nas partes da India, Etiopia, Arábia feliz, China, Tartaria, Macassar, Samatra, & outras muitas provincias daquelle oriental arquipelago, dos confins da Asia, a q. os escritores Chins, Siames, Gueos, Elequios, nomeão nas suas geografias por pestana do mundo”³⁷.

A *Crónica dos Mares* é a descrição dos 14 anos de navegações de Xie Qinggao, entre 1782 e 1796, escrita em 1820. Xie embarcou para a Europa, aos 18 anos, num navio que com toda a probabilidade era português, e visitou alguns dos principais portos da Ásia, África, América, e Europa. Xie regressou á China e cegou aos 31 anos, estabelecendo-se em Macau, onde narra as suas descrições a um letrado chinês amigo, que as regista em papel. Morreu com 57 anos, iletrado, no ano de 1822.

Quanto ao nível de Alfabetização, Pinto, para além de autodidata, atingiu um grau de literacia e cultura invejáveis, de tal forma que lhe permitiu escrever com enorme talento a obra prima *Peregrinação*. Xie era analfabeto mas de grande cultura,

³⁷ Adolfo Casais Monteiro, op. cit., p.13.

“de saber prático” e mundividência adquirida, a qual não foi complementada com a alfabetização, e assim morreu.

Chegamos assim à questão da respetiva autoria directa de ambos os textos. Fernão Mendes Pinto escreveu a sua própria descrição de viagens, enquanto Xie Qinggao ditou as suas memórias, após ter cegado, 2 anos antes de morrer, ao letrado seu amigo Yang Pingnan, que as fixou em papel na primavera de 1820.

Como último aspeto diferenciador destas duas obras, gostaríamos de referir o seu grau de Modernidade, no contexto das respectivas literaturas. Apesar de ser uma questão complexa, poderemos mencionar sinteticamente, na esteira da generalidade dos estudos recentes sobre Fernão Mendes Pinto, que a *Peregrinação* representa uma extraordinária modernidade literária. Consubstancia uma perspetiva crítica da expansão portuguesa. É essencialmente uma narrativa de espaços marginais que fugiam ao controle do Poder Português (Estado Português da Índia), onde muitos mercadores privados preferiam navegar, por lhes permitir obter as maiores margens de lucro possíveis. A capacidade de Fernão Mendes Pinto de dar um ambiente orientalizante ao seu discurso, através da transposição de expressões e frases em línguas orientais como a chinesa, é extraordinariamente valorizada pela plasticidade, simplicidade retórica e emoção da sua narrativa, de quadros cinematográficos cheios de realismo, consubstanciando assim factores de uma modernidade literária.

A Crónica dos Mares de Xie Qinggao representa o culminar das descrições chinesas de viagens no seu tempo (séc. XVIII), na continuidade da longa experiência chinesa de relatórios sobre as navegações, territórios e povos visitados, mas que fora interrompida após as navegações de Zheng He do século XV. Não esquecendo aqui o primeiro texto chinês sobre os mares e terras para Ocidente do Cabo de Boa Esperança e sobre a Europa, que chegou até nós, intitulado *Shen Jian Lu*, “Um relato do que eu vi”, da autoria de Fan Shouyi, viajante chinês que viajou pelo Atlântico Sul e que visitou a Europa (durante 13 anos, 1707-1720). *Fan Shouyi* foi enviado ao Papa integrando uma delegação do imperador chinês, chefiada pelo Padre António Provana.

Contudo, a descrição de maior amplitude e impacto na China foi a *Hailu*, de Xie Qinggao, pela repercussão da informação sobre os países estrangeiros, numa época de novos desafios colocados à China, pela ofensiva europeia do século XIX. Entre os 95 países e regiões apresentados nesta narrativa, encontram-se o Sueste Asiático, a Índia, a Europa, a América, a África, a Oceânia e as ilhas do Pacífico. Chegou a ser o livro de viagem escrito por um chinês mais lido da época. Devido à amplitude das suas viagens, navegando os Oceanos conhecidos, chega a ser elogiado como o Marco Polo chinês. O Pe. Benjamim Videira Pires equipara-o explicitamente “como o contraponto chinês

do nosso Fernão Mendes Pinto mas sem o brilho literário deste” porque “Apesar, pois, de iletrado, deixou-nos um livro de viagens que pertence à literatura mundial”. Grandes obras chinesas sobre geografia mundial, do século XIX, tais como *Yinghuan Zhiliu* (*Breve Geografia Mundial*) e *Haiguo Tuzhi* (*Países Marítimos Ilustrados*) compilaram e apresentaram informações que recolheram no livro de Xie Qinggao. O comissário imperial Lin Zexu, responsável por tentar solucionar o comércio ilegal de ópio em Cantão, chegou a recomendar este livro ao Imperador Daoguang (1821-1861), dizendo que “...as informações sobre os países estrangeiros contidas nele são extremamente pormenorizadas”³⁸. A difusão de *Hailu* entre as autoridades chinesas permitiu-lhes tomar conhecimento de um mundo exterior, em especial de uma Europa em ameaçadora expansão, que a breve trecho, século XIX, iria impor as guerras do ópio a uma China cristalizada no seu passado glorioso.

A *Peregrinação* é mais que a autobiográfica descrição de viagens, pois é igualmente o testemunho, por vezes crítico, da participação privada (comércio e pirataria) no quadro da expansão portuguesa. Descreve frequentemente a ação marginal dos navegantes e mercadores europeus e asiáticos nos mares do Oriente, do Mar Vermelho ao Japão (longe do controle da administração oficial portuguesa), praticando por vezes a violência e a extorsão. Jacinto Prado Coelho refere que “a verdade e a indignação com que o faz integra-o naquele número de representantes da nossa espiritualidade que, denunciando perante a História as torpezas praticadas, isentam a Nação de uma convência infamante”³⁹.

A China é o centro temático e predominante (cerca de um terço) da *Peregrinação*. Assim como Portugal é igualmente o maior e mais completo relato da *Hailu - Crónica dos Mares* (ocupando cerca de um décimo da obra). A *Peregrinação* faz a compilação sistemática e variada das informações disponíveis sobre a China. Na *Peregrinação* a China aparece como modelo civilizacional: imenso império, autoridade aceite do Imperador, urbanismo ordenado modelar, justiça imparcial, riqueza do estado e abastança da população, administração letrada e não hereditária preocupada com população. Nas palavras de Fernão Mendes Pinto, os letrados administravam com “admirável modo o provimento de toda a Republica”. Descreve mitos e tradições da História Antiga da China, e crenças populares (ainda não referidos por europeus), utilização inovadora de topónimos e de frases chinesas, com respectiva tradução, dando um ambiente exótico à descrição.

³⁸ *Hailu* Jiaozhu (Crónica do Mar Revista e Anotada), p.7-8.

³⁹ Coelho, J. do Prado, Dicionário de Literatura, 5 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, 1985

III - Descrição de *Hailu* sobre o Brasil e a América

Passamos a apresentar seguidamente a tradução anotada em português de *Hailu* sobre o Brasil. Até agora, a maioria dos estudos existentes sobre o seu autor, Xie Qinggao, desenvolve-se à volta da sua vida e das edições da sua obra, a fidedignidade das suas informações, bem como sobre o seu processo judicial em Macau, pela dívida do aluguer de uma casa, em Macau, do padre português António José da Costa e seu sobrinho António Fonseca. Além das duas edições anotadas, não tem havido trabalhos monográficos sobre o rico conteúdo de *Hailu*. O que levanta a necessidade do seu estudo e publicação integral em Inglês e Português, tarefa em que os 3 autores desta comunicação estão empenhados, com o apoio da Fundação Macau.

“Yamielige Guo (América do Sul) fica exactamente ao oeste de Xiashan (Cabo da Boa Esperança). A partir daqui e em direcção do oeste, ao fim de cerca de um mês de viagem, chega-se lá. Os bárbaros nativos são diabos pretos de cabelos lisos (“Shunmao Wugui”, Índios) com temperamento dócil e manso. O seu território é imenso, dividido numa dezena de pequenos países, com os seus respectivos reis, que eram independentes. O nome geral é Yamielige . O clima é muito quente, semelhante ao dos países da Insulíndia.

Existe um alto morro que se chama Yannilu (Rio de Janeiro), que é maior em território do que Xiyang Guo (Portugal). Recentemente, o Rei de Xiyang deslocou a sua capital para aqui, deixando o príncipe herdeiro ficar a guardar a antiga capital. A partir de Yannilu, ao fim de cerca de uma dezena de dias de viagem para o oeste, chega-se a um lugar que se chama Maiyiye (Bahía), também da jurisdição de Xiyang.

Mais uma dezena de dias de viagem para oeste, chega a Bigudali, que é da jurisdição de Yingjili (Inglaterra). Outros países, na sua maioria, são ocupados por Helan (Holanda), Lüsong (Espanha) e Folangji (Portugueses).

Os que aqui chegam costumam ter bichos-de-pé, que fazem lembrar os piolhos. São precisas frequentes lavagens para os tirar.

Dos produtos autóctones podem-se destacar cinco cereais, diamante, ouro, cobre, cana de açúcar e açúcar branco. Existe um pau que pode ser transformado em farinha e consumida pela maioria dos bárbaros nativos.

A partir daí, navegando para o noroeste, chega-se aos países da bandeira florida”⁴⁰.

⁴⁰ A referência a “Florida”, poderá mencionar a península do mesmo nome no Golfo do México, comprada pelos Estados Unidos à Espanha em 1819. Terminamos aqui a citação do texto de *Hailu*, da tradução de Jin e Wu, a partir da obra de An Jing, *Hailu Jiaozhu* [Crónica do Mar Revista e Anotada (nova versão)], Beijing, The Commercial Press, 2002.

Ao contrário da descrição mais detalhada de Portugal, noutra secção da *Hailu*, esta descrição do Brasil e da América do Sul, é muito elementar e sintética. O que associado ao estranho facto de Xie Qinggao nunca utilizar o nome de “Brasil”, poderá indiciar que ele como marinheiro não teria desembarcado ou visitado demoradamente as cidades a que o seu navio tenha acostado e que para esta parte da sua descrição, poderia ter utilizado informação incompleta ouvida de outros viajantes. Por outro lado, a utilização de algumas designações toponímicas sempre abreviadas, como “Yannilu” para a Cidade do Rio de Janeiro, poderá ser um reflexo de Xie Qinggao como navegante e mercador iletrado só possuir um conhecimento elementar do português vulgar, um patois ou um pidging português. Recordemos que os navios portugueses estavam normalmente proibidos de parar no Brasil, nas suas “torna viagem” a Lisboa, até à abertura dos portos do Brasil ao comércio e “às nações amigas”, em 1808.

Contudo, o texto apresenta-nos relevantes informações em diferentes áreas, nomeadamente, da geografia à antropologia, à economia e à política.

Quanto a elementos antropológicos é clara a sua caracterização dos “Shunmao Wugui” - Índios, como habitantes autóctones da América e com a característica somática de terem cabelos lisos e não deixa de registar que possuem um “temperamento dócil e manso”. Quando noutra parte de *Hailu* se refere aos negros africanos, “Juanmao Wugui” (diabos pretos com cabelos encaracolados) diferencia-os dos índios pelo tipo de cabelo. Por outro lado, necessitamos de contextualizar as expressões utilizadas por Xie Qinggao de “bárbaros” e “diabos estrangeiros”. Na terminologia tradicional sinocêntrica chinesa, estas expressões são utilizadas habitualmente para designar os povos que não falam ou não partilham da cultura chinesa. É uma postura etnocêntrica muito típica das grandes civilizações e impérios. Já os Gregos e depois os Romanos designaram os povos que não falavam a língua Grega e Romana, como povos bárbaros. Cerca de dois séculos antes de *Hailu*, já Gaspar da Cruz, português, em “Cousas da China...” referia que os Portugueses eram designados na China como “Fan cui” ou “Fan cu”, ou seja esta mesma expressão de “homens do Diabo”⁴¹.

Nas referências de carácter político, é clara a inclusão de informações posteriores ao seu regresso a Macau, que deverá ter ocorrido cerca de 1797. Neste caso está a indicação da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, que só viria a ocorrer

⁴¹ Ver Rui d'Ávila Lourido, *op. cit.*, 1995, apêndice nº 4, P. 326.

em 1808, devido à invasão Francesa de finais de 1807. O facto, totalmente inédito a nível do puzzle político da Época, de um estado mudar a sua capital do território metropolitano para uma sua colónia, terá impressionado tanto o autor e o redactor de *Hailu*, que estes dois chineses incluíram este facto histórico fundamental para o território do Brasil, que estavam descrevendo. Esta nova centralidade e desenvolvimento do Brasil, estará directamente relacionada com a sua futura passagem a império e à independência. Contudo, a distância e a recepção de notícias incompletas chegadas a Macau, poderá explicar o erro de Xie Qinggao ao referir, que o Rei português teria deixado “... o príncipe herdeiro ficar a aguardar a antiga capital”. Na realidade, não só toda a família real, bem como a corte, se mudou para o Brasil, mas também quando a metrópole exige o regresso do rei à “antiga capital” - Lisboa, este deixa o príncipe herdeiro D. Pedro a governar em seu nome, na nova “capital” do Rio de Janeiro. Fato este que só ocorreu em abril de 1821 e o nosso autor morreria em 1822, em Macau.

As informações de carácter económico apresentadas em *Hailu*, eram na realidade as principais riquezas, pilares da produção agrícola e mineral do Brasil. Assim, o autor refere, “cinco cereais” sem os enumerar, e destaca a “cana de açúcar” e a derivada produção de “açúcar branco”. Na realidade, o Brasil foi um dos maiores produtores da cana de açúcar e o grande exportador de açúcar para os mercados europeus. O açúcar foi o produto nevrálgico e central da economia do Brasil nos séculos XVI e XVII. O peso desta indústria levaria à transformação da paisagem do nordeste brasileiro, com centenas de engenhos de maior e menor dimensão, os quais absorviam grande parte da mão de obra escrava africana. Outro produto agrícola causou estranheza em Xie, foi a mandioca, sendo realçado em *Hailu*, como “um pau que pode ser transformado em farinha e consumida pela maioria dos bárbaros nativos”. O tubérculo da mandioca reduzido a farinha, é um acompanhamento de alguns pratos típicos brasileiros, em especial no Nordeste e na feijoada. Nos minerais regista o cobre, o ouro e os diamantes, entre os quais, como sabemos, os dois últimos provocaram uma corrida demográfica para as regiões de extracção e tiveram um peso fundamental no desenvolvimento económico do Brasil, chegando mesmo a reflectir-se na toponímia de algumas regiões, inclusive de estados e cidades como “Minas Gerais”, “Ouro Preto” e “Diamantina”.

Como nota final, diremos que a *Peregrinação* é, essencialmente, um testemunho literário, crítico, genial, de cunho histórico, da visão Portuguesa do século XVI sobre a China. *Hailu - Crónica dos Mares* pode ser encarado como o culminar da literatura chinesa de viagens, testemunho pessoal, de um navegante e aventureiro

Chinês, do séc. XVII-XVIII, que revela, pela primeira vez ao amplo público chinês, uma Europa em rápida e ameaçadora expansão. O interesse de *Hailu*, ainda não traduzido integralmente em Português nem Inglês, leva os presentes autores a empenharem-se na sua publicação integral nestas duas línguas.



O MAR

*Poema escrito coletivamente por escritores presentes no II EELP
(ideia lançada pelo escritor Manuel Rui)*

*O mar já não é mais mar tragédia
de navegar contra o amor.*

*Mas continua a ser trágico
porque esconde o Tempo em promessas de ondas
que chegam desfeitas
ao cais onde o passado
tenta ser futuro, mas não pode.*

*O futuro se for mar será desfeito
nas ondas do presente que for mar
mas tu não podes mais fechar o peito
ao Cais deste presente feito de sal...
O mar 'inda será o que for trágico
porque será, a vida, navegar o profundo amor...
Trágico será não fazer o acto
de viver o Tempo em seu fulgor.*

*Amarados na margem má
de nós, nossa maré vazou.
De mar entre nós enchemos,
amarámos em mar que amou,
de nós, amarámos doutra dor.
Ultramar esquecendo-nos
nossa maré passou.
Nosso mar, mero amor
outro amou,
amarados na margem má,
de nós, outro mar passou.
e assim navegamos mar dentro.*

*E o mar, assim, é o infinito
no peito trancado, com maré de amor.
Reproduzem-se marés e trancas em repouso.*

*Porque amansado o mar das tormentas
e Bojadores
em novas esperanças
retomamos o nosso Caminho
sem amargura
e com os mares espumando cristais
de ternura.*

*Escuta ó mar,
eu sou de um país de marinheiros,
o primeiro entre os primeiros
que rasgou o mar profundo
para chegar ao fim do mundo.*

*E o mar do mar
num mar de amor
é mar, é mar, é mar
em brando calor
pelas veias a arfar.*

*Chamem que eu venho
ao barco, ao estro e ao vento
nó, o mar, a viagem
sempre viagem e a nave
Que se aproa a
rumores e distâncias
mil, o mar de
sempre e de todos os
tempos. Oh Mar!*

*O silêncio pleno das palavras é o seu maior grito.
Tal como o olhar apaixonado de uma mulher
é a sua melhor declaração de amor.*

*Se caminharmos, sempre a direito,
desde Natal, por esse mar de Cristo,
iremos dar, sem tirar nem pôr, a Portugal.
E se continuarmos a caminhar,
pelo mar, com amor,
será Cabo Verde, Guiné, S. Tomé,
e depois Angola, Moçambique,
e lá muito longe Timor,
e mais, e mais, onde quer que fique,
na nossa língua, por esse mar de Cristo.
Lusofonia também é isto.*

*Ó Mar d'encontro!
Mar largo feito Oceano,
Atlante das preciosas letras
de Culturas Daquém e Dalém mar
ouviu-se teu marulhar lusófono espraiando-se
nas cálidas e tranquilas águas do Potengi!*

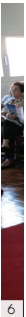




Mesa de abertura do II EELP. Conferencistas

da esquerda para a direita:

Carlos Marques (Lisnatal); Miguel Anacoreta Correia (Secretário-Geral da UCCLA); Diógenes da Cunha Lima (Presidente da Academia Norteriograndense de Letras); representante da Prefeita de Natal; Roberto Lima (Presidente da FUNCARTE)





7



8



6



9

1. Anacoreta Correia e Francisco Lamy (cônsul de Portugal em Natal)

2. Na assistência, Manuel Rui e Anacoreta Correia

3. Na assistência, Danny Silva e Abreu Paxé

4. Mesa de encerramento do II EELP

da esquerda para a direita:

Rui Lourido; Roberto Lima, representante da Prefeitura de Natal, Miguel Anacoreta Correia, Carlos Marques, Augusto Júnior

5. Na assistência, Mário Maximo, Luíza Nobrega, Fátima Mendonça, Tony Tcheka e Carlos Reis

6. Daniel Pereira, embaixador de Cabo-Verde em Brasília e Anacoreta Correia

7. Domingos de Sousa, embaixador de Timor-Leste em Brasília no encontro de escritores com universidade

8. Danny Silva

9. Rui Lourido e Augusto Júnior





10. Encontro de Escritores com estudantes na Universidade Federal do Rio Grande do Norte
11. Daniel Pereira no Encontro de Escritores com estudantes
12. Momento musical de abertura do II EELP.

- 13, 16 e 17. Apresentação de danças populares do Rio Grande do Norte no encerramento do II EELP.
14 e 15. Assistência



ANAIS DO II ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

PROGRAMA DAS
MESAS E COMUNICAÇÕES
REALIZADAS NO II EELP

Dia 23 de novembro 2011 (14h-19h)

- 14h - 15h Recepção e inscrição
- 15h - 15h30 CERIMÓNIA DE ABERTURA:
Abertura com o hino nacional brasileiro, por banda “Regional de
chorinho” e outras músicas brasileiras
- 15h30 *Tema:* POESIA ESCRITA PARA A MÚSICA
Mediador: Roberto Lima (Presidente da FUNCARTE), Natal
Conferencista apresentador do tema: Gabriel o Pensador (cantor e
compositor brasileiro)
- Palestrantes (6):**
- § Abreu Paxe, *Da poesia e da música em Angola: Imagens e
Contextos* (escritor angolano, Luanda)
- § António Carlos Cortez, *Poesia e Música: Quando a Palavra
Brilha no Canto* (escritor português, Lisboa)
- 16h PAUSA CAFÉ (de 15m)
- § Ilza Matias de Souza, *Sobre as Representações do Amor em
Cazuza* (escritora brasileira)
- § Maria Emília Monteiro Porto, *O Trovadorismo Português*
(escritora brasileira)
- § Roberto Lima, *Os Poetas do Romatismo Brasileiro e a
Modinha* (escritor brasileiro)
- § Tiago Torres da Silva, *Canções Atlânticas - Escrever com um
Pé em Alfama e o outro em Ipanema* (escritor português)
- 18h Curta intervenção musical de Gabriel o Pensador

Dia 24 de novembro 2011 (15h-19h)

Tema: O ESTADO E EVOLUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Mediador: Laurence Bittencourt Leite (Prof^a. UNP, Natal, Rio Grande do Norte)

15h-15h30 *Conferencista apresentador do tema:* Carlos Reis, ***Para uma Política de Língua: Estratégias de Afirmação*** (Prof. U. Coimbra, Portugal)

15h30 **Palestrantes (8):**

§ Armindo Jaime Gomes, ***Angolização Formal da Língua Portuguesa*** (escritor angolano, Benguela)

§ Danny Spínola, ***Escritores Cabo-Verdianos e a Questão da Lusofonia*** (escritor cabo-verdiano, Praia)

§ Daniel A. Pereira, ***A Unificação Ortográfica e a Consolidação da Democracia nos Países Africanos de Expressão Portuguesa*** (escritor e embaixador de Cabo Verde em Brasília, Cidade Velha de Santiago)

§ Domingos Francisco de Jesus de Sousa, ***A Representação da Língua Portuguesa na Luta pela Independência e a sua Perspetiva para o Futuro de Timor-Leste*** (escritor e embaixador de Timor-Leste em Brasília)

16h30-16h45 PAUSA CAFÉ (15m)

§ José Carlos Vasconcelos, ***Língua Portuguesa - Um Combate Necessário*** (escritor português e diretor do *Jornal de Letras* e *Revista Visão*)

§ Fátima Mendonça, ***Poesia do Índico*** (escritora moçambicana)

§ Maria Honasete Alves de Lima, ***A Especificidade Histórica das Três Reformas Ortográficas*** (escritora brasileira)

§ Tony Tcheka, ***As mutações e os caminhos da Guiné-Bissau*** (escritor guineense)

Atuação do grupo musical "As Carolinas"

Dia 25 de novembro 2011 (15h-19h)

Tema: LITERATURA DE VIAGENS

Mediador: Márcio de Lima Dantas (Prof. UFRN, Natal, Rio Grande do Norte)

15h-15h30 *Conferencista* Manuel Rui, ***Língua de Viagem num Parágrafo*** (escritor angolano, Luanda)

Palestrantes (12):

- § Ana Maria Cascudo Barreto, *Viagens literárias de Câmara Cascudo* (Acadêmia Norteriograndense de Letras)
- § António Nahud Júnior, *Literatura de viagens: trajetórias e percursos* (escritor brasileiro)
- § Carlos Francisco Moura, *A Jornada do Paraense António de Albuquerque Coelho de Goa a Macau em 1717-1718* (escritor macaense)
- § Diógenes da Cunha Lima, *Natal: Biografia de Uma Cidade* (Presidente da Acadêmia Norteriograndense de Letras)
- § Domingos Landim de Barros, *O Contributo do Fenómeno Viagem para a Literatura de um Povo Ilhéu* (escritor cabo-verdiano, Praia)
- § E. S. Tagino, *Almada: Um Itinerário Literário, Pessoal e Transmissível* (escritor português)

16h30-16h45 PAUSA CAFÉ (15m)

- § Jin Guo Ping (historiador chinês), Rui Lourido (historiador português), e Wu Zhiliang (historiador macaense), *A Viagem – Paradigma do Encontro: Percepções Chinesas e Portuguesas, sécs. XVII-XVIII – a Peregrinação e a Crónica dos Mares*
- § Luíza Nóbrega, *Dicção e Contradição n’Os Lusíadas* (escritora brasileira)
- § Márcio de Lima Dantas, *Nízia Floresta e a Literatura de Viagens* (escritor brasileiro)
- § Mário Ivo Cavalcante, *A viagem literária no Rio Grande do Norte* (jornalista brasileiro)
- § Mário Máximo, *As Viagens Essenciais ou o Itinerário Interior de Toda a Viagem* (escritor português, Odivelas)
- § Pedro Rosa Mendes, *Viajar e escrever pelas lusofonias “malaias”* (escritor português)

Encerra com um Bailado Popular



ANAIS DO II ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

ESCRITORES II EELP
Referências Biobibliográficas

ABREU PAXE

ANA MARIA CASCUDO BARRETO

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ

ANTÓNIO NAHUD JÚNIOR

ARMINDO JAIME GOMES

CARLOS FRANCISCO MOURA

CARLOS REIS

DANIEL A. PEREIRA

DANNY SPÍNOLA

DIÓGENES DA CUNHA LIMA

DOMINGOS DE SOUSA

DOMINGOS LANDIM DE BARROS

E.S. TAGINO

FÁTIMA MENDONÇA

ILZA MATIAS DE SOUZA

JIN GUO PING

LUIZA NÓBREGA

MANUEL RUI

MÁRCIO DE LIMA DANTAS

MÁRIO MÁXIMO

PEDRO ROSA MENDES

RUI D'ÁVILA LOURIDO

TIAGO TORRES DA SILVA

TONY TCHEKA

WU ZHILIANG



ABREU PAXE

[Angola]



Abreu Paxe é poeta e professor assistente em tempo integral na área de Literaturas, lecionando as cadeiras de Literaturas Orais Africanas, Literatura Angolana e Teoria da Literatura, no Departamento de Língua Portuguesa do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED, de Luanda). Mestre em Ensino de Literaturas em Língua Portuguesa. A sua área de investigação tem incidido na semiótica aplicada ao texto artístico. Secretário para as Actividades Culturais na União dos Escritores Angolanos, UEA. Como poeta, publicou *A Chave no Repouso da Porta* (Luanda, INALD, 2003), *O Vento fede de Luz* (Luanda, UEA, 2007). Tem textos ensaísticos publicados em revistas, científicas e de artes, brasileiras, portuguesas e angolanas. É membro do conselho de redação da revista eletrónica sobre artes e literaturas Zunái (S. Paulo/Brasil). Assina uma coluna na revista eletrónica sobre artes e literaturas *Cronópios* (S. Paulo/Brasil) e outra semanal no semanário *Novo Jornal* (Luanda).

ANA MARIA CASCUDO BARRETO

[Brasil]



Nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, filha caçula de Dahlia Freire Cascudo e Luís da Câmara Cascudo. Estudou direito e jornalismo. Aos 13 anos já assinava uma coluna sobre música popular brasileira no jornal *A República*. Foi notícia em todo o Nordeste quando, ainda segundanista de Direito, foi nomeada adjunto de promotor. Depois de formada,

prestou concurso e foi atuar como promotora em São Gonçalo do Amarante e Lajes. Foi a primeira mulher a atuar como promotora em júri na cidade de Natal e depois atuou como curadora de acidentes de trabalho e procuradora da Justiça. Mesmo aposentada, tem uma vida social muito agitada em Natal, onde é uma das fundadoras da Academia Feminina de Letras e membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, onde ocupa a cadeira que foi de seu pai. Pela Global Editora, é autora de *Mulheres Especiais*. Foi pioneira na TV Universitária, redigindo e apresentando “Semanários”, e durante quase 20 anos manteve coluna sobre livros, modas, artistas, viagens e biografias femininas. Hoje é procuradora de Justiça, conferencista, escritora consagrada de Mulheres Especiais (Global, SP), membro da Academia Feminina de Letras, AJEB, Instituto Histórico e Geográfico, Comissão de Folclore, Associação do Ministério Público.

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ

[Portugal]



Licenciado em Língua e Literaturas Modernas – variante em Estudos Portugueses, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Prepara doutoramento em Literatura Portuguesa Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É professor de Literatura Portuguesa e de Português no Colégio Moderno, em Lisboa.

Crítico de poesia (colaborador permanente do *Jornal de Letras* e de revistas da especialidade, *Colóquio-Letras*, da Fundação Calouste Gulbenkian e *Relâmpago*, da Fundação Luís Miguel Nava) e ensaísta. Em 2005, publicou uma primeira reunião de textos críticos, *Nos Passos da Poesia – A Pedagogia do Texto Lírico*.

É investigador do CLEPUL (Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa). É professor-coordenador do Plano Nacional de Leitura (PNL), comissariado por Fernando Pinto do Amaral. É consultor do Clube Unesco para a Leitura em Portugal.

Publicou cinco livros de poesia (*Ritos de Passagem*, 1999; *Um Barco no Rio*, 2002; *A Sombra no Limite*, 2004; *À Flor da Pele*, 2008 e já em 2010, *Depois de Dezembro*). Com este último livro de poesia recebeu, em 2011, o Prémio da Sociedade Portuguesa

de Autores / RTP, para o melhor livro de poesia de 2010. Alguns poemas seus estão traduzidos para italiano e castelhano. Prepara-se publicação de uma antologia – *O Corpo em Movimento (Poesia 1999/ 2012)* - a sair na editora Assírio & Alvim.

ANTÓNIO NAHUD JÚNIOR

[Brasil]



António Nahud Júnior, nascido em Itabuna, Bahia, em 1972, é escritor, jornalista, poeta, dramaturgo, ensaísta e blogueiro grapiúna.

Autor de 10 livros, o mais recente é *Pequenas Histórias do Delírio Peculiar Humano* (contos, 2012). Sua obra literária aborda diversos géneros, da crónica à poesia, de contos a ensaios, retratando a vivência errante do autor em diversas cidades brasileiras, europeias e africanas. Editado por pequenas editoras, Nahud vem sendo reconhecido, passo a passo, como um dos novos valores da literatura nordestina.

ARMINDO JAIME GOMES

[Angola]



Armindo Jaime Gomes, de anagrama Arjago, nasceu em 1962 na Missão Evangélica Congregacional de Kamundongo – Kuito, Bié. Licenciado e mestre em ciências de educação no ISCED - Lubango e na Universidade de Évora, variantes História e Administração Escolar. Docente de

História de Angola no ISCED de Benguela, desde 1997. Coordenador de projectos de educação não formal no Dombe-Grande de 1997 a 2002. Chefe de missão do operador de referência municipal do programa de apoio à reconstrução no município da Ganda entre 2002 a 2005, altura que passou a director da ADRA – Antena Benguela. Oficial militar desmobilizado da FAPA/DAA em reforma segundo o protocolo de Bicesse. Perito/consultor da Organização de Consultores Europeus (ECO3) para área da Sociedade Civil do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE), Delegação da Comissão Europeia em Angola, entre 2007 a 2008. Consultor em Métodos Activos de Identificação e Planificação Participativa (MAIPP) em Angola, formador em *Metodologias de Inovação Institucional, Desenvolvimento Organizacional e Institucional* (MIIDOI), administrador, investigador, editor de matéria sobre a realidade sociocultural e etno-história de Angola na sociedade KAT – Empreendimentos & Consultoria, Lda., constituída por KAT – Editora, KAT – Colégio e KAT – Formação & Consultoria, em Benguela.

Além de artigos publicados em jornais e revistas especializadas, acompanhamento de monografias, assim como assinaturas de prefácios e apresentações de obras literárias de vários autores angolanos, tem a seguinte lista de publicações:

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

Crepúsculo Matutino,

Noites por Dia, Epata L'Usoma - Apontamentos

Etno-históricos Ovimbundu,

Os Sobas - Apontamentos Étno-históricos Ovimbundu de Benguela,

"Todos os Sonhos" - Antologia da Poesia Moderna,

As Civilizações Lacustres das Margens do Kupololo.

CARLOS FRANCISCO MOURA

[Macau]



Carlos Francisco Moura é Académico de Número da Academia Portuguesa de História, Académico efetivo da Academia de Marinha (Lisboa), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Autor de *Relations Between Macao and Brazil in the Nineteenth Century* (Macau: RC, 1995); *Idem*, tradução em chinês (Macau: RC, 1995); *Antonio de Albuquerque Coelho, Mestiço de Camutá, no Grão*

Pará: Governador do Macau, do Timor e de Pate/Jornada de Goa a Macau em 1717-1718 descrita por Velles Guerreyro, *fac. Símile* (Rio de Janeiro, 2009); *Liou She-Shun Plenipotenciário do Império da China – Viagem ao Brasil em 1909* (Lisboa, 2011); *Tristão Vaz da Veiga Capitão-Mor da Primeira Viagem Macau-Nagasaki 1571* (Macau, 1971).

CARLOS REIS

[Portugal]



Carlos Reis é professor especialista em Eça de Queirós, ex-Reitor da Universidade Aberta e Director do Instituto da Língua Portuguesa da Universidade de Coimbra.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós, Coimbra, Livraria Almedina, 1975.

Introdução à leitura d'Os Maias, Coimbra, Livraria Almedina, 1978.

Introdução à leitura de Uma Abelha na Chuva, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

Fundamentos y técnicas del análisis literario, Madrid, Ed. Gredos, 1981.

Construção da leitura. Ensaio de metodologia e crítica literária, Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa/INIC, 1982.

O discurso ideológico do Neo-Realismo português, Coimbra, Livraria Almedina, 1983.

Dicionário de Narratologia (com Ana Cristina M. Lopes), Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

Para una semiótica de la ideología, Madrid, Taurus, 1987.

Introdução à leitura das Viagens na minha terra, Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

Dicionário de Teoria da Narrativa, São Paulo, Ed. Ática, 1988.

A construção da narrativa queirosiana. O espólio

de Eça de Queirós (com Maria do Rosário Milheiro), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

Towards a semiotics of ideology, Berlin e Nova Iorque, Mouton de Gruyter, 1993.

História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo (com Maria da Natividade Pires), Lisboa, Verbo, 1993.

O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários, Coimbra, Livraria Almedina, 1995.

Eça de Queirós consul de Portugal à Paris (1888-1900), Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1997.

Diálogos com José Saramago, Lisboa, Caminho, 1998.

O Essencial sobre Eça de Queirós, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

Estudos Queirosianos. Ensaio sobre Eça de Queirós e a sua Geração, Lisboa, Presença, 1999.

O Crime do Padre Amaro; edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

Figuras da Ficção (coordenação), Coimbra, Faculdade de Letras, 2006.

DANIEL A. PEREIRA

[Cabo Verde]



Daniel Pereira, historiador de formação e escritor de vocação, desempenha atualmente o cargo de embaixador de Cabo Verde em Brasília.

PRÉMIOS:

*Prémio Ensaio, X Aniversário
da Independência Nacional*

Prémio Sena Barcelos 2008

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

Memória sobre Cabo Verde do Governador Joaquim Pereira Marinho & Outros Textos, 2010

"Cabo Verde - Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo",

"Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil",

"A situação da ilha de Santiago no 1º quartel do século XVIII"

"Estudos da História de Cabo Verde"

"Marcos cronológicos da Cidade Velha"

A Importância Histórica da Cidade Velha

DANNY SPÍNOLA

[Cabo Verde]



Daniel Euricles Rodrigues Spínola nasceu em Ribeira da Barca, concelho e freguesia de Santa Catarina da ilha de Santiago em Cabo Verde.

Cursou Língua e Literatura Portuguesa no Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário da cidade da Praia, Cabo Verde, e licenciou-se em Língua e Cultura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Foi assessor do Ministro da Cultura para as áreas da comunicação e da cultura, e é doutorando em Estudos Literários – Literatura Comparada, pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Tendo feito alguns estágios e algumas formações na área da língua portuguesa e da pedagogia no ICALP, e no domínio do jornalismo para o desenvolvimento rural com técnicos da FAO, no Instituto Nacional de Investigação Agrária, e com técnicos portugueses e cubanos no Curso de Superação para Jornalistas no Instituto Amílcar Cabral, enveredou pelo mundo da investigação e divulgação cultural, realizando, dirigindo e apresentando vários programas radiofónicos e televisivos, nomeadamente: *Contacto e Action, Gentes, Ideias & Cultura, Alô Cabo Verde, Artes & Letras; Cultura Versus Cultura; Clari (e)vidências e Nos Identidad; Finason di Konbersu, Arte & Cultura*, programas televisivos de investigação, informação e divulgação cultural e artística, para além do programa televisivo sócio-cultural intitulado *Testemunhos do Tempo*.

Foi membro fundador do Movimento Pró-Cultura, da Associação de Escritores Cabo-Verdianos (AEC), na qual teve (e tem) a função de membro do conselho coordenador e responsável pelo Departamento de Actividades Culturais e do Departamento de Edições. Foi Secretário Executivo da SOCA e é, actualmente, Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Cabo-Verdiana de Autores – SOCA, da qual é membro fundador.

Com colaboração dispersa em vários meios de informação e divulgação, nos domínios de prosa, poesia, ensaios, reportagens e entrevistas, já publicou nos jornais *Voz di Povo, Tribuna, A semana, Novo Jornal e Jornal Horizonte*;

Foi editor da revista *Emigrason*, do Instituto de Apoio aos Emigrantes e do *Caderno Cultural do Jornal Horizonte*, para além de ter pertencido à direcção das revistas *Seiva e Fragmentos*. É diretor da revista *Pré-Textos*, da Associação dos Escritores Cabo-Verdianos e Editor da Revista *SOCA Magazine*.

Tem publicado, entre outros, os seguintes livros de referência: *Lágrimas de Bronze; Na Kantar di Sol; Adon y Éva; Infinito Delírio; Evocações; Vagens de Sol; Lagoa Gémi, Amen Na Nha Xintidu, Os Avatares das Ilhas, Cabo Verde e As Artes Plásticas*.

Foi distinguido: pelo Governo de Cabo Verde, em 2005, com o 1º grau da Medalha de Mérito, em reconhecimento pelo seu especial mérito demonstrado no domínio da cultura; e em 2007, pela Câmara Municipal da Praia, com uma medalha de mérito enquanto escritor.

Em 2010 foi condecorado pelo Presidente da República com a 1ª classe da *Medalha do Vulcão*, em reconhecimento pela sua importante contribuição para a promoção e o desenvolvimento da Cultura Nacional.

DIÓGENES DA CUNHA LIMA

[Brasil]



Nasceu a 26 de julho de 1937, no município de Nova Cruz, inicialmente Anta Esfolada, sendo consagrado a Nossa Senhora de Santana. Aos sete anos, o terceiro filho dos Cunha Lima trabalhava na loja de seu pai, vendendo tecidos, sombrinhas, chapéus, colchões de capim e cobertores. Diógenes Filho aprendeu mais na loja com a psicologia humana do que na universidade. Passou muitos anos nessa função e, mesmo quando estudante em Natal, nos finais de semana cuidava do negócio familiar. O pai-mestre, que tinha problemas de saúde e recebia os clientes com largos sorrisos, ensinou os filhos a serem autônomos. Com ele, Diógenes aprendeu a ler, escrever, lavar cavalos, dar comida aos animais, fazer pacote e consertar pequenas coisas.

O poeta foi para Natal aos 13 anos de idade e tornou-se um dos apaixonados defensores da cidade. De partida para Natal, Diógenes escutou do seu pai: “Em Natal, há um rio chamado Luís da Câmara Cascudo, o resto é tudo riacho”. Foi nas águas desse profundo rio chamado Câmara Cascudo que Diógenes iniciou a sua travessia. Ainda menino, procurou o historiador, deu-lhe de presente alguns folhetos de cordel de Nova Cruz; bem acolhido, tornou-se, posteriormente, um dos discípulos mais atuantes de Cascudo. No início da década de 1980, apoiado por grandes intelectuais brasileiros, como Gilberto Freyre e Jorge Amado, liderados por Câmara Cascudo, o nome de Diógenes é indicado para Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo aprovado pelo presidente da República. O ex-aluno do Marista, colégio do qual foi expulso injustamente, ex-aluno do Atheneu, ex-presidente da Casa do Estudante, ex-professor de português nas escolas da cidade, torna-se reitor da UFRN aos 40 e poucos anos de idade.

Dos aprendizados com o pai, Diógenes da Cunha Lima sustenta não só a habilidade em escrever, lavar cavalos ou consertar pequenas coisas. Ele traz, sobretudo, uma vida orientada para a atividade intelectual, a honestidade e a generosidade. Traços que o fazem, mesmo calado, um poeta irmão do simples e da magia. Diógenes publicou até hoje 32 livros.

DOMINGOS LANDIM DE BARROS

[Cabo Verde]



Domingos Landim de Barros nasceu na pacata aldeia de Ribeireta, no concelho de São Miguel, da ilha de Santiago, em Cabo Verde, em 12 de setembro de 1961. Fez os estudos primários na sua aldeia natal. Concluiu os estudos secundários na Cidade da Praia. Aos 18 anos foi mobilizado para as Forças Armadas de Cabo Verde, onde serviu durante dois anos. Fez o curso de Ciências Sociais, no Instituto Amílcar Cabral (1989-1991). Entrou para o Instituto Pedagógico da Praia, onde durante três anos fez o curso de professor. Foi professor do Ensino Básico Integrado, na Cidade da Praia, de 1996 a 1999. Fez o curso profissional de jornalismo, ministrado pelo CENJOR em Portugal, em parceria com o Ministério da Comunicação Social de Cabo Verde, em 1998.

Em 1999 seguiu rumo a Portugal, onde viria a concluir o curso de Direito na Universidade Clássica de Lisboa, em 2007. De regresso a Cabo Verde, teve uma rápida passagem pela comunicação social, onde exerceu a profissão de jornalismo por uns escassos quatro meses. De 2008 a 2011, desempenhou as funções de advogado em Cabo Verde. Neste momento, é mestrando em Ciências Jurídico-forenses da Universidade Clássica de Lisboa.

Em matéria literária, começou a escrever os primeiros versos em 1994, para participar no programa radiofónico «Música e Poesia», da autoria do jornalista Luis de Sousa Lobo.

Tem participação literária em jornais e revistas cabo-verdianos, nomeadamente nos jornais *A Nação* e o *Expresso das Ilhas*, na revista de estudantes cabo-verdianos de Lisboa «Kriolidade», que ajudou a fundar e de que foi um dos principais colaboradores, nos primeiros anos da década de 2000.

Publicou, no ano passado, o seu primeiro livro de poesia intitulado «*Diadema do Rei*». Tem dois livros prontos para serem lançados, um de poesia e outro de contos. Na forja está um livro de crónicas, que irá retratar a maneira peculiar de estar e de viver das populações dos vinte e dois municípios de Cabo Verde.

DOMINGOS FRANCISCO DE JESUS DE SOUSA

[Timor-Leste]



Domingos Francisco de Jesus de Sousa nasceu em Laleia, Timor-Leste, cursou Filosofia no Seminário Maior de Évora (Portugal) entre 1968 e 1972. Frequentou o curso de Humanidades na Faculdade de Filosofia de Braga (Portugal) em 1973. Estudou Ciências de Educação no Instituto de Educação de Professores, pertencente aos padres jesuítas, em Yogyakarta (Indonésia), entre 1980 e 1985. Fez o Mestrado na área de Educação na Universidade de Pittsburgh, Pensilvânia (EUA) entre 1988 e 1990. Foi membro do Conselho Nacional da Resistência Timorese (CNRT) e Presidente do Fórum Sarjarana Pro Referendo dan Pengembangan Timor-Leste (FORSAREPETIL) e Associação dos Licenciados para o Referendo e Desenvolvimento de Timor-Leste.

Foi designado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário para a República Federativa do Brasil, cargo que atualmente desempenha.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

OLOBAI 75,

COLIBERE um herói timorense

HISTÓRIAS DA RESISTÊNCIA TIMORENSE

E.S. TAGINO

[Portugal]



António José da Costa Neves, que usa na prosa de ficção o pseudónimo literário E. S. Tagino, é natural de Grândola e reside em Almada há mais de trinta anos. É licenciado

em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e foi bolseiro da Câmara Municipal de Grândola e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Os seus romances, habitualmente publicados pela editora Saída de Emergência, têm recebido diversos prémios literários, nomeadamente: *Mataram o Chefe de Posto*, Prémio Literário Cidade de Almada-2006; *Nem Por Sonhos*, Prémio Revelação Manuel Teixeira Gomes 2006/2007; *O Amor nos Anos de Chumbo*, Prémio de Poesia e Ficção de Almada 2008; *Abaixo de Cão*, Prémio Manuel Teixeira Gomes 2009 – Menção Honrosa; *Mea Culpa!*, Prémio Literário Paul Harris-2007. *O Pequeno Incendiário*, uma obra sobre a infância, e *Adamastor*, que conta a história da passagem de Camões pela Ilha de Moçambique, são os seus livros mais recentes.

Na área da poesia, A. J. da Costa Neves manteve uma presença constante, desde os anos 80, no Jornal de Almada, e publica actualmente, com regularidade, no Ecos de Grândola. O último prémio que recebeu nesta área foi o 2º. Prémio Literário Irene Lisboa 2008, com um conjunto de poemas intitulado *Sonetos Triviais*. Alguns poemas seus estão publicados na “Nova Antologia de Poetas Alentejanos”, Edições Colibri, 2012.

Em 2011, E. S. Tagino participou, a convite da Câmara Municipal de Almada, no II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa promovido pela UCCLA e cidade de Natal, tendo apresentado uma comunicação intitulada: “Almada – Um Itinerário Literário, Pessoal e Transmissível”

FÁTIMA MENDONÇA

[Moçambique]



Maria de Fátima Mendonça nasceu em Beja (Portugal). Reside em Moçambique desde 1958. Adquiriu nacionalidade moçambicana. Estudou na Universidade de Lourenço Marques, Universidade de Lisboa e UCLA (Los Angeles).

É docente na Universidade Eduardo Mondlane desde 1977, onde exerceu cargos de Chefe de Departamento dos Cursos de Formação de Professores de Português (1978-1981) e de Letras Modernas (1981-1983), Chefe da Secção de Cultura e Literatura (1989-2003). Membro eleito do Conselho Académico da UEM (2000-2003).

Reformou-se em julho de 2004 com a categoria de Professora Auxiliar. Continua a exercer funções de docência na UEM a tempo parcial. Tem lecionado as disciplinas de *Literatura moçambicana em língua portuguesa*, *Literaturas africanas comparadas*, *Literaturas da África Austral*, *Retórica e Poética*, *Literatura e Outras Artes*.

A sua investigação situa-se no campo da História Literária de Moçambique numa perspetiva comparatista, com resultados publicados em revistas de especialidade e/ou apresentados em Congressos. É investigadora associada do CLEPU (Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa), participando num projecto de edições críticas de autores moçambicanos, durante os períodos que permanece em Portugal, desde que se reformou.

Membro fundador da Associação dos escritores moçambicanos (1982), tendo ocupado os cargos de Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral e Presidente do Conselho Fiscal. Membro da Associação Internacional de Literatura Comparada, da Modern Languages Association (MLA) e da APELA (Association pour l'Etudes des Littératures Africaines).

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

Rui de Noronha. Meus Versos [edição comentada da poesia de Rui de Noronha] Lisboa/Maputo: Texto Editores, 2007.

Antologia da Nova Poesia Moçambicana [co-autora]. Maputo: AEMO, 1993.

Literatura moçambicana: A história e as escritas. Maputo: UEM, 1988.

Fixou o texto e prefaciou as obras póstumas de José Craveirinha *Poemas da Prisão* (2004) e *Poemas Eróticos* (2004).

ILZA MATIAS DE SOUSA

[Brasil]



Ilza Matias de Sousa tem desenvolvido pesquisas em obras da modernidade e da pós-modernidade, preocupando-se sobretudo com os processos de escritura e os discursivos que estas desencadeiam. Graduada em Português-Latim na Universidade Estadual da Guanabara, hoje UERJ, 1974, tem uma especialização em Linguística (Universidade Federal de Minas Gerais, 1981), Mestrado em Literatura Brasileira (Universidade Federal de Minas Gerais, 1988), Doutorado em Letras, área de concentração em Literatura Comparada (Universidade Federal de Minas Gerais, 1993), Pós-Doutorado em Letras,

área de concentração da Teoria da Literatura (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003), e atuação profissional desde agosto de 1993, com dedicação exclusiva na UFRN.

Tem ensinado e pesquisado em áreas como: Literatura Comparada; Teoria da Literatura; Semiótica; Literatura Infanto-Juvenil; Poéticas; Literatura-Filosofia, suas relações interdiscursivas; Estudo de Narrativas; perspectivas e abordagens inter e multidisciplinares e de outras textualidades contemporâneas; Estudos culturais e políticas da escrita, do sensível e da literatura.

JIN GUO PING

[Macau]



Jin Guo Ping é natural de Xangai. O seu percurso académico inclui o curso de espanhol, no Colégio anexo à Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim (ULEP), a licenciatura em linguística hispânica e uma pós-graduação em português, ambos pela ULEP, e o Curso Superior de Cultura e Língua Portuguesa na Universidade de Lisboa. De 1981 a 1986, foi professor de Português no Departamento de Português da ULEP. Viveu em Portugal de 1986 a 2010, e atualmente vive em Pequim. Desde janeiro de 2013 é Professor Catedrático da ULEP e Diretor do Centro de Estudos sobre as Relações entre a China e o Ocidente. É ainda investigador da presença portuguesa na China, da História de Macau e de Macaulogia.

Jin Guo Ping traduziu para chinês vários textos literários e historiográficos portugueses, como: *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, a *Mensagem*, de Fernando Pessoa, *A China fica ao lado*, de Maria Ondina Braga e *O Físico Prodigioso*, de Jorge de Sena

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

"Combates a Piratas e a Fixação Portuguesa em Macau", in *Revista Militar*, Lisboa, 1999, n.º 2364, pp. 199-228

Em co-autoria com Wu Zhiliang:

.Correspondência oficial trocada entre as autoridades de Cantão e os procuradores do Senado: fundo das Chapas Sínicas em português

(1749-1847), 8 volumes, em português, Fundação Macau, Macau : 2000.

“*Aomen yu Longxianxiang*” (Âmbar cinzento e Macau) in *Aomen*, 2000, ed Fundação Macau, 2000, pp 385-397 e in *Jinghai Piaomiao* (História(s) de Macau - Ficção e Realidade), Macau, Associação da Educação de Adultos de Macau, 2001, pp 38-50.

.Edição inglesa: “*A reformulated approach to the origins of Macau*”, in *Revista Macau*, Macau, nº 1, 2000, pp.85-97.

.Em português: “*Reformular as Origens de Macau: Imperadores, Âmbar-Cinzento e Macau*”, in *Revista de Cultura*, Macau, nºs 38/39 (II Série), janeiro/junho de 1999, pp. 5-22.

“*O enquadramento de Macau na administração local chinesa, na “Introdução” à Correspondência Oficial...*”, 2000, pp. 16-44;

Revisitar os primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História, ed. Fundação Oriente, 2009.

Outras publicações: “*Em busca de história(s) de Macau apagada(s) pelo tempo*” (em chinês); “*Abrindo as Portas do Cerco* (em chinês); “*Coleções de Fontes Ocidentais sobre Macau: Séculos XV-XVI* (em chinês); “*Embaixada de D. João V de Portugal ao imperador Yongzheng da China*” (em português); “*Navegações chinesas no século XV, realidade e ficção*”; *Nova História de Macau* (4 volumes, em chinês); *Cronologia de Macau* (6 volumes, em chinês); e “*Breve Monografia de Macau*” (em português).

LUIZA MARIA NÓBREGA

[Brasil]



Luiza Maria Nóbrega é poeta e ensaísta, leitora de poesia, pintora e desenhista e professora de Artes e Literatura.

Graduada em Direito (UFRN), Mestre em Literatura Brasileira (UnB), Doutora em Letras Vernáculas/Literatura Portuguesa (UFRJ/Universidade Nova de Lisboa), Pós-Doutoramento em Teoria Literária (Universidade Nova de Lisboa).

Tem ensinado e pesquisado nas seguintes áreas: Análise dos discursos poéticos; Interfaces de Arte/Literatura/Filosofia/Mitologia/História/Psicologia; Texto, Intertexto e Contexto d’ Os Lusíadas; Decadentismo Fin-de-siècle; Ivan Serpa e as Artes Plásticas no Brasil nos Anos 70; Poetas Brasileiros no Século XX.

MANUEL RUI

[Angola]



Manuel Rui (Manuel Rui Alves Monteiro) nasceu em Nova-Lisboa, hoje Huambo, planalto central de Angola, em 1941.

Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, Portugal, onde desenvolveu advocacia e foi membro fundador do Centro de Estudos Jurídicos.

Ainda em Coimbra, foi membro do Centro de Estudos Literários da Associação Académica de Coimbra, redator da revista de cultura e arte *Vértice* e coordenador do suplemento literário “Sintoma” do Jornal do Centro. É co-fundador das edições *Mar além* onde se editou a *Revista de cultura e literatura dos países de língua oficial portuguesa*.

Tem colaboração dispersa em diversos jornais e revistas, *Jornal de Angola* (Jornal da Associação dos Naturais de Angola), *O Planalto*, *Diário de Luanda*, *Revista Novembro*, *Jornal de Angola*, *Lavra & Oficina*, *Jango*, *Vértice*, *Jornal do Centro*, *Diário de Lisboa*, *República* (Portugal), *África* (Portugal), *Europeu* (Portugal), *Público* (Portugal), *Terceiro Mundo* (Brasil), *Jornal de Letras* (Portugal), *Mar além* (Portugal), semanário *O Angolense*, entre outras. Figura em Antologias de ficção e poesia.

É autor da letra do Hino Nacional de Angola e de outros hinos, como o Hino da Alfabetização, Hino da Agricultura e a versão angolana da *Internacional*.

É autor de canções em parceria com Rui Mingas, André Mingas, Filipe Mukenga, Paulo de Carvalho e Carlos do Carmo (Portugal), Martinho da Vila e Cláudio Jorge (Brasil), entre outros.

É membro fundador e subscreveu a proclamação da União de Escritores Angolanos, bem como da União dos Artistas e Compositores Angolanos e da Sociedade de Autores Angolanos.

Textos seus estão traduzidos para umbundu, espanhol, francês, inglês, italiano, checo, servo-croata, romeno, russo, alemão, árabe, sueco, finlandês, hebraico e mandarim. Renunciou ao Prémio Nacional de Cultura na disciplina de Literatura e foi-lhe outorgada a comenda Jorge Amado da Universidade da Baía. Escreveu, ensaiou e pôs em cena duas peças de teatro, *O Espantalho* (de inspiração na tradição oral e representada por trabalhadores da construção civil da cidade do Lubango) e *Meninos do Huambo* (representada por crianças e imediatamente impedida de divulgação após a sua ante-

estrela gravada para a televisão). Participou, com declamação de poemas, no filme de António Ole “O Caminho das Estrelas” e com texto e dicção nos filmes de Orlando Fortunato, “Memória de Um Dia”, “Kianda” e nos diálogos de “Combóio da Kanhoca.

Desenvolve também atividade nas áreas da crítica, ensaio e crónica.

Tem participado em inúmeros eventos como conferências, colóquios e similares. É presença assídua no Encontro de Escritores de Expressão Ibérica Correntes d’ Escritas, no qual participa desde a 1ª. Edição, em 2000.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

POESIA: *Poesia Sem Notícias*, (1967), *A Onda* (1973), *11 Poemas em Novembro-Ano Um* (1976), primeiro livro de poesia publicado em Angola após a Independência, *11 Poemas em Novembro-Ano Dois* (1977), *11 Poemas em Novembro-Ano Três* (1978), *Agricultura* (1978), *11 Poemas em Novembro-Ano Quatro* (1979), *11 Poemas em Novembro-Ano Cinco* (1980), *11 Poemas em Novembro- Ano Seis* (1981), *11 Poemas em Novembro-1884 Não deveria ser 1982?*, *Assalto*, com desenhos de Henrique Arede - literatura infantil - com alguns poemas musicados e editados em disco (1980), *Ombela* (2007, bilingue: português-umbundu), *O Semba da Nova Ortografia* (2010).

FICÇÃO: *Regresso Adiado* (1973), *Sim Camarada* (1977), primeiro livro de ficção angolana publicado após a Independência, *A Caixa*, (1977), primeiro livro angolano de literatura infantil, *Cinco Dias depois da Independência* (1979), *Memória de Mar* (1980),

Quem Me Dera Ser Onda, Prémio CAMINHO DAS ESTRELAS 1980 (obra adaptada para teatro em Moçambique, Portugal e Angola e também para televisão; um extrato deste livro integra a *Antologia de textos para o ensino secundário na Suécia e, no Brasil, a obra foi incluída no Plano de Bibliotecas do Ministério da Educação para as escolas secundárias*). *Crónica de um Mujimbo* (1989), *Um Morto & Os Vivos* (1993) (adaptado para um seriado na Televisão Pública de Angola, “O Comba”), adaptado para televisão, *Rio-seco* (1997), *Da Palma da Mão* (1998), *Saxofone e Metáfora* (2001), *Um Anel Na Areia* (2002), *Nos Brilhos* (2002), *Maninha - crónicas, cartas optimistas e sentimentais* (2002), *Conchas e Búzios*, infanto-juvenil, com ilustrações do moçambicano Malangatana Valente, (2003), *O Manequim e o Piano* (2005), *Estórias de Conversa* (2006), *A Casa do Rio* (2007), *Janela De Sónia* (2009), *Travessia por Imagem* (2011).

MÁRCIO DE LIMA DANTAS

[Brasil]



Márcio de Lima Dantas é professor de Literatura Portuguesa do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Traduziu, em parceria com Emmanuel Jaffelin, para o francês, quatro livros da poeta Orides Fontela: *Tréfle* (Paris: L’Harmattan:

1998) e *Rosace* (Paris: L'Harmattan: 1999). Publicou os livros de poesias: *Metáfrase* (Natal: EDUFRN, 1999) e *O sétimo livro de elegias* (Natal: Imprensa Gráfica, 2006). Livros de ensaios: *Mestiçagem e ensaísmo em João Cabral de Melo Neto* (Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2005), *Imaginário e poesia em Orides Fontela* (Natal: EDUFRN, 2011). Ganhou o prêmio de poesia Othoniel Menezes (Natal, 2006), com o livro *Para sair do dia*. Colabora com diversas revistas, blogs e sites, escrevendo sobre arte e cultura.

MÁRIO MÁXIMO

[Portugal]



Mário Máximo tem dedicado a maior parte da vida ao seu grande sonho: a literatura. Nascido em 1956, a 19 de setembro, licenciou-se em Economia mas a literatura esteve sempre ligada, digamos, paralelamente, ao seu trajecto profissional de gestor. A literatura e também a vida pública. Hoje, aliás, é Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas. Mário Máximo foi ainda Presidente da Associação Fernando Pessoa, guionista de televisão e tem assumido uma regular carreira de *disneur*, tendo realizado já mais de uma centena de espectáculos nas mais diferentes salas de Portugal.

A língua portuguesa é o universo onde Mário Máximo se move e respira. A língua portuguesa em toda a diversidade que a compõe nos cinco continentes. O ideal da Lusofonia tornou-se, aliás, uma das suas principais batalhas. Uma espécie de utopia a construir. Não espanta que tenha sido o inspirador da Bienal de Culturas Lusófonas, Bienal que o Município de Odivelas organiza desde 2007 e que tem constituído um êxito assinalável. Na edição de 2011 o Encontro de Escritores Lusófonos contou com mais de cinquenta autores oriundos de todos os cantos da Lusofonia e foi um momento de grande catarse da pujante diversidade da língua portuguesa.

Em termos literários Mário Máximo tem trabalhado praticamente todos os géneros. A poesia tem assumido o papel central, pois de entre todos os títulos publicados a maior parte é de poesia. Mas também há o romance, o teatro, a crónica, o conto, o ensaio. Em 1986 surgiu a primeira obra publicada: “Um Milhão de Anos”. Seguiram-se até 2011 mais treze livros de sua autoria e ainda participou em pelo menos sete antologias. No ano de 1999 foi-lhe atribuída a Bolsa de Criação Literária do Ministério da Cultura, bolsa

que veio a tornar possível a criação do livro de poemas *Oração Pagã*. A intensa produção literária de Mário Máximo trouxe-nos, já em 2011, o livro de poemas *As Viagens Essenciais*. O amor, o intimismo, a sensualidade e o erotismo são elementos chave das suas abordagens estéticas. Mas também a reflexão de cariz metafísico e social fazem parte dos seus livros.

Para além dos já referidos, o autor tem ainda publicados os seguintes títulos: *Meridiano Agreste*, *Hedonista*, *Paisagens da Utopia*, *A Ilha*, *Arte Real*, *Dezanove Soneto*, *Prima Matéria*, *Hangar de Sonhos*, *Diário de uma Ilha Distante*, *Árvore Hedonista e Nickname & O Homem que tem a Música na Cabeça*.

PEDRO ROSA MENDES

[Portugal]



Pedro Rosa Mendes é escritor e, como jornalista, é o delegado da agência Lusa em Timor-Leste.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

Baía dos Tigres (*Dom Quixote*, 1999, Prémio Pen Club de Romance; no Brasil foi publicado por Sá Editora/Edições Rosari).

Baía dos Tigres encontra-se traduzido e publicado em Inglaterra e Estados Unidos, Espanha, Itália, Alemanha, França e Suíça.

Ilhas de Fogo (co-autoria com Alain Corbel, ed. ACEP, 2002)

Atlântico - Romance Fotográfico (co-autoria com João Francisco Vilhena, ed. Temas e Debates, 2003).

RUI D'ÁVILA LOURIDO

[Portugal]



Historiador (Mestre em História da Expansão Portuguesa - Universidade Nova de Lisboa, 1995; Doutorando no European University Institute, em Florença); Investigador sénior (Centre of Portuguese Language Countries Studies of the University of International Business and Economics, em Beijing (UIBE), a partir de 2012. Presidente do Observatório da China (www.observatoriodachina.org) e Coordenador Cultural da UCCLA (www.uccla.pt). Professor convidado de diversas universidades estrangeiras, participou em diversas atividades científicas em Portugal e no estrangeiro: nomeadamente, organizou e lecionou cursos de História em várias Universidades da Europa e Brasil, organizou ciclos de conferências, bem como participou como Investigador, na equipa científica internacional do Projecto da UNESCO - The Integral Study of the Silk Roads - Roads of Dialogue. Membro do Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da UNESCO para o referido Projecto (1990-95). Assim trabalhou, nomeadamente, na Tailândia, Bornéu, Filipinas, China, Coreia do Sul e Japão, Hong-Kong, Macau, Paris, Roma, Vaticano, Florença, Sevilha, Madrid, Simancas, Budapeste, Califórnia, Charleston, São Salvador da Bahia, Rio de Janeiro, Feira de Santana, Moscovo e Bruxelas.

Publicou (em Português, Inglês e Chinês) vários estudos sobre História das relações Europa-China e destas com o Brasil, na Época Moderna, em revistas e obras coletivas da especialidade da Europa, América e China.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

Dicionário Temático da História de Macau - DITEMA, 4 vols, ed da Universidade de Macau, 2011-2012, (múltiplas entradas sobre Macau)

Ideas, Commodities and Ships, in *Studies of Maritime History*, vol. 2, Social Science Academic Press (of China), 2011

UCCLA 25 Anos: o futuro, as cidades e a lusofonia, coordenação de Rui Lourido, ed. UCCLA e CML, Lisboa, 2010

De Portugal à China, Ciclo de Conferências, Coordenação e 2 textos de Rui Lourido, ed. da

Câmara Municipal de Lisboa e do Observatório da China, Lisboa, 2009

Macau e o Brasil, in *Nova História de Macau*, pp. 613-625, versão chinesa, publicada em 4 Volumes, 2008, Macau

As relações entre Macau e o Brasil, dos inícios até ao século XIX, in *Antologia sobre a História de Macau*, Fundação Macau, 2007.

Macau e o comércio asiático na visão setecentista de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho in *Cultural Review*, Macau, International Edition, ed.

Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, último nº de 2005.

Os europeus e a feira de Cantão durante os finais da dinastia Ming, in *Portuguese Studies Review*, University of New Hampshire (USA), vol. 9, números 1 e 2, pp. 140-169, Durham, 2001.

The impact of the Silk trade: Macau - Manila, from the beginning to 1640, in *The Silk Roads: Highways of Culture and Commerce*, ed. da UNESCO e da Berghahn Books, New York - Oxford, 2000.

Trade Between Macao and Siam, from Its Beginnings to 1663, in *Journal of the Siam Society*, Vol. 84.2, Bangkok, Thailand, 1996

TIAGO TORRES DA SILVA

[Portugal]



Tiago Torres da Silva (nascido em 1969) é escritor e encenador há vários anos. Iniciou a sua atividade teatral como assistente de encenação de João Lourenço.

Foi autor/encenador de vários espectáculos teatrais, entre eles: “Álbum de família” no Teatro da Trindade, “Não digas nada”, com Fernanda Borsatti, no Teatro Nacional D. Maria II, “Bibi vive Amália”, com Bibi Ferreira, no Canecão (RJ), “É o mar, Alfonsina, é o mar”, com José Neves, no Cinearte, “Se não for a mãe da frente” e “Casa de Fado”, no Teatro Villarett, “Alguém me sabe dizer se estou vivo?!” no Teatro Nacional D. Maria II, “Preço único” e “Mamá eu quero”, no Teatro ABC, etc.

Dirigiu espetáculos musicais de Anamar, Beatriz da Conceição, Edson Cordeiro, M^a Berasarte, M^a João Quadros, Né Ladeiras, Pilar Homem de Melo, Rita Ribeiro, Tereza Tarouca, etc.

É autor de crónicas publicadas em vários jornais, revistas e programas de rádio, como “Jornal de Letras”, “Máxima”, “Comércio do Porto”, “Rádio CSB”, etc.

Escreve letras para grande número de cantores portugueses, brasileiros e agora também cabo-verdianos e espanhóis, de entre os quais se salientam:

Ana Sofia Varela, António Zambujo, Carlos do Carmo, Carminho, Celeste Rodrigues, Dazkarieh, Dulce Pontes, Hélder Moutinho, Jacinta, Joana Amendoeira, Lina Rodrigues, Mafalda Arnauth, Manuela Azevedo, Maria João, Maria João Quadros, Né Ladeiras, Nuno da Câmara Pereira, Ricardo Ribeiro, Teresa Salgueiro e Tonicha, de Portugal, Chico César, Daniela Mercury, Edson Cordeiro, Fafá de Belém, Maria Bethânia, Ney

Matogrosso, Seu Jorge, Zeca Baleiro e Zélia Duncan, do Brasil, Maria Berasarte, Olga Cerpa e Uxia de Espanha e Nancy Vieira, Sara Tavares e Tito Paris, de Cabo Verde.

É autor dos livros: *Dez Cartas para Al Berto*, 2007, *Timbó*, 2006, *Tantas Mãos A Mesma Primavera*, 2005, *Não Digas Nada*, 2002, *Minha Querida Televisão*, 2001, *Um S a Mais*, 1999, *É o Mar Alfonsina É o Mar*, 1999, *Ponto de Partida*, 1990, entre outros.

TONY TCHEKA

[Guiné-Bissau]



Tony Tcheka (António Soares Lopes Jr.), natural de Bissau (Guiné-Bissau), poeta e jornalista, é considerado pelos especialistas da literatura guineense como um nome incontornável. Foi um dos chamados “Meninos da hora do Pindjiguiti” que, no dealbar da independência do país, lançou a primeira antologia poética (*Mantêmbas para quem luta*) que foi o primeiro livro publicado na pós-independência. É um dos fundadores da UNAE - União Nacional de Escritores e Artistas da Guiné-Bissau e foi seu Secretário Executivo. Dinamizador de várias iniciativas literárias e culturais, integrou o grupo de escritores, animadores e professores que criou e animou o GREC – Grupo de Expressão Cultural que, durante algum tempo, entre várias atividades, editou a revista “*Tcholona*”.

Autor de “*Noites de Insónia na Terra Adormecida*” e de “*Guiné Sabura que dói*”, tem trabalhos dispersos por várias publicações no país e no estrangeiro. Pode ser lido em quinze antologias e coletâneas em português, francês e alemão. Entre prémios e distinções que lhe foram atribuídos destacam-se: Diploma com Estatueta do ISCE – Instituto Superior das Ciências da Educação de Lisboa; Diploma de Mérito em Literatura, Grau de Engenheiro de Alma da SGA- Sociedade de Autores Guineenses. Esta mesma Instituição ainda o distinguiu com três outros diplomas de Mérito em Jornalismo, nas áreas de Televisão, Rádio e Imprensa Escrita.

Tem três livros de poesia aguardando publicação: *O vazio da semente Seca*, *Insónias e Sabura*, *Kriol sabi kriol sibi*. Na modalidade de contos regista alguns títulos por publicar: “*Madrugada que não amanhece*”, “*O paraíso dos derrotados*”, “*Pecador de Sambasabi*”, “*Excisadas*”, “*Camarada melhor amanhã*”, “*O triunfo dos Tchokas*” “*Vida de aguenta*”, “*Há sandes mas o pão acabou*”.

Como jornalista desenvolveu várias atividades. Foi correspondente da BBC, Voz da América, Voz da Alemanha, Tanjug, jornal Público e Rádio TSE. Foi ainda colaborador da RDP-África e RTP. Foi Diretor da *RDN* – Rádio Nacional da Guiné-Bissau e dirigiu o jornal *Nô Pintcha*.

Como consultor trabalhou com a UNICEF e outras organizações internacionais e ONG's – Organizações Não-Governamentais, em períodos diferentes. Desempenhou ainda funções de Administrador de Programas e Projetos da Swedish Save the Children.

WU ZHILIANG

[Macau]



Wu Zhiliang, licenciado em Estudos Portugueses pela Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim (ULEP), em 1985, e em Administração Pública na Universidade da Ásia Oriental de Macau, em 1991, doutorou-se em História pela Universidade de Nanjing em 1997. É Presidente do Conselho de Administração da Fundação Macau, professor e conferencista especializado na História das Relações da China com a Europa, em especial com Portugal, sendo convidado de inúmeras universidades chinesas e portuguesas. Teve um papel pioneiro no desenvolvimento da área de estudos sobre Macau, que passou a ser designada de Macaulogia.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

Segredos da Sobrevivência, História Política de Macau, Macau, Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.

Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian (Coleção Documental de Arquivos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau)*, Pequim, Editora do Povo, 1999

O encontro Luso-Chinês em Macau, in *Administração*, Volume IX, n.º 33, setembro de 1996

Em co-autoria com Jin Guo Ping, em chinês:

."Aomen yu Longxianxiang" (Âmbar cinzento e

Macau) in *Aomen*, 2000, ed Fundação Macau, 2000, pp 385-397 e in *Jinghai Piaomiao (História(s) de Macau - Ficção e Realidade)*, Macau, Associação da Educação de Adultos de Macau, 2001, pp 38-50.

.Edição inglesa: A reformulated approach to the origins of Macau, in *Revista Macau*, Macau, n.º 1, 2000, pp.85-97.

.Em português: "Reformular as Origens de Macau: Imperadores, Âmbar cinzento e Macau, in *Revista de Cultura*, Macau, n.ºs 38/39 (II Série), janeiro/ junho de 1999, pp. 5-22.





